



Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História

ELISSANDRA LOPES CHAVES LIMA

Dimensões da República das Letras
no Amazonas: A Intelectualidade Gymnasiana
em Manaus (1900-1930)

Manaus
Fevereiro 2012

TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Maria Luiza Ugarte Pinheiro
(Presidente – PPGH/UFAM)

Prof^ª Dr. Marco Aurélio Coelho de Paiva
(Membro – PPGS/UFAM)

Prof^ª Dr^ª Patrícia Silva
(Membro – PPGH/UFAM)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

ELISSANDRA LOPES CHAVES LIMA

DIMENSÕES DA REPÚBLICA DAS LETRAS
NO AMAZONAS: A INTELECTUALIDADE GYMNASIANA
EM MANAUS (1900-1930)

Orientadora
Prof^ª Maria Luiza Ugarte Pinheiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como exigência para a obtenção do título de Mestre em História, elaborada sob a orientação da Prof^ª Maria Luiza Ugarte Pinheiro.

Manaus
Fevereiro 2012

L732d Lima, Elissandra Lopes Chaves.

Dimensões da República das Letras no Amazonas : a intelectualidade
Gymnasiana em Manaus (1900-1930) / Elissandra Lopes Chaves Lima. – 2012.

f. 202: il. ; 30 cm.

Orientadora: Maria Luiza Ugarte Pinheiro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, 2012.

1. Manaus (AM) – História, 1900-1930. 2. Brasil – História – Primeira
República, 1889-1930. 3. Manaus (AM) – Ensino secundário. 4. Instrução pública. 5.
Imprensa Gymnasiana. 6. Manaus (AM) – Vida intelectual. I. Título.

CDD 981.13

CDU 94(811.3):37.046.14

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Maria Ivete G. M. Rodrigues CRB1/1682.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e ao Programa de Pós-Graduação em História pela acolhida e viabilização deste projeto.

Agradeço especialmente à Profa. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro, pela competência e respeito com que me acompanhou em cada etapa deste trabalho, elucidando dúvidas e fortalecendo convicções.

Aos amigos Jacy, Maria José, Silvia e Elisângela, pela amizade generosa e pelas discussões historiográficas instigantes no decorrer dessa caminhada.

Aos Professores Luiz Balkar, Auxiliomar Ugarte e Almir Diniz, pelas excelentes aulas e observações pertinentes, com as quais amadureceram muitos dos argumentos desta pesquisa.

Aos membros da banca do exame de qualificação, Profa. Dra. Patrícia Silva e Prof. Dr. Marco Aurélio Coelho de Paiva, pela arguição atenta e pelas sugestões importantes para os acertos desta dissertação.

À minha querida AMIGA Orange Matos Feitosa, grande exemplo de profissional dedicada à pesquisa histórica, pois foi ela que me despertou para o sentido da história e a manusear e a criticar os documentos. Sou grata pelas suas instigações e por tudo que ela representou em termos de apoio e amizade a esta pesquisa.

Ao Prof. Antonio Carlos, Diretor do Colégio Estadual D. Pedro II, pelo acesso às fontes documentais que foram essenciais a esta pesquisa; ao Francisco, funcionário do Colégio, pelo apoio; e às amigas Luciane Campos e Alba. Sem o importante auxílio deles, muitas das reflexões aqui apresentadas não seriam possíveis.

Aos meus queridos AMIGOS Edmilson Bibiani e Gabriel Albuquerque, que foram a minha família em Manaus, pessoas que admiro e que sempre quero ter por perto. Com eles aprendi muito e conquistei meu espaço naquela bela cidade.

À família de Gilmar Machado, pelo incentivo e pelos bons momentos vividos em Manaus.

Ao Prof. Dr. Kelerson Semerene, que me recebeu de braços abertos na Universidade de Brasília (UnB) e me apresentou um “mundo” de possibilidades para seguir.

Às famílias de Antônio Paulo, Gerson Leão e Luciano Oliveira, pela acolhida generosa em Brasília, quando todos os caminhos levavam a incertezas.

A Jair Santana, grata e inesperada amizade. Seu bom humor contagiante foi fundamental para o final deste processo.

Aos meus queridos pais, José Ribamar e Maria Izete, que sempre me incentivaram e me ensinaram os princípios da honestidade, da generosidade e da perseverança. Sem o apoio de ambos e de minha irmã Daniele, teria sido muito difícil alcançar mais esta conquista.

Ao meu companheiro e amigo, José Silva Lima, que me apoiou nos momentos mais difíceis e sempre torceu pela minha realização profissional.

Quero agradecer especialmente a Camila, minha querida filha, companheira inseparável desta caminhada, que, mesmo sem entender esse processo, permaneceu ao meu lado me apoiando e incentivando. É a ela que eu dedico este trabalho.

Vou-me embora pra Pasárgada

Vou-me embora pra Pasárgada
Lá sou amigo do rei
Lá tenho a mulher que eu quero
Na cama que escolherei

Vou-me embora pra Pasárgada
Vou-me embora pra Pasárgada
Aqui eu não sou feliz
Lá a existência é uma aventura
De tal modo inconsequente
Que Joana a Louca de Espanha
Rainha e falsa demente
Vem a ser contraparente
Da nora que nunca tive

E como farei ginástica
Andarei de bicicleta
Montarei em burro brabo
Subirei no pau de sebo
Tomarei banhos de mar!
E quando estiver cansado
Deito na beira do rio
Mando chamar a mãe-d'água
Pra me contar as histórias
Que no tempo de eu menino
Rosa vinha me contar
Vou-me embora pra Pasárgada

Em Pasárgada tem tudo
É outra civilização
Tem um processo seguro
De impedir a concepção
Tem telefone automático
Tem alcaloide à vontade
Tem prostitutas bonitas
Para a gente namorar

E quando eu estiver mais triste
Mas triste de não ter jeito
Quando de noite me der
Vontade de me matar
– Lá sou amigo do rei –
Terei a mulher que eu quero
Na cama que escolherei
Vou-me embora pra Pasárgada.

Manuel Bandeira

(1930)

RESUMO

A dissertação pesquisa a trajetória de estudantes gymnasianos da classe média de Manaus-AM no mundo das letras, abordando alguns entraves na formação do sistema educacional durante a passagem do Império para a República, por meio da imprensa estudantil “gymnasiana”, que veiculava a militância política e ideológica da classe. Para tanto, usamos procedimento de investigação que associa o contexto nacional e o regional. Em 1915, os obstáculos às mudanças no ensino tornaram-se alvo dos protestos dos “gymnasianos” envolvidos com a imprensa estudantil, apoiando ou não as oligarquias locais. Em 1930, em represália à força policial, foi deflagrado um motim, promovido pelos “gymnasianos”, motim que foi instigado pelos estudantes remanescentes através dos jornais locais e que ficou conhecido como “Revolução Gymnasiana de 1930”. Desse modo, a documentação compulsada – jornais, inquéritos escolares, ofícios, relatórios, mensagens governamentais, entre outros – permitiu-nos questionar o consenso existente entre alguns historiadores e escritores locais sobre o acontecimento.

ABSTRACT

This dissertation intends to analyze the trajectory of middle-class “gymnasianos” students of Manaus (capital of Amazonas, Brazil) in the literate world, addressing some barriers in the foundation of the educational system during the transition from Empire to the Republic through the “gymnasiana” student press that publicized the political and ideological militancy of the class. Thereby, it has been used an investigational procedure that associates national and regional context. In 1915, obstacles to changes in education have become the target of protests by “gymnasianos” involved with the student press, whether they were in favor or against the local oligarchies. In 1930, in retaliation to the police, a riot was triggered by the “gymnasianos”, it was instigated by the remaining students through the local newspaper and became known as the “Gymnasiana revolution of 1930”. Therefore, the consulted documentation, such as newspapers, school surveys, reports, government messages, among others, has allowed us to question the consensus between some historians and local writers about this event.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Matriculados no Gymnásio Amazonense

Quadro 2 – Analfabetismo no início da era Republicana

Quadro 3 – Analfabetismo no Amazonas

Figura 1 – Gymnásio Amazonense – Final do século 19

Figura 2 – *Encrenca Gymnasiá – Música da Cabocla de Caxangá*

Figura 3 – Guia de exame de admissão

Figura 4 – Alunos do Gymnasio Amazonense

Figura 5 – *A Crítica*. Manaus, 11 agosto 1980

Figura 6 – Jornal *União Portuguesa*

Figura 7 – Gymnásio Amazonense (1914)

Figura 8 – Mario Ypiranga Monteiro quando estudante gymnasian

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	xii
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
CAPÍTULO I	31
1 EDUCAÇÃO EM MANAUS: MUTAÇÕES OU PERMANÊNCIAS?	31
1.1 Modelos do Velho Mundo, necessidades do “Novo Mundo”	31
1.2 Institucionalização educacional e formação intelectual em Manaus na Primeira República	51
1.3 Reivindicação ou baderna: os resultados da “Lei Rivadávia” e da “Lei Carlos Maximiliano” no GymnásioAmazonense em 1915	64
CAPÍTULO II	79
2 LETRADOS E LETRANDOS DO GYMNASIO AMAZONENSE D. PEDRO II.	79
2.1 Professores: entre concursos, letras e greves	79
2.2 A produção jornalística gymnasiana e suas escolhas	123
CAPÍTULO III	138
3 O MOTIM GYMNASIANO DE 1930, SEUS ANTECEDENTES E DESDOBRAMENTOS	138
3.1 Visões do Motim Gymnasiano de 1930 em Manaus	138
3.2 Conflitos de vaidades: o legado de Monteiro, as lembranças de Rayol e a contestação de Segadilha	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
FONTES	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Originou-se o presente trabalho de nossa preocupação em tecer uma análise da trajetória dos estudantes do *Gymnásio Amazonense*¹ nas letras e na política na cidade de Manaus, problematizando sua atuação na imprensa estudantil no período de 1900-1930.

Abordou-se um período de processo de institucionalização e de formação intelectual no País, que, em boa medida, foi retraído por leis que, no seu âmago, traziam um teor de abstenção das responsabilidades governamentais para com a estruturação do sistema educacional brasileiro, o qual se fez incipiente e descentralizado na transição do período imperial para o período republicano, especialmente no que concerne ao ensino gymnasial.

Este trabalho busca a conexão dos elementos do cotidiano pedagógico, político e recreativo do *Gymnásio Amazonense*, passando pela sua criação, até o momento em que o *Gymnásio* começou a se estabelecer, pelo menos teoricamente, no contexto da modernização do País e, conseqüentemente, da modernização do sistema educacional brasileiro, que começou em 1930.

Desse modo, situamos e destacamos que o dito estabelecimento de ensino tem uma longa trajetória e, nesse limiar, sofreu constante reinvenção em sua história e teve sua nomenclatura alterada por diversas vezes. Inicialmente,

Lyceu Provincial para *Gymnasio Amazonense* e, em seguida, *Gymnasio Amazonense Dom Pedro II* (Decreto Interventorial nº 113, de 28 de novembro de 1925, do Dr. Alfredo Sá), em homenagem ao último Imperador do Brasil. [...] Através do Decreto nº 46, de 19 de fevereiro de 1938, voltou a chamar-se *Gymnasio Amazonense*, alguns anos mais tarde denominado *Colégio Estadual do Amazonas* (Decreto nº 1007, de 19 de abril de 1943, obedecendo ao Decreto-Lei Federal nº 4244, de 9 de abril de 1942, e à Portaria Ministerial nº 161-A, de 27 de fevereiro de 1943; era interventor do Amazonas o Dr. Álvaro Botelho Maia). Em 1971, Decreto nº 2064, de 9 de março, o governador Danilo de Mattos Areosa o transformou em *Unidade Educacional Colégio Estadual do Amazonas*. Em 1975, o governador Henoch Reis (Lei nº 1150, de 3 de dezembro) devolve-lhe o nome de *Colégio Amazonense Dom Pedro II*.

¹ No decorrer desta pesquisa, utilizaremos a denominação *Gymnásio Amazonense* para nos referirmos ao estabelecimento de ensino secundário em estudo, por esta ser a grafia utilizada no período pesquisado; de igual modo, utilizaremos a grafia “gymnasiano” para nos referirmos ao estudante à época. Outrossim, as transcrições deste estudo serão fiéis aos originais compulsados.

O governador, Dr. José Bernardino Lindoso, transforma-o em Unidade Educacional Centro II, com a denominação de Escola de 1º e 2º Grau Dom Pedro II (Decreto nº 4870, de 24 de março de 1980). O governador em exercício, Dr. Paulo Pinto Nery, manteve a denominação de *Colégio Amazonense Pedro II* (Decreto nº 5702, de 17 de julho de 1981). Com o Decreto nº 6248, de 6 de abril de 1982, o governador, Dr. José Bernardino Lindoso, denominou-o *Colégio Amazonense Dom Pedro II*²

Para a análise empreendida, procuramos nos aproximar de trabalhos³ que apresentam os desencontros na institucionalização da Instrução e que debatem em parte o liberalismo das leis para educação no País. Assim, inspirados nas ponderações de Saviani, de que

[..] a educação brasileira, ré de tantas acusações, inclusive de historiadores, necessita de uma linha de defesa baseada na velha evidência ou, como diria Marx, na pesquisa desinteressada da verdade. Uma linha de defesa pós-moderna só fará que sua inocência seja obscurecida pelas verossimilhanças com as mais diversas mazelas que têm marcado a vida social e cultural do nosso país.⁴

A análise da Instrução Pública evidencia, portanto, o direcionamento do ensino secundário amazonense para a classe média, durante a Primeira República, assim como direcionado à elite decadente, depois da dilapidação de seu capital financeiro, nos anos 1920, o que a fez migrar dos grandes centros educacionais americanos e europeus para o velho *Gymnásio*, mantendo, assim, no âmbito daquele estabelecimento, um padrão tido como elitista, mas não propriamente de excelência, em termos didáticos.

Nos anos 1920, sobretudo, houve algum avanço, com as duas derradeiras reformas educacionais e também com o esforço em equiparar o *Gymnásio* ao *Colégio Pedro II* do Rio de Janeiro. Nesses anos, o ensino secundário experimentou sutis mudanças, com aspirações

² Disponível em:
<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/08_colegioDpedro.php>. Acesso em: 2 out. 2011.

³ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2007; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, V. 2: Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.

⁴ SAVIANI, Demerval. *História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário*. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela Universidade Nove de Julho (Uninove) e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf>. Acesso em: 2 out. 2011.

no ideário da Escola Renovada, o que nos leva a dizer que “até 1920 se situa a fase preparatória e, de 1920 e 1930, a fase das realizações concretas e dos seus frutos e, ainda nesse período, percebe-se a transformação qualitativa na literatura educacional brasileira, orientada nessa nova direção” e⁵ voltada à ciência.⁶

Apoiamo-nos, particularmente, na historiografia,⁷ que nos oferece embasamento sobre o fator da expansão da imprensa, num momento cultural em que não se tinha um quadro de leitores expressivo, ao mesmo tempo dito “culturalmente atrasado”.

Trata-se, sobretudo, de, ao analisar o surgimento e a dinâmica da imprensa no Amazonas, perceber não só as limitações estruturais, mas também as estratégias empreendidas pela cultura letrada para se impor dentro desse contexto cultural adverso.⁸

De modo que, apesar do jornalismo estudantil se apresentar no *Gymnásio Amazonense* com uma duração efêmera das “folhas estudantis”, principalmente a partir do final do século 19, com os jornais *O Estudante*, *Apolo* e *A Sciencia*, em 1882; *Gazetinha* e *Diabinho*, em 1885; *A Provincia do Amazonas* e *o Pensamento*, em 1886; *Equador* e *Combate*, em 1888; *Gazeta Litteraria*, *A Luneta*, *Homenagem* e *O Merito*, em 1889; *O Porvir*, em 1890 e *Phalena*, em 1891 (Cf. ELEUTÉRIO, Paulo, *Annuário*, 1925), o surgimento dessas “folhas” era contínuo, mas com um número modesto de leitores. Por sua vez, o número de matriculados, em 1894, no *Gymnásio*, não ultrapassava o grupo seletivo de 31 alunos e, em 1906, em pleno apogeu da economia da borracha, o *Gymnásio* tinha apenas 69 alunos matriculados. Assim, as folhas estudantis se apresentaram diante das nítidas barreiras e das fragilidades do letramento no Amazonas, mas ganharam força e difusão no meio estudantil, seguindo uma perspectiva comum, que permitia que a escrita permeasse o universo da oralidade e, por sua vez, a oralidade permeasse o mundo letrado, procedimento de feitura de jornais que a imprensa estudantil, a seu modo, também seguiu. Heloísa Cruz assinala que

Os padrões formais e eruditos da norma culta da imprensa acadêmica são amenizados, e a linguagem jornalística incorpora progressivamente a oralidade. No lugar das descrições

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Op. cit., 1985. p. 284.

⁶ *Idem*, p. 284.

⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 2001. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2001.

⁸ *Idem*, p. 55.

áridas e pesados artigos de fundo, entram quadrinhas, diálogos curtos e a crônica, mais afeita ao linguajar do dia-a-dia e ao gosto dos novos públicos que procura cativar. Personalidades políticas, grupos sociais diversos, figuras típicas da cidade são alegorizados em personagens com falas próprias. A gíria da moda, os estrangeirismos franceses e depois “*yankees*” penetram a crônica, os falares dos imigrantes são traduzidos em fala macarrônica e a presença das populações interioranas mostra-se através dos dialetos caipiras. De uma maneira geral, no interior destas publicações, o narrador assume uma posição mais informal⁹

Em linhas gerais, outro viés está ligado à constatação de que a trajetória estudantil constitui-se tema de pouco interesse para a historiografia, uma vez que a temática, que envolvia o início e o delineamento das aspirações juvenis nas atividades intelectuais, apenas é mencionada para apresentar as imbricações biográficas de personalidades que já tinham obtido uma consagração por sua produção simbólica, e não como forma de contribuir para o debate com estudos acerca das possíveis e parciais intervenções dos jovens na política, os quais desejavam também o reconhecimento no campo da intelectualidade regional no período em estudo.

À medida que a pesquisa foi avançando, a documentação produzida pelos gymnasianos desnudava a composição “preocupada” e zelosa do discurso oficial para com o ensino secundário, nos revelando sua debilidade na manutenção da instrução no Estado, a partir da falta de recursos e da inoperância deste, problema que mostrava a “falta de cultivo das letras, em Manáos, ou melhor, em todo o Amazonas, [que] é uma triste cousa, porém muito verdadeira”,¹⁰ conforme “denúncia” feita pelos próprios gymnasianos. Por sua vez, o discurso oficial descaracterizava a autonomia e o perfil ordeiro que os gymnasianos julgavam ter. Assim, esses discursos se caracterizaram como uma das vertentes que instigaram este trabalho, que traz como um de seus propósitos apresentar as identidades estudantis e as escolhas realizadas intelectual e politicamente pelos gymnasianos, buscando mostrar, por meio das contradições das fontes produzidas por eles, das fontes produzidas no ambiente pedagógico e de outras fontes oficiais, que não existia uma conformidade entre as partes mencionadas, a respeito das leis que regiam o ensino secundário e sua aplicação. “Tudo isso leva a propor um problema de natureza mais geral: a ausência de uma política

⁹ CRUZ, Heloísa, 1994, apud PINHEIRO, 2001, p. 55-56.

¹⁰ *Revista Estudantina*, Manaus, ano II, n. 8, p. 2, março de 1912.

nacional de educação, que fracciona a atividade administrativa e provoca dualismo em cada sistema escolar”.¹¹

A incipiente institucionalização educacional e a restrita difusão intelectual à qual nos reportamos no início do século 20, em Manaus, eram maquiadas com construções arquitetônicas destinadas à Instrução Pública, que, para uma pequena cidade, pareciam modernas e, de fato, pelo menos aparentemente, a cidade parecia ter saído do provincianismo para então adentrar a tão almejada modernização, o que era visto por Eduardo Ribeiro como favorável ao desenvolvimento da cidade, pois se acreditava que a instrução pública, nos primeiros anos da era republicana, havia “experimentado extraordinários progressos”.¹²

O processo de modernização urbana estava em vigor; no entanto, ele foi acelerado a partir da expansão da economia de exportação da borracha, cujo período se situa entre 1880 e 1890. A cidade foi modificada pelos governos provinciais, embora num ritmo mais modesto, até meados de 1880. A pouca atenção ao urbanismo provincial deve-se, em boa medida, à ausência de recursos para empreendê-lo. Antes das modificações superficiais, a cidade foi alvo de descrições, por vezes depreciativas e etnocêntricas, de naturalistas e viajantes que pela região passaram.

A proposta que hoje trago surgiu e foi gradativamente instigada a partir de monografia de conclusão do curso de graduação em História, intitulada *O movimento estudantil gymnasiano de 1930 em Manaus*, defendida em Manaus-AM, em 2007, na qual abordei um acontecimento efêmero, ocorrido em 12 de agosto de 1930, que antecedeu em dois meses a chamada Revolução de 1930.

Esse primeiro contato abriu um universo de possibilidades em torno de uma emergente intelectualidade juvenil, que não foi construída somente na sala de aula, sob a incumbência de autoridades pedagógicas, mas também por meio da “pena” de alguns jovens aspirantes a carreiras liberais tidas como intelectualizadas. Outrossim, esses mesmos jovens, responsáveis tanto pela difusão quanto pelo caráter efêmero dos periódicos estudantis, expunham suas ideias e optavam de maneira indireta pela filiação a grupos que participavam da “renovação oligárquica”, durante o recorte do período 1900-1930, aqui analisado.

¹¹ HOLANDA. *Op. cit.*, p. 268.

¹² Trecho da mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 1º de março de 1896, pelo Exmo. Sr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado. *Diário Oficial*, Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1896.

Durante a pesquisa, surgiram questionamentos sobre a real capacidade técnica e pedagógica da Instrução Pública nos primeiros anos da República, no sentido de impulsionar uma intelectualidade nas escolas, a fim de convertê-la em mão de obra qualificada, voltada à formação de quadros para a administração pública, ainda carente dos serviços e submetida a uma parca mão de obra que não diluía a demanda reprimida.

Na Primeira República, o grande empecilho dos concluintes do ensino gymnasial, aspirantes à carreira universitária, estava, contudo, na oscilação das leis para a educação, que buscavam compensar a falta de fiscalização e de abrangência do ensino e que compunham a difícil transição para o período republicano, tanto no aspecto didático quanto no aspecto técnico do ensino, o que gerava abstenção federal e, também, o descaso do Estado com a Instrução Pública no nível mais básico de ensino, reafirmando a perspectiva de que por detrás das leis estava uma complexa e precária estrutura educacional. Esses problemas aqui destacados estão apoiados em fontes oficiais, como as leis para a educação publicadas no *Diário Oficial da União*, as mensagens governamentais e os jornais estudantis.

Um ponto favorável para o exercício intelectual na trajetória gymnasiana ocorreu quando o mercado de bens simbólicos (mercado editorial) ainda não estava consolidado, e o jornalismo e a “feitura” de jornais, até mesmo os estudantis, constituíam-se importantes para a insurgência da opinião da classe estudantil no mundo das letras e da política, apresentando suas escolhas ideológicas e denunciando, algumas vezes, o descaso com a Instrução Pública. A militância intelectual dos jovens assumia o discurso da autoridade pedagógica e, conseqüentemente, incorporava também os interesses de facções políticas, como foi o caso dos estudantes engajados no jornal *Correio Gymnasial*, de 1915, com apoio emplacado ao Jornal *Liberal*, de propriedade do Barão do Solimões, que, por sua vez, era ligado ao grupo Oligarquia Antony, contra o grupo Bacelar, que estava no poder.

A pesquisa revela um pouco do cotidiano dos estudantes secundaristas do único Gymnásio público da cidade de Manaus, destacando a “simpatia” dos jovens por grupos políticos aos quais eles ora apoiavam, ora se opunham, como as oligarquias Nery, Pedrosa, Bacelar, Rego Monteiro, o que ocorreu tanto espontaneamente quanto por influência da autoridade pedagógica.

Desde o início desta pesquisa, nunca descartamos a ideia da existência de estudantes politicamente engajados em Manaus, como sujeitos sociais que auxiliaram indiretamente a “renovação oligárquica”, entre os anos de 1900 a 1930, mostrando sua atuação como aspirantes no cenário intelectual do período do “fausto,” quando se produziram vários

jornais em várias escolas, com maior destaque para o *Gymnásio Amazonense*, mantendo-se elevado o número de periódicos até o final dos anos 1920, quando o Estado vivenciou o momento de retração econômica mais acentuado que se processou na cidade, depois da discreta retirada de investimentos estrangeiros.

Do ponto de vista político, os estudantes exerceram seu papel de sujeitos históricos. Entretanto, no final dos anos 1920, a imagem construída pelos remanescentes dos eventos de 11 e 12 de agosto de 1930, também popularizada pela parca historiografia amazonense que se debruçou sobre o assunto, transformou tais atores em “verdadeiros heróis”, o que se deve a sua associação com a chamada “Revolução de 1930”, visão propagada pelos próprios remanescentes do evento, que corroborou, de certa forma, para uma perspectiva elitizada e unilateral da postura de estudantes de classe média, cujas famílias e cujos próprios professores estavam direta ou indiretamente ligados à política vigente.

Podemos mencionar que, a partir dessas conexões entre o evento de 12 de agosto de 1930, o *Gymnásio* e o público estudantil, havia indícios para se buscar desconstruir o discurso fantasioso de uma geração de bons moços, de um *Gymnásio* homogeneizador de personalidades e da excelência do ensino público ali ministrado, e foi assim que se processou o debate que aqui instigamos.

A produção dos *gymnasianos* esteve muito presente durante o *boom* da imprensa amazonense, que foi de 1880 a 1920, porém se situa, mais precisamente, entre 1882 a 1891, com mais de 14 títulos. Passado esse primeiro momento, a produção jornalística *gymnasiana* entrou, de acordo com o professor Paulo Eleutério,¹³ na sua primeira fase, que foi de 1894 a 1906, com pelo menos 13 títulos. Por último, chegou ao que se chamou de “fase definitiva”, a qual compreende os anos de 1907 a 1912, com a revista *Aura*.

O próprio jornal torna-se aqui o objeto da investigação –as “folhas” com as quais trabalhamos, elaboradas especificamente no *Gymnásio Amazonense*, e que se transformaram num exercício intelectual e, ao mesmo tempo, num elo entre o campo estudantil e amador e o campo das profissões liberais.

Buscamos esclarecer na pesquisa que as iniciativas para melhorar a instrução pública no Amazonas ficaram no campo especulativo, depois dos Decretos Federais nº 8.659, de 5 de abril de 1911, e nº 11.530, de 18 de março de 1915, que legitimaram: o primeiro, a abstenção federal para com a instrução pública nos Estados, e o segundo a elitização do ensino secundário nos Institutos Estaduais, nos moldes do Colégio Pedro II, do Rio de

¹³ ELEUTÉRIO, Paulo. *Anuário do Gymnásio “Pedro II”*: Comemorativo do primeiro centenário natalício do Imperador. Manaus: [s.n], 1925, p. 65-67.

Janeiro. Essas ações se deram na Primeira República e servem para evidenciar a atitude de abstenção do governo federal, que esteve alheio à estruturação de um sistema educacional sério para o País, que interligasse as ações da União com os Estados, se considerarmos que, durante a Primeira República, o Brasil não passou de um “grande centro de analfabetos”, cujas ações da União eram direcionadas para os centros de maior vulto.

Nos poucos trabalhos que tratam do *Gymnásio Amazonense*, o estabelecimento sempre figura unanimemente como um arcabouço da intelectualidade. José Vicente de Souza Aguiar, ao analisar o cenário cultural dos anos de 1950 e 1960 nos arredores desse estabelecimento de ensino, reproduziu o tom saudosista dos que o frequentavam; no entanto, não identificou

Como e quando o Colégio Estadual passou a ser representativo para Manaus. De 1929 a 1931, com a participação de Mário Ypiranga Monteiro no “Grêmio Literário Pedro II” (*O Jornal*, 21 de janeiro 1962, p. 1); em 1937, quando entrou a turma do futuro poeta Thiago de Mello; em 1954, com a formação do Clube da Madrugada, ou melhor, quando ele se tornou público, na praça pública, e foi registrado nos livros dos poetas, e na memória dos seus membros e admiradores.¹⁴

Sobre essa citação, levantamos a hipótese de que o *Gymnásio* sempre foi significativo para a população jovem de Manaus, porém esteve negligenciado pelas políticas educacionais dos períodos Imperial e Republicano, e que somente teve institucionalizada sua importância a partir de 1916, quando o *Gymnásio Amazonense* reabriu suas portas com novo regulamento, baseado no regimento do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, elitizando o ingresso de alunos por meio de exame de seleção e de pagamentos de taxas, procedimentos inviáveis para muitos pretendentes à “carreira *gymnasiana*”.

Antes dessa elitização, o *Gymnásio* passou por um processo de reconstrução de identidade. A pesquisa nos revelou que o movimento, caracterizado pelas autoridades como “*baderna generalizada*”, em junho de 1915, tratou-se do que podemos classificar como resistência contra o abandono que a instituição há anos vivia, o qual foi um dos fatores que, depois de um maquiamento, tornaram o *Gymnásio* um espaço “destinado” aos jovens de famílias, se não de muitos recursos, ao menos de classe média.

¹⁴ AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002, p.103.

Isso denota que os entraves na formação do sistema educacional possibilitou à classe média manauara, em especial aos estudantes destinados ao ensino secundário, uma difícil trajetória, principalmente com a oscilação dos padrões das leis para a educação entre o Período Imperial e o Republicano. Para tanto, buscamos associar o cenário nacional ao regional, permeando os imbróglis políticos relacionados às lutas oligárquicas do período.

No limiar da trajetória dos estudantes, persiste uma problemática para sua reconstituição: a aparente falta de documentação, ou melhor, de documentação catalogada, microfilmada e arquivada, principalmente para se reconstituir a história social dos estudantes pertencentes à classe média. Essa dificuldade de acesso às fontes nos faz lançar uso de uma variedade de documentos, como jornais, inquéritos escolares, ofícios, relatórios, mensagens governamentais, a fim de buscar implementá-los na pesquisa, de maneira coerente e criativa, para suplementar as dificuldades de localização de documentos. Contudo, mesmo com algumas lacunas, as fontes mencionadas, em sua maioria, contam a história dos que eram pertencentes a famílias de classe média.

Almeja-se na pesquisa desconstruir a ideia de perfeição da instrução pública e dos perfis dos atores, sem, contudo, ignorar a produção cultural elaborada pelos gymnasianos.

Em um primeiro momento, com base nos questionamentos iniciais, pairava o silêncio sobre os perfis e a atuação dos estudantes e dos professores, como por exemplo: Quais as proporções que as greves dos professores do *Gymnásio Amazonense*, na década de 1920, alcançaram? Por quais motivos os historiadores e memorialistas tenderam a elevar “narrativas idílicas”, em detrimento da documentação que compõe os inquéritos escolares contra alunos e professores do *Gymnásio*?

Em um segundo momento, a pesquisa procura responder às perguntas: Que expectativas políticas ou profissionais eram construídas em torno do jornalismo estudantil? Os professores e os alunos auxiliavam na “renovação oligárquica” da Primeira República e, se colaboravam, como atuavam?

Em um terceiro momento: Como foi vista e construída pelos remanescentes do evento de 1930 sua participação no chamado motim gymnasiano?

São perguntas às quais temos a pretensão de trazer a debate, buscando demonstrar as perspectivas da atuação dos estudantes tanto no imaginário das letras como na realidade política, numa esfera onde a institucionalização educacional e a formação intelectual eram extremamente negligenciadas por uma secular política de abstenção, tanto federal quanto estadual.

Buscamos nos distanciar de visões idealizadas dos jovens como heróis de uma revolução. Contudo, abordar a trajetória dos gymnasianos no mundo das letras e da política na Primeira República implica repensar aspectos culturais que envolvem desde a construção de identidades até nuances econômicas e socioculturais do período.

Diante da trajetória dos estudantes na complexidade da teia social que havia entre professores, estudantes e políticos oligarcas da cidade de Manaus, é interessante constatar como as letras e a ação pedagógica contribuíram para a movimentação da engrenagem política e também como foram prejudicadas, em um momento de profundas dificuldades econômicas. Arthur Cezar Ferreira Reis, no livro *a Amazônia e a cobiça internacional*, apresenta um panorama da situação calamitosa que a cidade vivenciou nos anos de 1920, principalmente os mecanismos que a envolviam.

[..] ocorreu no Amazonas, ano de 1922.

As condições financeiras e econômicas do estado eram péssimas. As rendas públicas decresciam dia a dia. As exportações caíam velozmente. O funcionalismo não recebia os seus vencimentos. As contas do Estado, feitas na praça de Manaus, não eram pagas. Verdadeiro estado de calamidade pública. De Manaus, rumo ao sul do país, os navios saíam carregados de passageiros, que eram servidores oficiais ou comerciários que procuravam encontrar, em outras partes do país, os recursos para viver que estão faltando no Amazonas. Governava-o o desembargador Rêgo Monteiro, sobre cuja administração se faziam tremendas acusações. Sua eleição fora realizada em ambiente pesado. Seu empossamento, protegido por forças do exército.¹⁵

O momento cultural e econômico no qual as leis para a educação estão inseridas aparece na escrita dos estudantes. Decerto, isso não se deu por acaso, mas pelo conjunto de expectativas frustradas, tanto com as leis como pela condução da Instrução Pública pelas classes dirigentes. Diante disso, a pesquisa traz como pano de fundo do percurso estudantil na República das Letras a abordagem dos entraves na formação do sistema educacional, com destaque para a questão econômica, na qual a Instrução Pública também estava envolvida.

Não sem razão, deu-se pouco foco a personalidades conceituadas e buscou-se apresentar personalidades que teciam os primeiros esboços de atuação no mundo das letras

¹⁵ REIS. Arthur Cezar Ferreira, *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo. Companhia Editora Nacional: 1960. p. 175-176.

e no mundo da política. Assim, este trabalho busca tão somente a trajetória de personalidades em formação.

Optamos por nos aproximar da perspectiva cultural formulada por Raymond Williams, segundo a qual o conceito de cultura deve estar em diálogo com outros conceitos como, por exemplo, o de literatura, substituindo-se, com isso, a ideia instigada pelos povos germânicos quanto a valores e costumes, usados com o fim de legitimar um Estado Nacional.

Em contrapartida, os franceses buscaram difundir o conceito de cultura associado ao de civilização, buscando homogeneizar, segundo seus próprios interesses, outras culturas. Sobre este último ponto, discorreremos, uma vez que os sujeitos sociais desta pesquisa foram fortemente influenciados por essa última perspectiva.

Assim, é prudente destacar Raymond Williams, que se inspirou em Antonio Gramsci e sua concepção de hegemonia, pois a hegemonia tende automaticamente a estabelecer que a classe dominante imponha significados, valores e crenças a outras classes, envolvendo-as e manipulando-as de acordo com os seus propósitos. No entanto, Gramsci afirmou que, ainda que um pensamento hegemônico possa ser emanado de uma determinada classe, as demais não igualam ou não reduzem sua consciência a tal pensamento. Williams complementou, afirmando que na realidade se trata de

[...] todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo. É um sistema vivido de significados e valores – constitutivo e constituidor – que, ao serem experimentados como práticas, parecem confirmar-se reciprocamente.¹⁶

A busca por mais e melhores informações sobre as atividades culturais e políticas dos gymnasianos da Primeira República leva imediatamente a três eventos significativos: primeiro, a manifestação ocorrida no Gymnásio Amazonense, em 1915, contra o diretor em exercício e por melhores condições de ensino; segundo, em 1930, no dia 11 de agosto, ocorreria uma passeata de repúdio contra o assassinato do presidente da Paraíba, João Pessoa, que, na época, era candidato à vice-presidência da República, na chapa de Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal, passeata que foi impedida pela força policial e teve como saldo alguns estudantes presos; e, terceiro, outro fato ocorreu, no dia seguinte (12 de agosto): os gymnasianos anteriormente presos intencionaram realizar mais uma

¹⁶ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

manifestação, desta vez nas proximidades do *Gymnásio Amazonense*. O objetivo era fazer um cortejo e o enterro simbólico do chefe de polícia em protesto a truculência da força policial que impediu a passeata no dia anterior, no entanto, o cortejo também não se realizou e os estudantes acabaram entrando em choque novamente com a polícia. Episódio que desencadeou o chamado “*Motim Gymnasiano de 1930*”.¹⁷

São fatos que, ao passar do tempo, demonstram a participação de um grupo restrito de estudantes a manifestar opinião dissidente ao situacionismo, uma vez que o comício do dia 11 de agosto tinha fins políticos e trazia por trás dos *gymnasianos* os dirigentes da Aliança Liberal, Dr. Souza Brasil e Hemetério Cabrinha, que, segundo Mário Ypiranga, iriam discursar no referido comício.

A pesquisa enfatiza a parca produção historiográfica referente à clientela estudantil dita intelectualizada, em Manaus, que minimamente apresentou os três eventos, sem, contudo, mostrar o mote político e econômico em que eles estavam envolvidos. Assim, houve a idealização do perfil estudantil divulgado pelos remanescentes dos eventos, o que denotou as escolhas ideológicas dos estudantes e ajudou a compreender sua busca de inserção no “*mundo das letras*”. A partir disso, é possível associar a crítica e o discurso estudantil às contradições da classe dirigente na Primeira República, em Manaus, por meio da imprensa, da postura e das escolhas políticas, enfatizando, nesse caso, a Instrução Pública como elemento que perpassa todo o desenvolvimento deste estudo.

Discutir a trajetória estudantil nas letras e na política durante a Primeira República pelo viés da educação, do jornalismo estudantil e do contexto político dos anos 1920, mostrou-se o objetivo mais contundente a ser desenvolvido. A clientela estudantil do *Gymnásio Amazonense* era essencialmente de classe média, usando a expressão de Sergio Miceli de que, na realidade, os estudantes do *Gymnásio* não passavam de “*parentes pobres*”¹⁸ das oligarquias locais.

Quanto ao discurso da intelectualidade, instigava-nos saber os interesses que permeavam a institucionalização educacional em Manaus e as influências culturais e

¹⁷ O motim ocorreu em 12 de agosto de 1930 e foi divulgado pelos *gymnasianos*, que o vivenciaram como “*A Revolução Gymnasiana*”. Entendemos essa conotação de duas formas: a primeira, pelo crédito desejado a se conferir ao movimento, e a segunda, pelo momento de conchavos políticos no final da Primeira República, que ocorreram depois da tomada do poder por Getúlio Vargas, além da expressão estar intimamente ligada à conotação que “*confere o conteúdo real àquilo que a história oficial (a memória dos vencedores) chama de Revolução de 1930*”. Claro está que tal termo deve ser desmistificado, “*a fim de se compreender o sentido dos acontecimentos em torno de 1930; é preciso, de início, varrer do cenário as representações criadas sobre esse período por certos grupos envolvidos na luta – os grupos que venceram essa luta*” Tratava-se de legitimar uma “*revolução*”, utilizando como suporte a exclusão de outros grupos e classes (TRONCA, 1995, p. 13).

¹⁸ MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

políticas pelas quais a intelectualidade emergente era conduzida, e o percurso percorrido por ela para se posicionar diante de suas próprias atuações, como aspirante a uma pretensa vida intelectual, apoiada nas autoridades pedagógicas (professores), detentoras de uma intelectualidade que ainda se consolidava no mundo das letras. Com isso, ao mesmo tempo que os estudantes almejavam um hipotético lugar na ambiência local, nas atividades intelectuais, seus professores almejam fazer parte da “República Mundial da Letras”, uma vez que o mundo das letras é um campo desigual, “um território onde os literariamente desprovidos são submetidos a uma dura dominação”¹⁹

As indagações ora descritas apenas são possíveis diante da documentação encontrada no porão do *Gymnásio Amazonense*, que não conta somente a história do próprio estabelecimento, como erroneamente se pode pensar. A documentação do arquivo lá existente conta a trajetória de outros colégios e de outros órgãos estaduais existentes na Primeira República, em Manaus, e guarda a correspondência trocada entre alguns liceus de outros Estados e de outros países.

No acervo do Colégio Amazonense D. Pedro II, são localizados ofícios, livros de registros, “papéis de alunos”, processos de concursos para a cátedra, atas de greve, provas escolares, transferências escolares, discurso do Inspetor Geral da Instrução Pública, relatório de treinamento militar, *Diários Oficiais*, correspondências trocadas com órgãos públicos da esfera federal e municipal, entre outros documentos. Assim, por meio deles, dos jornais estudantis e das mensagens governamentais, é possível argumentar sobre as ações de nossos atores sociais, que, num primeiro olhar desatento, parecem tratar-se apenas de impropérios juvenis desconexos no contexto da Primeira República, mas que trazem, no seu bojo, um compromisso social da classe média para com ela mesma. Compromisso que começou nos primeiros passos da vida escolar e da militância política e diante do arrojo das condições sociais da década de 1920, que influenciavam a origem e o destino acadêmico dos estudantes e a relação destes com os professores, os dirigentes e as instituições do governo do Estado.

Dado o exposto, não é por acaso a aproximação com a História Cultural, pois o interesse em abordar a trajetória dos estudantes e suas práticas culturais no mundo das letras exige a postura de não segregar o contexto social do cultural, pois é útil destacar que ambos se complementam. Os estudos culturais não podem ser relegados a mero entendimento folclorista, uma vez que perpassam universos simbólicos que ora unem, ora distanciam

¹⁹ CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

aspirações e classes sociais. Isso nos sugere, inspirados em Raymond Williams,²⁰ que a cultura é inerente à sociedade, sem distinção de classe, e que, de modo geral, ela não pode ser atribuída exclusivamente à elite.

A partir disso, buscamos evitar negar o que o estudante intelectualizado produziu culturalmente e, por força dos contextos, devemos empregá-lo dentro de uma perspectiva histórica, sem ignorar as experiências sociais de uma determinada época.

Além dessas questões, a meu juízo, a escolha do recorte cronológico está intimamente ligada a atividades culturais e à necessidade de sistematização educacional num momento econômico favorável, porém fixado no imaginário popular como um momento de modificações radicais das condições do ensino ministrado no Amazonas. Condições que se mostraram contraditórias já nas primeiras análises, haja vista que, mesmo vivenciando um momento próspero, Manaus não chegou a estabelecer uma conexão satisfatória entre os recursos que administrava e a manutenção de um ensino de excelência.

Com base nesses objetivos, estruturamos a dissertação em três capítulos.

No Capítulo I, contextualizamos a tentativa de substituição de modelos culturais, evidenciando o pensamento eurocêntrico em voga, que, forçosamente, impunha recriar em Manaus uma perspectiva estrangeira para a educação. Assim, não seria possível encarar o problema da institucionalização educacional e da incipiente formação intelectual, sem realizar uma espécie de retrospectiva das ações governamentais, e, para isso, destacamos algumas iniciativas e entraves. Contudo, a análise ocorreu, em parte, na perspectiva de identificar se o ensino secundário em Manaus alcançou, em termos de educação, reais mudanças ou apenas permanências estruturais equivocadas, como herança do período imperial, como a falta de rígidos processos entre o ensino secundário e o acesso à universidade, problemas que se revelaram crônicos e de difícil resolução durante a Primeira República, bem como a ausência, e posteriormente a ineficiência, de um órgão (Ministério) capaz de planejar um sistema educacional sólido para o País.

No Capítulo II, analisamos “o perfil” de alguns professores e de um grupo de gymnasianos, como sujeitos históricos ligados à Instrução Pública, com divergências pontuais com a classe dirigente. Assim, apresentamos a escolha política e ideológica dos gymnasianos e as características da imprensa estudantil do período, sendo esta um espaço recreativo, no início do século, nos anos 1920, se transformou em laboratório para os jovens

²⁰ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

interessados em ingressar nas carreiras liberais, e que, não obstante, foi também um veículo no qual a juventude gymnasiana denunciou o descaso com a instrução no ensino secundário.

No Capítulo III, abordamos as interpretações da historiografia local sobre a chamada *Revolução Gymnasiana de 1930*, com apoio nas versões dos gymnasianos remanescentes do período estudado, demonstrando que a associação do evento estudantil com a chamada “Revolução de 1930” foi instigada para dar a ele conotação de evento importante e enaltecer o nome de alguns de seus partícipes.

CAPÍTULO I

1 EDUCAÇÃO EM MANAUS: MUTAÇÕES OU PERMANÊNCIAS?

1.1 Modelos do Velho Mundo, necessidades do “Novo Mundo”

Neste capítulo, analisamos a institucionalização educacional e a restrita difusão intelectual no *Gymnásio Amazonense*, no início do século 20, em Manaus, identificando as mutações ocorridas em torno do processo educacional, assim como os ínfimos investimentos governamentais na área e os entraves para consolidar uma ligação contínua que conduzisse à qualificação do sistema educacional.²¹

O recorte cronológico neste trabalho sofreu alguns recuos e avanços, pelo próprio contexto e pelo histórico de liberalismo das reformas educacionais da Primeira República. Assim, é do nosso interesse nos atermos a pesquisadores da educação como Saviani (2008), Romanelli (2007) e Nagle (1976), que desenvolveram trabalhos a partir das décadas de 1970 e 1980.

Sobre o entendimento histórico da educação no período, nos orientamos, sob a perspectiva nacional, no trabalho de Holanda (1985) e, sob a perspectiva local, pelo trabalho de Pinheiro (2001). Com essa base, buscamos permear a análise com fontes primárias captadas em Manaus, que mostraram um quadro da educação no Estado do Amazonas.

Apesar de termos conhecimento de pesquisas (CARVALHO, 1989) que buscaram outra perspectiva que não a de descentralização, abstenção ou simplesmente de estudo da legislação do período, escolhemos desenvolver a pesquisa pelo entendimento da trajetória educacional no País, enfatizando a herança da institucionalização da escola secundária, bem como o quadro estático do analfabetismo e a persistência do liberalismo nas propostas educacionais da Primeira República.

²¹ Este estudo está de acordo com Saviani (2008) quanto ao significado da expressão “sistema educacional”, que consiste, segundo o autor, no “desenvolvimento da sociedade moderna e corresponde ao processo em que a educação passa do ensino individual ministrado no espaço doméstico por preceptores privados para o ensino coletivo ministrado em espaços públicos denominados escolas. Assim, a educação sistematizada própria das instituições escolares tende a se generalizar, impondo, em consequência, a exigência de se sistematizar também o funcionamento dessas instituições, dando origem aos sistemas educacionais organizados pelo poder público. Nessas condições, a partir da segunda metade do século XIX, a emergência ou consolidação dos Estados nacionais se fez acompanhar da implantação dos sistemas nacionais de ensino nos diferentes países”.

Nesses termos, tratamos de um período de transição, pois tradicionalmente fazendo parte de todos os contextos anteriores à República, os sacerdotes e suas propostas educacionais transitaram na operacionalização da instrução, uma vez que fizeram parte das “categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas”.²² No entanto, verificamos que, a partir do início da República, houve um momento de sistematicidade e laicização da instrução, e tomando por princípio as proposições de Karl Mannheim em *Sociologia da Cultura*, é legítimo supor que o desenvolvimento do “saber e da educação ultrapassa um marco de incomparável significação quando os leigos rompem e usurpam o monopólio sacerdotal da interpretação pública.”²³ No entanto, houve um momento que as perspectivas eclesásticas para a educação retornaram, pois,

Aproveitando-se desta situação de abandono do sistema educacional pelo Estado, a iniciativa privada, entre 1860 e 1890, atingiu o primeiro auge nas escolas secundárias. Dentre essas escolas, encontravam-se os Jesuítas, que haviam retornado em 1842. Surgiram outros internatos para rapazes, as primeiras escolas para meninas, escolas protestantes metodistas e presbiterianas, que colocaram pela primeira vez em uma mesma sala meninas e meninos.²⁴

O rompimento com as perspectivas eclesásticas também ocorreu no Amazonas em meio às diversas tentativas de se criar uma cultura letrada e laica no período imperial e, posteriormente, no período republicano com recursos oriundos da exploração dos bens naturais da região, como o látex. Dessa forma, o processo educacional veio de “carona” com o projeto exploratório que envolveu vários segmentos da sociedade em torno do extrativismo das seringueiras, atividade que era administrada tanto pelo poder público, com seus órgãos fiscalizadores, como pela iniciativa privada, por meio de comerciantes

²² GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 8.

²³ MANNHEIM, K. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 97.

²⁴ PERIS, Alfredo Fonseca. *Estratégia de desenvolvimento regional da Região Oeste do Paraná: organização, evolução e característica regional e caracterização do sistema educacional*. 2ª impressão. Cascavel-PR, 2008. p. 424. Disponível em: <http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_estrategias_desenvolvimento_regional_edunioeste_completo.pdf>.

hierarquicamente organizados, que exploravam a mão de obra de trabalhadores urbanos e rurais.

Tratava-se, a partir de meados do século 19, de fomentar a ideia de modernização, distanciando a urbe do estereótipo de cidade provinciana, tão apresentado nos registros dos cronistas que pela região passaram. Neide Gondim, em *A Invenção da Amazônia*, afirma que essas observações foram construídas segundo o que era conhecido na Europa pelos relatos dos viajantes (POLO, 1950; CARVAJAL, 1941; COLOMBO, 1984) e naturalistas (BATES, 1979), “cada um registrando imagens particulares ou quase arquetípicas, extraídas da Idade de Ouro, ou mesmo das maravilhas e monstrosidades índicas” (GONDIM, 2007, p. 97), principalmente pela construção do imaginário do Medieval, reforçando a dualidade entre o edênico e o infernal para retratar o desconhecido. Para Amazônia do século 19, fazia-se uma alusão entre o inferno da selva e o paraíso terreal. Com esse pano de fundo de rejeição do meio amazônico, as autoridades e os cidadãos mais afortunados, a rigor, pretensamente buscavam distanciar-se dos estereótipos criados para os amazônidas e, desse modo, no contexto em voga, espelhavam-se nas

[..] radicais mudanças sociais processadas a partir do Iluminismo e da Revolução Francesa, a educação pública assumiu grande relevância e novas ideias em torno dos métodos educacionais [...] Dela [educação] dependia o refinamento da sociedade e a valorização das noções de progresso e modernidade (MESQUITA, 2009, p. 236).

O ensino no século 19, mesmo precário, buscava inserir os ideais iluministas,²⁵ os quais já faziam parte das ações da política portuguesa à época de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal,²⁶ estadista português adepto do ideário iluminista,

²⁵ Referimo-nos “a um movimento de ideias que tem suas origens no século 17 (ou até talvez nos séculos anteriores, nomeadamente no século 15, segundo interpretação de alguns historiadores), mas que se desenvolve especialmente no século 17, denominado por isso o “Século das Luzes” [...] O Iluminismo é, então, uma filosofia militante de crítica da tradição cultural e institucional, e seu programa é a difusão do uso da razão para dirigir o progresso da vida em todos os aspectos [...] Compreende-se que a filosofia do Iluminismo seja a filosofia da burguesia. O burguês é o homem novo, que luta pelas reformas progressistas contra o obscurantismo e os privilégios da aristocracia e do clero. Sua filosofia é a filosofia da libertação, isto é, de um ideal realizado intelectualmente, mas não socialmente. A liberdade de comércio, a abolição dos privilégios e das imunidades das outras duas classes, a divulgação da cultura, a revisão do sistema fiscal, etc. são os motivos da filosofia do século 18, mas são especialmente as aspirações da burguesia”.

²⁶ Marquês de Pombal (1699-1782), como era conhecido Sebastião José de Carvalho e Melo, foi um estadista português que se destacou pela atuação como déspota esclarecido durante o governo de Dom José I. Nesse reinado, foi nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros, e suas principais ações tratavam de fortalecer o monopólio comercial e equilibrar a balança comercial portuguesa. Foi o principal mentor da reconstrução de Lisboa, abalada por um terremoto em 1755, e transformou a capital em uma cidade moderna. Outra importante ação foi determinar a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias, como no

que buscava o desenvolvimento da razão. A referida corrente foi importante para a propagação de ideais hegemônicos da intelectualidade, o que, de certa forma, preparava a burguesia para ocupar lugar de destaque na sociedade, diluindo, para isso, valores e tradições, principalmente no que diz respeito aos privilégios oriundos dos segmentos do Antigo Regime.²⁷ No entanto, a imagem final produzida por essa mudança foi a realocação de outras classes, que desfrutariam, a partir daquele momento, os mesmos privilégios que outrora eram desfrutados pelos aristocratas.

Para a análise da institucionalização do ensino e da formação intelectual na capital do Amazonas, no final do século 19, período em que se testemunhou o surgimento do conceito de modernidade, alicerçado nos processos de racionalização impostos por outros países, que tenderam à reprodução “mercadológica de produtos, ideias e pessoas a outras partes do globo” (ROUANET (2003, p. 120), será necessário ressaltar a influência dessa mudança na instrução educacional do Estado. Assim, considerada a rapidez com que vinham se desenvolvendo os aspectos industrial, urbanístico e educacional na época, observamos que se tratou de um período sem guerras, vivido pelos países da Europa, em especial pela Inglaterra e pela França.

Esses dois países exerceram grande influência sobre o Brasil. A Inglaterra, com o capital financiador da infraestrutura organizada no Amazonas, principalmente no que diz respeito às mudanças efetuadas no Porto de Manaus, capacitando-o para a importação de produtos industrializados e, principalmente, para a exportação de produtos *in natura* em larga escala, uma vez que a Inglaterra “era, de longe, o maior exportador de produtos industrializados e, no decorrer do século, sua economia se orientou cada vez mais para exportação,” (HOBSBAWM, 1992, p. 64), constatação que remete à importância da infraestrutura despendida pelas empresas inglesas em Manaus. No caso da França, esta se

caso do Brasil, considerando que ele almejava implantar uma reforma educacional e retirar das mãos dos religiosos a participação comercial e educacional por estes fomentada. Pombal foi adepto do Iluminismo e buscou modernizar o ensino com ações que não surtiram efeito. Adaptado de <<http://oslorenas.blogspot.com/2008/08/sebastio-jos-de-carvalho-e-melo-o.html>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

²⁷ “A onda revolucionária de 1830 foi, portanto, um acontecimento muito mais sério do que a de 1820. De fato, ela marca a derrocada definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa Ocidental. A classe governante dos próximos 50 anos seria a ‘grande burguesia’ de banqueiros, grandes industriais e, às vezes, altos funcionários civis, aceita por uma aristocracia que se apagou ou que concordou em promover políticas primordialmente burguesas, ainda não ameaçada pelo sufrágio universal, embora molestada por agitações externas causadas por negociantes insatisfeitos ou de menor importância, pela pequena burguesia e pelos primeiros movimentos trabalhistas” (HOBSBAWM, 1977. p. 129).

transformou em ícone cultural do período, em um momento em que estava em marcha a ideia de modernização,²⁸ a qual era propagada com valores essencialmente eurocêntricos.

Por meio dos aspectos mencionados, podemos compreender que uma nação, para ser admitida como moderna, a princípio, deveria não só apresentar uma emergente industrialização, mas também reconhecer e incorporar tais valores²⁹ à vida cotidiana de seus cidadãos.

É importante frisar que esse momento propiciou o desenvolvimento das grandes potências imperiais,³⁰ que, de fato, tiveram mudanças acentuadas no modo de produção e de dominação de outros mercados e de outras culturas. No entanto, para as nações alheias à Europa, tidas como Colônias,³¹ restou a função de absorver os critérios culturais e educacionais de outros países e abastecer as potências industrializadas com matérias-primas, utilizando também a própria mão de obra local para fazê-lo, e é fato que, no caso da Região Norte, sob a perspectiva cultural do amazônida, as imposições externas, com dificuldade foram implementadas, visto que “a racionalidade econômica do sistema

²⁸ De acordo com BOBBIO (2002, p. 768), entenda-se como modernização aquele “conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social, que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente o início do processo de Modernização poderia ser situado na Revolução Francesa (1789) e na sua quase contemporânea Revolução Industrial inglesa, que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente nas esferas política e econômica, mudanças essas intimamente inter-relacionadas. Naturalmente, o fermento dessas duas grandes transformações há de ser buscado nas condições e nos processos que vinham se desenvolvendo havia algumas décadas e que culminaram nas duas revoluções. Esses processos de transformações profundas e frequentemente rápidas tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportados pelos europeus para toda parte, mesmo que só vingassem lenta e parcialmente. É essa a razão por que o processo global foi designado com o nome de europeização, ocidentalização ou, enfim, com o termo mais abrangente e menos eurocêntrico de modernização”.

²⁹ Sobre o período *Belle Époque*, a historiadora Edinéa Mascarenhas, em *A ilusão do fausto*, traça duas importantes linhas de interpretação que, de certa maneira, remetem às formas como as pessoas, não de forma geral, incorporaram os costumes importados da Europa. Para isso, a pesquisadora centrou seus argumentos em dois focos: primeiro, no processo de saneamento e urbanização da cidade do “fausto”, analisando as razões que levaram à construção de uma “nova Paris” na selva amazônica, com traços modernos copiados do velho continente. Segundo, a autora analisa quais foram os reais beneficiários da política pública, que acabou por produzir uma gama de excluídos a cada obra, a cada novo aterro na parte central da cidade, o que abriu um fosso, cada vez mais acentuado, entre ricos e pobres, demonstrando que as estratégias utilizadas pelo poder público local e pelas elites dominantes para alcançar o “progresso” delinearão uma nova realidade para os desfavorecidos.

³⁰ Sobre esse assunto, ver HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³¹ Apesar de, no período estudado (1900-1930), o Brasil ter se constituído um país independente juridicamente, o tipo de colonização ao qual nos referimos procede do entendimento de que “o colonialismo motivou a estrutura econômica de países produtores de matérias-primas, com uma força de trabalho que vive nos limites da subsistência. Foi o Estado colonial e, depois, os modos e a época da descolonização que prepararam as estruturas institucionais e políticas que caracterizam os novos Estados independentes. O Colonialismo é que deu os moldes dos modelos culturais e, sobretudo, dos sistemas de instrução escolar de todos os níveis. E foi ele também que modelou os gostos e os modos de vida das classes médias emergentes” (BOBBIO, 2002, p. 185).

moderno de produção ainda não os dominava. A produção das comunidades locais ainda era orientada pelas necessidades e não pelo lucro” (DIAS, 1999, p. 35).³²

Entretanto, para nos aproximarmos das disparidades da época, é preciso nos valermos do contexto e das necessidades imediatas visualizadas pelos governantes, pois a dita geração era intelectualmente ligada à oralidade de tempos idos, o que, *grosso modo*, era bastante comum na esfera amazônica, haja vista que

No ambiente cultural amazônico, a presença da escrita é extremamente localizada e marginal, dela só fazendo uso uma parte pequena da população branca, portadora de certo nível de instrução. Nem mesmo os membros da chamada elite política, destacados pela ocupação de cargos e funções públicas de expressão, pareciam possuir controle normativo da escrita (PINHEIRO, 2001, p. 29).

Ressalte-se que no período provincial, a organização educacional partia de cima para baixo e, por certo, não chegava a se consolidar em um modelo pleno, que pudesse atender ao aumento da demanda educacional, surgida com as novas necessidades educacionais, depois da subdivisão do ensino em distintos níveis. Entretanto, os poderes públicos não conseguiram manter as instituições responsáveis pela instrução mais básica e,

[..] apesar das diferentes ramificações ideológicas, a profunda discussão ocorrida no final do Império a propósito dos assuntos educacionais abrangia uma tomada de decisão diante das precárias condições do sistema escolar então existente, nos seus vários graus e ramos.³³

Assim, embora o debate fosse profícuo, as competências dos poderes nacional e estadual ficaram, de certa forma, à mercê de uma dualidade em sua interpretação,

Visto que “desde o Ato Adicional de 1834, segundo o qual compete à União fixar os padrões da escola secundária e superior, enquanto os da primária e técnico-profissional competem aos Estados. Essa é uma das razões mantenedoras do chamado “dualismo” do sistema escolar brasileiro, traduzido, muitas vezes, na contraposição entre as escolas de “elite”, secundária e superior, e as escolas do “povo”, primária e técnico-profissional. Dessa interpretação, resultam algumas consequências. A União julgava-se impedida de realizar

³² DIAS, 1999, apud FEITOSA, 2008, p. 33.

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, V. 2: Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985. p. 261.

qualquer esforço que significasse intervenção, limitando-se a fixar os padrões da escola secundária e superior. Se fez muito pouco no sentido de multiplicar as instituições desses graus escolares, fez muito para centralizar quaisquer decisões quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, válidos para todo o país. Por sua vez os Estados consideravam-se impotentes para arcar com as despesas com a ampliação da rede de escolas primárias e técnico-profissionais. De ambos os lados, na verdade, o apelo a argumentos de natureza constitucional escondia um desinteresse há tempo enraizado pelo alargamento das oportunidades educacionais.³⁴

A centralidade, a ineficiência e o desinteresse da União com relação à questão educacional e em relação às regiões transformaram o já precário sistema educacional em um caos. As medidas tomadas pelos presidentes da Província, com a criação de escolas primárias, apenas cumpriram uma formalidade constitucional, não só desinteressadas de ambos os lados, mas decerto a ausência do fator intelectual “robusto” auxiliava o descaso em voga, pois, de acordo com o que estava preceituado no ato adicional de 1834, os Estados deveriam cumprir as determinações federais, mesmo que na prática a realidade fosse precária. Assim, o ensino primário ficaria sob a jurisdição das províncias, abstendo-se³⁵ o Estado Nacional da administração desse nível de ensino. Contudo, essa transferência de responsabilidades não resolveu o problema, pois as províncias não dispunham de infraestrutura “técnica e financeira” para a manutenção do projeto.

Assim o Relatório do presidente Adolfo de Barros de Cavalcante Lacerda, em 1864, apoiou sua fala em uma questão que apesar de realista, transparecia o desinteresse e a falta de mecanismos modeladores nacionais para a instrução, ao mencionar que,

Não me consta que em nenhuma Província, nem mesmo da Côrte, succeda o contrário. Obrigatória de direito, póde-se dizer que no Brasil a instrucção elementar é livre de facto.

³⁴ Idem, 1985, p. 266.

³⁵ Na Europa, durante o século 19, a questão da educação foi absorvida de maneira diferente, pois o Estado a administrava como forma de se organizar e de ter o reconhecimento de seus súditos, por meio da obediência, utilizando para isso a educação. Todavia, segundo Hobsbawm (1992), “o século XIX foi a época em que se rompeu a comunicação oral, à medida que crescia a distância entre as autoridades e os súditos e a migração em massa interpunha dias ou mesmo semanas de viagem [...] Do ponto de vista do Estado, a escola tinha ainda outra vantagem essencial: poderia ensinar todas as crianças a serem bons súditos e cidadãos. Até o triunfo da televisão, não houve meio de propaganda secular que se comparasse à sala de aula”.

Nos próprios países mais adiantados da Europa, na França e Inglaterra, entre outros, os obstáculos que a prática deste sistema oferece são sem conta.

Ainda hoje se hesita alli na escolha dos meios de coerção porque todos, mais ou menos, conduzem a tal qual iniquidade.

Se na Europa isto é assim, no Brasil, e sobretudo no Amazonas, o ensino obrigatório é de impossível execução.³⁶

Mesmo com a ineficiência e a falta de entusiasmo com a propagação da instrução, as províncias buscavam “cumprir” seu papel; no entanto, surgiram novas demandas e a necessidade da criação de outras instituições educacionais, que foram gradativamente efetivadas, mesmo não oferecendo capacidade para isso.

Para Arthur Cezar Ferreira Reis,

Ao lado dessa educação oficial, processava-se a particular, representada em várias escolas primárias e em estabelecimentos como o Asylo de Nossa Senhora da Conceição, para meninas, fundado em 26 de julho de 1869; o internato de meninas Nossa Senhora dos Remédios, inaugurado em 15 de fevereiro de 1876; o Collegio Santa Ritta, inaugurado em 7 de janeiro [não identificamos o ano da inauguração], entre outras de menor porte.³⁷

Em meados do século 19, a instrução educativa no Amazonas traçava um quadro bastante negativo. É importante lembrar que a Vila da Barra até 1850 fazia parte da Província do Pará, “não merecendo”, até então, qualquer incentivo sistemático para a instrução pública.

Um exemplo do fomento de cultura letrada em nível mais “avançado” foi o Seminário Episcopal, que oferecia, muito precariamente, o curso secundário. Cabe ressaltar que os princípios adotados nas instituições eram básicos e comuns às demais iniciativas educacionais, como a simples alfabetização. As atividades relacionadas ao ensino secundário foram desenvolvidas, pelo menos, até 1869, no então Seminário São José. Essa

³⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas na Sessão Ordinária de 1º de outubro de 1864, pelo Sr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Província. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000002.html>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

³⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989, p. 204-205.

demanda foi gradativamente transferida e posteriormente sucumbida, quando da criação de um Liceu, na administração do presidente da Província, Wilkens de Matos.

Porém, o Regulamento nº 13, de 1864, que regia a instrução pública, demonstrou uma inabilidade quanto ao ensino processado, uma vez que, segundo o presidente da Província, naquele ano formavam o Lyceu e o “Seminario de São José uma coisa monstruosa e hybrida, que não era nem seminário nem lyceu”.³⁸

Havia, contudo, iniciativa pública para o ensino primário e iniciativas particulares para o mesmo nível de ensino, além de contar, muito antes de 1864, com uma iniciativa eclesiástica precária para o ensino secundário. Ações como essas denotavam que nem o poder público nem a comunidade em geral atendiam aos requisitos mínimos para implementar potencialmente as instruções mais básicas possíveis.

A preocupação restrita com a qualificação de pessoal ligado ao poder público e privado demonstrou a ausência de interesses pela formação intelectual ampla da população da nova Província. No entanto, o desenvolvimento de um quadro profícuo de instrução para o crescimento econômico deveria estar acompanhado pela instrução de pessoas que pudessem auxiliar no processo de manutenção da pirâmide social, seja pela qualidade da mão de obra, seja pela própria manutenção da elite no poder, ainda que se tratasse de uma elite de hábitos interioranos e provincianos, mas que, todavia, começava a ostentar potencial desenvolvimento econômico.

Àquela altura, depois da desvinculação do Amazonas da Província do Pará, as tentativas de se criar um ambiente educacional e intelectual em Manaus eram vitais para o próprio crescimento e a oxigenação da administração pública e do processo extrativista que vinha sendo trabalhado em Manaus e cujas benfeitorias eram desfrutadas pela incipiente elite local.

Adentrando formas mais gerais, convém salientar a compreensão de cunho eurocêntrico no período imperial, em que as peculiaridades da região e de seu povo foram estereotipadas com base no evolucionismo em vigor, que justificava a origem da pobreza dos povos explorados utilizando a teoria evolucionista de Charles Darwim, que minimizava a imposição da “superioridade” do branco europeu, eximindo-o da exploração política, econômica e social em voga.

Das muitas modificações pensadas e executadas no final do século 19, destacamos a estrutura política e econômica montada no Estado do Amazonas, especificamente em

³⁸ *Anuario do Gymnásio Amazonense “Pedro II”*: comemorativo do primeiro centenário natalício do ex-Imperador, Manaus-AM: [s.n.], 1925, p. 34.

Manaus, e, no que concerne a tal estrutura, podemos observar, ainda nos dias atuais, as escolas, os hospitais, as pontes, os teatros, além de um porto capaz de importar e de exportar produtos em larga escala.

Deve-se notar que houve uma efervescente tentativa de mudança nos padrões culturais antes vivenciados. No caso de Manaus, a cidade foi maquilada e, não muito diferente de outras capitais do País, não apresentava significativo potencial em termos de organização urbana.

No entanto, para o arquiteto Otoni Mesquita (2009, p. 360), o esboço de organização da urbe ocorreu com menor dificuldade, pois, do ponto de vista da questão urbana, em comparação com outros centros, a “área a ser revolvida era relativamente reduzida, não apresentava focos tradicionais de ocupação, nem era atravancada como os centros urbanos europeus”. Mesmo dispondo de privilegiado espaçamento, era necessário revolver algumas áreas e, para isso, segundo o pesquisador, as autoridades contavam com um fator positivo, uma vez que as áreas ocupadas eram tão recentes quanto as mudanças que ali se processavam.

Naturalmente, por força das circunstâncias, não podemos negar que existiram conflitos de espacialidade nas ações de revolvimento de áreas ocupadas e, conforme José Aldemir de Oliveira,

Em se tratando da paisagem urbana de Manaus, este processo explicita a dinâmica da sociedade para produzir uma complexa estrutura urbana no meio da floresta, o que não significa desconhecer que a relação entre homem e natureza, predominante na Amazônia, teve e continua tendo como principal característica a tendência à degradação, demonstrando que a persistência do mito da produtividade ilimitada e a imposição de um urbanismo segundo modelos preestabelecidos constituem-se alguns dos maiores equívocos do nosso tempo, culminando num emaranhado de ações que determinaram novas relações socioespaciais modificadoras da natureza, da paisagem urbana e, principalmente, dos modos de vida. Isso nos remete à noção de espaços urbanos complexos, formulada por Pierre George (1966, p. 40), de que, apesar de possuírem características comuns, elas [as ações] se fragmentam em espaços funcionais e passam a ocasionar impactos nas estruturas sociais, dando-lhes significação própria, quase sempre com sérias consequências para as espacialidades preexistentes.³⁹

³⁹ OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer; Ed. Univ. da Amazônia, 2003. p. 29.

De acordo com Oliveira, nessas mudanças espaciais, de certo modo, foi se instituindo um conflito à medida que o espaço urbano foi sendo moldado dentro de padrões que legitimavam a “exclusão dos subalternos” e hierarquizavam e ditavam quem era merecedor da estrutura urbana que se consolidava e, conseqüentemente, da estrutura educacional que era montada e que, aliás, configurou-se como estratégia política para empreender no sítio urbano um projeto ambicioso e de conotação estrangeira, uma vez que

[..] nessa nova cidade onde o espaço se urbaniza, o espaço público deixa de ser o lugar onde se forja a cultura e se transforma em puro espaço de circulação. Esse movimento não passa despercebido às representações, vindas de todos os campos de saber, que dão corpo às imagens da cidade. Público e privado são desenhados pelo imaginário como estando drasticamente separados e passam a definir os novos padrões de conduta na cidade (PECHMAN, 1993, p. 33).

Com relação ao espaço em que se montou o empreendimento educacional, esperava-se o aproveitamento do plano geográfico de Manaus, como forma de subsidiar expectativas que, a nosso ver, se centravam na criação de um *status* social por meio da implantação de “modelos preestabelecidos”, utilizando a força de capital do Estado, adquirida com o processo de exploração da borracha, para adotar critérios de ocupação, restringindo-os a grupos isolados. Para tanto, tais grupos, formados pela elite local, necessitavam instalar-se nas proximidades de suas bases comerciais, e estas, por força das circunstâncias e da própria localização e exploração das matérias-primas extraídas na região amazônica, estavam necessariamente ligadas ao porto.

Apesar da priorização do “desenvolvimento” em Manaus, Artur Reis destaca dezenas de empreendimentos educacionais instalados não só em Manaus, mas em vários municípios do Estado, em meados do período imperial. No entanto, muitos deles não passaram de mero adorno para a instrução pública, pois, além de efêmeros, eram dispendiosos para o Estado, visto que funcionavam, na sua maioria, em casas alugadas, com mínima infraestrutura de funcionamento.

A propósito, no Amazonas, outro empecilho para o desenvolvimento, apregoado pela necessidade de melhores quadros para a educação, foi a ausência de instituições que pudessem formar pessoas habilitadas para o ensino em seus diferentes níveis. Isso porque os obstáculos para a manutenção desse projeto educacional (de ensino primário), que

começava a ser alicerçado, eram acompanhados, fatidicamente, pela possibilidade eminente de fracasso. Reis, assinala que:

Em fins de 1854, o número de escolas na Província já se elevava a dezoito, sendo três particulares; em 1857, a vinte e seis; em 1871, a trinta e duas; em 1876, a cinquenta e duas; em 1883, a noventa e duas; em 1887, a cento e oito; em 1889, a cento e vinte e quatro. O professorado era escolhido sem grandes rigores, mediante um concurso em que lhe apuravam os conhecimentos indispensáveis, porque não funcionava ainda o curso normal, reclamado constantemente. À classe sacerdotal, o governo buscava os melhores educadores (1989, p. 201).

A citação demonstra, contudo, que apesar de, gradativamente, o número de escolas ter sido ampliado, a falta de rigor na escolha dos professores não mudava em nada o descaso que acompanhava esse segmento, o ensino, dessa forma, ficava à mercê dos sacerdotes e suas doutrinas. A historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro ressalta que um dos principais empecilhos para a educação foi a escassez de profissionais qualificados que pudessem alicerçar o desenvolvimento e a expansão do letramento, o que competiu para sucessivos

[..] fracassos retumbantes que precisavam ser remediados de forma pontual. Em muitos casos, o poder público sequer podia avaliar a competência das pessoas que se apresentavam como estando capacitadas para o ensino primário, principalmente quando se tratava de prover cadeiras em escolas do interior da província, a várias milhas de distância da capital (PINHEIRO, 2001, p. 31).

No relatório pessimista do presidente da Província do Amazonas, em 1866, estava explícita a discrepância e um dos insucessos na implantação da Instrução, por fatores que, segundo aquele, “fugiam” à alçada das autoridades,

A freqüência das escolas e a propagação do ensino não se faz dependente da criação de uma cadeira simplesmente: causas superiores [...] embaraçarão por muito tempo ainda o desenvolvimento da instrução pública na Província.

O menino que tem 8 anos, que póde prestar qualquer serviço, matricula-se na escola, mas não a freqüenta; porque seu tutor ou protector arrasta-o para o seringal, ou para outra

qualquer colheita de produtos naturais: nessa operação leva-se mezes, de sorte que vê-se qualquer creança remar, pescar, fumar e embriagar-se, menos ler e escrever.⁴⁰

Contudo, um indício para essa aversão ao ensino dos que estavam na base da pirâmide social pode estar alicerçado também no entendimento muito próximo e familiar da proposta de ensino para a domesticação e o trabalho com as formas duras impostas anteriormente, por ocasião da colonização (Cf. PINHEIRO, 2001, p. 34). Inversamente a esse quadro de evasão das classes baixas, e além das prerrogativas mencionadas, quanto às tentativas de se criar uma cultura letrada em Manaus, é imperioso afirmar que o início do maturamento da instrução pública no Amazonas tinha a aquiescência das famílias de recurso, e estas eram sabedoras da importância da instrução escolar para a manutenção de seu *status quo*, se considerado o início da prosperidade econômica de exportação da borracha.

Em geral, apenas as famílias de posse e posição tinham acesso à educação secundária no Segundo Reinado (1840-1889) e na República Velha (1889-1930). Com o passar do tempo, um número crescente de filhos de negociantes, burocratas do escalão inferior e profissionais liberais conseguiu acesso aos colégios, mas a maioria dos nascidos fora do círculo das elites era de iletrados ou autodidatas (NEEDELL, 1993, p. 74, apud PINHEIRO, 2001, p. 32).

A demanda por melhores quadros educacionais era imprescindível para a nação, de acordo com as peculiaridades e necessidades de ambos, classe dirigente e elite local, mas, na maioria das vezes, não chegava a sair do campo burocrático, ainda que teoricamente as funções dos poderes estivessem predeterminadas por ato adicional.

Com relação às expectativas fomentadas pelas autoridades e às especulações em torno do “progresso”, direcionamos este estudo, especificamente, para o ensino secundário. Assim, verificamos que o esboço desse nível de ensino no Amazonas remonta ao Segundo Reinado, quando a Vila da Barra ainda era vinculada à Província do Pará. No entanto, oficialmente, as autoridades locais começaram a se articular somente a partir de 1853. Até então, a nova província contava apenas com uma iniciativa eclesiástica,⁴¹

⁴⁰ *Relatório 1866*. Relatório dos Presidentes à época do Império (1866-1873), p. 321. Os originais microfilmados, correspondentes aos anos de 1852 a 1877 foram reeditados por ordem do coronel Antonio Constantino Nery em 1906.

⁴¹ Segundo Relatórios da Província do Amazonas de 1852, registra-se que no seminário criado em 1848, até aquela data existia cadeira de francês e, em 1853, foram criadas três cadeiras: latim, música e canto. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/59/000037.html>>. Acesso em: 28 ago. 2011

Quanto a instrução secundária, possui a nova Província somente o Seminário instituído em sua capital, no anno de 1848, pelo nosso mui digno Prelado, e administrado sob sua direção – Ahi se ensina Grammatica Latina, língua franceza, muzica e canto – é freqüentado por 17 alumnos, sendo 13 internos.⁴²

No anuário do Gymnásio Amazonense de 1925, Manoel de Miranda Leão⁴³ dividiu em períodos as tentativas de implementação oficial do ensino secundário no Amazonas.

O primeiro corresponde ao final de submissão da Vila da Barra à Província do Pará. O ano de 1848 marcou, contudo, a fase inicial do ensino secundário, não havendo antes disso qualquer movimento significativo para diluir a problemática da instrução para esse nível de ensino.

O segundo período, de acordo com Miranda Leão, compreendeu os anos de 1860-1869, dado o Regulamento “nº 9, de 1859 – o primeiro promulgado, constituindo o ensino secundário com seis cadeiras”.⁴⁴ Por sua vez, o Regulamento nº 13, de 1864, determinou que o curso funcionasse em um Lyceu, com quatro disciplinas.⁴⁵ Outra peculiaridade do dito regulamento, segundo Miranda, foi que este “desorganizou o ensino secundário. Fez do diretor-geral da Instrução Publica autoridade superior ao Presidente da Província”.⁴⁶

O terceiro período, ocorrido entre 1870 a 1879, foi marcado pela instituição de diversos regulamentos que, mesmo em meio à precariedade da instrução, começaram a fazer a diferença para o início de uma cultura letrada, por meio do ensino secundário.⁴⁷

Os regulamentos, por seu turno, diziam respeito às normas básicas de organização burocrática do corpo docente da instrução pública secundária, como a congregação dos

⁴² Presidente (da Província do Pará) Augusto de Aguiar em mensagem à Assembleia, em 9 de dezembro de 1851.

⁴³ “Manoel de Miranda Leão (1851-1927) nasceu em Manaus, fez parte de seus estudos na França, fez concurso e ocupou a cadeira de Francês do Gymnásio Amazonense; também lecionou Pedagogia na Escola Normal do Estado.” (BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p. 344).

⁴⁴ As cadeiras eram compreendidas da seguinte forma: “I latim; II francês; III rhetorica; IV geographia e historia; V arithmetica, álgebra e geometria; VI musica” (p. 34).

⁴⁵ Assim divididas: “grammatica; mathematica; geographia e historia. Porém esse regulamento suprimiu as cadeiras de latim (mantida pelo regulamento n. 9 de 1859); philosophia racional e moral, creada pela lei n. 29 de 1854; rhetorica; creada pelo regulamento n. 9 de 1959; a de musica, creada pela lei n. 20 de 1853” (*Anuario do Gymnásio Amazonense “Pedro II”: comemorativo do primeiro centenário natalício do ex-Imperador, Manaus-AM, 1925*).

⁴⁶ Idem, p. 35.

⁴⁷ Tratava-se do regulamento nº 24 e do regulamento nº 28, de 31/12/1873.

professores e a determinação de execução de concurso público para os docentes substitutos, além da garantia de preferência “aos estudantes aprovados no curso do lyceu [...] aos empregos públicos provinciais.”⁴⁸ Entretanto, o Regulamento nº 28, de 31 de dezembro de 1873, que anulou o Regulamento anterior de nº 24, restabeleceu o ensino obrigatório, criou a congregação dos lentes do liceu e dos inspetores paroquiais e regulamentou seis cadeiras⁴⁹ – o que trouxe também o fim da obrigatoriedade do concurso para a vaga de professor substituto. Contudo, o referido regulamento (nº 28) dispôs poderes ao presidente da Província para nomear e remover professores do quadro.

O quarto período se desenvolveu de 1880 a 1889 e foi gerido por regulamentos que reafirmaram⁵⁰ a anexação do Liceu à Escola Normal e por outro que invertia a ordem da anexação, passando a Escola Normal a ser anexada ao Liceu. Então, o

[...] regulamento nº 56, de 17 de março de 1886, separou o curso normal do secundário; estatuiu o ensino obrigatório; unificou a direção do ensino; dividiu em dois cursos a instrução secundária – curso de preparatórios e curso normal. Ao ensino secundário deu o nome de Lyceu Amazonense, que anteriormente se chamou Lyceu, e depois Lyceu provincial.⁵¹

Existem pormenores com relação aos decretos administrativos para a instrução no período provincial que não são aqui apresentados, por não se constituírem nosso foco, referentes ao primeiro trajeto traçado oficialmente para a educação no Amazonas (1852-1889), sob a perspectiva dos mais diversos regulamentos, que, na prática, não eram executados em sua plenitude, ou, pelo menos, passavam-se anos até sua execução parcial, ou até que a anulação por outro regulamento ocorresse.

Quanto às influências culturais externas, estas existiram, como pode ser constatado no discurso do presidente da Província do Amazonas, em 1852: “a lei n. 171 de 29 de novembro do anno passado creou, na capital, uma cadeira de língua franceza, mas não tem sido provida, por não ter apparecido quem a pretenda”.⁵² A instituição do idioma francês

⁴⁸ Tal determinação estava disposta no Regulamento nº 24, de 1872 (*Annuário*..1925, p. 39).

⁴⁹ As cadeiras eram “I latim; II francês e inglês; III geographia e historia; IV mathematica; V grammatica philosophica e historia; pedagogia e escripturação mercantil; VI philosophia, rhetorica e litteratura nacional. Como se vê, esta divisão annexa cadeiras incompatíveis entre si, forçando o professor a ensinar disciplinas que se não unificam” (Idem, p. 40).

⁵⁰ Regulamento nº 47, de 28 de março de 1883.

⁵¹ *Annuário*.. 1925, p. 45.

⁵² Relatório da Província do Amazonas 1852. Presidente Tenreiro Aranha. 30 de abril de 1852. Citado anteriormente.

como única cadeira até 1852 e inglês posteriormente, além do latim por influencia religiosa, na grade curricular da época, leva-nos a refletir até que ponto era interessante para a província instituir cadeiras que na prática não condiziam com a realidade local, mas apenas refletiam o quanto governantes espelhavam-se em culturas estrangeiras. Ressalte-se que as particularidades desse processo inicial não se constituem o único objetivo deste trabalho. No entanto, apresentaram-se como fundamentais para compreender a trajetória da instrução pública no Estado, que vinha a reboque da precária instrução pública nacional.

A partir disso, as autoridades, para construir e movimentar a engrenagem pública que crescia com a produção e a exportação do látex, incentivavam a imigração de trabalhadores de outros Estados, a fim de transformar a cidade de Manaus em um centro moderno. Desta feita, o poder público objetivava não somente agregar uma massa de trabalhadores para realizar o trabalho operacional da construção de uma “nova” cidade; desejava também formar bases educacionais “sólidas” para as elites locais, com pessoas capacitadas para administrar as mudanças que ali se processavam. Nessa subdivisão de responsabilidades, a elite, como beneficiária direta da economia extrativista e com o auxílio do poder público, restringiu o acesso intelectual, social, econômico e cultural quase que somente a um pequeno grupo de jovens, filhos de famílias de recursos, ligadas diretamente ao serviço público estadual.

Quadro 1 – Matriculados no *Gymnásio Amazonense*⁵³

1899 -1900	26	1909	183
1900-1901	51	1910	234
1902	43	1911	220
1903	50	1912	154
1904	62	1913	145
1905	81	1914	108
1905-1906	69	1915	113
1906-1907	112	1916	63
1907-1908	157	–	–

Fonte: *Anuário do *Gymnásio “Pedro II”**: Comemorativo do primeiro centenário natalício do Imperador. Manaus: [s.n], 1925, p. 79.

⁵³ *Anuario..* 1925, p.79.

Com a hegemonia da produção da goma elástica, foi possível criar e manter o privilégio da educação para poucos, como demonstrado no quadro de matriculados no ensino secundário. Todavia, houve o aumento das escolas para as “classes baixas”, o que remonta efetivamente a sua sistematização, com a criação, em 1857 (MOTA, 2010),⁵⁴ do Estabelecimento dos Educandos Artífices,⁵⁵ na administração de Francisco José Furtado,⁵⁶ que, por sua vez, estruturou a educação em “instrução primária, ensino particular, instrução secundária, Casa dos Estudantes e Seminários” (UCHOA, apud MOTA, 2010, p. 29). Essa subdivisão fazia parte da estrutura pensada pela esfera federal para a administração do sistema educacional.

No Estabelecimento, o maior número era de crianças indígenas que, trazidas para a cidade, eram rigorosamente treinadas para servirem de mão de obra nos mais variados trabalhos. O educandário foi adaptado para suprir a necessidade de tal demanda, pois não havia escassez de braços para o trabalho, mas sim recusa por parte dos nativos com relação ao modo de trabalho imposto pela empresa vigente. Dessa forma, podemos perceber que os primórdios da criação de uma cultura educacional em Manaus tiveram suas reais intenções escondidas sob a roupagem da aplicação de princípios educacionais e civilizatórios, que, no entanto, apenas serviram para amenizar problemas de cunho operacional, uma vez que a resistência indígena era, indubitavelmente, uma das fontes dos problemas administrativos no período imperial, o que reforça a ideia de que as escolas primárias eram destinadas aos pobres e a secundária para classe média (Cf. HOLANDA, 1985).

Embora, ao menos teoricamente, a tarefa primordial de tal estabelecimento fosse a preparação para o ensino das primeiras letras, o que se impunham no educandário eram os “valores culturais” condizentes para o mínimo entendimento no trato com aqueles a quem a mão de obra seria necessária – as elites dominantes em consonância com o Estado, o que fica claro, mais uma vez, que a engrenagem montada pelo Estado no período imperial, em Manaus, tinha por objetivo não o ensino em si, mas a domesticação, a dominação, ou melhor, o controle das camadas baixas por meio do “ensino” imposto.

⁵⁴ Regulamento nº 9, de 16 de julho de 1857, conforme art. 32, § 2º. *Colleção de Leis da Província do Amazonas*, de 1879-1881. Tomo XXVII – Parte Segunda (apud MOTA, 2010, p. 30).

⁵⁵ Segundo COSTA (1997, p. 66), a casa “localizava-se às margens do Igarapé de Manaus e deu nome ao antigo bairro de Constantinópolis, conhecido até os dias de hoje como bairro de Educandos”.

⁵⁶ Francisco José Furtado, natural da cidade de Oeiras, Piauí (3/8/1818-20/7/1870), foi juiz e político brasileiro, ministro da Justiça, deputado geral, presidente da Província do Amazonas no período de 10/11/1857-24/11/1860 e senador do Império do Brasil (1864-1870).

O Educandário era um lugar destinado a impor, até mesmo pela força, a cultura branca, utilizando as mesmas regras usadas para disciplinar militares naquele período, que estavam fora da secular realidade indígena. O estabelecimento funcionou em Manaus por longo tempo, formando aprendizes em diversas profissões. Somente a partir de 1894, teve seu regimento reformulado,⁵⁷ como forma de gerar breve retorno dos investimentos fomentados pelo Estado para a área da educação, uma vez que havia na ocasião a intenção de recuperar o “real objetivo” do estabelecimento, “desvirtuado” com o início do *frenesi* da construção de uma “nova” urbe, por esta necessitar de força de trabalho para as atividades inerentes à vida cidadina. Na reformulação do regimento e com a perspectiva de inseri-lo no contexto de modernização, o próprio nome do educandário foi modificado, provavelmente no intuito de agregar valor simbólico à instituição na administração do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro, passando a chamar-se, a partir de então, Instituto de Artes e Offícios.⁵⁸

Na promulgação, em 1894, do novo regimento do educandário (por se constituir uma prática), não se adotou,⁵⁹ mas institucionalizou-se “o regime disciplinar dos internatos militares de ensino, justificando-se tal atitude com ‘os princípios da sciencia moderna’” (MESQUITA, 2009, p. 237),⁶⁰ permanecendo a organização das crianças baseada em formas preestabelecidas desde o domínio dos jesuítas na instrução rudimentar, que separava por sexo a clientela de crianças para o ensino.⁶¹

Entre os meandros da incorporação dessas modificações para a área da instrução e, ainda que para obter melhores resultados dos hábitos culturais, os valores eurocêntricos não foram suficientes para modificar com rapidez a dicotomia dos costumes seculares dos

⁵⁷ Regulamento para o Instituto de Artes e Offícios, Capítulo V – Das recompensas e das penas, Arts. 54 e 60, *Diário Oficial*, de 2 de março de 1894, fls. 88.

⁵⁸ *Diário Oficial do Amazonas*, de 18 de fevereiro de 1894.

⁵⁹ “Os meios disciplinares mais rígidos para ‘corrigir’ os educandos podem ser observados no regulamento de 1873, que previa, além das habituais advertências particulares ou em público, também castigos morais, privação de refeição, meia ração por até 4 dias, uso moderado da palmatória [...] prisão simples ou com trabalhos; prisão incomunicável por até 8 dias; prisão com diminuição de alimentos por até 48 horas; por fim, a expulsão” (ALVES, 1993, apud PINHEIRO, 2001, p. 37).

⁶⁰ De acordo com o Art. 56, “As graduações militares serão como as do Exército, desde cabo de esquadra até a de comandante, usando cada uma das denominações e distintivos que forem marcados no regimento interno” (Decreto nº 48, de 13 de fevereiro de 1894).

⁶¹ Conforme Regulamento para o Instituto de Artes e Offícios, a que se refere o Decreto nº 48, de 13 de fevereiro de 1894, Capítulo I, Art. 1º: “O Instituto de Artes e Offícios é um internato destinado a receber menores desvalidos do sexo masculino de 7 a 10 anos de idade, aos quaes ministrará o ensino litterário, artístico e profissional prescripto neste regulamento” (*Diário Oficial do Amazonas*, de 18 de fevereiro de 1894). Podemos perceber certa “intenção” de se criar uma sistematicidade no trato com a formação educacional nos últimos anos do século 19, a partir da criação do dito regimento.

moradores de Manaus.⁶² No entanto, o esforço para a incorporação dessa nova roupagem pensada para seus habitantes foi intenso, como forma de estabelecer uma harmonia entre o “empreendimento moderno” e a exploração disfarçada, mantida sob o discurso de “superioridade” dos detentores de maior poder aquisitivo da cidade, no período da *Belle Époque*.

Enfim, com o advento da República e da *Belle Époque*, e para uma melhor harmonização de vários segmentos da sociedade, varias imbricações não só políticas, mas do espaço urbano foram realizadas; havia, contudo, o esforço em também maquilar a postura do cidadão com os padrões difundidos pelo fetiche do espírito da época, que, de certa forma, tomou conta de muitas cidades brasileiras. Com o novo regime, veio também a reorganização das capitais, que, gradativamente, se recompunham dentro de uma esfera cada vez mais semelhante aos padrões europeus, especificamente, parisienses.⁶³ De acordo com Nicolau Sevckenko,

Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, [...] a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 1992, p. 30).

⁶² “A identidade da cultura cabocla, como ocorre também com relação a outras culturas, tem a ver com o registro de determinadas matrizes de pensamento e de comportamentos que estão secularmente registrados na memória social dos grupos humanos e que gozam da condição de durabilidade e de persistência no tempo; constituem-se nos elementos fundadores da cultura e, ao mesmo tempo, dos elementos que acabam por conferir-lhe força e peculiaridade. E é justamente graças a essa força interior, de origem mais que secular, que os caboclos das cidades ainda conservam traços fundamentais de sua cultura. Mas nelas, em especial nas maiores, embora procurem adaptar-se a um habitat onde, parece evidente, as condições de vida diferem significativamente daquela vivida anteriormente no mundo rural, enfrentam os estereótipos a eles conferidos: ignorantes, incapazes de assimilarem os padrões de modernidade que a cidade oferece, sem ambições pessoais, de fala típica e ridícula, interioranos, primitivos, aos quais se adita a omissão dos poderes públicos.” (LOUREIRO, 2001, p. 45).

⁶³ Vale notar que essa espécie de “revolução asséptica e refinada” dos costumes foi possível, sobretudo, pelo período de paz na Europa, que começou em meados do século 19, perdurou até 1917, com o início da Primeira Guerra Mundial, e continuou sendo lembrado como um momento ímpar na História, tornando países (a exemplo da França) símbolos de estilo que, no discurso intelectual e urbanista da época, deveria (em tese) ser apreendido por outras nações.

A Instrução foi para as autoridades, durante o momento de transição do período imperial⁶⁴ para o período republicano, um problema de difícil resolução. Existia, segundo Jorge Nagle, um “fervor ideológico” a respeito do tema, porém ele não foi imediatamente colocado em prática. A nosso ver, a demora em romper com as perspectivas da instrução não condizentes com a realidade local, estava, contudo, alicerçada no limitado fomento (por parte das autoridades) da intelectualidade na província do Amazonas e na falta de recursos para alavancar a instrução. Por esses motivos, foi muito mais conveniente para as autoridades, em âmbito tanto nacional como local, espelharem-se em modelos há muito alicerçados nas bases iluministas, mas sem um rumo direcionado e eficaz. Outra dificuldade foi quanto às sucessivas abstenções para se efetivarem as leis e a ausência de uma política de educação que abrangesse todas as Províncias. Essa inércia do poder central e as ações regionais isoladas permaneceram e permearam toda a Primeira República, produzindo forçosamente um atraso que atingiu diretamente a organização de um sistema educacional brasileiro que servisse de modelo para todo o País na República.

No final do século 19 e início do século 20, por meio das modificações urbanísticas, surgiram, contudo, empreendimentos educacionais de maior vulto, mas com dificuldade de formar quadros de profissionais na área da educação. A geração de estudantes do final do Império e início da República, em Manaus, estudava em colégios do centro da cidade e, principalmente, nos elitizados, como o *Gymnásio Amazonense* e o *Instituto de Educação do Amazonas*, os quais eram frequentados por jovens, em sua maioria, filhos de comerciantes e funcionários públicos. Além dessas instituições, existiam também os colégios *Agnello Bittencourt*, localizado da rua Dr. Moreira; *Anglo-Francez*, na rua Henrique Martins; *Colégio Sant’ana Nery*, situado na rua São Vicente; *Instituto Universitário*, na rua dos Andradas; *Nossa Senhora do Carmo*, na rua Leovegildo Coelho; *Quintino Bocayuva*; *Nossa Senhora da Conceição*, na rua Municipal; *Colégios 5 de Setembro*, *Nossa Senhora de Nazareth* e *Pestalozzi*, situados na Av. Joaquim Nabuco.⁶⁵ Existiam também o *Grupo Silvério Nery*, na Praça dos Remédios; o *Grupo Gonçalves Dias*, na rua Gonçalves Dias; o *Grupo José Paranaguá*, na Rua José Paranaguá; o *Grupo Cônego Azevedo*, localizado na rua Xavier Mendonça; e o *Grupo Saldanha Marinho*, na rua Saldanha Marinho.⁶⁶

⁶⁴ “Durante os 49 anos correspondentes ao Segundo Império, entre 1840 e 1888, a média anual dos recursos financeiros investidos em educação foi de 1,80% do orçamento do governo imperial, destinando-se, para a instrução primária e secundária, a média de 0,47% (CHAIA, 1965, p. 129-131). Era, pois, um investimento irrisório.” (SAVIANI, 2008).

⁶⁵ *Anuario de Manaos 1913-1914*, Lisboa: Typographia da “Editora Limitada”, p. 13, 1913.

⁶⁶ *Idem*, p. 25.



Fonte: Acervo do Gymnásio Amazonense Pedro II

Figura 1- Gymnásio Amazonense – Final do século 19

A partir do erguimento desses prédios designados para a instrução pública, começaram a se diluir os muitos dilemas pelos quais passaram o processo educacional e o início da difusão intelectual em Manaus, que foram deveras conflituosos. Com a expansão do ensino, mesmo que deficitário, é possível compreender que a geração anterior às das décadas de 1900-1930 percorreu um trajeto de abandono e incertezas, antes de ter acesso ao mundo das letras. Assim, seria arbitrário não mencionar os primórdios do empreendimento do ensino secundário sem destacar a gênese do processo educacional e intelectual que surgiu em meio aos interesses das elites em torno do processo econômico, político e cultural pelo qual passou a cidade.

1.2. Institucionalização educacional e formação intelectual em Manaus na Primeira República

No período republicano, a conjuntura política, econômica e educacional se inclinou a sustentar grupos restritos pertencentes, em sua maioria, às oligarquias⁶⁷ locais. Holanda

⁶⁷ De acordo com BOBBIO (2002, p. 835), “oligarquia” significa um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar [...] o termo oligarquia é aplicado analogicamente, com excessiva facilidade, a relações de poder diversas das relações

adverte que, com relação às políticas para educação no Brasil nesse período, “nem a República se implanta a partir de 1889 nem a Primeira República termina em 1930. Simples marcos cronológicos, essas duas datas que, de forma alguma, significam mudanças profundas no sistema escolar brasileiro” (HOLANDA, 1985, p. 261).

Em termos gerais, a Proclamação da República culminou com o fim do período escravocrata, a *Belle Époque*, que, especificamente em Manaus, via de regra, foi considerado pela historiografia regional como um período de prosperidade, principalmente na administração do governador Eduardo Gonçalves Ribeiro,⁶⁸ mas também foi visto pelos historiadores tradicionais como um período de profunda dependência política dos governantes com relação ao poder central. Esse discurso foi desmistificado com o trabalho pioneiro de Orange Matos Feitosa, cuja análise sobre o início da República no Amazonas é apresentada por meio de discussão historiográfica e pela lacuna que esta deixou.

A historiadora utilizou-se das fontes tradicionalmente compulsadas e discorreu sob uma perspectiva diferente das que até então haviam sido desenhadas, apresentando os grupos politicamente ativos à época – “monarquistas e republicanos civis e militares” – não como meros fantoches do poder central, durante a implantação da República, mas como

políticas, com o fim de designar o mesmo fenômeno do domínio de um grupo restrito e fechado em organizações outras que não o Estado, como quando se fala de oligarquias econômicas, militares, sacerdotais, burocráticas, sindicais, financeiras, etc.” (BOBBIO, 2002, p. 835).

Baseados nos estudos de Eloína Santos, estamos de acordo com a designação de oligarquia tribal, emprestada de Eul-Soo Pang, que classificou os grupos oligarcas no Brasil como: familiocratas, tribais, colegiadas e personalistas. Por sua vez, esta pesquisa delimita o entendimento sobre oligarquia e toma para este estudo o entendimento de oligarquia tribal, cujo “chefe, um bacharel ou coronel de uma oligarquia tribal era o padrinho influente de um ajuntamento de famílias e clãs, respeitava a autonomia de seus membros associados e promovia uma distribuição equitativa de favores e recompensas, principalmente os favores dos governos estaduais e federal. A imposição de exigências arbitrárias ou ditatoriais, por parte do chefe tribal, frequentemente destruía a unidade e a coesão. Os chefes de clãs afetados ou saíam da política tribal, ou se transferiam para outro grupo, uma ala divergente do PR ou um partido rival. Os irmãos Nery e o clã dos Monteiro, do Amazonas, [...] constituíam exemplos típicos de oligarquias tribais” (PANG, Eul-Soo, apud SANTOS, 2001, p. 39).

⁶⁸ “Eduardo Gonçalves Ribeiro, também conhecido como ‘Pensador’, nasceu em São Luiz do Maranhão, em 18/9/1862, falecendo na cidade de Manaus, em 14/10/1900. Realizou seus estudos em sua terra natal. Formou-se em Engenharia Militar pela Escola Militar do Rio de Janeiro e viajou para a Corte, em 24 de janeiro de 1886; formado e no posto de alferes, foi promovido a 2º Tenente e classificado no 3º Batalhão de Artilharia a Pé, sediado em Manaus. Ao passar por Belém (Pará), ficou adido ao 4º Batalhão da mesma arma. Com a instauração da República, foi nomeado chefe de gabinete pelo interventor federal do Amazonas, tendo assumido o governo do Estado, pela primeira vez, quando da transferência do então primeiro governador/interventor do Estado, Ximeno de Villeroy. Em 23 de junho de 1892, assumiu o governo do Estado, desta vez, por via eleitoral. Dado o salto na arrecadação estadual do período, com a exportação da borracha, foi registrado no ano de 1890 um erário público de 2.243.270\$000 e, apenas cinco anos depois, em 1895, já havia saltado para 10.268:579\$955, o que possibilitou a Eduardo Ribeiro realizar empreendimentos colossais na urbe, considerando a arrecadação e o baixo custo de materiais de construção, transformando a cidade de Manaus de uma reles aldeia em um moderno centro urbano detentor de diversas benfeitorias” (BITTENCOURT, 1973, p. 194-197).

sujeitos ativos no processo de “composição do novo quadro político que permaneceria no poder enquanto ocorria o desmantelamento do quadro anterior, gerando divergências partidárias e conflitos” (FEITOSA, 2008, p. 13).

Com as observações da pesquisadora, é possível perceber que o cotidiano dos primeiros anos da República foi de disputas pelo poder, pois os remanescentes do regime anterior “necessitavam”, de alguma forma, se realocar nos cargos e funções daquela nova realidade política.

A fim de substanciar a permanência e o poder decisório das coisas públicas e privadas em prol de grupos específicos, delineando, com isso, formas distintas de hierarquização do poder vigente, à medida que os números relacionados à produção e à comercialização da borracha nativa⁶⁹ cresciam, destaca-se, nesse período, a necessidade de agregar pessoas gabaritadas para determinadas funções, como, por exemplo, para a ocupação de cargos públicos, pois havia, decerto, a necessidade de mão de obra qualificada e, na sua ausência, havia a ascensão de profissionais de fora do Estado do Amazonas, que eram necessários para dar suporte a tal engrenagem.⁷⁰

Passado o primeiro momento da implantação da República, as funções públicas e os empreendimentos educacionais foram, em grande parte, desfrutados pelos “parentes pobres” (classe média) dos grupos que açambarcavam uma gama de partidários que ora se uniam, ora se digladiavam na arena política, para se beneficiar. As idas e vindas desses grupos ocorreram durante toda a Primeira República entre várias facções, especialmente entre os Nery e os Sá Peixoto contra os Bittencourt, na primeira década do século 20; a facção Antony contra a Pedrosa, na segunda década; e Bacellar e Rego Monteiro contra Nery e Antony, a partir da década de 1920. Não obstante, isso implica relacionar o porquê de, na República Velha, as principais facções e seus partidários serem identificados como “pedrosistas, nerystas, sapeixotistas, pennistas, guerristas, bittencouristas, monteiristas, jorgistas e raposistas” (*A Gazeta*, Manaus, 25 jul. 1913, apud PINHEIRO, 2001, p. 77).⁷¹

⁶⁹ Os números da borracha na Amazônia mostravam-se sempre crescentes antes do início da produção britânica na Ásia, conforme os números (toneladas) a seguir, antecedentes à crise que começou a partir de 1908: “1898 – 21.000; 1899 – 25.100; 1900 – 26.750; 1901 – 30.300; 1902 – 28.700; 1903 – 31.100; 1904 – 30.000; 1905 – 35.000; 1906 – 36.000; 1907 – 38.000; 1908 – 39.000” (LOUREIRO, 2008, p. 22).

⁷⁰ Sobre as mais diversas naturalidades e nacionalidades das pessoas nomeadas para a esfera pública no período estudado, consultar BITTENCOURT, Agnelo. *Dicionário amazonense de biografias. Vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

⁷¹ Foi objetivo da historiadora realizar um apanhado da produção periódica das pequenas folhas no Amazonas, buscando dialogar com suas respectivas propostas sociais, que iam de encontro aos interesses das classes dirigentes, no período de 1880-1920. Os debates nas pequenas folhas discorriam da “exclusão social, à emancipação feminina, à política oligárquica”, entre outros assuntos. Diante deste último item

Essa ligação da elite com a instrução pública permitiu a difusão de um discurso fantasioso em torno das “benfeitorias” de cunho educacional e intelectual em Manaus.

Por meio da instrução pública, as classes dirigentes visavam à possibilidade de ofuscar as particularidades regionais que as ligavam a um passado provinciano. Assim, as autoridades buscaram recriar em Manaus uma perspectiva diferenciada para a educação que, até então, havia sido fomentada e homogeneizou-se um discurso que promovia uma geração de estudantes como “formadores de opinião”, nesse período, no mundo das letras. No entanto, trata-se do discurso e da construção de uma “genialidade”, no que tange especificamente ao estudante ginasiano da Primeira República em Manaus, partícipe de uma geração que desfrutou da infraestrutura de forma não mais efêmera, mas definitiva dos maiores empreendimentos para fins educacionais construídos na cidade, o que possibilitou àqueles jovens, em âmbito restrito, sentirem a efervescência cultural daquele momento, com notícias e hábitos importados, principalmente da Europa, no início do século 20.

Posteriormente, a partir de meados da República experimentou-se um “surto” de nacionalismo em diferentes segmentos, principalmente fomentado nas escolas, nos quartéis, na publicidade, na literatura, entre outras formas.

O contexto nacional da educação no período das reformas educacionais da Primeira República (1890 a 1925) foi influenciado por outras reformas que ocorreram em âmbito internacional, entre as quais as de Giovanni Gentile, na Itália;⁷² de Lunatscharsky e Krupskaja, em 1917, na Rússia, quando este país realizava a transição do capitalismo para o socialismo; de Leon Bérard, na França, em 1923; da Reforma de Fischer, na Inglaterra, em 1918; e John Dewey, nos primeiros anos do século 20, nos Estados Unidos.

No início daquele século no Brasil, as autoridades estavam profundamente influenciadas pelo positivismo de Augusto Comte, e isso se refletiu diretamente na instrução pública. Assim, faz-se necessário apresentar breve explanação para compreender que, mesmo diante do empenho intelectual, havia exagerado déficit em todos os níveis de ensino, durante a primeira fase republicana, que foi orientada por cinco reformas que buscavam diluir os erros anteriores; todavia, as reformas com suas respectivas leis foram alimentadas pelas dificuldades em estender os benefícios da instrução a todo o País.

(política oligárquica), o que intentamos com os nomes e sobrenomes é dar identidade à “elite” mencionada neste trabalho, visto que era em torno de tal política que a vida social e econômica da cidade (em meio a sortilégios) se delineava.

⁷² Sobre esse assunto, ver HORTA, J. S. B. *A educação na Itália fascista: as Reformas Gentile (1922-1923)*. Pelotas-RS: UFPel, 2008. p. 179-223. (História da Educação, v. 12).

A primeira reforma se deu depois da nomeação de Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), o primeiro ministro designado para a área da educação, que marcou o início das modificações para o campo educacional no Brasil, o qual, à época, contava com um contexto que exigia mais rigor por parte das autoridades, uma vez que, com o próprio advento da República e a recente perspectiva da industrialização no Brasil, o ensino seria de fundamental importância para o desenvolvimento do País.

A falta de um programa determinado proporcionou, de acordo com Otaíza Romanelli, a continuidade da “dualidade de sistemas [...] que se vinha mantendo desde o Império”, o que promovia “uma desorganização completa na construção do sistema educacional”, ou melhor, dos sistemas educacionais brasileiros [que] “não passaram de tentativas frustradas [...]” (1977 p. 41-42). A autora, fazendo um apanhado das iniciativas para a educação nesse primeiro trajeto no novo regime, assinalou a continuação das ações do período imperial, que, por sinal, não deram certo.

A reforma empreendida pelo citado ministro, em 1890, estava de acordo com o que foi estabelecido no decreto do “Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil”⁷³, conforme preceituava o

Artigo 62 – Cada Estado rege-se-ha pela Constituição e pelas leis que adoptar, contanto que se organizem sob a fôrma republicana, não contrariem os principios constitucionaes da União, respeitem os direitos que esta Constituição assegura, e observem as seguintes regras:

[..]

5º O ensino será leigo e livre em todos os grãos, e gratuito no primario.⁷⁴

A reforma proposta por Benjamin Constant à frente do Ministério da Instrução Pública Correios e Telégrafos seguia o preceito da Constituição de separar o Estado da Igreja, o que pode ser considerado um marco importante, uma vez que a interferência da Igreja no ensino tinha raízes seculares. No entanto, em se tratando do ensino secundário, havia um ponto que merece destaque: tratava-se da execução do exame de madureza,

⁷³ Decreto nº 914, de 23 de outubro de 1890. *Publica a Constituição dos Estados Unidos do Brazil, submettida pelo Governo Provisorio ao Congresso Constituinte*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=52147&norma=67976>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

⁷⁴ Idem.

almejando-se extinguir os exames preparatórios, que eram aplicados desde o período imperial. Tratava-se de procedimento cujo decreto, em seu artigo 33, alínea “c”, previa que o referido exame seria “prestado no fim do curso integral e destinado a verificar si o alumno tem a cultura intellectual necessária”.⁷⁵ O objetivo do exame de madureza, como se verifica, estava centrado na verificação do nível de conhecimento do aluno: se alcançada nota satisfatória, este estaria apto a ingressar no curso superior. Ressalte-se que o exame não foi executado na prática e que a dita reforma não teve abrangência nacional, pois não houve tempo hábil nem interesse, uma vez que se tratava de uma manobra. Sergio Buarque de Holanda enfatizou que,

No campo da administração federal, o regime republicano toma uma decisão importante, apesar de juntar num mesmo órgão serviços públicos tão distantes: cria, em abril de 1890, a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. O “esdrúxulo Ministério”, como foi qualificado, tem como primeiro ministro Benjamin Constant – na opinião de Dunshee de Abranches (*Atas e Atos do Governo Provisório*), a criação desse ministério foi apenas “um meio arduo e delicado para afastar Benjamin Constant da pasta da Guerra”. A sua duração foi muito curta: por lei de outubro de 1891, que reorganiza os serviços da administração federal, não consta o novo Ministério, tendo a instrução pública passado para a responsabilidade de uma das diretorias do Ministério da Justiça de Negócios Interiores. Esta perdura até o final da Primeira República (HOLANDA, 1985, p. 267).

No que concerne à instrução pública secundária, a Reforma Benjamin Constant mantém a equiparação⁷⁶ aos estabelecimentos estaduais, visto que “Quando qualquer dos Estados da Republica houver organizado estabelecimentos de ensino secundário integral segundo o plano do Gymnasio Nacional, darão os seus exames de madureza os mesmos direitos a esta matricula nos cursos superiores.”⁷⁷

A reforma em questão abrangia os níveis de ensino primário, secundário e normal. Todavia, estava fadada a servir de modelo, pois não abrangia como um todo o território

⁷⁵ Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>. Acesso em: 25 ago. 2011.

⁷⁶ Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. Reforma Benjamin Constant. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

⁷⁷ Idem.

nacional. Além do mais, acompanhava a Constituição provisória e não legitimava qualquer obrigatoriedade do ensino. A partir disso, é possível constatar por meios estatísticos o legado do período imperial e seu “efeito desastroso” quanto à trajetória de abstenções para o segmento da instrução, o que proporcionou um insignificante número de cidadãos alfabetizados.

Quadro 2 – Analfabetismo no início da era Republicana

1890		1900	
Alfabetizados	Analfabetos	Alfabetizados	Analfabetos
2.120.559	12.213.356	4.448.681	12.989.753
% dos analfabetos sobre total da população			
–	85,2	–	74,5

Fonte: *Repertório Estatístico do Brasil*, p. 13. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2011.

Para a segunda reforma, foi aplicado o Decreto nº 3.890, de 1º de janeiro de 1901, reforma que foi apelidada de “Epitácio Pessoa”,⁷⁸ a qual pôs minimamente em prática o que se almejou realizar com a reforma Benjamin Constant, expandindo-a para os Estados. Outrossim, nessa última reforma, direcionou-se a atenção mais para a formação secundária. O objetivo era, em tese, melhorar a estrutura da educação no País, bem como tornar obrigatória a frequência, uma vez que, anteriormente ao decreto em questão, o que estava em voga eram apenas exames preparatórios, sem a obrigatoriedade do ensino seriado.

Desse modo, a reforma “Epitácio Pessoa” trouxe consigo a tentativa de consolidar a aplicação seriada do modelo educacional e buscava estabelecer uma “cultura intelectual superior”. Porém ainda mantinha a existência dos exames preparatórios,⁷⁹ o que demonstra

⁷⁸ Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901. Approva o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

⁷⁹ O mencionado decreto determinou por meio dos seguintes artigos duas formas de acesso ao conhecimento: Art. 112. Com excepção da Escola de Minas e do Gymnasio Nacional, onde se observará o regimen da frequencia obrigatoria, haverá nos outros estabelecimentos duas classes de alumnos: os matriculados e os não matriculados; Art. 113. Os alumnos matriculados deverão assistir a todas as aulas e exercicios praticos, responder ás arguições dos lentes ou dos professores, as quaes se farão pelo menos tres vezes mensalmente, e executar os trabalhos praticos de que forem incumbidos por elles; Art. 114. Os alumnos não matriculados poderão frequentar os cursos theoreticos e os praticos. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

quão contraditória era a tal reforma, uma vez que, ao mesmo tempo que oferecia duas oportunidades para o acesso ao conhecimento, não existia qualquer obrigatoriedade de frequência escolar para os alunos.

Baseado no referido decreto, o *Gymnásio Amazonense* procedeu à organização do ensino que ali se ministrava, uma vez que a Reforma Benjamin Constant não abrangeu todo o País.

A terceira reforma, Reforma Rivadávia Correa, instituída por meio do Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, trouxe a desoficialização do ensino, como veremos no terceiro tópico, e trouxe, também, os “parcelados” e o vestibular. Não era exigida a comprovação de escolaridade⁸⁰ para a inscrição nos exames, o que esbarrava, contudo, no passado de desobrigação, criada pelos preparatórios das leis anteriores, e, em especial, os parcelados lembravam um procedimento fracassado durante o período imperial, com o Decreto nº 7.247, de 1879, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho.

Por sua vez, havia disparidade entre a Lei Epitácio (1901) e a Lei Rivadávia (1911). Esta última representou um retrocesso para a sistematização e a obrigatoriedade do ensino, além de demonstrar a ineficiência do Estado com a regularização e a expansão de todos os níveis de educação, em especial do ensino secundarista, pois este era um meio termo entre os jovens que vinham de um ensino primário deficitário e que buscavam, posteriormente, ascender ao ensino superior.

A quarta reforma oficial do ensino surgiu por meio do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915; foi apelidada de “Carlos Maximiliano”; tinha como propósito reorganizar o ensino e torná-lo obrigatório; e exigia que as séries obedecessem ao conjunto de disciplinas determinadas pelo referido decreto. Essa lei, como veremos adiante, está relacionada à elitização do *Gymnásio Amazonense*, a partir de sua reabertura em 1916.

A Reforma Carlos Maximiliano foi a junção parcial das perspectivas dos três últimos decretos e não deixou de contemplar: 1º) laicização da reforma Benjamin Constant; 2º) a abrangência da reforma Epitácio Pessoa; e 3º) o exame vestibular da Reforma Rivadávia, além de sua proposta, que trazia no seu âmago a seriação e a submissão dos demais estabelecimentos estaduais ao Ginásio Nacional D. Pedro II.

⁸⁰ Segundo Lima, constata-se o “descompromisso do Poder Público com relação à educação, a supressão de qualquer tipo de fiscalização, a plena autonomia estadual sem controle federal, falando-se, como em relação ao sistema empresarial, em ‘livre competição’, sinal de que o sistema era, sobretudo, privado: é a omissão completa do Estado com relação à educação” (LIMA, [s/d], p. 115-116, apud SILVA, 2008, p. 23). Disponível em: http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/rosana_silva.pdf. Acesso em: 28 ago. 2011.

A última reforma educacional da Primeira República foi executada por meio do Decreto nº 16.782/A, de 13 de janeiro de 1925, e ficou conhecida como “Reforma Rocha Vaz”. Essa reforma veio ao encontro de um contexto conturbado, porém muito mais exigente do ponto de vista da educação e do início de ações que pudessem diminuir o analfabetismo no País. Trazia em seu bojo não mais a prorrogação da utilização dos preparatórios, mas sim a obrigatoriedade do ensino.

A sociedade brasileira já estava envolta em nova ambientação de cunho tanto político como econômico, o que por si só interferia no modo de vida e da atitude esperada pelas empresas internacionais que começaram a se instalar no Brasil. Tratava-se de uma nova e recente modificação, e a instrução pública estava longe de alcançar.

A reforma e suas perspectivas culminaram com os ideais da “Escola Nova” e com acontecimentos políticos e culturais da década de 1920, como: o Movimento dos 18 do Forte (1922), no Rio de Janeiro; a Semana de Arte Moderna (1922), em São Paulo; a fundação do Partido Comunista (1922); a Revolta Tenentista (1924); e a Coluna Prestes (1924-1927).

Nesse contexto de leis para a Instrução e de eventos políticos e culturais significativos para o País, no período republicano, a jovem intelectualidade buscou atividades que aprimorassem a sua formação intelectual dentro das instituições escolares, a exemplo dos alunos do Colégio Atheneu do Amazonas, com o jornal *Palladium*; do Colégio Sant’Anna Nery, com a *Revista Collegial*; do Instituto João de Deus, com o jornal *O Estudante*; do Gymnásio Amazonense, com os jornais *O Gymnasiano*, *A Tribuna*, *A Marreta*, *Arco-Íris*, *Aura*, *Abr’Olhos*, *Tentamém*, *O Estentor* e *Opinião*, além de outros. As atividades mais comuns nessas escolas se davam por meio da produção de periódicos. No Gymnásio Amazonense, além dos periódicos como atividade, havia a militância política e militar, e até mesmo o exercício de atos assistemáticos, de cunho reivindicatório, considerando a precariedade do ensino ministrado.

As reformas chegaram até Manaus de forma a sempre causar descontentamento nos estudantes, com algumas manifestações por meio da imprensa, como veremos adiante. Do ponto de vista da autoridade pedagógica, não detectamos posicionamentos contrários. Todavia podemos afirmar que, em momento algum, pelo menos até o Decreto nº 11.530/1915 (Lei Carlos Maximiliano), o Gymnásio Amazonense não incorporou tudo o que era determinado pelas leis que antecederam o referido decreto.

A Lei “Benjamim Constant” de 1890 (não foi uma lei que abrangeu todo o território nacional), apoiada na Constituição provisória, primava pelo ensino laico. Sob esse aspecto, o *Gymnásio Amazonense* já satisfazia plenamente esse princípio.

A segunda reforma, “Epitácio Pessoa”, de 1901, foi a que teve aplicação mais duradoura no *Gymnásio Amazonense*, haja vista que apesar da promulgação, em 1911, da Lei “Rivadavia Correa” e de o *Gymnásio* também ter sofrido com a descentralização promovida por essa lei, os aplicadores dela buscaram ao menos se balizar pela Reforma “Epitácio”, uma vez que as autoridades, ou por ignorarem a Lei Rivadavia (1911), ou por acreditarem que a Reforma Epitácio (1901) tinha um mínimo de coerência, estenderam sua aplicação, mas sem nenhuma valia jurídica, tal o descaso com a educação, o que comprova o pronunciamento do governador Jonathas Pedrosa aos deputados estaduais, por ocasião da incorporação da Lei Carlos Maximiliano 1915:

O ano passado pedi a vossa atenção para o *Gymnasio Amazonense*, estabelecimento de ensino secundário oficial, que continuava funcionando ainda regulamentado pela antiga lei chamada “Epitácio”, já então derrogada.⁸¹

Por sua vez, a Lei “Carlos Maximiliano” não foi de fácil implantação, o que buscamos enfatizar no terceiro tópico.

Voltando à questão da participação estudantil no mundo das letras, verificamos que ela foi mantida dentro dos principais colégios da cidade, com a produção de jornais de vanguarda, como resultado da importação cultural facilitada pelo contexto de expansão da imprensa. Os locais escolhidos para a produção de jornais e a própria postura dos estudantes, de antemão, serviam como fio condutor, a fim de eles participarem da grande imprensa, o que também lhes proporcionava maior visibilidade, caso desejassem adentrar as atividades políticas do Estado (PINHEIRO, 2001; CAMPOS, 2003).

Ao mencionar o *Gymnásio Amazonense*, não se pode deixar de destacar a importância, segundo a educadora Assilene Mota, da escola para a formação de professores, criada no período provincial, a Escola Normal da Província do Amazonas, que “nunca teve sede própria, sendo instalada em prédios alugados durante o período imperial” (MOTA, 2010, p. 19). Tratava-se de um tipo de estabelecimento de ensino cuja origem remonta ao século 19, criado em 1880, por meio da Lei nº 506, de 4 de novembro, pelo então presidente da província, Sátyro de Oliveira Dias. Convém salientar que sua existência obedece à

⁸¹ Mensagem lida na Assembleia Legislativa pelo Sr. Jonathas de Freitas Pedrosa, em 10 de julho de 1915.

seguinte cronologia, se considerados os primórdios da formação de professores no Amazonas: no período imperial (1852), era denominada de Escola Normal da Província do Amazonas; a partir de 1880, sua denominação foi substituída para Instituto Normal Superior, e sua implantação, de fato, ocorreu em 1882, ainda no período imperial; na fase republicana (1890), recebeu o nome de Instituto de Educação do Amazonas (Cf. MOTA, 2010, p. 20). Essa escola teve fundamental importância no processo organizacional da educação no Estado, para os níveis de ensino mais básicos, visto que para a existência e a manutenção do alunado era necessária a formação de mestres que pudessem exercer o ofício do magistério, quadro que, no período republicano, ainda se mostrava impotente frente ao analfabetismo assombroso.

Essa problemática educacional delineada ao longo do tempo, pelo desinteresse tanto na esfera local quanto na esfera federal, favoreceu um quadro deficitário e crônico de dificuldades para formar pessoal qualificado que exercesse as atividades da instrução pública mais básica. É nesse sentido que a história dos educandários para a formação de professores, no final do período imperial e no decurso da Primeira República, se constituiu problemática, juntamente com a história dos educandários primários e secundários.

De fato, até o início do século 20, no Amazonas, ambos os níveis de instrução não haviam sequer formado bases sólidas. Essa infeliz trajetória da instrução pública só foi possível pelo modo como as leis foram interpretadas, pois “os Estados procuravam sozinhos cumprir seus deveres constitucionais na área da escola primária e normal” (HOLANDA, 1985, p. 268), o que contribuiu para o insucesso da instalação dos alicerces da educação no Brasil, pois nessa área o governo dispôs tardiamente de ministério específico⁸² para atender e administrar a demanda escolar reprimida. A instalação de um ministério, como já apresentado, ocorreu somente em 1890.

Um forte indício da falta de equilíbrio entre o que se necessitava em termos de mão de obra qualificada (professores) e o que se investia, para que fosse possível obter tal qualificação, pode ser notado no número crescente de estabelecimentos voltados para o ensino, ainda que, prematuramente, muitos deles tenham fracassado por falta de investimentos, visto que Manaus, com a construção de escolas e vivendo um período de prosperidade efêmero, como foi o período do extrativismo do látex, não saiu do provincianismo acanhado, apenas se maquiou e pareceu ter saído. Assim, sem profissionais

⁸² Sobre o assunto, ver: CARVALHO (2006) e HOLANDA (1985).

qualificados e sem instituições de ensino consolidadas, não houve qualquer mudança na esfera educacional.

O discurso governamental é duvidoso com relação à instrução pública. Aparentemente, esta sempre pareceu ser uma preocupação constante, que somente conseguiu “melhores” quadros diante do momento fortuito vivenciado pela cidade com a relativa importância do Estado como o principal fornecedor de látex para a indústria mundial (pelo menos até 1908). Os discursos governamentais sempre denotavam interesse em expandir a educação. No entanto, antes do “boom” da exportação do látex, não havia recurso disponível para tal investida, e a possibilidade de alargar os horizontes da instrução se concretizou somente na administração de Eduardo G. Ribeiro. Todavia, o discurso deste é contraditório, uma vez que para ele

A instrução publica no Estado tem experimentado extraordinarios progressos. Mesmo no interior, onde quase sempre era inteiramente descurado o ensino, já se vae sentindo um certo entusiasmo pelo estudo e uma certa dedicação pela instrução.

Grande numero de escolas tem sido creadas em todo o Estado de 1892 até hoje e não têm sido improditivos os resultados de sua acção sobre o ensino.⁸³

O governador advertia que, apesar do considerável número de escolas, o Estado esbarrava no problema de pessoal capacitado para lecionar e se expressava de maneira a compactuar com o descaso, uma vez que colocava o ensino prático (da sala de aula) nas mãos de pessoas que não dispunham de formação adequada.

A instrução seria tão bem aproveitada no interior como na capital se o pessoal ali empregado dispusesse das habilitações prescriptas pelo regulamento em vigor. Infelizmente quasi todos os professores que regem as cadeiras do interior são de nomeações interinas para as quaes nem sempre se pode lançar mão de pessoal idôneo.

No intuito de melhorar este importante ramo da administração publica, na minha mensagem lida na sessão passada, vos suggerí a ideia do emprego de professores contratados, enquanto não dispuséssemos de mestres diplomados pela Escola Normal, a fim de deixar a prática demonstrar se os seus serviços são mais uteis e aproveitáveis ao ensino, do que os

⁸³ Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 1º de março de 1896, pelo Exmo. Sr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado, Manáos-Amazonas: Imprensa Official do Estado.

dos que são nomeados por concurso e que não são diplomados. Da competência do professor depende o resultado do ensino.⁸⁴

Do ponto de vista da qualidade do ensino, não se pode deixar de notar que, mesmo com a construção de modernas instituições educacionais, estas ainda não se constituíam impedimento para o êxodo de jovens mais abastados financeiramente ou por incentivo do Estado, por meio de subvenções, para continuarem seus estudos numa esfera mais elevada, necessitando, para isso, migrar para outros Estados, principalmente para os do Nordeste, como provam as listas que eram enviadas para os *gymnásios* com o nome dos alunos reprovados que saíam de Manaus para prestar exames de admissão no Lyceu da Paraíba.⁸⁵

Admite-se que a infraestrutura montada para a instrução pública, no período de fausto da cidade de Manaus, era reconhecidamente dirigida aos jovens da classe média da cidade e do interior, cujas famílias destes últimos os enviavam a Manaus para a continuação de seus estudos, tendo em vista o quão deficitário o ensino era e sua limitação quanto ao oferecimento de séries mais avançadas no interior. Desta forma, os estabelecimentos da capital, aos quais a clientela infantojuvenil era dirigida, eram principalmente os seguintes: o Instituto de Educação do Amazonas (1880); o Instituto Benjamin Constant (1894); o Grupo Escolar José Paranaguá, com a missão de abrigar a Escola Pública Primária (1895); a Escola Estadual Euclides da Cunha (1895); o *Gymnásio Amazonense* (1896); o Externato 15 de novembro (1900); a Escola Estadual Barão do Rio Branco (1905); a Escola Estadual Nilo Peçanha (1898); a Escola Presidente Bernardes, rebatizada de Ribeiro da Cunha em 1925, onde funcionou o Jardim de Infância Pedro Bacellar; o Grupo Escolar Saldanha Marinho (1900), que foi sede da Universidade Livre de Manaós, quando de sua fundação em 1909,⁸⁶ obtendo infraestrutura mínima e aporte financeiro por parte do governo do Estado para esse fim.

Como podemos perceber, as mudanças experimentadas foram incipientes, no entanto, incorporadas a ações arquitetônicas arrojadas propostas para a cidade. As

⁸⁴ *Idem.*

⁸⁵ Lyceu Parahybano. Lista geral dos estudantes reprovados nos exames de preparatórios, “realizados neste estabelecimento”, na primeira época de 1921. Acervo do *Gymnásio Amazonense*.

⁸⁶ “A cedência dessa instituição pelo Governo do Estado, no entanto, acabou desempenhando um papel fundamental e decisivo para a consolidação da Universidade de Manaus. Além de ceder provisoriamente o prédio de um grupo escolar da capital, e que lhe serviu de sede para o início das atividades de ensino (PAIVA, 2000, p. 63-64), “cedido assim com essa cláusula [i.e., sem o prejuízo das aulas que funcionam no grupo escolar], era o mesmo que dizer ‘de uma hora da tarde em diante’, pois as aulas públicas funcionavam durante toda a manhã” (PASSOS, 1989, apud PAIVA, 2000, p. 63-64).

instituições referidas foram edificadas e inseridas na vida cidadina, como expressões fiéis de mudança, a fim de inculcar no imaginário da sociedade a transposição de um passado “obscuro e provinciano” para um “período moderno” e cosmopolita, com o objetivo de legitimar o momento em que se experimentava o gosto pelas coisas oriundas do velho continente. As transformações, contudo, não alcançaram Manaus, de forma a consolidar os liames da modernidade e desta com as formas e as necessidades mais imediatas da instrução pública, pois os métodos ali processados não propunham uma organização multifacetada de instrução direcionada aos jovens das classes baixas, mas, sim, aos jovens das classes economicamente estabilizadas, utilizando para isso recursos de segregação por meio do exame de admissão.

A grandiloquência das edificações não era suficiente para agregar a formação de profissionais (professores) a contento, para a clientela de estudantes de diversas faixas etárias e classes sociais. A “falácia do fausto” proporcionou um discurso fantasioso de progresso educacional, de instrução e intelectualidade nada condizente com a realidade. A historiadora Ednea Dias assinala que, no período do “fausto”,

[..] os valores da sociedade capitalista que ganham materialidade nas prioridades eleitas para as construções e os investimentos públicos, os símbolos ganham força com a expressão arquitetônica do símbolo. A educação do cidadão também era meta que se materializava em equipamentos e edificações públicas (DIAS, 2001, p. 70).

Entretanto, fizemos questão de frisar neste trabalho que o sujeito histórico (estudante) ao qual era destinado todo o aparato mencionado era o que estava dentro dos círculos privilegiados, atores que, de fato, possuíam uma identidade cívica, eram geridos por regras constitucionais que “chegavam até a eles” e agraciados com uma relação profícua com as instituições do Estado, mantenedoras dos direitos civis conferidos aos cidadãos.

Para essa camada restrita, seguir o modelo de instrução sociocultural estrangeiro, mesmo que não a contento, significava “civilizar-se”, e tudo isso sob a égide da modernização.

1.3 Reivindicação ou baderna: os resultados da “Lei Rivadávia” e da “Lei Carlos Maximiliano” no Gymnásio Amazonense em 1915

Por conta da herança acrítica de memorialistas (BRAGA, 1983; BENCHIMOL, 1999; BITTENCOURT, 1973, LOUREIRO, 1978, 1994; MONTEIRO, 1996), a

historiografia regional (AGUIAR, 2002; CASTRO, 2008) tem de alguma forma legitimado um discurso fantasioso sobre a institucionalização educacional, a qualidade do ensino e a formação intelectual em Manaus. Contudo, a ausência de questionamento por parte dessa historiografia ajudou a omitir uma política inoperante em relação ao ensino e ao número significativo de analfabetos do período, o que se deu por meio da valorização das classes média e alta, em sua maioria grupos oligárquicos, comerciantes e funcionários públicos, que tiveram acesso à instrução pública e a mantiveram restrita aos seus respectivos grupos.

Vê-se, também, que a historiografia regional (AGUIAR, 2002; CASTRO, 2008) não tem contemplado a trajetória estudantil nas letras, uma vez que os jornais estudantis se caracterizavam como um lugar para as reivindicações e para as escolhas políticas e intelectuais dos estudantes *gymnasianos*.

O evento explorado neste tópico trata de uma manifestação ocorrida em 1915, inspirada na atitude imediatista dos alunos do *Gymnásio* contra o diretor interino deste,⁸⁷ Salvador Carlos Augusto de Oliveira e Simões, mas por detrás da qual estava um descontentamento com a reforma educacional, que buscava a centralização do ensino, principalmente o secundário, visto que se tratava de uma forma encontrada pelo governo federal para fortalecer e limitar o ingresso às instituições de ensino superior da época.

O fato mais grave, porém, foi a falta de controle relacionada com a Lei Rivadávia, de 1911, e o modo como as bases educacionais foram administradas pelo Estado. Sobre essas disparidades, a historiografia regional optou por preterir os problemas decorrentes da má administração do segmento educacional, ignorando em seu discurso a degradação social existente em Manaus, com a ausência de políticas apropriadas à educação. Assim, entre uma perspectiva utópica e outra conflitiva,

[..] a inserção das classes populares no processo histórico da cidade, essa historiografia regional é omissa. É que, apesar de conviverem [as classes alta e baixa] num mesmo espaço, trazê-la [a classe baixa] para a memória histórica quebra a imagem de Manaus como uma cidade única e coloca em cena a existência de uma cidade problemática, conflitiva, tensa, em oposição àquela cujas obras desses historiadores ajudaram a construir, trazendo à luz apenas o lado idílico de uma decantada civilização (COSTA, 1997, f. 80).

⁸⁷ “O diretor da instituição cónego dr. Israel Freire da Silva passou algum tempo afastado, pois desde maio daquele ano circulavam notas na imprensa estudantil sobre sua enfermidade. *Correio Gymnasial*, Manaus, 1, n. 2, 3, maio 1915.

No decorrer deste trabalho, buscamos apresentar os muitos momentos em que se buscou formular, em linhas gerais, um sistema educacional em meio ao desinteresse da União, cujo modelo ou a criação de uma identidade para a instrução pública amazonense eram fundamentais. Foram experiências que, fracassadas, não alicerçaram os investimentos educacionais do século 20, na Primeira República, visto que os decretos publicados (1901, 1911, 1915 e 1925) para fins de organização do sistema educacional apenas legitimaram a abstenção do governo federal em relação à educação ou demonstraram a divergência ideológica entre seus mentores.

A partir de 1911, o País enfrentou uma onda de abstenção, descentralização e desoficialização do ensino público, herança da implantação do Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911,⁸⁸ aplicado durante o governo do presidente Marechal Hermes da Fonseca (15/11/10-15/11/14). Essa lei desoficializava o ensino e foi constituída sob a égide da doutrina positivista.⁸⁹

Aparece daí a Reforma Rivadávia.⁹⁰ Vem envolvida na roupagem compósita do liberalismo político e do positivismo ortodoxo e arrasta o Estado, francamente, para o caminho da abstenção. Não se fiscalizam as escolas; não há exames oficiais; entra em eclipse a prova de capacidade para o exercício profissional (ALMEIDA JR., 1953, p. 77, apud CURY, 2009, p. 6).

Convém salientar que os estudantes não estavam apáticos com o novo regulamento, pois na *Revista Estudantina*, n. 8, de março de 1912, seus redatores mostraram toda a sua indignação com a instrução pública com um artigo intitulado “A derrocada”:

⁸⁸ Foi oficializado o Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, do Senado Federal/Subsecretaria de Informações, sobre a Lei Orgânica Superior e do Ensino Fundamental na República, que visava à “Organização do ensino – Autonomia didáctica e administrativa – Institutos de ensino superior e fundamental – O Conselho Superior do Ensino – O patrimônio, sua constituição e aplicação”. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

⁸⁹ “Essa doutrina, polemizando com uma cultura livresca e defendendo os direitos civis sem deixar de apontar a função social da propriedade, marcou as nossas Escolas Militares, as Escolas de Medicina, de Engenharia e de Direito, nas quais seus formandos passaram a integrar vários postos da burocracia estatal” (CURY, 2006, p. 38).

⁹⁰ A Lei foi batizada com o nome de seu idealizador: “Rivadavia Cunha Correa (1866-1920). Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (São Paulo), também ele era positivista, tendo ocupado muitos cargos eletivos. Foi deputado estadual e federal em vários mandatos, senador pelo Rio Grande do Sul, foi prefeito do Distrito Federal, ministro da Fazenda e ministro da pasta que se ocupava da Educação” (CURY, 2009, p. 5-6). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0530108.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

Como de ha muito previsto, começou a derrocada da instrucção brasileira.

Já era sabido de antemão, o resultado dessa lei inqualificável e retroactiva que a ironia mordaz de quem a elaborou deu o nome de *lei orgânica do ensino superior e do fundamental da Republica*.

[.] ocasionando a deserção dos estudantes dessas casas de ensino, onde se bebia a luz da instrucção, para, depois de possuir uma base solida, que adquiriria no longo curso de sciencias e lettras, ter acesso nas academias do paiz.

[..]

O Gymnasio Amazonense, essa casa de ensino, outrora tão bem freqüentada, que se impunha pelo seu curso difficil e moralisado, hoje está deserta, não tem quasi frequencia.

[..]

E assim esta Republica infeliz segue sua triste sina, deixando no rol das cousas imprestáveis a instrucção – aquilo que todas as nações tratam de melhorar para seu progresso.⁹¹

A partir dessa exposição, percebemos que os estudantes tinham ciência da oscilação da questão educacional no País. Assim, com normas mais dilatadas, vê-se que ficava explícita mais uma vez a abstenção federal com relação à educação que se processava nos Estados e, principalmente, afastava-se a impossibilidade de abrangência de um sistema educacional consolidado para todo o País.

Diante desse quadro, por quatro anos, vivenciou-se o gradativo fracasso da dita lei; entretanto, nesse período, os estudantes gymnasianos, de certa forma, não se acomodaram; todavia, eis que surge a Lei Carlos Maximiliano impondo acima de tudo os exames vestibulares e a equiparação dos Gymnásios Estaduais ao Gymnásio Nacional. E reacendem-se os debates sobre a instrucção secundária.

Para o Gymnásio Amazonense, o referido decreto foi significativo, pois surgiu em um momento em que o estado de coisas naquela instituição havia chegado ao limite em proporções desastrosas, por força justamente da desoficialização da educação por parte do governo federal e do descaso estadual. Para ilustrar o momento transitório entre a Lei Rivadávia e a Lei Carlos Maximiliano, passamos a narrar um evento ocorrido no Gymnásio Amazonense, que esteve relacionado aos dois decretos.

⁹¹ *Revista Estudantina*, Manaus-AM, n. 8, mar. 1912.

Era uma manhã de junho de 1915, quando o diretor-geral da Instrução Pública, José Francisco de Araújo Lima, adentrou o *Gymnásio Amazonense* e constatou a que ponto chegara a falta de organização institucional, sem, no entanto, existir normas rígidas de educação em nível nacional que pudessem servir de modelo para a estruturação do ensino promovido do *Gymnásio*. Ressalte-se que a educação no País, como verificado anteriormente, sofreu um retrocesso em sua organização a partir da Lei Rivadávia. Os quatro anos em que a lei esteve em vigor foram suficientes para manter a educação estática e principalmente contribuíram para o fortalecimento de uma educação bacharelesca, com a expedição desenfreada de diplomas. O que não elevava em nada o fortalecimento da educação secundária e superior no Amazonas.

Por sua vez, diante da precariedade da instrução e da falta de comando de Salvador Carlos Augusto de Oliveira e Simões, diretor interino do estabelecimento, o *Gymnásio* estava, de acordo com o inspetor José Francisco, diante de uma “crise moral e material em que se dissolvia o ensino público entre nós”. Os alunos do *Gymnásio* alimentavam antipatia pelo diretor interino; no entanto, na visão do educador, fica claro o quadro de abstenção do governo federal e de abandono, promovido pelo Governo do Estado para a área educacional.

[..] a condição deplorável daquele instituto cada vez mais se agravava, até que a rebeldia e a desenvoltura dos seus alumnos culminaram com o atentado de junho de 1915; naquele tristíssimo dia, vendo malbaratado por completo o prestígio da polícia do estabelecimento lamentavelmente desamparado do apoio da polícia profissional – Director, Professores e empregados administrativos, forçados se viram a abandonar o edifício, deixando-o entregue à sanha dos estudantes amotinados (apud MONTEIRO, 1996, p. 308-311).

Esse relato faz parte da exposição de motivos encaminhada pelo referido diretor-geral da Instrução Pública ao então governador do Estado, Jonathas Pedrosa,⁹² e encontra-se transcrito no livro *Mocidade Viril 1930: O Motim Ginásiano*, de Mário Ypiranga Monteiro. O texto, apesar de sucinto, revela três linhas de interpretação que merecem ser sublinhadas.

A primeira volta-se para o fato em si e, de forma imediata, verificamos que, pela lógica, diretor, professores e funcionários administrativos se viram reféns de uma “baderna” desenfreada, e que, na visão conservadora da autoridade pedagógica, tais atitudes foram

⁹² “Jonathas Pedrosa eleito governador do Amazonas, assumiu a administração (1913 a 1917), tendo como principal opositor o coronel Antônio Guerreiro Antony. Jonathas Pedrosa possui extensa biografia, na qual devemos destacar que ele foi o fundador, ‘em janeiro de 1889, na cidade de Manaus, do Ateneu Amazonense, então um dos maiores colégios do Norte do Brasil. Nesse mesmo ano, em 1890, em 20 de julho, foi designado para o cargo de inspetor de Higiene Pública. Em 1890, fundou o Partido Republicano, depois, Nacional, sendo por ele representado candidato ao cargo de senador federal, na eleição de 15 de setembro daquele ano” (BITTENCOURT, 1973, p. 291-292).

uma afronta à administração escolar, a qual não teve pulso para conter o motim, pois durante o evento, esteve desamparada do apoio do Estado e de sua polícia constituída.

A segunda, e nas entrelinhas, está a insatisfação do educador com a condução das políticas educacionais do governo federal da época, no que diz respeito ao ensino secundário.

A terceira também está implícita e refere-se à insatisfação quanto ao posicionamento das autoridades estaduais com relação ao ensino vigente, pois, na exposição de motivos encaminhada ao governador Pedrosa, o inspetor revela que “a condição deplorável daquele instituto cada vez mais se agravava, até que a rebeldia e desenvoltura dos seus alunos culminaram com o atentado de junho de 1915” (apud MONTEIRO, 1996, p. 308). Pelo exposto, percebe-se o estado de coisas vivenciadas pelos alunos daquele estabelecimento, o qual teve origem não apenas na abstenção de responsabilidades, conforme ficou claro na Reforma Rivadávia Correa, em seu artigo 2º: “Os Institutos, subordinados até agora ao Ministério do Interior, serão, de ora em diante, considerados corporações autônomas, tanto do ponto de vista didactico, como do administrativo.” Isto posto, percebemos que a reforma causou um colapso na administração da instrução pública em todo o País, e não ocorreu diferentemente em Manaus. No entanto, apesar de aparentemente ciente das condições educacionais, o inspetor transferiu para o alunado e suas atitudes todo o flagelo do ensino, dando com isso foco ao evento, sem cobrar quaisquer medidas do governo do Estado para a melhoria do ensino.

Os gymnasianos se defenderam e, por meio do jornal *Correio Gymnasial*, expuseram na imprensa que o fechamento da instituição era decisão desproporcional às atitudes deles, na fatídica tarde de junho de 1915, uma vez que, segundo eles, não se tratava de fatos graves, pois apenas entoavam gritos de “morras ao Salvador” e cantavam uma canção por eles composta,

Encrenca Gymnasiá

Agora o caso em Manaós mais discutido,
E o dia todo batido
É a questão gymnasiá.
O governo, dando apoio a o Sarvadô,
Asterengo a conselô
Todo o Gymnasia a ferroiá .

E um decreto baxô
Appoiando o sarvadô

Os estudantes, que são cabra escovado, Ficaro
tudo damnado
Por ta coisa a succedê,
E foro logo toda a casa escangaiando,
Dando morras e gritando:
Sarvadô deve morrê.

O Sarvadô pela trazeira
Escapuliu na carreira

Ahi o governo vendo o renço no perigo
Dissea elle eu to contigo
Tu na encrenca não vae só,
E mando logo que a força se preparasse
E os home não duvidasse
Mendá tudo pro mocô

Tudo se preparô
Pra garanti o Sarvadô

O Feliciano que já tem crime de morte
Disse logo eu sou um forte,
Não me deixo amentrotá,
E en constando-se á parede, apiruan do,
Foi-se pondo a preparado P'ro sarceiro agüenta .

Gymnasia não é Cachoeira
Vem nós o Marques Ferreira

Feliciano, secretario envilecido,
Deve já está convencido
Da força dos estudantes,
E o governo, para bem se defini,
Deve depressa demitti
Um mulherengo sem elhante.

Gymnasia não é cantá loa
P'ra viúva Camarôa

Seu Zé Francisco, que é um bicho decidido,
E mesmo bem instruído
Na arte de botica,
Vendo os alumnos contra tudo arreliado
Resolveu fazê chamado
P'ra policia militá

Cocada é doce valente,
Quem come tem dor de dente

Disque o motivo de medida tão ferina
Foi falta de disciplina
Da parte dos estudante
Mas o Congresso p'ra correcto procedê
Deve depressa resolvê
P'ra ficá tudo como Dante

E o Sarvadô sem morá
Deve aposentado ficá

O povo todo, que a cousa toda tem visto,
Pode só enxergá nisto
Mesquinha perseguição,
O Sarvadô mais a caterna de cothurno
Combinaro por seu turno,
Do Gymnasia a extincção

Pra s finança concertá
É a desculpa que hão de dá

Fonte: *Jornal Correio Gymnasial*, Manaós, anno 1, n. 7, 16 de julho de 1915.

Figura 2 – Encrenca Gymnasiá - Música da Cabocla de Caxangá

Os gymnasyanos esclareciam também que “alguns colegas mais violentos mandaram comprar umas bombas para desalojar-o (o diretor interino) de lá, e começaram a jogal-as”.⁹³ Quanto às demais depredações, alegaram que o arrombamento à secretaria não partiu deles e supunham que por detrás de tal fato poderiam estar o Diretor Interino e o secretário:

Soubemos que o relatório apresentado pelos peritos Paulo Eleutherio e dr. Abilio Alencard, não constavam arrombamento algum nas portas externas dos fundos do Gymnásio Amazonense.

Eis pois a prova evidente de que só podia ser feito aquillo pelo secretário e director pois só elles podiam entrar pela porta da frente que se achava guardada por praças da Polícia Militar.

Sem commentarios.⁹⁴

Em suma, para eles, os culpados pela proporção dada aos fatos foram os dois agentes administrativos. Os estudantes acreditavam que o ato de fechar o Gymnásio não era um ato “justo” e insistiam que

Toda a população de Manaus interessa-se pela nossa causa, que se tornou gloriosa, mesmo porque Ella foi encetada pelo Gymnásio que não havia de submeter-se ás exigências absurdas do Diretor interino e do secretário: um perseguia alumnos de toda a maneira e o outro perseguia os pobres bedéis que alem de não receberem os seus salários eram obrigados a tarde lavar vidros.⁹⁵

Depois dos atos dos alunos, o Gymnásio foi fechado, e as autoridades pedagógicas buscaram reabri-lo sob uma nova “roupagem” que estivesse de acordo com a “Lei Carlos Maximiliano”, lei que trazia em seu bojo a determinação para equiparar os Gymnásios Estaduais ao Gymnásio Nacional.

Extraoficialmente, no *Anuário* do Gymnásio Amazonense, de 1925, Miranda Leão asseverou que a demora para a aprovação da equiparação foi fruto da “desharmornia sobrevinda entre o fiscal nomeado, Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque (1916-

⁹³ *Correio Gymnasial*, Manaus-AM, a. 1, n. 6, 8 jul. 1915.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ *Idem*.

1917), e o director geral da Instrução Publica, Dr. José Francisco de Araújo Lima, [...] [a qual] deu logar a que fosse protelada a concessão daquela regalia”.⁹⁶

Por sua vez, o Diretor da Instrução Pública, Dr. José Francisco de Araújo Lima, no seu relatório, revelou que o insucesso para a equiparação deveu-se à inconsistência do Regulamento de março de 1916,

[...] que tão pouco correspondia ás exigências da equiparação. Remodelando o estabelecimento segundo as disposições do Decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, [...] haviam sido adaptadas ao Regulamento de 1916 disposições flagrantemente contraditórias com o regimento do estabelecimento modêlo. Contra taes infrações reclamou o digno Inspector do Conselho Superior do Ensino, Dr. Xavier de Albuquerque, cuja collaboraçãõ solícita e esclarecida foi vantajosamente utilizada na elaboração do novo Regulamento.

A seu critério sensato e lúcido foi submettida, minuciosamente, a analyse de cada artigo, dependendo sempre do seu juízo ao interpretar os preceitos do Regimento do Collegio Pedro II, a adopção ou rejeições das medidas [...]. (apud MONTEIRO, 1996, p. 310).

Sobre a equiparação, pode-se afirmar que esta esbarrou ainda no Art. 14 da Lei nº 11.530/1915, o qual determinava que “O inspector inquirirá, por todos os meios ao seu alcance, inclusive o exame de toda a escripta do instituto”. Assim, a alínea “g” preceituava que o estabelecimento deveria possuir “laboratorios indispensaveis e se estes são utilizados convenientemente.”⁹⁷ Isso significava, contudo, que persistia o ensino cientificista baseado nos ideais positivistas de Augusto Comte. No entanto, tal equiparação foi somente solucionada em 1920, quando, foram importados da casa *Les Fils D’Emile Deyrolle*, de Paris, os gabinetes para a montagem do laboratório. Na mensagem de 1920, o governador Pedro de Alcantara Bacellar cogitava, ainda, a resolução de outro problema, a cadeira facultativa de Italiano e Espanhol, prevista na Lei Carlos Maximiliano, mas que, até aquele momento, dependia de aprovação do orçamento para sua implementação.

Em seu livro, Monteiro buscou diferenciar e enaltecer outro evento, a “Revolução Gymnasiana”, ocorrida em 12 de agosto de 1930, distanciando-a dos acontecimentos de junho de 1915, “eximindo-se” de realizar críticas diretas (MONTEIRO, 1996, p. 308).

⁹⁶ *Anuário...*, 1925, p. 60.

⁹⁷ Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915 Reorganiza o ensino secundario e o superior na Republica.

[..] as origens dos movimentos escolares de 1915 e 17 não foram idênticos ao movimento ginásiano de 1930. Aquele partiu de uma injustiça praticada pelo Ministério da Educação e Saúde contra o ensino de modo geral e feriu o próprio estabelecimento, [...] e o nosso, ao revés, foi defesa do estabelecimento contra a ação policial. Dessa atitude para baderna vai uma distância que a miopia dos senhores Carlos da Silva Mesquita, Ramayana de Chevalier e Aldo Moraes não poderiam distinguir, principalmente o último, literato fracassado, sem curso ao menos secundário, e por cima auxiliar de todas as contubérnias que Manaus já conheceu (MONTEIRO, 1996, p. 313).

Na origem dessa posição do autor, está uma rixa com professor Ramayana Chevalier.⁹⁸ Tudo indica que este intelectual era avesso às atitudes dos estudantes no movimento de 1915 e no motim estudantil de 1930, desqualificando-os em sala de aula, o que demonstrou a rivalidade entre os grupos de intelectuais e os alunos, que também rivalizavam entre si, uma vez que faziam suas escolhas intelectuais e estreitavam sua relação com professores que, por sua vez, estavam ligados à política vigente ou a grupos de oposição. Divergências à parte, reconhecemos que o último evento mencionado tem sido lembrado segundo uma perspectiva negativa de desordem, ligando-o à simples baderna.

A afirmação de Monteiro possui várias nuances e indícios que sobressaem à medida que o texto é esmiuçado, destacando-se, assim, os distintos contextos em que ocorreram os dois eventos. Quanto ao de 1915, podemos dizer que ele ocorreu em meio às conturbadas mudanças das normas educacionais com o Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915,⁹⁹ no governo do presidente Wenceslau Braz (15/11/14-15/11/18).

Embora a Reforma Carlos Maximiliano de 1915 haja reoficializado o ensino até por conta das mal afamadas “escolas elétricas” que se disseminaram pela ausência de controle estatal e por uma interpretação laxa da liberdade profissional [...] ela não abandonou a orientação das ciências segundo Augusto Comte (CURY, 2006, p. 47).

Com o passar dos anos, a lacuna deixada pelo inspetor, em texto não reivindicatório, foi absorvida pela historiografia regional na figura de Carmélia Castro e pelo trabalho de

⁹⁸ “Walmiki Ramayana Paula e Souza de Chevalier nasceu em Manaus em 24 de setembro 1909. Fez o curso primário no Instituto Universitário Amazonense, de propriedade de seu pai, o de humanidades no Gymnásio Amazonense Pedro II, e o vestibular na Faculdade de Medicina do Pará, de onde se transferiu para a Faculdade de Medicina da Bahia. Foi professor no Gymnásio Amazonense D. Pedro II” (BITTENCOURT, 1973, p. 416-417).

⁹⁹ Carlos Maximiliano foi ministro da Justiça em 1915 e promoveu Reforma do Ensino.

Mario Ypiranga Monteiro no livro citado, sobre as nuances que envolveram o motim de junho de 1915. Carmélia Castro destacou que

A história do Colégio Amazonense Dom Pedro II, desde sua origem, é assinalada pela afirmação das lutas na busca de um ideal renovador, e a razão do entusiasmo da juventude que, de geração em geração, sempre ávida de glórias, sedenta de instrução, vai a caminho de um futuro de respeito e veneração, mesmo nos momentos mais graves de sua vida, com acontecimentos marcados, muitas vezes, pela desordem, agressão, como no caso da Revolta de junho de 1915, quando descontentes com o ensino ali ministrado, que não satisfazia seus anseios, enfrentando crise moral e material, os alunos, num movimento sistematizado de indisciplina, promoveram uma depredação desenfreada, gerando anarquia e terror, forçando o diretor, os professores e os funcionários “a abandonar o edifício, deixando-o entregue à sanha dos estudantes amotinados”, tendo como resultado o fechamento do Colégio, que só retornou às suas atividades normais em março de 1916. Essa revolta concorreu para que houvesse uma reforma de ensino, com a elaboração de um novo regimento para o Colégio, no qual constava um item renovador que dava responsabilidade aos “pais, tutores ou protectores dos alumnos pelos delictos que estes praticuem”, além da recuperação do prédio danificado (CASTRO, 2008).

Castro elaborou um resumo, segundo sua concepção, dos fatos mais relevantes ocorridos no Gymnásio Amazonense, entre os quais o citado movimento. Entretanto, ao não acrescentar perspectiva nova sobre a revolta de 1915, reproduziu a opinião sobre o acontecimento como baderna e não apresentou questões que levem à reflexão sobre os motivos reais que antecederam o evento, a autora acabou por reforçar nossa hipótese de que a manifestação com danos ao patrimônio material do Gymnásio Amazonense ocorreu não como simples ato de baderna, mas como um ato contra a precariedade do ensino ali ministrado e contra a banalização deste por parte do governo federal. A historiadora enfatizou a informação contida na exposição de motivos do inspetor quanto à elaboração de um novo regimento para o Gymnásio, que não só puniria os alunos que depredassem o estabelecimento como também transferiria aos pais ou responsáveis toda a responsabilidade, inclusive pelos danos causados ao estabelecimento.

Segundo o Diretor Geral da Instrução Pública Araújo Lima, realizou-se o fechamento do Gymnásio por quase um ano, a fim de que fossem feitas reformas regimentais e patrimoniais. Entre os artigos da Lei Carlos Maximiliano que, de certa forma, provocaram a preocupação da comunidade discente, destacamos:

Art. 78. O candidato a exame vestibular deve exhibir: a) certificado de aprovação em todas as materias que constituem o curso gymnasial do Collegio Pedro II, conferido pelo mesmo collegio ou pelos institutos a elle equiparados, mantidos pelos governos dos Estados e inspeccionados pelo Conselho Superior do Ensino; b) recibo da taxa estipulada no Regimento Interno;

Art. 82. O exame vestibular será julgado por uma commissão de professores do Collegio Pedro II ou de instituto estadual a elle equiparado ou de professores de incontestavel competencia, sob a presidencia de um professor da academia;

Art. 84. Os alumnos do Collegio Pedro II, ou dos gymnasios estadoaes inspeccionados pelo Conselho Superior do Ensino, não podem prestar exame, de uma só vez, das materias de mais de um anno escolar;

Art. 85. A taxa de exame do curso gymnasial será de 10\$ por materia, destinando-se metade á gratificação dos examinadores, e o resto, ao patrimonio do instituto.¹⁰⁰

Conforme implícito nos artigos, a orientação foi instituir exames vestibulares e provas finais no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro e nos institutos estaduais a ele equiparados, estabelecendo, ainda, a composição de bancas oficiais e instituindo os preparatórios parcelados, medida que, por sua vez, transformava o ensino secundário em uma preparação educacional não coerente, em algo transitório, “preparatório” para os exames finais.

Ambas as leis traziam no seu bojo a intenção de conter a ascensão ao ensino superior, como demonstrado a partir da Lei Rivadávia e preceituado em seu artigo 65: “Para concessão da matricula, o candidato passará por exame que habilite a um juizo de conjuncto sobre o seu desenvolvimento intellectual e capacidade para emprehender efficazmente o estudo das materias que constituem o ensino da faculdade.”¹⁰¹ Tal medida foi aplicada moderadamente para conter os privilégios existentes desde 1837, quanto à emissão de

¹⁰⁰ *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1915. Seção 1, p. 2977.

¹⁰¹ Artigo 65 do Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. Senado Federal: Subsecretaria de Informações. Lei Orgânica Superior e do Ensino Fundamental na República, que visava à “Organização do ensino – Autonomia didactica e administrativa – Institutos de ensino superior e fundamental – O Conselho Superior do Ensino – O patrimonio, sua constituição e applicação”. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>>.

diplomas aos concluintes do curso secundário do Colégio Pedro II. Nessa mesma linha, a Lei Carlos Maximiliano veio somar, sustentando a proibição do ingresso direto ao ensino superior, mas mediante o exame vestibular, conforme a Lei nº 11.530/1915, Art. 77. Para requerer matrícula nos institutos de ensino superior, os candidatos deverão provar “ter idade mínima de 16 anos; idoneidade moral; aprovação no exame vestibular”.

O impacto dessa demanda ocorreu porque, anteriormente, desde o período imperial, os alunos do citado colégio tinham matrícula garantida em qualquer escola superior, como mencionado, sem precisar realizar exames mais rigorosos, o que foi lentamente modificado a partir da segunda década republicana.

Para compreender o porquê da aplicação dessas leis surtir um efeito temeroso, é necessário esclarecer que o ensino superior ainda era bastante recente e que as primeiras iniciativas surgiram no final do século 19, pois não existiam universidades, no entanto, a Proclamação da República tinha um caráter descentralizador que permitia o surgimento de algumas iniciativas regionais

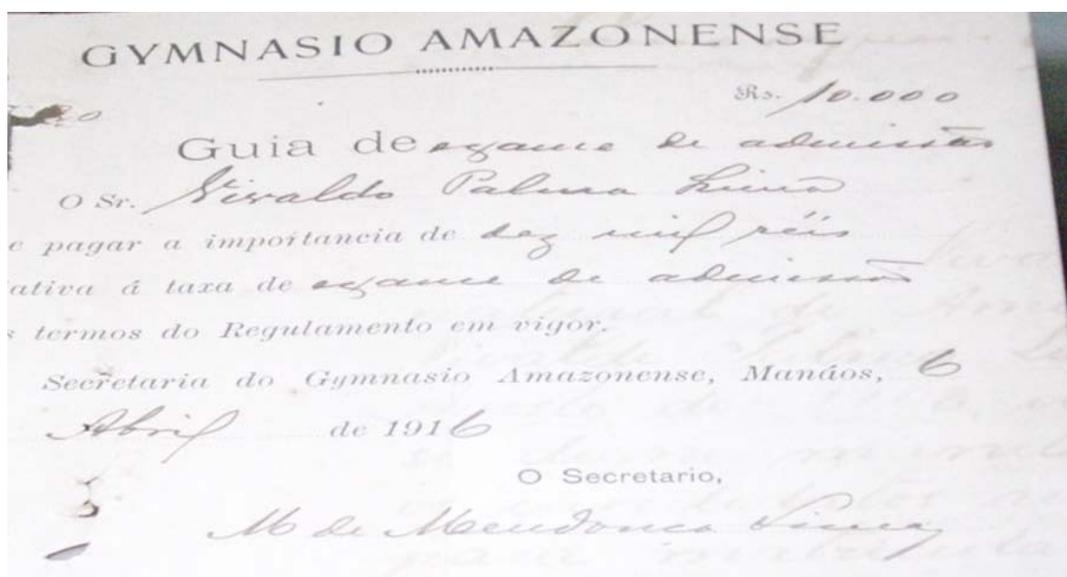
A primeira, “em 1892, o deputado Pedro Américo, da Paraíba, propunha que fossem criadas três universidades, uma na Capital da República, outra em São Paulo e a terceira no norte do país” (FÁVERO, 1977, p. 27).

Claro está que a Reforma de 1915 trouxe com ela a tentativa de corrigir os equívocos das leis anteriores, além da instituição dos exames vestibulares. Com ela também veio a equiparação dos ginásios estaduais ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, mas não para os ginásios privados. Com as novas diretrizes impostas pela Lei Maximiliano, os candidatos ao ensino superior precisavam apresentar certificado de aprovação no curso ginásial realizado no Colégio Pedro II ou nos estabelecimentos estaduais equiparados.

O governo federal, que havia permitido a criação de universidades livres através da Lei Rivadávia, de 1911, retoma o controle do ensino superior em 1915, através da Lei Maximiliano. De acordo com essa lei, uma instituição de ensino superior deveria, para ser reconhecida como universidade, ter pelo menos cinco anos de funcionamento e no mínimo cem mil habitantes na cidade sede. Segundo Wachowicz (1983), a Lei Maximiliano tinha o claro propósito de extinguir as três universidades livres (em Manaus, São Paulo e Curitiba), que surgiram face às facilidades proporcionadas pela Lei Rivadávia, antecipando-se à criação de uma universidade federal. Realmente, tanto a Universidade de São Paulo quanto a de Manaus fecharam suas portas (FERRARI, 1999, p. 170).

O fechamento da “Universidade Livre de Manaus”¹⁰² demonstrou, contudo, mais um empreendimento educacional fracassado, não somente pelas imposições advindas das decisões de âmbito nacional, mas pelo investimento escasso. Com isso, desnuda-se o frágil e problemático ensino daquela universidade, bem como seu pioneirismo. Isso se deve a outro problema emblemático, pois, por mais que os Estados tivessem autonomia educacional, a manutenção da Universidade caberia à União. Mesmo assim, as condições econômicas de cada Estado influenciaram diretamente a ação pedagógica, como foi o caso do Amazonas, diante da crise econômica nas primeiras décadas republicanas.

No âmbito do ensino “gymnasial”, a partir do ano seguinte à revolta dos estudantes, o Gymnásio passou por um processo forçoso de disciplina e elitização, se considerarmos a exclusão dos jovens das classes baixas segundo dois aspectos: o primeiro, a precariedade do ensino das primeiras letras (ensino primário), que impossibilitava os jovens menos instruídos de disporem de preparo equivalente para realizar exames de admissão ao Gymnásio; e o segundo, os alunos, obrigatoriamente, deveriam pagar uma taxa no valor de 10\$000 (dez mil réis), para a inscrição no exame de admissão, como podemos observar no comprovante a seguir.



Fonte: Acervo do Gymnásio Pedro II. Papéis do aluno Vivaldo Palma Lima. 1916.

Figura 3 – Guia de exame de admissão

¹⁰² A Universidade Livre de Manaus deixou de existir em 1º de maio de 1926. Algum tempo depois de publicada a Lei Carlos Maximiliano 1915 que determinava em seu “Art. 25. Não será equiparada às officiaes academia que funcçione em cidade de menos de cem mil habitantes, salvo si esta for capital de Estado de mais de um milhão de habitantes e o instituto fôr fortemente subvencionado pelo governo regional”. Decreto nº 11.530, de 18 de Março de 1915.

Por último, verifica-se que a medida, tomada por meio de *ad referendum*, com o fechamento do estabelecimento por quase um ano, possibilitou ao governo estadual desmobilizar os descontentes com o ensino e reabrir o Gymnásio sob uma roupagem compósita, “alinhada” com o Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, pelo menos em parte, pois, como se viu, a equiparação ocorreu somente em 1920.

Apesar desses entraves, a respeito da inoperância do Estado na área educacional, em pronunciamento à Assembleia Legislativa do Amazonas, o governador Jonathas Pedrosa culpava os alunos pelo ocorrido, chamando-os de insubordinados. Contudo, nas entrelinhas de seu discurso, está contido certo desconforto, pois

Essa manifestação de indisciplina, sinto-me constrangido em confessar-vos, chegou ao extremo de depredações violentas praticadas contra moveis, livros e papeis do archivo da casa, menosprezados pelos insubordinados todos os meios suasórios e a intervenção ponderada dos lentes e auctoridades policiaes para o restabelecimento da ordem e disciplina, que foram sempre o apanágio dos alumnos do Gymnasio.¹⁰³

Certamente, tal constrangimento teve origem na incapacidade de o governo manter um ensino de qualidade, para a população em geral, pois, não fosse pela abstenção, pela ausência de recursos destinados à educação e por um conjunto de leis inoperantes que se instauraram no decorrer da República, decerto o quadro institucional e didático teria oferecido maiores e melhores resultados.

¹⁰³ Mensagem do Governador Jonathas de Freitas Pedrosa de 10 de julho de 1915.

CAPÍTULO II

2 LETRADOS E LETRANDOS DO GYMNASIO AMAZONENSE PEDRO II

2.1 Professores: entre concursos, letras e greves

Neste capítulo, objetivamos identificar como estudantes gymnasianos que compunham a redação dos jornais *A Tribuna*, *O Gymnasiano*, *Correio Gymnasial*, *O Estudante*,¹⁰⁴ participaram da renovação oligárquica do período de 1900-1930 e se, para esse fim, buscaram no desenvolvimento de suas temáticas jornalísticas a inspiração e a filiação intelectual a autoridades pedagógicas, como, por exemplo, os professores Carlos da Silva Mesquita,¹⁰⁵ Álvaro Botelho Maia,¹⁰⁶ Paulo Eleutherio Alves da Silva,¹⁰⁷ Agnello

¹⁰⁴ Compulsamos os jornais *Aura*, *Abr'Olhos*, *Tentamém*, *O Estentor*, *Opinião*, *Lumén Amazonense*, *Gazeta Estudantina*, *Gymnasiano*, *O Arco-Íris*, *O Baré*, *O Estentor* e *O Ócio*, no entanto, destacamos apenas quatro títulos por consideramos as matérias a eles vinculadas mais significativas para este trabalho.

¹⁰⁵ Carlos da Silva Mesquita “Era filho do Comandante Carlos Augusto Mesquita e D. Felismina Maquiné da Silva Mesquita, os dois eram separados. Pela influência do pai, foi estudar na Inglaterra, porém somente pôde embarcar no navio por determinação do juiz, uma vez que a mãe recusava-se a permitir a saída do filho da cidade de Manaus.” (Cf. BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p. 155).

¹⁰⁶ “Álvaro Maia iniciou suas atividades jornalísticas em publicações estudantis como a revista *Aura*. Ainda como estudante secundarista, começou a trabalhar no *Jornal do Comércio*, colaborando ainda no jornal *O Libertador*, todos de circulação local. No Ceará, onde começou seus estudos de Direito, foi um dos redatores do jornal estudantil *O Vaticano*, no qual aparece com o codinome de Alberto Maia e foi um dos colaboradores do jornal *Radical*. De volta a Manaus, em 1917, após a conclusão de seus estudos no Rio de Janeiro, Álvaro Maia fundou junto com Caetano Estelita o jornal *A Imprensa*, cuja direção estava sob o comando do doutor Alfredo da Mata.” (RAMOS, Paula Mirana de Sousa. *Da poesia à política: a trajetória inicial de Álvaro Maia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010). “Em 1918 foi candidato a deputado federal pela oposição, mas perdeu a eleição. Após a Revolução de 1930, foi nomeado Interventor do Estado do Amazonas; em 1935, em eleição indireta, foi eleito Governador constitucional do Estado. Com o Golpe político do Estado Novo foi novamente nomeado, em 10 de novembro de 1937, para interventor Federal, mantendo-se no poder até 1954. Perdeu duas eleições (1958 e 1962) e em 1968 foi eleito senador pelo Amazonas.” (BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 62-68).

¹⁰⁷ “Professor Catedrático de História Universal e do Brasil, por concurso do Estado em 17 de agosto de 1920, nasceu no dia 4 de setembro de 1886, no município de Pau d’Alho, Estado de Pernambuco. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito do Amazonas, Engenheiro Agrônomo pela antiga Universidade de Manaus, Engenheiro Rural *honoris causa* pela Escola Livre de Engenharia do Rio de Janeiro, Professor inscrito na Diretoria Geral de Instrução Pública. Jornalista combatente, fez tenaz oposição ao governo do Desembargador Rego Monteiro (quatriênio 1920-1924). Por esse motivo, foi muito perseguido pela situação dominante, sofrendo até agressões por parte da polícia.” (*Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 391-392).

Bittencourt,¹⁰⁸ Plácido Serrano Pinto de Andrade,¹⁰⁹ Arthur Araújo¹¹⁰ e Adriano Jorge¹¹¹ – personalidades intelectuais maduras, que podem até ser confundidas com outras de gerações do mesmo período, por nunca terem abandonado a atividade na imprensa desde a fase estudantil. Os professores citados, durante suas respectivas trajetórias intelectuais, ora apoiavam, ora se opunham aos governos oligárquicos na Primeira República, em Manaus.

Para cumprirmos essa tarefa, apoiamo-nos nas críticas que Pierre Bourdieu fez ao sistema educacional francês e à escola, uma vez que o método de ensino pregado para aquela realidade estrangeira assegurava a continuidade de privilégios de toda a ordem, reproduzindo, assim, dentro da instituição escolar, as relações de classe.

Esse debate profícuo envolve o conceito de *violência simbólica*, conceito que nos instigou a analisar a relação existente entre os intelectuais que se consolidavam na carreira do magistério e da imprensa e aqueles que eram, acima de tudo, emergentes na carreira intelectual (estudantes). Assim, reconhecemos a aplicação desse conceito no posicionamento dos profissionais do *Gymnásio Amazonense*, que contribuíram para a composição de uma classe que buscava “dominar” econômica e culturalmente outras classes, mas que era composta, em sua maioria, pelos “parentes pobres” das oligarquias, a classe média.

¹⁰⁸ Agnello Bittencourt (Manaus, 14/12/1876 — Rio de Janeiro, 19/7/1975) foi geógrafo, administrador público e historiador. Membro da Academia Amazonense de Letras e um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, em 1917. Foi também prefeito de Manaus, entre 1909 e 1910. Entre outras obras, foi autor do *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

¹⁰⁹ “O Professor Plácido Serrano Pinto de Andrade era natural de Mamanguape (Paraíba do Norte), nasceu em 1º de maio de 1865. [...] preparou-se para o curso de humanidades em sua cidade natal, com o próprio pai, prestando exames no Ateneu Riograndense do Norte. Fez o curso de Ciências Sociais na Faculdade do Recife [...]. O Dr. Plácido, já em Manaus, foi nomeado pelo Governo Federal Fiscal de Exames preparatórios, cargo esse que se havia estabelecido em todas as capitais onde ainda não houvesse Faculdade de Ensino Superior. [...] Enquanto esses cargos se aviltavam em outros lugares, pelas concessões graciosas de aprovação, o Dr. Plácido Serrano, em Manaus, começou por um processo de moralização, não deixando transformar-se em ‘indústria’. [...] Ingressou no *Gymnásio Amazonense*, hoje Colégio Estadual, mediante concurso, na cátedra de inglês e alemão (facultativo). Foi Diretor de 1904-1912. [...] Professor de inglês e literatura da antiga Escola Normal, em cursos particulares e em sua residência, lecionava português, latim e francês, fazendo ainda traduções de italiano e espanhol [...] Exerceu ainda o cargo de Diretor do *Gymnásio* no período de 1925-1930.” (BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 411-412).

¹¹⁰ Arthur Cesar Moreira de Araújo era professor de Mecânica e Astronomia do *Gymnásio Amazonense*.

¹¹¹ Adriano Jorge, médico, era formado pela Faculdade da Bahia. “Natural de Alagoas nasceu a 20 de agosto de 1879. Adriano Jorge, uma vez diplomado, dirigiu-se para o Amazonas, onde consumiu toda a sua vida no exercício da medicina, do magistério e da imprensa. [...] A única função política que exerceu foi a de vereador.” (BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 29-31).

No entanto, no período de crise econômica e política, o *Gymnásio* se transformou, em tese, num lugar “comum”, em que se reencontrariam a classe alta decadente e a classe média, que sempre compôs o corpo discente, seja no período de bonança ou no momento de crise econômica vivida pelo Estado do Amazonas. Os grupos decadentes que buscavam por meio de uma formação intelectual superar a “falência material de suas famílias” juntaram-se a essa classe média *gymnasiana* no momento de crise, principalmente a partir da segunda década do século 20.

Sob a ótica que enfatizamos – a esfera educacional – , apoiamos-nos em Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, ao mostrar que o sistema simbólico de dominação é parte de uma “construção”, seja ela cultural ou social.

Sob a dinâmica descrita, esta pesquisa concorda que existia na composição dos grupos intelectuais emergentes a tendência de eles permanecerem oprimidos, uma vez que os sistemas simbólicos expressavam-se de forma “legítima e dissimulada”, expandindo a ação de uma cultura dominante e reproduzindo posturas, o que implica considerar que os dominados, neste caso, os estudantes *gymnasianos*, por não terem percebido a atmosfera de escolhas a que estavam obrigados a fazer, não se opuseram à ação pedagógica opressora, uma vez que tal opressão, por ser dissimulada, não permitiu que eles se desvencilhassem de sua situação de “vítimas”.

Vale destacar que nessas circunstâncias, a concepção de hegemonia de Gramsci também será importante, pois o princípio educativo, nos processos de produção pedagógica e intelectual dentro do *Gymnásio Amazonense*, foi o responsável pelos processos de produção cultural e intelectual pelos quais passaram o estabelecimento e seus atores sociais, os quais participaram ativamente da ebulição da vida cultural na cidade de Manaus.

Os professores Carlos da Silva Mesquista, Plácido Serrano, Paulo Eleutério, Álvaro Maia, entre outros, muito antes de exercerem o magistério e de fazerem parte da grande imprensa, atuaram no jornalismo estudantil e continuaram a despender esforços no aprimoramento da imprensa em Manaus durante toda a Primeira República, período em que a economia do Estado oscilou bastante, de próspera na primeira década do século 20 a retraída nos meados da Primeira República.

Nos primeiros anos daquele século, a economia ainda estava em evidência no cotidiano de Manaus, pelos números crescentes da exportação da borracha,¹¹² fator que proporcionou a modificação de valores e a implantação de novos hábitos em todos os

¹¹² LOUREIRO, Antônio José Souto. *A grande crise*. Manaus: Valer, 2008, p. 22-23.

segmentos da sociedade, entre os quais destacamos a ampliação do número de profissionais dedicados ao jornalismo e o hábito da leitura de jornais, leitura que ocorria muitas vezes coletivamente. Todavia, mesmo diante do sensível crescimento do número de periódicos naquele momento,¹¹³ o público leitor ainda era diminuto, pois o Estado contava, ainda, com grande número de analfabetos no início do século 20 (Quadro 2), o que revela que o *boom* da imprensa alcançou um número restrito de pessoas que, provavelmente, era incipiente demais para dar conta de tamanha demanda de informações e de periódicos, constituídos sob os mais diferentes formatos e linguagens.

Desse modo, diante da atuação de letrados e letrandos, faz-se essencial mostrar os dois lados da relação de forças e da produção simbólica na arena da intelectualidade, que dizia respeito tanto aos professores mais envolvidos com as atividades intelectuais dentro e fora do *Gymnásio Amazonense* quanto aos estudantes do estabelecimento.

Os objetivos de ambos estavam interligados, e os professores contrários aos governos oligárquicos utilizavam a imprensa como um veículo de resistência, a exemplo do professor Paulo Eleuthério; porém outros, da mesma categoria, participavam na arena jornalística com o objetivo de fazer a conversão de sua carreira a uma vida ligada ao poder e à política, seja o poder institucional, no âmbito da instrução, como fizeram Mesquita, Bittencourt e Serrano, ou político, usando como subterfúgio para esse fim a própria vivência no mundo letrado, como fez Álvaro Maia (RAMOS, 2010).

A trajetória traçada por professores e alunos fazia parte da necessidade e da assimilação da intelectualidade, que tomou corpo na Primeira República, em Manaus, com a filiação de ambos às atividades do jornalismo, cujo ofício há muito era desenvolvido efemeramente em várias escolas por meio da imprensa de vanguarda.¹¹⁴

Com relação à produção jornalística do Colégio Santa'Anna Nery, a historiadora Maria Luiza Ugarte Pinheiro, por meio da *Revista Collegial*, de 1906, revela importante informação sobre o significativo número de jornais em circulação no dito Colégio:

Durante os oito meses do anno lemos os seguintes jornaes, publicados em nosso Collégio:

¹¹³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001. Sobre a produção de jornais no Amazonas, ver em especial o segundo capítulo (f. 58-90).

¹¹⁴ Colégio Atheneu Amazonense, com o jornal *Cascabulho* (1894); Externato 15 de Novembro, com *A Escola* (1900-1901); Colégio Sant'Anna Nery, com *Revista Collegial* (1906-1907); Instituto João de Deus, com *O Estudante* (1907); Atheneu Litterario do Amazonas, com *Palladium* (1908); Atheneu Itacoatiarense, com *Caravana* (1918); Grupo Escolar Wenceslau Braz de Itacoatiara, com *O Escolar* (1919).

Manaós (João Fayal), Ave do Paraíso (D. Cavalcanti), O Brazil (Zocliádes Chaves), Tucano (Raimundo Vieira), O Arco (Homero Raposo), O Acre (Manoel Pinheiro), O York (Gessé Pinto), O Cachimbo (Francisco Silva), O Minerva (Pereira Maia), O Tútú (Maçal Bezerra), O Ajudante (Amâncio Barata), Correio dos Estados (A. de Mendonça Lima), o Perequeté (Horácio Santos).

Todos esses jornais, a exceção d' O Brazil já desapareceram.¹¹⁵

A existência das pequenas folhas que se denominavam operárias,¹¹⁶ esportivas, acadêmicas, estava envolta acima de tudo de ideias dissonantes da grande imprensa. De igual forma, essa mesma “imprensa nanica”, por possuir uma relativa independência em relação aos grupos dirigentes, e por muitas vezes expor esses grupos, acabavam empasteladas.

Por sua vez, era pela grande imprensa que os grupos oligárquicos divulgavam suas falácias sobre a administração pública ou realizavam críticas a grupos dissidentes. Na primeira década do século 20, em Manaus, ficou explícito o poder da imprensa para esse fim, principalmente depois do racha¹¹⁷ entre a facção Nery e a facção Bittencourt: a primeira denunciava por meio da *Folha do Amazonas* a administração do segundo e aquele por sua vez retrucava por meio do *Diário do Amazonas* as ações da facção Nery (Cf. SANTOS, 2001, p. 41).

No caso da imprensa gymnasiana, a atuação dos estudantes ligados a esse tipo de imprensa (estudantil) foi bastante aprimorada da adolescência para a vida adulta. Os periódicos, por mais que efêmeros no número de edições, em se tratando da editoração de

¹¹⁵ *Revista Collegial*, Manaus, ano II, n. 20, p. 17, 30 ago. 1920, apud PINHEIRO, Maria Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001, f. 68. A historiadora ressalta ainda que nenhum dos títulos citados consta dos catálogos elaborados no Estado.

¹¹⁶ Maria Luiza Ugarte Pinheiro inventariou pelo menos 12 jornais de cunho classista, entre os quais: *Gutenberg* (1891-1892); *Operário* (1892); *Tribuna do Caixeiro* (1908); *Confederação do Trabalho* (1909); *O Marítimo* (1911); *Recordação – Sociedade Protetora das Artes Gráficas* (1911); *A Luta Social* (1914); *Folha Marítima* (1916); *O Constructor Civil* (1920); *O Extremo Norte* (1920); *Vida Operária* (1920); *O Primeiro de Maio* (1928), fruto dos ideais socialistas e anarquistas advindos com a imigração européia. Baseada na perspectiva de Foot Hardman e Vitor Leonardi, a autora associa o engajamento assíduo e profícuo na criação de jornais operários à própria condição do trabalho tipográfico e à característica do ofício de jornalista, aspirações que coligadas forjaram uma “imprensa classista e um sindicalismo combativo”. A historiadora diz também que o vanguardismo dos gráficos esteve alicerçado justamente por eles constituírem um número restrito de operários alfabetizados entre uma grande massa de trabalhadores iletrados (Cf. PINHEIRO, 2001, p. 131-132).

¹¹⁷ Sobre a cisão ocorrida em 1910 envolvendo a liderança de Silvério Nery na direção do Partido Republicano Federal, ver: SANTOS Eloína Monteiro dos. *A Rebelião Tenentista de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer, 2001, especialmente o segundo capítulo, “A política no Amazonas (1910-1924)”.

um mesmo jornal, foram vistos pelos estudantes como um veículo de divulgação de seus nomes e de suas impressões políticas e artísticas.

Os periódicos funcionaram também como mecanismos para explicitar a filiação aos intelectuais da cidade, que, geralmente, eram professores do *Gymnásio*. Contudo, um exemplo da importância e da trajetória da imprensa, de um modo geral, no Amazonas, está no papel dos professores que foram no passado alunos do *Gymnásio* e que tiveram participação relevante na criação de vários jornais e na consolidação do papel desempenhado pela imprensa no Estado.

A expectativa de utilizar o aprendizado adquirido na imprensa estudantil em carreiras como a de jornalista era, contudo, um discurso repetido em quase todos os periódicos compulsados; no entanto, houve bastante diversificação das atividades profissionais, e a atividade jornalística foi por muitos exercida paralelamente à atuação no magistério e nas profissões liberais.

Um jornal de longevidade e que buscou manter por tradição o seu nome foi *O Gymnasiano* (1910-1925). Todavia, sua editoração não foi contínua e contou, na redação de sua primeira fase, com a colaboração de Carlos da Silva Mesquita, que nele começou sua carreira de jornalista. Contudo, o modo próprio de defesa das ideias entre os membros da redação foi crucial para que o grupo se separasse, surgindo, assim, em 1911, o jornal *A Tribuna*, tendo à frente o referido *gymnasiano*.

Carlos da Silva Mesquita figurou como um educador que, quando estudante do *Gymnásio Amazonense*, atuou no jornalismo estudantil, assim como Álvaro Botelho Maia, no jornal *Aura*; Agnello Bittencourt, no jornal *Volatas* (1895), e Paulo Eleutério, no jornalismo acadêmico e, posteriormente, como lente de História do Brasil no *Gymnásio Amazonense*; colaborou como grande incentivador do ingresso da juventude *gymnasiana* no jornalismo estudantil.

Na vida adulta, os citados professores continuaram a colaborar na imprensa, porém, o momento econômico não mais compunha um quadro favorável, e o ofício de jornalista foi encarado como um complemento na vida dos intelectuais que haviam elegido o magistério como sua principal atividade profissional. Entenda-se que, por trás da dupla atuação intelectual da autoridade pedagógica que eles exerciam, estava contido o desejo de serem agraciados pelos mecanismos de consagração intelectual, uma vez que a consagração não vinha pela atuação em sala de aula, mas por meio da exposição de seus nomes e artigos no jornalismo amazonense.

A exposição de artigos na imprensa aproximou durante a Primeira República os intelectuais da relação de poder existente na esfera política,¹¹⁸ ora como aliados, ora como opositores dos grupos dirigentes, mas, sob a perspectiva da crítica ou do apoio a tais grupos, aqueles intelectuais participavam, segundo Sergio Miceli, do mecanismo mais relevante de consagração intelectual do período, que dependia, essencialmente, “das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação,”¹¹⁹ grupos que, por seu turno, aglutinavam a intelectualidade à época, e que estavam ligados à grande imprensa, a qual, além de efetivamente consagrar o intelectual a ela ligado, oferecia também as melhores remunerações. No entanto, não se pode atribuir à grande imprensa a exclusividade da vida intelectual, pois, ao analisarmos a imprensa estudantil, percebemos que a efervescência da intelectualidade no século 20, em Manaus, estava em vários segmentos da sociedade e não exclusivamente na grande imprensa.

Essa multifacetada atuação intelectual exercida na Primeira República nas pequenas folhas era fruto, a nosso ver, da ausência relativa de autonomia intelectual no período (Cf. MICELI, 1977, p. 14), o que, de certa forma, proporcionava abertura para a aproximação da intelectualidade em vários campos, inclusive no campo político. Um exemplo dessa interação na trajetória dos intelectuais na vida política de Manaus pode ser vista, especialmente, com os três professores citados. No entanto, enfatizaremos nesta pesquisa o perfil do professor e jornalista Carlos da Silva Mesquita, como exemplo de postura corriqueira, do ponto de vista dos conchavos políticos, ao usar o jornal *Amazônida*, de sua propriedade, para apoiar o mandato do novo governador do Estado, buscando demonstrar distanciamento das últimas facções que estiveram à frente do governo.

O Snr. Dr. Dorval Porto não é um político desconhecido, muito menos improvisado, nas últimas refregas políticas do Estado. Sua actuação na vida pública do Amazonas é consequência de decênios de actividades e de esforço, continuado e indefeso, a prol das causas máximas, da nossa terra e da nossa gente. Há razões, de sobra, para que todos confiem em sua administração, que apenas começa, num ambiente de *expontanea sympatia*. AMAZÔNIDA, extranha à vida política do Estado, mas não isenta da corresponsabilidade de actuar, como imprensa, nos destinos amazonenses, deseja, com sincera expansão de apreço, que o Snr. Dr. Dorval Pires Porto novo Presidente do Estado realize a obra de

¹¹⁸ MESQUITA, Carlos da Silva. Jornal. *Amazônida*, Manaus, janeiro de 1930, apud MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Mocidade Viril 1930 – O Motim Ginasiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996, p. 177.

¹¹⁹ MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 15.

trabalho e de probidade prometida ao povo e em que seguramente todos confiam não somente na sua palavra, como sobretudo, na sua acção realizadora, certamente profícua e honesta.

O segundo grupo era formado especialmente por gymnasianos¹²⁰ redatores dos jornais estudantis *A Tribuna*, *O Gymnasiano*, *Correio Gymnasial* e *O Estudante*,¹²¹ os quais tinham a pretensão de se assemelhar aos intelectuais que a eles eram acessíveis, reproduzindo a crítica ou o apoio aos grupos de intelectuais ou aos grupos dirigentes, realizando uma trajetória semelhante à de seus professores.

Paulatinamente, a produção jornalística assumia a perspectiva de utilizar o espaço marginal da pequena imprensa estudantil como mecanismo de resistência ou de apoio aos grupos que se revezavam à frente do governo do Estado. Podemos, também, associar a militância jornalística à preparação para o “futuro profissional” dos estudantes, o qual nem sempre era dirigido à grande imprensa, mas às profissões liberais, que, em tempos de crise econômica, foram desempenhadas, muitas vezes, não na capital do Amazonas, mas na capital federal e em cidades do Nordeste brasileiro, sofrendo Manaus um processo inverso ao que vivenciou no início da exploração do látex na região, quando a cidade necessitou de mão de obra qualificada de professores, administradores, escriturários e guarda-livros, para a movimentação da engrenagem burocrática do extrativismo.

Pela escrita nos periódicos, elaboradas pela juventude gymnasiana, notória são as suas escolhas intelectuais, tornando-se os estudantes seguidores de determinadas tendências políticas; influenciados pela autoridade pedagógica, inseriam-se gradativamente no campo intelectual e, com suas produções estudantis, tendiam a alianças ou a críticas aos grupos dirigentes da República Velha no Amazonas, em um contexto político e econômico conturbado.

No período estudado (1900-1930), emergiu uma militância letrada que foi instigada pelos meios de comunicação e de formação de opinião em voga. A tríade imprensa, escola e literatura muito colaborou para levar aos quatro cantos o discurso do progresso urbano no final do século 19 e início do século 20; essa tríade foi também uma das principais

¹²⁰ Antonio Alves Maquiné, Manuel Severiano Nunes e Carlos da Silva Mesquita, em 1910, em *O Gymnasiano*; o último também foi o fundador de *A Tribuna*; Carlos Pereira Studart, em *O Gymnasiano*, de 1911; Waldemar Palma Lima, Vivaldo Lima Filho e, posteriormente, Luiz Palma Lima, em *O Gymnasiano* (1925), *A Marreta* e *Arco-Íris* (1927), entre outros analisados neste estudo.

¹²¹ Também foram compulsados os jornais *Aura*, *Abr’Olhos*, *Tentamém*, *O Estentor*, *Opinião*, *Lumén Amazonense*, *Gazeta Estudantina*, *Gymnasiano*, *O Arco-Íris* e *O Baré*.

responsáveis pelas críticas aos problemas sociais evidenciados, por exemplo, quando o Amazonas quase foi à bancarrota em meados da Primeira República.

A baixa do preço do látex nativo foi um dos principais fatores que influenciaram os muitos conflitos existentes entre os grupos oligárquicos do Estado. Até então, a borracha nativa estava hegemonicamente no mercado desde 1880 e permaneceu como o foco da exploração imperialista vigente até 1912. Entretanto, a desvalorização do preço do produto nativo no mercado internacional vinha sendo uma constante, e a derrocada final se deu a partir do fim da Primeira Guerra Mundial.

Nesse ínterim, a inerte postura dos dirigentes frente à crise mostrou que estes estavam desprovidos de qualquer plano emergencial para contornar a retração econômica que se anunciou e se processou no Estado. No entanto, diante dos “constantes avanços do oriente” e da crise que se processou na Amazônia brasileira, houve apelos dos Estados do Pará e do Amazonas ao Governo Federal em 1910 e 1911. Foram tentativas de acordo e empréstimos frustrados, diante de exigências e juros desproporcionais ao momento econômico dos dois Estados.

Com o fim da guerra, o baixo valor do látex cultivado na Ásia se transformou na principal causa da falta de interesse do capital estrangeiro em continuar a importar o referido produto da região amazônica. A partir da baixa demanda, os conflitos internos se intensificaram nos anos seguintes, chegando ao auge na década de 1920. Ressalte-se que o capital estrangeiro se desinteressou de investir na região aproximadamente a partir dos anos 1880. Tal desinteresse foi se processando discretamente pelo custo que a produção amazônica representava. Um estudo de 1907, elaborado por S. Sandmann, publicado em 1908 na *Revista ACA*, dizia que as “plantações do Ceilão, Índia, Birmânia, Estabelecimentos dos Estreitos, Sumatra, Java, e Bornéu, cobririam, em pouco tempo, a demanda mundial”.¹²²

As pequenas folhas foram um veículo importante da classe média para denunciar a crise e as intrigas políticas que ela acentuava. A problemática situação da economia foi sentida em todos os segmentos do Estado, principalmente no setor comercial e na infraestrutura da cidade, nos seringais e no funcionalismo público.

O modo específico encontrado pelos gymnasianos para expressar a insatisfação estudantil com o cenário político foi, sobretudo, com artigos que ora criticavam a instrução pública e particular, ora a enalteciam.

¹²² LOUREIRO, Antônio José Souto. *A Grande Crise*. 2. ed. Manaus: Valer, 2008, p.65.

A *Revista Estudantina*, nesse sentido, mostrou, em um de seus periódicos, o valor simbólico que a instrução educativa ou o cultivo das letras deveriam ter, pelo menos na imprensa, uma vez que o mercado de bens simbólicos ainda não estava consolidado e a imprensa ainda era o contato mais próximo com a leitura:

[..] a falta do cultivo das letras em Manáos, ou melhor em todo o Amazonas, é uma triste cousa, porém muito verdadeira [...] e é assim que nada progride em Manáos porque em uma sociedade ou em um jornal que se disponha a tratar somente da litteratura do cultivo das letras, é do que menos tratam, e as vezes daquillo que não cuidam.¹²³

O quadro preocupante que se desenvolveu com o início da crise mostrou o frágil “desenvolvimento” implantado na cidade durante o frenético processo exploratório que ela viveu. Por sua vez, o Estado não demonstrou capacidade de despender esforços contundentes para saná-los. Assim, é possível supor que o analfabetismo foi fruto de um processo modernizante inacabado, e que sua erradicação deveria compor o alicerce da instrução no Estado. A partir desse descaso, e com a oscilação do sistema exploratório, a massa analfabeta saiu do anonimato da selva e, no período de crise, adentrou a cidade em busca de trabalho, com mão de obra farta, porém não qualificada, uma vez que o analfabetismo não era uma exclusividade do interior, pois existia uma massa de analfabetos também na cidade. Ficava explícita o quão às margens esteve a questão educacional nesse processo de mobilização e desmobilização do sistema extrativista no Estado.

Todavia, os problemas também eram originários da difícil transição do regime imperial para o regime republicano, como mencionado no primeiro capítulo deste estudo. O ano de 1889 não passou de um simples marco cronológico, e as mudanças não foram imediatamente processadas.

Em se tratando do cenário nacional, Nicolau Sevcenko analisa os encargos e as tensões sociais que ocorreram no regime republicano. Sua análise centra-se na compreensão da transição entre o Império e a República por meio da literatura de dois escritores,¹²⁴ apresentando a literatura como um veículo de contestação das disparidades daquele momento. De acordo com o autor de *Literatura como missão*, nas obras do período, há uma reflexão sobre “a passagem de relações sociais do tipo senhorial para relações sociais do

¹²³ *Revista Estudantina*, Manaus, ano 2, n. 6, mar. 1912.

¹²⁴ Os escritores escolhidos por Sevcenko para contextualizar o momento da abolição da escravatura, a transição entre os séculos 19 e 20 e os problemas advindos com a modernidade e a República foram Euclides da Cunha e Lima Barreto.

tipo burguês. É esse conflito essencial que aflora na sociedade e nas consciências naquele momento e que os principais autores do período buscarão resolver [...] nas suas obras”.¹²⁵

Na região amazônica, especialmente em Manaus, a ambientação do período consistiu em uma conturbada transição das relações do tipo “senhorial para o burguês”. Parte da massa de trabalhadores advindos para o Amazonas e que se concentraram na capital começaram um processo gradual de organização, como forma de combater o aviltamento no qual foram envoltos pela organização burguesa de submissão ao trabalho e, dez anos depois da Proclamação da República (1899), em Manaus, os trabalhadores urbanos mostraram-se dispostos a promover uma reformulação social nas relações de trabalho.

As tensões do movimento demonstraram que mesmo com o peso de toda pressão patronal a impor caminhos de luta, alvos e objetivos exteriores aos seus, o movimento dos estivadores pautou-se cotidianamente por definir sua participação como autônoma, recusando a cooptação e mostrando-se extremamente capaz de perceber não só o conjunto dos interesses em jogo, mas também abstrair dele aqueles que lhes diziam respeito (PINHEIRO, 2003, p. 187).

Essa postura de desprendimento do patronato, a nosso ver, foi determinante para mostrar que a transição da relação de trabalho se deu justamente pela forma como os trabalhadores buscaram se impor e, principalmente, pela consciência adquirida sobre o que a paralisação de seu trabalho representava no campo econômico da cidade, a partir da interrupção de sua força de trabalho. O início desse processo de contestação, em 1899, deixava claro o início de um processo de conscientização coletiva e, com esta, o risco iminente de outras paralisações, sob a liderança e a organização dos trabalhadores de vários segmentos,¹²⁶ que moviam a operacionalidade da vida cidadina e do processo extrativista.

¹²⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 35.

¹²⁶ Maria Luiza Ugarte Pinheiro, em seu livro *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*, divide em três momentos o começo da organização da categoria dos estivadores: o primeiro momento em 1899, mas sem a associação dos estivadores a uma entidade específica; o segundo momento, a partir de 1909, surgiram entidades com caráter associativo, como a União Operária Beneficente Mútua dos Estivadores; em 1910, foi fundada a Associação Beneficente dos Estivadores e Carroceiros e também associações mutualistas criadas nesse período como: “Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, 1900; Sociedade Beneficente União dos Foguistas, 1906; Corporação dos Maquinistas do Amazonas, 1906; Associação dos Empregados do Comércio do Amazonas, 1906; Sociedade Beneficente dos Práticos no Amazonas, 1906; Associação Beneficente dos Oficiais Aduaneiros de Manaus, 1908” (Cf. p. 141,142,143). O terceiro momento se deu com entidades que, segundo a pesquisadora, buscavam um distanciamento das entidades mutualistas como “Federação Marítima (1914), Sociedade das Artes Gráficas do Amazonas (1913), Sindicato dos Trabalhadores Gráficos (1914), Comitê Obreiros Unidos (1914),

No campo da intelectualidade em Manaus, o próprio jogo de utilização de informações realizado pelos intelectuais e pela classe dirigente, por meio da grande imprensa, denota, na prática, a persistência, numa esfera mais intelectualizada, da obediência senhorial, uma vez que a imprensa “constituía a principal instância de produção cultural [...] e posições intelectuais,”¹²⁷ à época, ao passo que nas pequenas folhas poder-se-ia, hipoteticamente, ter maior “liberdade” de expressão, porém tal liberdade representava “o meio e não o fim”. Chegar ao auge da profissão significava fazer parte da imprensa diária e nesta nem sempre existia liberdade de expressão. É nessa busca de migrar da “imprensa nanica” para a grande imprensa que se origina a ideia de associar o ingresso ao jornalismo estudantil, focando a perspectiva de seus redatores alcançarem o mercado consolidado da grande imprensa.¹²⁸

No caso dos professores, participar da imprensa consolidada seria, contudo, fazer parte da República das Letras, uma vez que, se esse “passo” não fosse dado por meio da imprensa, os intelectuais “tendiam a definharem na estreiteza de uma ambiência cultural precária. Como Quixotes abnegados, lançavam-se numa batalha impossível, cientes de que, em seu pequeno mundo, poucos saberiam reconhecer seus méritos e a importância de suas peijas” (PINHEIRO, 2001, p. 100). Nesse sentido, concordamos com Bourdieu, quando afirma:

A forma das relações que as diferentes categorias de produtores de bens simbólicos mantêm com os demais produtores, com as diferentes significações disponíveis em um dado Estado do campo cultural e, ademais, com sua própria obra, depende diretamente da posição que ocupam no interior do sistema de produção e circulação de bens simbólicos e, ao mesmo tempo, da posição que ocupam na hierarquia propriamente cultural dos graus de consagração.¹²⁹

A partir dessa ponderação sobre o lugar ocupado dentro do sistema de produção, pode ser compreendida a preocupação dos “aspirantes” a intelectuais e suas “escolhas e

União Operária Nacional (1917), União dos Foguistas (1914), União dos Choferes, Carroceiros e Boleiros (1914)” (p. 141-143).

¹²⁷ MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977, p. 15.

¹²⁸ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Educação e ação: a imprensa estudantil e a política estadual (1890-1930)*. Manaus: Pibic/CNPq/Ufam, 2003.

¹²⁹ BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. Organização: Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 154.

filiações,” visto que eles buscavam inserir-se ao lado daqueles que poderiam oferecer-lhes um lugar no meio intelectual, como os professores, que, na maioria das vezes, também eram jornalistas que serviam como “padrinhos intelectuais”, uma vez que já desfrutavam e pertenciam a uma hierarquia profissional.

Vendo assim, verificamos que a produção de bens simbólicos não alçou perspectivas outras além da “produção jornalística”. A pesquisadora Maria Luiza U. Pinheiro, fazendo uma alusão ao entendimento de Péricles Moraes a respeito da inexpressividade dos literatos nortistas, afirma que “foi essa a causa da pouca expressividade de intelectuais amazonenses no cenário nacional. Menos que competência e talento, faltou-lhes o veículo adequado para a perenização de suas obras: o livro”.¹³⁰

De acordo com Nicolau Sevcenko, a imprensa, antes de seu caráter reivindicatório, traz em sua base o caráter informativo que lhe é inerente, o que, na ausência de um mercado editorial consolidado, transformava o jornal em uma importante arma contra “o analfabetismo [que] atingia quase toda a população brasileira e impedia o desenvolvimento de um amplo mercado editorial [...]. Os intelectuais viram-se, assim, compulsoriamente arrastados para o jornalismo” (1992, p. 101).

A atuação intelectual de estudantes em órgãos de vanguarda na imprensa era vista, de forma geral, como um exercício “tendo em mira a utilidade sobre o desenvolvimento do nosso intellecto. [...] o nosso intellecto ainda quase um embrião precisa desenvolver-se e este é um excelente meio”.¹³¹ Desse modo, fica explícita a intenção de os estudantes manterem-se em um nível intelectual aceitável, para, na posteridade profissional, desfrutarem de uma posição que os consagrasse como produtores de “bens simbólicos”.

Para uma análise histórica mais consistente sobre o papel do intelectual no início do século 20, devemos recorrer à sociologia de Pierre Bourdieu, que define os intelectuais e o posicionamento que tomam, em se tratando do envolvimento político, de acordo com sua condição de “fração dominada da classe dominante”,¹³² o que confere certa ambiguidade a suas produções de dominados diante de dominantes, uma vez que a produção de bens simbólicos não está dissociada do campo político, pois este exerce grande influência sobre aquela. Assim, deve-se mencionar que essa ambiguidade gera, de certa forma, uma relação de força, uma vez que estimula nos intelectuais a imposição de seus respectivos títulos

¹³⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001, f. 114.

¹³¹ *A Tribuna Acadêmica*, Manaus, n. 2, 18 jul. 1911, apud CAMPOS, Luciane, 2003, p. 16.

¹³² BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 183.

escolares/acadêmicos, com o objetivo de reconhecimento social e de transitoriedade no campo político.

Baseados nessa ambiguidade, faz-se essencial conhecermos as aspirações profissionais e o “perfil” dos professores e alunos com relação à origem e ao destino de alguns destes, formados sob uma instrução bacharelesca que os preparava não só para a carreira jornalística, mas para diferentes profissões sempre ligadas à intelectualidade, dado o momento de valorização da imprensa, que forneceu a eles uma posição privilegiada, visto o interesse e a reciprocidade entre os “colaboradores” do campo intelectual e, teoricamente, os prováveis ascendentes ao campo político.

Esclarecemos que, mediante a análise do campo intelectual e dos artigos publicados na imprensa estudantil, revelam-se indícios da existência de jovens excluídos do processo educacional, como consta no órgão dos alunos do Instituto Universitário:

[..] há meninos que já na infância são verdadeiros vagabundos, jogam na rua com vendedores de jornaes, nos botequins, e enfim adquirem tudo que não presta e prejudica. [..] a educação é a principal cousa que um menino deve ter e quando não a recebe em casa deve ir para uma escola, afim de recebê-la de seus mestres.

Apesar desse flagrante, não discorreremos sobre essa falha social, porque, como priorizamos trabalhar com os estudantes do *Gymnásio Amazonense*, analisamos os documentos que mostram o grande número de jovens pertencentes às classes média e alta,¹³³ em especial à classe média da cidade, que usufruíam de um sistema educacional ainda precário, considerando vários fatores, como, por exemplo, estrutura curricular fora da realidade local, copiada dos grandes centros; desqualificação dos professores; escassez de escolas e vagas, entre outros fatores.

Aspirante à formação intelectual e desejoso de filiar-se às carreiras liberais como tábua de salvação, o jovem estudante da Primeira República amazonense buscou exercitar e

¹³³ Alguns dos nomes de jovens que compunham a classe média/alta da cidade e que estudaram no *Gymnásio Amazonense* durante o período estudado foram: Álvaro Botelho Maia (1907), filho de Fausto Ferreira Maia, um seringalista do Rio Madeira; Osvaldo Palma Lima (1916), filho de Vivaldo Palma Lima, professor de Química e médico da cidade; Ruy de Belmont Vaz (1916), filho de Thaumaturgo Sotero Vaz, que foi diretor da Imprensa Oficial e do Teatro Amazonas; Attila e Aluisio Sayol de Sá Peixoto (1930), filhos de Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, que era desembargador e foi vice-governador na gestão de Antonio Bittencourt (1908-1913); Américo Antony, que até 1912 cursou o “2º grau” no St. George S. College, conforme documento traduzido no ano de 1928, ocasião do pedido de inscrição nos exames preparatórios do *Gymnásio Amazonense*, pertencia à oligarquia Antony; Wagner Brasiliense Eleutherio (1929), filho de Paulo Eleutherio Alvares da Silva, professor de História do *Gymnásio Amazonense*, exerceu vários cargos públicos; Manuel Severiano Nunes (1929), filho de Francisco Severiano Nunes.

divulgar no meio escolar e acadêmico uma “produção cultural” que fosse reconhecida pelo seu grupo ou classe social. Muitos jovens que saíram de sua terra natal para estudar em colégios da Europa, ao voltarem, muitas vezes por conta da crise da economia gomífera, se viram chamados ao “magistério, à participação na vida literária, na imprensa local e na militância da política partidária”.¹³⁴ Esse foi, por exemplo, o caso de Manoel de Miranda Leão, que fez parte de seus estudos em Paris, ainda no século 19; de Júlio Nery, de Carlos da Silva Mesquita, de Milton Diniz, que também realizaram parte de seus estudos fora do país, entre outros

Contudo, são nas colunas dos jornais estudantis que surgem os primeiros esboços de disputas intelectuais e de vaidades, que acabam por denotar a tentativa de conduzir os estudantes a engajar-se em diferentes carreiras ou com o fim de manter a carreira jornalística na posteridade, fiel ao mundo letrado: “no momento de atravessar-mos o pórtico sagrado da imprensa, no limiar de nossa estréia, sinto uma alegria infinitamente grande, e, um desejo estupendo de entrar nesse combate ortodoxal – o jornalismo.”¹³⁵ Nesse interstício, a militância jornalística amadora seria essencial para não sair do foco da atenção pública, pois o jornal era considerado um propulsor que ligaria os estudantes a um futuro hipoteticamente de “sucesso”.

A atitude de “seguir” pela imprensa era o mecanismo encontrado para lidar com embates advindos das esferas educacional e política, nas quais professores do período e alunos militantes da imprensa estudantil estavam inseridos, de 1900 a 1930. Em termos educacionais e políticos, convém salientar que o posicionamento da intelectualidade emergente, no caso dos alunos, e daquela que se consolidava, no caso dos professores, estava ligado ao revezamento dos grupos oligárquicos nos cargos e nas funções da administração pública do Estado, especialmente nos anos em que ocorreram conflitos armados, como os de 1910, 1922, 1924 e 1930,¹³⁶ ou em períodos em que ocorreram reformas educacionais: 1900, 1901, 1911, 1915 e 1925.¹³⁷

¹³⁴ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001, f. 98.

¹³⁵ *O Gymnasiano*, Manaus, ano 1, n. 1, 4 maio 1910.

¹³⁶ Pela ordem cronológica enunciada, ocorreram eventos como o bombardeio à cidade de Manaus e a Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro, em 1910; a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922; O Movimento Tenentista, que havia surgido nos quartéis de todo território nacional, inclusive com grande ênfase em Manaus, em 1924, e a chamada Revolução de 1930.

¹³⁷ Reforma “Benjamin Constant” (1900); Reforma “Epitácio Pessoa” (1901); Reforma “Rivadavia Correa” (1911), Reforma “Carlos Maximiliano” (1915) e Reforma “Rocha Vaz” (1925).

A produção jornalística das pequenas folhas, especialmente as operárias,¹³⁸ imbuídas de pontuar as contradições das classes dirigentes ou de expressar o descontentamento das oligarquias oposicionistas, eram frequentemente surpreendidas pela “força” do Estado, que fechava jornais de oposição, como o jornal *O Liberal*, que era um jornal do Partido Democrata e funcionava na casa de Manoel Francisco Machado, o Barão do Solimões, à Rua Henrique Martins, um procedimento autoritário, mas corriqueiro no período estudado.

Com relação aos empastelamentos, não registramos nenhuma ocorrência com jornais estudantis no período, o que reforça nosso entendimento de que a imprensa estudantil, apesar de colaborar indiretamente com a “renovação oligárquica” do período, seja apoiando, seja criticando, não sofreu com os rigores das sanções; sua efemeridade deveu-se à frágil organização e ao arrivismo dos grupos intelectuais emergentes. Porém não se pode deixar de mencionar que os estudantes também eram assediados e perseguidos pela polícia local, conforme registrado pelo *Correio Gymnasial*, do qual o grupo de redatores era ligado à oligarquia Antony e ao barão do Solimões, grupo oposicionista ao governo de Pedro de Alcântara Bacellar.

Consta-nos com bons fundamentos que o facinora canuto, que empresta os seus serviços a polícia civil, procura a todo transe agredir um dos alumnos do Gymnasio.

Desde já, responsabilizamos ao Sr. Dr. João Lopes Pereira, chefe de polícia do Estado, por qualquer agressão que por ventura venha a sofrer um de nossos collegas.¹³⁹

Neste trabalho, quase todos os intelectuais citados eram “parentes pobres” das oligarquias e pertenciam à classe média da cidade e visualizavam, por meio da instrução, um modo, segundo Sergio Miceli, para “fazer valer o capital de relações sociais em especial em conjunturas estratégicas, como a educação dos filhos, a escolha dos cursos superiores”.¹⁴⁰

¹³⁸ Para citar alguns exemplos de folhas operárias, destacamos um apanhado de pelo menos 12 jornais que ou “falaram para a dita classe ou eram produzidos ou difundidos em nome dela”: *Gutenberg* (1891-1892); *Operário* (1892); *Tribuna do Caixeiro* (1908); *Confederação do Trabalho* (1909); *O Marítimo* (1911); *Recordação – Sociedade Protetora das Artes Gráficas* (1911); *A Lucta Social* (1914); *Folha Marítima* (1916); *O Constructor Civil* (1920); *O Extremo Norte* (1920); *Vida Operária* (1920) e *O Primeiro de Maio* (1928) – apud PINHEIRO, Maria Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001, f. 131.

¹³⁹ *Correio Gymnasial*, Manaus, ano 1, n. 9, 29 jul. 1915.

¹⁴⁰ MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva. 1977, p. 22.

Se tomarmos por princípio a incipiência do mundo letrado amazônico e as categorias que possuíam o controle normativo da escrita como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, temos que concordar com as ponderações de Antonio Gramsci, crítico das reformas italianas dos anos 1920 que empreendeu um novo olhar sobre as diferentes possibilidades da ação do intelectual na sociedade, exprimindo uma análise pioneira do que realmente seria esse profissional, a partir da ideia de que “todos os homens são intelectuais,”¹⁴¹ que propõe, assim, a dissolução da perspectiva sobre esse profissional da inteligência, fadado à formulação de reflexões absolutamente isoladas e sem nexos aparente com a realidade, pois, segundo ele, “não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual”¹⁴²

Em Manaus, na prática, é inegável que, ao redor do restrito mundo letrado do ensino secundário, existia uma massa de analfabetos e, muito embora, a partir do momento em que essa pretensa intelectualidade sai das fronteiras da sala de aula e ganha visibilidade na imprensa estudantil, por mais que efêmera, de cunho informativo e contestador, é por meio desse caminho que os gymnasianos tinham a possibilidade de refletir sobre os problemas de ordem social/educacional, como o próprio analfabetismo.

Uma das preocupações da imprensa estudantil era denunciar leis que, em vez de auxiliar na instrução, acabavam por demonstrar a falta de compromisso com a comunidade estudantil, como o exame de madureza e as questões ligadas à ordem administrativa educacional, como as emblemáticas dificuldades vivenciadas no *Gymnásio Amazonense* para se consolidar e para se equiparar ao *Colégio Pedro II* do Rio de Janeiro, criticando indiretamente a administração pública, que não esboçava capacidade técnica para resolver as questões educacionais do Estado. Nesse sentido, foi pela imprensa estudantil que se constituiu a base para a divulgação das insatisfações forjadas no velho *Gymnásio*. Exemplo disso está na tentativa frustrada de equiparação¹⁴³ da instituição, que não dispunha dos

¹⁴¹ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1982, p. 10.

¹⁴² GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1982, p. 11.

¹⁴³ “Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1920, pelo Sr. Pedro de Alcântara Bacellar, Governador do Estado”. Manáos: Imprensa Oficial do Estado, 1920. Este explicava que “foi negado o reconhecimento por um parecer da respectiva comissão, que concluiu nos seguintes termos: Deante do exposto, julga a comissão que não deve ser concebida a equiparação, visto como o *Gymnasio Amazonense* não satisfaz a exigência constante na letra G, do art. 14, do decreto n. 11.530”. Tal artigo era o “que indaga si o instituto possui laboratório e si estes são convenientemente utilizados”.

mecanismos exigidos na Lei “Carlos Maximiliano” para empreender tal equiparação.¹⁴⁴ Mesmo adotando o pretexto de “moralizar” a instituição e formalizar um regulamento que atendesse aos preceitos da citada lei, aos olhos dos redatores d’*O Estudante*, o regulamento não passava de “uma monstruosidade de incoerencias, de tolices, de toda a sorte de disparates”.¹⁴⁵

Quando da abertura do Gymnásio, em 1916, até mesmo os alunos do Instituto Universitário, por meio de seu órgão de imprensa, *O Pirralho*, divulgaram que “o novo regulamento é severo! Parece que para transpor os degraus do Gymnásio é preciso ter-se intelligencia e tanto, assim como milho abundante”.¹⁴⁶

As diretrizes que deveriam ser seguidas no novo regimento do Gymnásio, bem como a adequação à Lei Carlos Maximiliano, eram discussões que tratavam da instrução e da instituição escolar e que diziam respeito aos padrões modelares cobrados aos estabelecimentos estaduais, a partir do que se acreditava “ser bom” para o Gymnásio D. Pedro II do Rio de Janeiro. Esses “padrões modelares”, por sua vez, produziam expectativas muitas vezes frustradas nos gymnasianos, pois o fomento à instrução secundária no Amazonas estava longe de se igualar ao padrão daquele estabelecimento da capital da República, apesar de serem exigidos na Lei Carlos Maximiliano os mesmos padrões, o Estado não conseguia fazê-lo. Dessa forma, na ausência de infraestrutura adequada para estimular a formação intelectual a contento, em prol do alunado, os jornais *O Gymnasiano* e *O Estentor* apresentaram uma versão imatura, mas procedente, sobre vários descontentamentos dos gymnasianos, desde, por exemplo, a possibilidade de ser aplicado aos alunos o exame de madureza,¹⁴⁷ além de relatos sobre a precariedade do ensino e do

¹⁴⁴ O Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, que reorganiza o ensino secundário e o superior na República, em seu art. 14, preceituava que “o inspector inquirirá por todos os meios ao seu alcance, inclusive o exame de toda a escripta do instituto: g) se a academia possui os laboratórios indispensáveis e se estes são utilizados convenientemente”. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

¹⁴⁵ *O Estudante*, ano 1, n. 2, 17 jul. 1915.

¹⁴⁶ *O Pirralho*, Manaus, ano 1, n. 8, abr. 1916, 1ª quinza.

¹⁴⁷ NUNES, 1962, p. 91, apud LLOPIS, Rosana, p. 5-6. O Gymnásio Nacional sob a Reforma Benjamin Constant revela que a Reforma de 1890 (Benjamin Constant), na qual estava inserido o exame de madureza, “foi sendo rejeitada, uma vez que considerada por muitos educadores e parlamentares da época como inviável para a realidade nacional. Dentro dessa concepção, o exame de madureza foi o mais combatido e a sua execução cada vez mais protelada. Só há notícias de sua realização em 1899. Daí em diante, são feitas sucessivas prorrogações de prazo de obrigatoriedade em favor dos exames preparatórios. Retornam em 1909 e em 1910, nivelados, porém, aos preparatórios”. Disponível em: <http://www.simposiohegemonia.pro.br/32_llopis_rosana.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2011. A primeira versão dos exames estava descrita no Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, e o art. 33 preceituava que: “Os exames serão: a) de suficiencia, para as materias que tem de ser continuadas no anno seguinte; estes exames constarão simplesmente de provas oraes; b) finais, para as materias que houverem sido

laboratório e, até, sobre a rivalidade entre os alunos do *Gymnásio Amazonense* com os da *Universidade Livre de Manáos*.

O acontecimento de grande monta que veio também afetar seriamente a classe estudantil é a madureza.

Semelhante prática que desagrada aos colegas *gymnasianos* faz-nos também sahir em combate contra essa desproposital e descabida madureza.

Um bacharel maduro não tem a probabilidade de sahir mais sábio do que se o não fosse e que o diga Sadi, nosso Jeremias, chorando sobre as ruínas do seu laboratório de chimica, lagrimas de crocodilo e lastimando a sua sorte de 6^oannista, em linguagem de engraxate.

Com Aristides, o futuro *mathematico* brasileiro e inimigo quixotesco dos acadêmicos de direito bradarei: madureza abaixo!¹⁴⁸

No primeiro capítulo deste estudo, mostramos que um dos motivos para a não equiparação do *Gymnásio Amazonense* ao *Colégio Pedro II*, exigida pela lei Carlos Maximiliano de 1915, foi a precariedade do laboratório, problema que foi revolido apenas em 1920 com a compra de equipamentos encomendados da França, momento em que o *Gymnásio*, finalmente, conseguiu equiparar-se ao dito *Colégio*.

Quanto ao exame de madureza, apesar de constar no Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, não foi posto em prática. De todo modo, esse decreto oficiou a possibilidade de matrícula dos alunos dos colégios estaduais para qualquer escola superior do País, em caso de submissão aos exames de madureza. Essa abertura favoreceu, contudo, as escolas particulares, pois os alunos a elas vinculados poderiam, igualmente, ser submetidos aos exames de madureza das escolas públicas. Tal medida proporcionou mudanças, uma vez que “as estruturas administrativas e didáticas se diferenciavam, quebrando a uniformidade existente no tempo do Império”.¹⁴⁹

concluidas; estes constarão de provas escriptas e oraes, havendo tambem prova pratica para as cadeiras seguintes: physica e chimica; meteorologia, mineralogia e geologia; biologia; geographia; desenho, musica e gymnastica; c) de madureza, pro Estado no fim do curso integral e destinado a verificar si o alumno tem a cultura intellectual necessária”. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-norma-pe.html>>. Acesso em: 31 jul. 2011.

¹⁴⁸ *O Estentor*, ano 1, n. 1, 8 jul. 1909.

¹⁴⁹ CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1986, p. 175.

Sobre o assunto da madureza, no ano de 1909, com um tom questionador, o jornal estudantil *Aura* apresentava uma versão confusa, mas preocupada sobre tal exame, dada a escassez de informações oficiais, com poucos detalhes e baseada na escrita oficiosa de um jornal da grande imprensa, demonstrava, contudo, insegurança, nos desdobramentos que a exigência do exame poderia provocar na vida dos gymnasianos. Além disso, apresentou ponderações pouco substanciadas e especulativas por meio de artigo intitulado “Que há?”, sobre a posição política do deputado Antônio Monteiro de Souza,¹⁵⁰ um político ligado às causas da instrução pública, especialmente por ter pertencido também ao corpo docente do Gymnásio.

[..] nesse longo período de mudez telegraphica, ella, essa lei insensata que não tem nada que a justifique, esteve em foco na Camara baixa do Paiz.

As notícias, porém, que conseguimos ler, neste, ou naquelle jornal [..], em nada nos vinha elucidar sobre esse assumpto de transcendental interesse para a mocidade de todos os Gymnasios [..].

A dias, porém, lemos no *Amazonas*, uma transcrição do discurso do deputado por este Estado e nosso distincto lente, dr. Monteiro de Souza [..], e manifestava-se votando contra por dois motivos: [..] Porque se o projeto vinha sanar grandes difficuldades, não satisfazia a todas as exigências. E se o projecto era de character provisório tornava-se preferível conservar a lei já existente – a da madureza, - que não foi ainda posta em execução e que por isso mesmo não se pode dizer que seja má.

O illustre mestre é talvez favorável á madureza.

Segundo, porque havia no projecto um defeito pedagógico: exigia do exame de madureza matérias que não seriam ensinadas no curso.¹⁵¹

¹⁵⁰ O Professor de Matemática do Antigo Lyceu (Gymnásio Amazonense), Antonio Monteiro de Souza, nasceu em Manaus, em 18 de fevereiro de 1872. “Embora sem curso superior de matemática, foi nomeado para a referida cadeira em 1895. No ano seguinte, 1896, foi nomeado Diretor do Gymnásio Amazonense e da Escola Normal, [..] colaborou nos jornais: *Comércio do Amazonas*; *Amazonas*; *Folha do Amazonas*; *Jornal do Comércio*. Foi deputado federal pelo Amazonas em 1909 e Secretário da Educação em 1930, na interventoria de Álvaro Maia.

¹⁵¹ *Aura*, ano 3, n. 20, 19 nov. 1909.

São artigos como esses que nos possibilitam questionar a ausência de um programa conciso para o ensino secundário, um problema originário do período imperial e que se prorrogou na Primeira República.

Não obstante, o que fica claro com a denúncia e as incertezas expostas por meio da imprensa estudantil na formação da juventude mostra que os artigos dos alunos, como sujeitos sociais não apáticos, são de fundamental importância para demonstrar a superficialidade das ações governamentais para a educação secundária.

O exame de madureza constitui peça central do curso, pois deve apreciar a vida escolar do aluno, a maturidade que alcança ao realizar seu plano de estudos [...] na Reforma Rivadávia Correa propõe-se a necessidade de a escola secundária “libertar-se da condição subalterna de preparatório para as academias” (HOLANDA, 1987, p. 278).

O problema do exame de madureza nos leva a perceber o caráter provisório da Reforma Rivadávia, pois nela não há comprometimento por parte do governo federal com a melhoria da educação e, conseqüentemente, com a passagem de um nível de ensino (secundário) para outro (superior), uma vez que se tratava apenas de limitar um processo que começou durante o Império, qual seja, a expedição desenfreada de diplomas.

As leis compulsadas mostram que, continuamente, houve o negligenciamento da instrução, o que fica explícito com a apresentação de algumas fontes que denotam a fragmentação de um modelo e sua imposição insatisfatória aos Estados, sem que estes tivessem mecanismos para fazer cumpri-lo, pelo menos, de imediato.

Dessa forma, as impressões dos sujeitos aqui, quanto à preocupação com o posicionamento do deputado Antônio Monteiro de Souza, são relevantes para demonstrar o nível de maturidade dos estudantes em acompanhar o trabalho do parlamentar, uma vez que o afastamento dos gymnasianos dos centros nacionais tornou o cotidiano daqueles finalistas mais tenso. A própria falta de padronização do ensino secundário denota que este realmente tinha um papel meramente de preparatório para o ingresso nas academias.

Assim, de fato, a falta de padronização do ensino é sentida no Amazonas como em todo o País. De acordo com o historiador Sérgio Buarque de Holanda, a

[...] inexistência de dispositivos institucionais configurando um projeto amplo e sistemático para a educação nacional; a ausência de órgãos administrativos superiores – Ministério e Secretarias – para tratarem exclusivamente dos serviços nas esferas federal e estadual; a

falha de um plano nacional de educação; a permanência de um sistema escolar sem disciplinamento interno para integrar graus e ramos. [...]; uma escola secundária segregada no sistema, feita parceladamente, e impossibilitada de se constituir numa instituição para a educação da adolescência; escolas superiores orientadas exclusivamente para as carreiras profissionais tradicionais e a universidade significando apenas reunião de escolas de especialização profissional com um frouxo esquema burocrático. Enquanto tendência geral sintomática, verifica-se um esforço para fortalecer a superintendência federal – centralização sobre a escola secundária e superior, tanto do ponto de vista administrativo como normativo, que se manifesta pela fixação de padrão a ser obedecido por todas as escolas [...].(HOLANDA, 1987, p. 290-291).

Em certa medida, diante da infraestrutura burocrática falha, a relação educacional professor/aluno foi decisiva para sustentar o desejo dos estudantes de participarem da arena intelectual. Para isso, contavam com os professores dentro de um ambiente no qual estes últimos exerciam a ritualização de suas funções intelectuais e, por conseguinte, a “relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural”, que era, em primeiro plano, apreendida na sala de aula e tal ambiente marcava de um modo ou de outro, como salienta Pierre Bourdieu, a posição dominante do conjunto pedagógico, visto que,

Na medida em que toda Ação Pedagógica em exercício dispõe logo de imediato de uma Autoridade Pedagógica, a relação de comunicação pedagógica deve suas características próprias ao fato de que ela se encontra totalmente dispensada de produzir as condições de sua instauração e de sua perpetuação.¹⁵²

Isso não ocorria na prática, uma vez que a autoridade pedagógica, mesmo dispensada dessas condições de imposição, fez-se presente na figura e no discurso dos professores, uma vez que o educador tende a insistir no seu “reconhecimento social” ou na reprodução e na imposição de seus valores ideológicos, políticos ou pessoais, como os defendidos pelo professor de Geografia, Agnello Bittencourt, que, com postura educacional conservadora, por ter pertencido talvez à elite manauara e configurado sua carreira no magistério sob uma visão positivista, comum para os padrões da elite da época, reproduziu seus valores ideológicos na revista de educação, afirmando que

¹⁵² BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*. Elementos para uma teoria de sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 33.

O comunismo é o ódio á ordem e á propriedade. Não consente hierarquia social, nem estímulo ao trabalho, para obtenção da fortuna e do conforto de cada indivíduo. Não permite distinção entre os homens da “Elite” a gente rude, a massa ignara, desavisada irresponsavel [...].

[...] Cumpre, aos membros do magistério nacional, dizer aos seus jovens alumnos o que é o comunismo Russo, afim de que, na sua natural engenuidade, não venham a acreditar nas sereias que a Republica dos Soviets tem espelhado pelo mundo inteiro, para pregar a mais cruel das maldades humanas. Para evital-a e combatel-a faça a criança conhecer o maior perigo do seculo: O bolchevismo.¹⁵³

A *Revista de Educação*, para a qual o “Professor Catedrático” escreveu, era a revista *Data Venia*, e o ano era 1931, momento do recém-criado Ministério da Educação e da Saúde¹⁵⁴ e da publicação de leis que fariam a normatização do ensino.¹⁵⁵ Isso nos leva a pensar que a matriz desse pensamento ideológico do professor está nas modificações políticas vivenciadas nesse período na Europa, pois no velho continente, “Nos anos de 1930 [...] assiste-se à consolidação do fascismo na Itália, do stalinismo na URSS e à ascensão do nazismo na Alemanha. [...] o que influenciou os ânimos também em nosso país, particularmente, no campo político e na esfera educacional”.¹⁵⁶ Agnello Bittencourt era, pois, muito ligado às questões de seu tempo e defensor das elites dirigentes, o que teoricamente não poderia ser diferente, pois pertencia à uma oligarquia. Essa postura mostra, todavia, que, como formador de opinião, ele estava ciente dos posicionamentos políticos e ideológicos externos que, gradativamente, se engendravam na sociedade brasileira, embate que, de certa forma, se impôs no campo político e influenciou o campo educacional, o que certamente foi a causa, anos mais tarde, da inflamação dos debates

¹⁵³ *Revista de Educação Data Vênia*, Manaus, p. 4, mar./maio 1931.

¹⁵⁴ “O Ministério da Educação foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça.” Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2011.

¹⁵⁵ Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, dispunha sobre a organização do ensino secundário; Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931, organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador.

¹⁵⁶ PALMA FILHO, J. C. (Org.). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da educação*. 3. ed. São Paulo: Prograd/Unesp/Santa Clara, 2005, p. 61-74.

[..] também em nosso país, [...] Assim é que, no campo político, nos anos que se seguiram, rivalizaram Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob a principal influência dos comunistas liderados por Luiz Carlos Prestes, e a Ação Integralista Brasileira (AIB), sob a liderança de Plínio Salgado e com forte apoio da igreja católica.¹⁵⁷

O contexto nos mostra, em termos gerais, que a autoridade adquirida na ação pedagógica e, por conseguinte, vinculada a uma classe social, implica legitimidade, uma vez que o poder de dissimulação da autoridade pedagógica gera, contudo, “poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força” (BOURDIEU, 1982, p. 19).

Assim, tomando por princípio as considerações de Pierre Bourdieu, verificamos que no *Gymnásio Amazonense* a autoridade pedagógica exercia a inculcação ideológica e a hierarquia, por meio não só do discurso em sala de aula, mas de mecanismos próprios ligados à organização escolar, como as leis nacionais para o ensino, com seus argumentos que norteavam e legitimavam a organização da prática educacional.

Sob essas normatizações, reproduzem-se as ações pedagógicas e a legitimidade da autoridade pedagógica, que refletiam uma relação de concorrência entre os níveis de ensino. No caso específico do *Gymnásio Amazonense*, essa concorrência se desenvolveu extraclasse, por meio da imprensa, com uma dinâmica própria de autopromoção dos estudantes, visando a uma conexão satisfatória com a vida cultural da cidade, que girava em torno, principalmente, da imprensa, isto é, da intelectualidade ao alcance dos jovens estudantes que aspiravam a uma carreira de reconhecimento público, como o jornalismo.

No período tratado na pesquisa, e que é um pouco anterior à influência da “Escola Nova”¹⁵⁸ no Brasil, reconhece-se que a escola, entenda-se, a escola tradicional, era

¹⁵⁷ PALMA FILHO, J. C. (Org.). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da educação*. 3. ed. São Paulo: Prograd/Unesp/Santa Clara, 2005, p. 61-74.

¹⁵⁸ A “Escola Nova” nasceu em meio ao crescimento industrial e à expansão urbana, a partir dos anos 1920-1930. A educação configurou-se nesse período como uma saída fundamental para a execução das perspectivas de igualdade e de direito à educação. Tal inspiração colocava o sistema estatal a serviço do ensino público, com o objetivo de oferecê-lo abertamente para o combate às desigualdades sociais. Os principais expoentes da citada escola foram: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Carneiro Leão. No entanto, os problemas enfrentados aparecem, segundo Sérgio Buarque de Holanda, a partir de 1927, quando surge a disputa entre o modelo da “escola tradicional” e o da “escola nova.” Tais modelos estão intimamente relacionados com as discussões sobre o “reformismo” e a “remodelação” do ensino. HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, V. 2: *Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel. 1985, p. 264.

respeitada por seu discurso “neutro”, o que, segundo as proposições de Bourdieu, lhe dava propriedade para exercer a reprodução e a legitimação das desigualdades sociais, ao final, privilegiando os jovens estudantes de acordo com o *status* social de suas famílias.

Comparando as ideias de Antonio Gramsci sobre o perfil da escola tradicional com o padrão de escola fomentada no Brasil, verificamos sua semelhança, visto que a influência da segregação e do afunilamento da instrução por meio do *status* social era fortemente exercida na Primeira República. A condução e o próprio grau de importância despendida pelo governo ao *Gymnásio Amazonense* transformaram este em uma instituição diferenciada, com relação aos outros colégios, apesar de ser a única instituição pública a oferecer o ensino secundário, pois era a ela que os estudantes da classe média eram destinados, como mencionado.

A escola tradicional era oligárquica, pois era destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades diretivas, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nesses grupos uma determinada função tradicional, diretiva ou instrumental.¹⁵⁹

A marca do *Gymnásio Amazonense* estava na perpetuação de uma função instrumental, entendendo-se que, apesar de o estabelecimento ser “tradicional”, foram os “parentes pobres” das oligarquias que compuseram essencialmente o corpo discente, ou seja, foram os que não puderam estudar nos centros cosmopolitas da Europa por motivos financeiros ou pela própria importância que o jovem representava dentro do seio familiar. Assim, para essa demanda reprimida, que permanecia e que era originária principalmente da classe média, como, por exemplo, os filhos de comerciantes e de pessoas ligadas ao funcionalismo público estadual, foram estes que deram o tom para a elitização do *Gymnásio Amazonense* em nível local. Tratava-se de jovens que, geralmente, vinham de um ensino primário particular, que eram incentivados por suas famílias a ingressar em carreiras liberais e que, conseqüentemente, reproduziam a formação de profissionais liberais para sociedade manauara.

¹⁵⁹ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo. Círculo do Livro S.A., 1982, p. 125.

Uma peculiaridade da formação dos “parentes pobres” das oligarquias estava na “preparação” que antecedia a entrada deles no ensino superior, que era voltada essencialmente para as “Letras”, como o próprio título da formação gymnasial anunciava: “Bacharel em Letras”. Também era salutar a formação superior nas profissões liberais que estivessem presentes no cotidiano dos intelectuais, os quais, além de desempenharem suas profissões, as associavam à profissão de jornalista. Num mercado de bens simbólicos ainda incipiente, além de o Amazonas estar localizado na periferia da “República Mundial das Letras”, os literatos nem sempre alcançavam o reconhecimento social.

Por mais que os literatos não alcançassem o sucesso almejado, a nosso ver, a diversidade na formação intelectual implica se desvencilhar do conceito de intelectual voltado apenas para o mundo das letras. Gramsci alarga o conceito de intelectual, concebendo-o como aquele que atua para a transformação da sociedade, independentemente de sua formação. “É preciso, portanto, demonstrar que todos os homens são ‘filósofos’ e definir os limites e as características desta ‘filosofia espontânea’ própria de todos, isto é, a filosofia que nela está contida”.¹⁶⁰

Todavia, a base da formação do estudante no *Gymnásio Amazonense* estava focada para despertá-los, para uma constante participação intelectual que, embora relativa, do ponto de vista da produção simbólica, não os tornava independentes dos grupos dominantes.

Na Primeira República manauara, manteve-se um círculo intelectualizado muito restrito, ligado àqueles que, de alguma forma, faziam parte de agremiações,¹⁶¹ sendo comum haver laços familiares entre os intelectuais emergentes (jovens) e os grupos essencialmente da classe média, entenda-se, os “primos pobres” das oligarquias. Por sua vez, as oligarquias com mais recursos tinham trânsito mais frequente, em busca de formação educacional e cultural, entre a Europa, a capital da República e o Amazonas. Conforme registravam os jornais estudantis, à época, “De Liverpool chegou [...] o Sr. Antonio Jose da Silva Nery, 3º anista do *Gymnásio Amazonense* e primo do nosso companheiro Carlos Mesquita”.¹⁶²

¹⁶⁰ GRAMSCI, Antonio, *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 15.

¹⁶¹ Sobre as diferentes agremiações para fins literários instituídas no Amazonas, ver: PAIVA, Marco Aurélio Coelho. *A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2000, e MONTEIRO, Mario Ypiranga. *A Academia Amazonense de Letras. Revista da Academia Amazonense de Letras*, Manaus, n. 12, jul. 1968.

¹⁶² *O Gymnasiano*, ano 1, n. 4, 2 jul. 1910.

Em outros periódicos, podemos perceber o círculo fechado a que a intelectualidade juvenil pertencia, dos quais citamos apenas alguns como Álvaro Botelho Maia no *Aura*, em 1909; Antonio Alves Maquiné,¹⁶³ Manuel Severiano Nunes e Carlos da Silva Mesquita, em 1910, em *O Gymnasiano*, este último também fundador do *A Tribuna*, em 1911; este grupo de jovens estava ligado à oligarquia Nery, no início do século 20. Carlos Pereira Studart,¹⁶⁴ em *O Gymnasiano*, de 1911; Waldemar Palma Lima, Vivaldo Lima Filho e, posteriormente, Luiz Palma Lima, em *O Gymnasiano III fase*, em 1925, os quais também colaboraram nos jornais *A Marreta* e *Arco-Íris*, de 1927.¹⁶⁵

Entenda-se que, apesar de ser significativo o envolvimento de estudantes na imprensa estudantil, o jornal não pode ser visto como um mero folhetim no qual os estudantes almejavam destacar suas pretensas carreiras. Aqui a imprensa estudantil é compreendida como um espaço de disputas e de posicionamento dos estudantes em relação às classes dirigentes e, em hipótese alguma, não pode ser vista como um espaço morno; contudo, há de se ressaltar que as críticas e os embates foram consubstanciados segundo uma perspectiva indireta com a realidade política, o que nos permite destacar que os jornais estudantis não foram fechados, como muitos outros, por duas razões: primeira, os jovens gymnasianos, como “parentes pobres” das oligarquias, administravam seus discursos, dando a entender que o que vinculavam na imprensa tratava-se nada mais que de uma preparação para sua carreira profissional; segunda, eram suas próprias famílias ou pessoas ligadas ao círculo familiar e social que se revezavam nos cargos dirigentes e também nas mais diversas funções da esfera pública e privada.

Para exemplificar o cenário narrado destacamos, por exemplo, que as famílias de Jacy Zany dos Reis¹⁶⁶ e Ruy Vaz¹⁶⁷ redatores de *O Estudante* (1915) eram ligadas à

¹⁶³ Um parente do estudante era funcionário público, escrevente civil e comercial do Superior Tribunal de Justiça do Amazonas, no ano de 1913. *Anuário de Manaós 1913-1914*. Organizado por Heitor de Figueiredo. Lisboa: Typographia da “A Editora Limitada”, Largo do Conde Barão.

¹⁶⁴ Nasceu na cidade de Fortaleza em 17 de junho de 1897, filho do farmacêutico Carlos Studart, (BITTENCOURT, Agnello, 1973, p. 156-160).

¹⁶⁵ Ambos eram filhos do professor de química e médico Vivaldo Palma Lima, que nasceu na Bahia, em 10 de abril de 1877, e fez os cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia ainda nesse estado. No Amazonas, cursou a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais e foi diretor do Gymnásio Amazonense. Ligado à oligarquia Bacellar, que governava o Estado em 1917, Vivaldo Palma Lima foi, juntamente com Henrique de Souza Rubim, Antonio Bittencourt e Agnello Bittencourt, um dos fundadores, naquele mesmo ano, do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IGHA).

¹⁶⁶ A família Zany era família influente e ligada ao governo de Jonathas de Freitas Pedrosa; o engenheiro militar João da Cruz Zany era o presidente da Assembleia Legislativa do Estado, em 1915; outro membro influente da família era o coronel Sabino Augusto Zany.

¹⁶⁷ Ruy Vaz Filho era filho do poeta e jornalista Thaumaturgo Sotero Vaz, natural do Piauí e bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Seu pai, conhecido como Th. Vaz, exerceu o cargo de diretor da Secretaria

oligarquia Jonathas de Freitas Pedrosa, que governou o Estado no quadriênio de 1913-1917. Por sua vez, nesse período, a oposição ficava por conta da oligarquia Antony, em parceria com Manuel Francisco Machado, o Barão do Solimões, dono do jornal *O Liberal*, os quais tinham por seguidores os redatores do *Correio Gymnasial* (1915), entre eles, Aristóteles de Magalhães Cordeiro¹⁶⁸ e Telésio Perdigão.¹⁶⁹ Tratou-se de uma aproximação demonstrada a partir de um artigo do *O Liberal* criticando um órgão da imprensa estudantil, *O Estudante*, em 1915.

Todos os jornais citados até aqui foram elaborados por gymnasianos. Muito embora o número de periódicos publicados seja maior, escolhemos esses para que pudéssemos ilustrar a ligação dos gymnasianos com os grupos dirigentes, comerciantes e funcionários públicos. Contudo, é importante mencionar dois outros jornais, *O Colegial*, de 1914, e *O Pirralho*, de 1915, o primeiro órgão dos alunos do Colégio Rayol (ensino particular), no qual colaboravam Edgar de Rezende do Rego Monteiro e Cezar de Rezende do Rego Monteiro;¹⁷⁰ e o segundo, órgão dos alunos do Instituto Universitário, no qual colaboravam Leopoldo e Arnaldo Carpinteiro Peres e Francisco Bacellar.¹⁷¹

No caso dos gymnasianos, como interessados em expor suas opiniões e/ou desejosos do reconhecimento de suas produções, eles legitimavam na imprensa de vanguarda seus discursos dentro de sua própria categoria e realidade; desse modo, “vanguarda” tem aqui a conotação de criação de um efeito de “abertura”, de “início”, com o intuito de os estudantes se revelarem como habilitados para participar do contexto jornalístico, com uma postura

da Prefeitura de Manaus; de oficial do Gabinete do Estado, de Jonathas de Freitas Pedrosa; e diretor do Teatro Amazonas, em 1913.

¹⁶⁸ A única informação bibliográfica encontrada sobre esta personalidade foi a de que, nos anos de 1939-1940, Aristóteles de Magalhães Cordeiro foi um dos fundadores de uma loja maçônica no Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1939. A ata de fundação da loja encontra-se disponível para consulta em: <<http://webspaces.webring.com/people/hl/loja7desetembro/ata.html>>. Acesso em: 9 set. 2011.

¹⁶⁹ Não identificamos quem eram os pais de Telésio Perdigão, que colaborava no jornalismo estudantil, mas encontramos, por diversas vezes, o registro desse sobrenome (não muito comum) no *Anuário* de Manaus, de 1913, de pessoas que tinham cargos e funções no serviço público estadual, como o desembargador Raymundo Perdigão.

¹⁷⁰ Ambos pertenciam à mesma oligarquia, em especial Rego Monteiro, que era natural do Piauí e que veio para Manaus ainda no século 19. Assumiu o cargo de desembargador do Estado; de senador federal, em 1913; e de governador do Estado do Amazonas, no período de 1921-1924 (BITENCOURT, Agnello, 1973, p. 432).

¹⁷¹ O sobrenome Bacellar pertence a outra oligarquia importante e esteve à frente do governo do Estado no quadriênio 1917-1921, na figura de Pedro de Alcântara Bacellar, natural de Feira de Santana, Estado da Bahia, formado em medicina pela Escola da Bahia. Ressalte-se que nessa administração foi criado o Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas (IHGA), em 25 de março de 1917, e a Academia Amazonense de Letras, em 1º de janeiro de 1918.

social “aceitável,” na busca de sustentar a posição social que suas famílias exerciam ou desejavam exercer na sociedade.

Esse tatear entre a esfera estudantil e a profissional era um procedimento comum no período, acompanhado com “bons olhos” pela grande imprensa, simpática, dependendo do contexto político e do grupo pelo qual os estudantes se orientavam. Assim, desenvolveram-se pequenas folhas, que, apesar de efêmeras, davam corpo ao jornalismo estudantil e produziam interação entre o mundo externo e o mundo escolar e acadêmico. Desse modo, mesmo considerando que o espaço de circulação dos jornais eram, essencialmente, a(s) escola(s), dados os “apelos” de leitura dos periódicos, que contavam com um grupo de leitores muito próximo, “esperamos, pois solidariedade de nossos amados colegas e professores, pois ninguém mais apreciará a nossa patriótica idea senão elles, quasi irmãos, e quasi paes.”¹⁷² Diante disso, era comum enviar exemplares a outros lugares, principalmente para a redação de jornais consolidados,¹⁷³ com o objetivo de os tornar conhecidos no cotidiano da cidade e reconhecidos no mundo letrado.

Apesar de o *Gymnásio* despender esforços na formação de uma classe média local, salta à reflexão a problemática da instrução pública nos diversos níveis de ensino, despertando a crítica sobre as melhores chances que cercavam os jovens de famílias de mais recursos, que, na maioria das vezes, saíam em êxodo, com o objetivo de se formar no exterior, na capital da República ou nos Estados do Nordeste.

Um exemplo emblemático de um “mundo” em que as letras construíam a figura do intelectual por meio da militância jornalística, do próprio êxodo na busca de instrução ou até mesmo da carreira no magistério, pode ser a trajetória de Carlos da Silva Mesquita.¹⁷⁴ Quando ainda menino e já diretor do *A Tribuna*,¹⁷⁵ colaborava também no jornal *A Tribuna*

¹⁷² *Correio Gymnasial*, Manaus, ano 1, n. 1, 27 maio 1915.

¹⁷³ Eram jornais conhecidos na época: *A Gazeta da Tarde*, *Folha do Amazonas*, *Jornal do Comercio e O Tempo*, entre outros.

¹⁷⁴ Carlos da Silva Mesquita foi também diretor da Escola de Comércio Senador Lopes Gonçalves; professor de Inglês no Colégio D. Bosco, na Escola de Comércio Solon de Lucena e no Instituto Universitário Amazonense. Foi também redator-chefe dos jornais *O Dia*, *A Liberdade e a Nação* e *Amazônida*. Suas obras publicadas foram: *O Hospício Eduardo Ribeiro*, *O Leprosário de Paricatuba*, *Quem não deve não teme*, *Contribuamos para o Leprosário*, *A cidade da dor e Glebarismo* (BITTENCOURT, Agnello, 1973, p. 155).

¹⁷⁵ De acordo com a pesquisa realizada por Luciane Campos, *Educação e ação: a imprensa estudantil e a política estadual – 1890-1930* (2003), *A Tribuna* se originou de um “racha” na redação de *O Gymnasiano*, em 1911, passando Carlos da Silva Mesquita a compor a redação de *A Tribuna*. Segundo ainda a pesquisa, o “número de exemplares encontrados foi 6: n. 1 (19/1/1911), n. 2 (11/02/1911), n. 3 (13/3/1911), n. 4 (18/4/1911), n. 5 (31/03/1911) e n. 7 (22/07/1911); o lugar de publicação era *O Gymnásio Amazonense*, formato: 23,5cm x 30cm, 3 colunas, 4 páginas, tendo como redatores: Carlos da Silva

Acadêmica, órgão dos alunos da Universidade de Manaus onde escrevia sobre problemas de uma realidade próxima e apresentava o ensino primário como insuficiente para o momento, destacando o analfabetismo como o principal problema da sociedade, oriundo do modo como a classe dominante opõe e impõe elementos materiais e simbólicos sobre as demais classes. Quanto a isso, uma visão sobre as disparidades entre os que podiam e os que não podiam ter uma instrução de qualidade pode ser lida em uma das colunas do dito jornal:

Um dos maiores males que impecilham o progresso deste nosso querido Brazil, ou por outra o maior mal é o analfabetismo.

[..] Aqui no Amazonas, apesar de já estar um pouquinho adiantada a instrução, infelizmente, o numero de analphabetos é enorme.

É preciso não descurar da instrucção do povo.

Temos o Gymnásio Amazonense de gloriosa tradição que tem dado bacharéis, os quais acham-se espalhados, estudando nas diversas Academias do Paíz.

Temos a Escola Normal, donde tem sahido professoras que, por sua vez, vão ensinando nas escolas públicas e particulares, que também possuimos na capital.

Mas para que serve tudo isso, se para freqüentar essas escolas é preciso cursar primeiramente uma escola primária e as que possuimos servem sómente pra aquelles que tem dinheiro, pois a mensalidade paga a um dos colégios de Manáos é fabulosissima.¹⁷⁶

Nos primeiros anos do século 20, a escola primária era vista como um segmento a que não era despendido grande capital e muito menos mão de obra capacitada para esse nível de instrução, como mencionado nesta pesquisa. Com isso, deixava-se de lado a “educação do povo”¹⁷⁷ e, conseqüentemente, o capital cultural dela exigido foi muito inferior do que para outros níveis. Essa disparidade reforça o que apresentamos na primeira parte do trabalho, quanto à sistemática abstenção da gestão educacional ocorrida na

Mesquita, Manuel Severiano Nunes, José Antonio Barrozo, Januário Nazareth e Chrysologo G. d’Oliveira”.

¹⁷⁶ A *Tribuna Acadêmica*, ano 1, n. 1, 23 jun. 1911.

¹⁷⁷ O problema era de difícil resolução, pois o analfabetismo se mostrava crônico, generalizado. Apesar disso, Sérgio Buarque de Holanda comenta que o descaso com a educação foi um dos mais combatidos nesse tempo (HOLANDA, 1985, p. 269).

transição do período imperial para o período republicano, cujo principal prejudicado foi o nível de ensino primário. Com disso, fortalece-se a identificação da trajetória estudantil no mundo letrado, considerando que o ensino secundário estabeleceu-se como um elo entre o ensino primário e o ensino superior, ou seja, ele foi de vital importância para a construção compósita do perfil do jovem afeito a integrar o mercado de profissões liberais, com uma trajetória na República das Letras.

Ainda que a expressão “República das Letras” denote harmonia no âmbito da intelectualidade, foi o desejo de nela estar inseridos que fez transparecer a relação de disputa que ficou evidenciada em algumas publicações do jornalismo estudantil.

Simple por sermos ainda novos para avançarmos, sobranceiros nesse mar de perplexidade: o jornalismo; melindroso pela estrutura saíçosa de suas moléculas profundas. – Nem assim esmorecemos de avançar.

– Que importa a crítica prosaica dos pequeninos?

São elles um punhado de invejosos e inconscientes – não os olharemos senão com o desprezo irrisório ou com de nossas almas!

Não somos igualmente partidários de políticos, ou exploradores da intriga! O nosso programma há de ser um só, embora que fraco-até o fim de nossa jornada.

Havemos de ao lado daquelles que trabalham pelo engrandecimento do Amazonas, traçar o nosso plano de batalha contra a mais repellente de todas as hydras do mundo, aquella que mais concorre para o atraso da humanidade e o baque imprevisto da sociedade futura: – *a ignorância.*

São elles um punhado de invejosos e inconscientes – não os olharemos senão com o desprezo irrisório.¹⁷⁸

Entretanto, convém salientar que é impossível não mencionar que, por trás de uma relação de força, os jovens estudantes, de uma forma ou de outra, estavam à mercê das normas impostas pela autoridade pedagógica e da própria experiência de seus professores

¹⁷⁸ *O Gymnasiano*, ano 1, n. 1, 4 maio 1910.

no mundo letrado, todavia existia o “desejo tenaz de dizer alguma coisa á nossa vontade sem a correção de uma penna mestra”.¹⁷⁹

A nosso ver, o que está implícito na crítica do então estudante Carlos Mesquita, além do problema do analfabetismo, é o jogo das relações de poder que se delineava em níveis de ensino mais avançados. Isso nos leva a compreender que o analfabetismo era decorrente da pouca importância despendida para o nível primário de ensino. Segundo o discurso oficial, outros fatores também causavam tais divergências:

[..] mil entraves se apresentavam, embasando a marcha do ensino e dificultando a propagação da luz.. muitas vezes, os responsáveis pelo indifferentismo dos responsáveis pelo futuro das crianças; outras, ocupação das mesmas em afazeres profissionais e dando-se como causa a pobreza dos Paes; em certos casos, a falta de escolas próximas ás habitações; finalmente, a culpa dos professores, relapsos no cumprimento dos deveres, illudindo a expectativa dos governos.¹⁸⁰

Enfim, a tal quadro de “meia culpa” é preciso acrescentar que o analfabetismo fazia parte de um contexto de “pequena difusão da escola primária” (HOLANDA, 1985, p. 291) e que os analfabetos constituíam parcela da população que foi colocada socialmente em segundo plano, como os indígenas, os negros, os libertos, os pobres, as mulheres, entre outros. Por desigualdades seculares, estes não podem ser julgados como réus de um processo educacional que sempre os manteve às margens, e muito menos os professores podem ser culpabilizados.

Dessa forma, um suposto sucesso dos níveis mais avançados, tais como secundário, normalista e acadêmico, era uma imposição incoerente em detrimento do nível primário, o que compreende a manutenção de ensino teoricamente equivocada, visto que é justamente este último nível que está na base de toda a cadeia de formação educacional.

A denúncia realizada por meio da imprensa estudantil deixa claro que ainda se vivia um momento de dificuldades para a consolidação de um padrão de ensino para o nível primário. Tal dificuldade estava intimamente relacionada ao público-alvo da instrução e a quem administrava esse tipo de demanda, pois dizia respeito à grande massa analfabeta,

¹⁷⁹ *O Gymnasiano*, ano 2, n. 8, 30 maio 1911.

¹⁸⁰ Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1911, pelo Sr. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, governador do Estado. Manáos-Amazonas, Imprensa Oficial do Estado, f. 118.

oriunda, principalmente, do período imperial e que persistia no período republicano.¹⁸¹ Em Manaus, mesmo depois do momento econômico favorável que o Estado viveu naquelas duas primeiras décadas do novo regime, com o erguimento de importantes instituições educacionais, não houve significativas modificações no ensino.

O posicionamento dúbio que, embora favorável, é, ao mesmo tempo, desaprovador, do jovem jornalista Mesquita, em seu artigo em *A Tribuna Acadêmica*, de 23 de junho de 1911, provoca uma reflexão sobre o desnivelamento na continuidade da formação escolar para alguns. Segundo o artigo, e ainda que houvesse um desnível nessa dinâmica de oferta educacional, as classes média e alta estavam asseguradas sob o ponto de vista da formação escolar, uma vez que havia escolas particulares para o ensino primário que poderiam abrigar clientela detentora de algum poder aquisitivo e, quanto a este ponto, concordamos que

Numa formação social determinada, as instâncias que pretendem objetivamente o exercício legítimo de um poder de imposição simbólico, e que tendem assim a reivindicar o monopólio da legitimidade, entram necessariamente em relações de concorrência. Isto é, em relações de força e relações simbólicas cuja estrutura exprime segundo sua lógica o Estado da relação de força entre os grupos ou as classes.¹⁸²

Enquanto o discurso gymnasiano era de preocupação com o ensino primário, com o ensino superior era de desdém e rivalidade. A clara divisão social nos níveis educacionais gerou vaidades em torno do forjamento intelectual de determinados grupos, como o grupo dos estudantes pertencentes ao *Gymnásio Amazonense*, e, de uma forma geral, dos acadêmicos da *Universidade Livre de Manáos*, universidade que, antes mesmo de se consolidar, desapareceu depois da *Lei Carlos Maximiliano*, de 1915.

Corria insistentemente pela cidade, nos primeiros dias de dezembro próximo passado, o boato de que a *Escola Universitária Livre de Manáos* ia ser reconhecida e que Ela depois do reconhecimento, seria anexado o *Gymnásio Amazonense*.

¹⁸¹ CARVALHO, J. M., 1998, apud VALLE. Lilia do. Bases antropológicas da cidadania brasileira: sobre escola pública e cidadania na Primeira República. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 29-42, 2002. J. M. de Carvalho analisa “as imagens instituídas, ao longo do século 19 e até a primeira metade do século 20, na sociedade brasileira, destacando três imagens introduzidas pelas elites dominantes, para ressaltar que em nenhuma delas o povo toma parte: na primeira, ele está simplesmente ausente; na segunda, ele é o elemento negativo e perturbador; na terceira, enfim, é um complemento valorizado pela visão paternalista de povo”.

¹⁸² BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*. Elementos para uma teoria de sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982, p. 32.

[..]

O Assunto que nos prendeu a atenção durante o mez de dezembro foi a da anexação do nosso Gymnásio à Escola Universitária, conhecida vulgarmente pela alcunha de *Jaqueira*.

É um absurdo, senão um atrevimento effectivarem essa anexação, pois não irão unir um Gymnásio que tem na história amazonense um nome glorioso á uma Escola cuja glória única que possui é fazer de qualquer João ninguém um médico, advogado, dentista, etc, etc.

Depois é impossível unir estudantes para aprender, a estudantes que pagam para arranjar um diploma de doutor e com ele de cambalhada cara um anel passear pelas ruas alardeando suas capacidades.¹⁸³

Por sua vez, na base, o ensino primário, mesmo não alcançando na prática uma relação de concorrência quanto aos interesses educacionais daquela realidade, aparecia no discurso governamental como uma preocupação, em se tratando do desenvolvimento da intelectualidade em seus níveis mais básicos.

O empenho de que estamos animados, reunidos aos elementos de que vamos dispor para dar combate ao analfabetismo, como para conseguir a elevação do nível intellectual das classes populares, tem contribuído para ir resolvendo o sempre oportuno problema do ensino público.¹⁸⁴

Porém, o aprimoramento desse nível estava ligado ao fomento da cidadania das classes baixas, ou seja, como mencionado, à massa analfabeta cuja instrução passaria essencialmente por esse nível de ensino, conforme números desproporcionais demonstrados¹⁸⁵ sobre a alfabetização e o analfabetismo no Amazonas nos seguintes anos:

Quadro 3 – Analfabetismo no Amazonas

¹⁸³ *A tribuna*, Manaus, ano 1, n. 1, 19 jan. 1911.

¹⁸⁴ Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1911, pelo Sr. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, governador do Estado. Manáos-Amazonas, Imprensa Official do Estado, f. 118.

¹⁸⁵ Repertório Estatístico do Brasil: Quadros Retrospectivos, n. 1 (Separata do *Anuário Estatístico do Brasil*, ano V, 1939/1940). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

Alfabetizados	Não alfabetizados	Alfabetizados	Não alfabetizados
1900	1900	1920	1920
80.204	169.552	96.614	266.552

Fonte: *Repertório Estatístico do Brasil*, p. 13. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>.

Acesso em: 28 nov. 2011.

Ainda que houvesse a preocupação com o fomento do ensino primário, tratava-se de um discurso contraditório, “a maior parte das 56 (Escolas) que possuímos nesta capital, ainda funcionam em prédios particulares, alguns dos quaes insuficientes, mal localizados e onde, nem sempre pode existir a hygiene indispensável a uma casa de ensino”.¹⁸⁶

O problema estava bem longe de ser resolvido, e as autoridades negligenciavam o ensino básico, relegando-o a segundo plano. Era em estabelecimentos, muitas vezes, insalubres que muitos estudantes recebiam as primeiras instruções que os ligaria no futuro a outras instituições de nível de ensino supostamente mais avançado, em Manaus, como o *Gymnásio Amazonense*, que, “por enquanto o unico estabelecimento de ensino secundário que temos, mantido pelo Estado.”¹⁸⁷ Mesmo sendo a única instituição pública para o ensino secundário, a comunidade estudantil com mais recursos tinha como opção tanto o dito *Gymnásio* como outras escolas particulares¹⁸⁸ que ofereciam não só o ensino primário, mas o ensino secundário e superior.

Voltando à crítica do então estudante Carlos da Silva Mesquita (*A Tribuna Acadêmica*, f. 24-25), acreditamos que ela é conveniente, porque refletia a realidade sobre a precariedade da instrução pública no ensino primário e deixava claro o caráter elitizado de poucas, mas emblemáticas e fundamentais escolas públicas, considerando que o ensino aos poucos se desvinculava da família e assumia caráter sistemático e elitizado por meio de escolas e de acordo com a classe social que pertenciam.

¹⁸⁶ Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1911, pelo Sr. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, presidente do Estado. *Manáos-Amazonas*, Imprensa Oficial do Estado, f. 125.

¹⁸⁷ Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1911, pelo Sr. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, presidente do Estado. *Manáos-Amazonas*, Imprensa Oficial do Estado, f. 129.

¹⁸⁸ De acordo com os jornais estudantis compulsados e o anuário de Manaus de 1913, foi possível identificar algumas escolas particulares como: Instituto João de Deus, Collegio Diocesano, Externato São Sebastião, Collegio Rayol, Atheneu Pedro II e Collegio Santa Anna Nery, entre outras.

Convém salientar que, conforme autobiografia¹⁸⁹ de Mesquita, em 1912, ele próprio aumentou as estatísticas do êxodo de estudantes que saíam do País para fins de continuidade de sua instrução. Nesse caso, o jovem gymnasiano seguiu para a Inglaterra, matriculou-se na Diglewood School, em Colwyn Bay, no País de Gales. Em 1913, fez o exame vestibular para a Faculdade de Engenharia da Universidade de Liverpool, frequentando até o último ano o curso de engenharia mecânica, não o concluindo, porém, e voltando para Manaus” (BITTENCOURT, 1973. p. 154-155).

Um dado interessante na biografia do estudante Carlos Mesquita é que a sua história e de alguns jovens¹⁹⁰ segue uma trajetória semelhante, pois, por mais que migrassem para continuação de seus estudos dentro do próprio território nacional ou para o exterior, muitos retornavam porque suas famílias não conseguiam manter seus recursos e muitas vezes nem mesmo a posição social que tinham antes da crise,

Com alguma frequência, os egressos do universo cosmopolita europeu sentiram uma flagrante inadequação entre o ideário burguês de valorização do refinamento intelectual e o ambiente cultural local, tido como acanhado, senão medíocre. Muitos foram os que não preferiram retornar à região (especialmente os membros das famílias que conseguiram sobreviver à crise da economia de exportação); mas os que retornaram a Manaus empenham-se em montar estratégias de (re)criação de uma ambiência cultural refinada.¹⁹¹

O regresso algumas vezes por “imposição familiar causava desgosto e insatisfação”, mas era justamente na educação dos filhos que as famílias mais abastadas esperavam que eles fizessem a “reconversão” da educação e a preparação para os negócios, isso em tempos de bonança na região. Outros, no período de crise e depois do regresso ao Amazonas, acabavam por exercer cargos públicos e, em alguns casos, retornavam para exercer o magistério em suas áreas de atuação dentro do próprio Gymnásio ou em estabelecimentos particulares. No caso de Mesquita, ele passou a exercer uma função cuja experiência se deu no convívio diário com o idioma inglês na Inglaterra.

¹⁸⁹ Apud BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 154-155.

¹⁹⁰ Nas fontes pesquisadas, é comum observarmos transferências, cartas e anúncios de embarque de estudantes para outros Estados e até mesmo para o exterior. Para exemplificar esse êxodo, citamos apenas o jornal *O Estudante*, de 9 de maio de 1911, que destacou a partida de Bruno Gabina, no pacote “Pará”, com destino ao Estado da Bahia, para ingressar em curso odontológico, e Marcos Evangelista Costa, que seguiu no pacote “Clemente”, para cursar engenharia na Universidade de New York.

¹⁹¹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001, f. 98.

Sobre isso, é curioso verificar que ele retorna a Manaus e não exerce nem teoria e nem na prática o que se prontificou a estudar no exterior, engenharia; todavia, não encontramos informações que apresentem o “exato” motivo de seu retorno ao Amazonas sem a conclusão de seus estudos, uma vez que estava no último ano do curso universitário. É provável que com substanciais perdas tanto financeiras quanto econômicas, ocorridas com o fim do “exclusivismo” do látex, as classes, média e alta, estavam em apuros. Mesquita, por estar ligado à oligarquia Nery, talvez tenha sofrido as “agruras” do período, precisando retornar, porque, provavelmente, seus familiares não podiam mais custear seus estudos no estrangeiro, ou fora de Manaus. O que ficou claro, no entanto, foi que ele retornou à terra natal com fluência no idioma estrangeiro, o que lhe proporcionou um *status* intelectual diferenciado, uma vez que ele reaparece no cenário educacional como mão de obra intelectualizada, cuja especialidade era de interesse social e educacional, dado o programa de disciplinas propostos na grade curricular à época.

Por meio de concurso, foi-lhe outorgada a cadeira de inglês do *Gymnásio Amazonense*, como professor substituto, com prova e arguição realizada em 1920.¹⁹²

À medida que se apresenta a trajetória escolar do jovem Carlos Mesquita, é possível perceber sua militância jornalística, seu posicionamento político como cidadão e, principalmente, a relação de força simbólica que o permitia galgar um lugar no cenário educacional ou na imprensa local, perspectiva que, no caso de Mesquita, se solidificou na sua maioria como membro do corpo docente do *Gymnásio Amazonense* e de outras instituições, como mencionado, ligadas à base da intelectualidade amazonense, durante a Primeira República.

Todavia, apesar de não citar em sua autobiografia sua colaboração amadora no mundo da imprensa estudantil, como diretor do jornal *A Tribuna*, Mesquita fez parte de uma geração ativa do jornalismo estudantil, buscou instrução fora dos limites do Estado e atuou como professor na formação de outras gerações de estudantes, no ensino secundário ofertado pelo velho *Gymnásio*, e, posteriormente, como diretor¹⁹³ nomeado pelos militares sediciosos, em 1924, por meio de Portaria nº 194, de 31 de julho de 1924 (Cf. SANTOS, 2001, p. 104), o que o colocou em um cargo de grande representatividade em um momento político conturbado no Amazonas.

¹⁹² Processo do concurso para provimento da cadeira de Inglês do *Gymnásio Amazonense*, 1920. Acervo do *Gymnásio Amazonense*.

¹⁹³ Tempos depois dos eventos de 1924, em Manaus, Carlos da Silva Mesquita foi nomeado novamente diretor do *Gymnásio*, em 20 de fevereiro de 1935.

Tais nomeações, de um modo ou de outro, giraram em torno dos grupos oligárquicos que, em momentos intercalados, estiveram no governo ou em bases de oposição. A própria disputa foi fortalecida e conturbada, uma vez que “Os militares designaram elementos civis para os cargos administrativos. Esses civis possuíam, contudo, vinculações político-partidárias com o grupo Nery, que, desde 1923, exercia certa oposição, em nível local, ao grupo situacionista dos Rego Monteiro”.¹⁹⁴

Ao escolher a figura de Carlos Mesquita, visamos destacar os interesses, as perspectivas políticas, educacionais e de carreira que os imbróglis políticos da Primeira República despertavam. Assim, diante do cenário político e econômico desfavorável daqueles anos, a ação militar de 1924 deu-se como pretexto para a resolução dos problemas oriundos da retração econômica vivenciada pelo Estado, uma vez que tais dificuldades afetaram diretamente o comércio e o funcionalismo público, acirrando com isso as divergências entre as forças politicamente ativas no Amazonas, que tiveram seu estopim na administração Rego Monteiro (1921-1924). Contudo, o funcionalismo público foi atingido, uma vez que os problemas administrativos e a dificuldade com o rateio do erário público já vinham se arrastando há anos, assim como na administração de Pedro de Alcântara Barcellar (1917-1921).¹⁹⁵

Um exemplo emblemático da crise vivenciada no Estado desenvolveu-se no *Gymnásio Amazonense* por meio de uma greve levada a efeito pelos professores Raimundo de Cavalho Palhano¹⁹⁶ e Olímpio Martins de Menezes.¹⁹⁷

Exmo Sr. Dr. Sebastião Barroso Nunes, Inspector Federal junto ao *Gymnásio Amazonense*
– Comunicamos a V. Exc. Pedindo que leve o facto ao conhecimento do Egrégio Conselho

¹⁹⁴ SANTOS, Eloína dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer, 2001, p. 114.

¹⁹⁵ Sobre este assunto, ver SANTOS, Eloína dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer, 2001.

¹⁹⁶ Raymundo de Carvalho Palhano era professor de Química, farmacêutico da cidade. Foi pioneiro do espiritismo no Amazonas. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Administrador/Desktop/Cepimar%20-%20Banco%20de%20Dados%20-%20PI.htm>>. Acesso em: 2 de jan. 2012.

¹⁹⁷ Olímpio Martins de Menezes nasceu em Manaus, em 1º de novembro de 1885. “Com subvenção do Estado, partiu para Florença, onde estudou Artes Decorativas e Pinturas. Fez parte do Conselho Superior de Instrução Pública do Amazonas. Como artista profissional, além de sua função no *Gymnásio Amazonense*, efetuou outros encargos de responsabilidade como: urbanista de Manaus, reformador da parte interna do Teatro Amazonas, diretor do teatro, organizador do Parque do Tarumã, remodelador dos jardins da cidade, organizador do antigo Jardim Zoológico Municipal dentre outros trabalhos [...] não tendo mais de 10 anos de serviço, alcançando minguada remuneração; deixando Manaus e conduzindo a família para o Rio de Janeiro [...] Realizou excursões artísticas a Santos e São Paulo, em companhia do Dr. Ramayana de Chavalier, este pronunciando conferências e Olímpio ilustrando o tema com o seu pincel, resultando boa propaganda do Amazonas” (BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 385-386).

Superior do Ensino, que por falta de pagamento dos nossos vencimentos de professores do Gymnásio Amazonense, achando-nos na impossibilidade de exercer o magistério, deixamos de dar as aulas das respectivas matérias que professamos. Outrossim protestamos contra qualquer acto lesivo aos nossos direitos que jamais renunciamos, como voltaremos imediatamente ao cumprimento dos nossos deveres desde que sejamos pagos, portanto, desde que ao menos com equidade o Governo cumpra também o seu dever.¹⁹⁸

A greve iniciada pelos dois professores em 4 de maio de 1920 dava a dimensão das dificuldades que atingiram o funcionalismo público, em especial o setor da instrução pública. Os atrasos salariais ocorriam frequentemente, chegando os professores a ficar até nove meses sem o recebimento de seus proventos, conforme disposto no ofício/Dossiê. Porém a representatividade dos profissionais da educação, por sua própria intelectualidade, outorgava-lhes liderança, mas isso não quer dizer que eles fossem representantes da classe média de Manaus. A postura e a própria função de funcionários públicos não os tornava porta-vozes da classe.

Em todo caso, o simbolismo da escolha de uma greve feita pelos parentes pobres das oligarquias era capaz de mostrar a relação de força existente no cenário público da cidade, contra principalmente as oligarquias, que exerciam certo poder político na sociedade.

Os professores obtiveram apenas a indiferença do poder executivo, no qual estava à frente a oligarquia liderada por Pedro de Alcântara Bacellar, em seu último ano de mandato. Por outro lado, foi no Superior Tribunal de Justiça do Amazonas que os professores encontraram apoio, onde quem estava à frente era o desembargador Antonio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, que rivalizava com o grupo Bacellar.

O dito tribunal expediu *habeas-corpus*, documento que amparava a permanência dos professores grevistas no Gymnásio, que haviam sido exonerados pelo diretor Vivaldo Palma Lima e este, desautorizado e constrangido, expôs que,

Tendo chegado a convicção de que o Superior Tribunal de Justiça do Estado agira no caso do *habeas-corpus* aos lentes, não pelo lado da justiça, mas atendendo a interesses partidários, e que tal concessão iria servir para amparar novos desmandos dos professores grevistas, resolvi pedir a minha exoneração do cargo de Diretor do Gymnásio.¹⁹⁹

¹⁹⁸ Ofício/Dossiê elaborado para o governador César do Rego Monteiro, sobre greve ocorrida no mês de maio de 1920, ainda no governo de Pedro de Alcântara Bacellar, f. 1-15. Acervo do Gymnásio Amazonense.

¹⁹⁹ Ofício/Dossiê elaborado para o Governador César do Rego Monteiro sobre greve ocorrida no mês de maio de 1920, ainda no governo de Pedro de Alcântara Bacellar, f. 1-15. Acervo do Gymnásio Amazonense.

A greve incitada pelos ditos catedráticos ganhou novos adeptos e, a exemplo destes, outros professores, como Coriolano Durand²⁰⁰ (Francez), Agnello Bittencourt²⁰¹ (Geographia e Chorographia), Adriano Jorge (Portuguez), José Francisco de Araújo Lima²⁰² (História Natural), cônego Dr. Ismael Freire da Silva²⁰³ (História Universal e do Brasil), Plácido Serrano Pinto de Andrade (Inglez e Allemão), aderiram à greve; depois destes, ainda aderiram Feliciano de Souza Lima²⁰⁴ (Inglez), Isac Amaral²⁰⁵ (Allemão) e Paulo Eleutério Alves da Silva (Historia Universal e do Brasil).

Segundo o inspetor Sebastião Barroso Nunes,²⁰⁶ o movimento grevista não era legítimo:

²⁰⁰ Coriolano Durand “nasceu em 12 de abril de 1878 no Forte de Tabatinga, professor catedrático de francês por concurso realizado em 8 de fevereiro de 1909. Estudou as primeiras letras no Colégio Marinho, dirigido por Pedro Ayres Marinho, e na Escola de Nicolau Tolentino, completando o curso primário no Colégio Americano de José Veríssimo, iniciando o secundário no Atheneu Amazonense sob a direção do Dr. Jonathas Pedrosa. [...] no Rio de Janeiro, fez o curso anexo à Escola Politécnica. Volvendo ao Amazonas, foi proprietário de um seringal, no Rio Madeira [...] Fundou e dirigiu, por alguns anos, o Externato Durand. Regeu a cadeira de Francês da Escola de Comércio Solon de Lucena. Em diversas épocas, desempenhou os seguintes cargos: Auxiliar de Secretário no Governo do Coronel Constantino Nery, auxiliar de Gabinete na administração Antonio Bittencourt e colaborador de *O Amazonas*. Mais tarde, redator de *O Imparcial* e colaborador de *O Paiz*, do Rio. [...] Além de crônicas, contos e artigos diversos, esparsos em jornais e revistas de Manaus, Paraiba e Rio” (BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 173-174).

²⁰¹ *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 173).

²⁰² Araújo Lima “nasceu na Vila de Muaná (Ilha do Marajó, no Estado do Pará, a 9 de maio de 1884. Seus pais, o dr. José Francisco de Araújo Lima e D. Maria Amélia de Mendonça Lima, sendo o pai Juíz de Direito da capital amazonense, e ela proprietária e regente do Colégio Santa Catarina. Estudou os cursos primário e secundário em Manaus, seguindo para o Rio de Janeiro onde se matriculou na Faculdade de Medicina. [...] regressando à Manaus, onde se dedicou à clinica e ao ensino secundário, no Gymnásio Amazonense mediante concurso (1905). [...] Exerceu o cargo de Diretor da Instrução Pública do Amazonas, de 1º de janeiro de 1917 a 5 de novembro de 1919. Exerceu o cargo de Prefeito de Manaus, de setembro a novembro de 1924 e de 1º de janeiro de 1926 a 29 de novembro de 1929. Foi eleito Deputado Federal pelo Amazonas em 1º de março 1930, exercendo esse mandato até a dissolução da Câmara dos Deputados, em 24 de outubro de 1930” (*Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 99-102).

²⁰³ No seu livro de biografias amazonenses, o professor Agnello Bittencourt descreveu o cônego Ismael Freire como “uma das pessoas mais interessantes do corpo docente do antigo Gymnásio Pedro II, hoje Colégio Estadual, regendo a cadeira de História da Civilização e do qual serviu de Diretor por alguns anos. Era cearense, natural de Aracati, muito estimado do notável Bispo D. Antônio de Macedo Costa” (*Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 270).

²⁰⁴ Feliciano de Souza Lima “nasceu em Manaus a 29 de outubro de 1877, freqüentou uma das três e únicas escolas públicas de Manaus, então existente no primeiro decênio de sua vida. O curso secundário fê-lo no Gymnásio Amazonense. Concluiu o curso superior na Faculdade de Direito do Amazonas, colando grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, na turma de 1918. Exerceu os cargos de Secretário do egrégio Superior Tribunal de Justiça do Estado, Professor de Inglez do Gymnásio Amazonense” (*Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 213).

²⁰⁵ Sebastião Barroso Nunes era um dos poucos médicos que atuavam em Manaus.

²⁰⁶ Sebastião Barroso Nunes sucedeu Francisco Xavier Cavalcante de Albuquerque (1916-1917), assumiu a função de fiscal (1917-1921), e nessa função permaneceu, alcançando em sua gestão o propósito de

Os promotores da greve não tinham razão; os atrasos nos pagamentos estavam muito mais reduzidos no mez de maio do que em fevereiro, porque com a arrecadação do imposto da industria e profissão, em março o governo pagara, não somente aos professores como também ao pessoal do corpo administrativo muitos mezes dos vencimentos atrasados, sendo que o professor Coriolano Durand havia recebido todos os seus vencimentos no anno anterior e o professor Olimpio nove mezes de uma vez.²⁰⁷

Os professores reivindicavam o pagamento de quase um ano de salários atrasados, mas não obtiveram êxito. O governador à época, Pedro de Alcântara Bacellar, além de colocar à disposição os três professores envolvidos diretamente na greve, alegou que

[..] Em primeiro lugar, a insistência dos Srs. Professores nem mesmo seria accetável se as condições atuais do erário publico fossem tão favoráveis que garantissem não só aos reclamantes, mas a todo o funcionalismo o pagamento mensal dos vencimentos, porque caso tal se verificasse, desnecessário se tornava lembrar ao Governo o que elle procura cumprir com equidade.²⁰⁸

Tais profissionais da educação, mesmo vilipendiados com os excessivos atrasos de seus proventos, mantiveram-se firmes na compostura, relata Mario Ypiranga Monteiro em suas memórias, no livro *Mocidade Viril 1930: O Motim Ginásiano*.

De quantos me lembro simpáticos pelos contatos diuturnos, mesmo fora de classe, convém salientar o professor Agnello Bittencourt, cortês, apumado, correto na indumentária, sempre de escuro, pontual na cátedra, a sofrer e a sofrer o calote oficial naqueles terríveis dias da administração Rego Monteiro. Por outro lado, Álvaro Maia era mais comunicativo, mais freqüentemente cortejado e cercado pelo entusiasmo dos discentes, inclusive por parte das mulheres. O contraste entre os dois educadores era profundo e o professor Agnello Bittencourt, o “velho Agnello”, como desrespeitosamente o chamávamos na ausência mas

equiparar o Gymnásio Amazonense em 1920. Ressalte-se que na Lei Rivadávia Correia, de 1911, a referida função deixou de existir, retornando, porém, com o Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 (Lei Carlos Maximiliano).

²⁰⁷ Ofício/Dossiê elaborado para o governador César do Rego Monteiro sobre greve ocorrida no mês de maio de 1920, ainda no governo de Pedro de Alcântara Bacellar, f. 1-15. Acervo do Gymnásio Amazonense.

²⁰⁸ Ofício/Dossiê elaborado para o Governador César do Rego Monteiro sobre greve ocorrida no mês de maio de 1920, ainda no governo de Pedro de Alcântara Bacellar, f. 1-15. Acervo do Gymnásio Amazonense.

sem qualquer intenção ofensiva de mesmo que o fazíamos com o professor Plácido Serrano, o “velho”, o “velhote” ou o “velho Plácido”.²⁰⁹

Aqui são citados três importantes personalidades – Agnello Bittencourt, Álvaro Maia e Plácido Serrano Pinto –, consideradas por Monteiro como expoentes intelectuais que auxiliavam na formação dos gymnasianos, os quais, distintamente, exerciam seus diferentes papéis e que, de certa forma, eternizaram seus perfis.

Destacamos, no início deste texto, o trecho de um artigo da *Revista de Educação*, para ilustrar a “violência simbólica” promovida pela autoridade pedagógica sobre um posicionamento pessoal de conotação política e ideológica. Nessa citação, em específico, o comentário de Mario Ypiranga Monteiro trata entre outros, do professor Agnello Bittencourt, que aqui reaparece, em nosso entendimento e de acordo com o sociólogo Marco Aurélio Coelho Paiva,²¹⁰ para reafirmar seu perfil, conservador e positivista, de homem público ligado à educação e ao poder, revelando uma ambigüidade entre o polo feminino e o polo masculino, para ressaltar as diferenças políticas e a sua transitoriedade entre um polo e outro: “O branco dos trajés de Álvaro Maia salienta o seu lado místico e sedutor encarnados na sua figura ambígua de poeta e político”. Segundo o sociólogo, essa “abordagem a ressaltar vestimentas [...] aponta e reforça a separação entre o campo cultural e o campo do poder como uma cisão entre um polo ‘fraco’ (feminino) e um polo ‘forte’ (masculino) a dinamizar toda a estrutura social”.²¹¹

Do ponto de vista de sua atuação no magistério,²¹² verifica-se que Maia uniu muito bem sua passagem pela instrução pública com outros campos, como, por exemplo, o

²⁰⁹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade Viril 1930, o Motim Ginásiano*. Manaus: Nheenquatinga 1996, p. 161-162

²¹⁰ PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Entre o branco e o negro: política e cultura no início da trajetória intelectual de Mário Ypiranga Monteiro. Manaus, p. 1-14, 2006. Disponível em: <http://ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/038_ENTRE%20O%20BRANCO%20E%20O%20NEGRO.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2011.

²¹¹ PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Manaus, p. 1-14, 2006. Disponível em: <http://ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/038_ENTRE%20O%20BRANCO%20E%20O%20NEGRO.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2011.

²¹² E para a nossa proposta de análise concordamos com os argumentos de Paula Mirana de Sousa Ramos, de que Álvaro Maia “via na educação moral e cívica um meio para que a população pudesse construir o ideal de nação. O ensino para Álvaro Maia surgiu como uma possibilidade de aperfeiçoar seu projeto político. Ele acreditava que, através da educação moral e cívica, seria possível criar a nacionalidade, pois a República sofria em seus primeiros anos uma campanha ‘desnacionalizadora’ e era por meio da educação que ele vislumbrava a possibilidade de ‘republicanizá-la’ novamente” – *Da poesia à política: a trajetória inicial de Álvaro Maia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010, f. 110.

cultural e o político. É interessante constatar que o intelectual buscou manter uma postura neutra diante das dificuldades políticas do Estado e, com isso, não se fragilizou e muito menos desgastou o capital intelectual adquirido na década de 1920. Assim, aumentou seu capital tanto intelectual quanto político, com o objetivo de ter credibilidade para transitar nos dois “polos”.

Maia multiplicou seu campo de retórica e caracterizou-se como mediador no evento emblemático de 1924, com um caráter “dúbio diante [daquele] levante, ao passo que se apresentava solidário ao movimento; porém se recusava a manter qualquer tipo de envolvimento mais direto,”²¹³ postura que, de certa forma, o transformou numa figura simbólica para a sociedade, supostamente capaz de dirimir conflitos de interesses que se mantiveram pontuais, principalmente a partir de meados da Primeira República.

Por fim, Plácido Serrano Pinto de Andrade, professor de inglês e alemão, foi diretor do Gymnásio no quadriênio 1904 a 1912 e, em 1930, desempenhou o papel de protetor dos jovens envolvidos no motim ginásiano, quando detidos e levados à carceragem da chefatura de polícia, o que, provavelmente, tenha aquilatado o mérito de Serrano, segundo Monteiro. É interessante mencionar que, devido à falta de pagamento de salários na administração Rego Monteiro (1921-1924), Plácido, “premidado pelas dificuldades teve de rifar a sua biblioteca”.²¹⁴

Sobre a questão salarial do funcionalismo público, vê-se que os dirigentes optaram durante a década de 1920 por “sacrificá-la”. Contudo, tal problema faz parte de um conjunto de entraves que foram mencionados pelos governadores do Estado, mesmo em períodos em que, teoricamente, não devesse haver declínio financeiro, como em 1906, dada a produção e exportação significativa de borracha, mas devido à corrupção. Antonio Constantino Nery articulou seu discurso demonstrando que os motivos das dificuldades financeiras do Estado diziam respeito “à usurpação que sofreu o Amazonas[...] de uma parte de seu território [...], e principalmente, ao desvio de grande quantidade de borracha contrabandeada para o denominado território do Acre”.²¹⁵ O quadro econômico e financeiro do Estado tendeu a piorar com a diminuição da exportação da borracha e com os sucessivos

²¹³ Ramos, Paula Mirana de Sousa. *Da poesia à política: a trajetória inicial de Álvaro Maia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010, f. 117.

²¹⁴ BITENCOURT, Agnelo. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 411-412.

²¹⁵ Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1906, pelo Sr. Antonio Constantino Nery, Presidente do Estado. Manáos-Amazonas, Imprensa Oficial do Estado.

empréstimos tomados de organismos internacionais sediados nos Estados Unidos e na França. A década foi marcada pelos interesses oligárquicos.²¹⁶

Em meados do quadriênio do seu mandato, o governador Pedro de Alcântara Bacelar atribuiu a crise à “diminuição da produção da borracha, inferioridade na cotação desse artigo e redução da taxa de exportação, poderosos fatores que haviam de determinar, como determinaram, o desequilíbrio da vida econômica”.²¹⁷ Ressalte-se que a corrupção administrativa percorreu todo o período de auge econômico do Amazonas, inclusive no governo de Pedro Bacelar. Com isso, a falência estatal era uma questão de tempo, seja pela diminuição da exportação, pelos empréstimos adquiridos ou pela corrupção. Mesmo diante dos entraves mencionados, estes não se constituíam pontos essenciais; fundamentais são as relações de poder da classe dirigente e a maneira como empreenderam e priorizaram setores responsáveis para a organização do Estado. As relações administrativas se deterioraram em todos os sentidos e mais pontualmente na administração Rego Monteiro, o qual relaciona a crise factualmente à questão da borracha e à administração falha de seus antecessores, dificuldades que, segundo ele, “entre todas avultam os lesivos empréstimos externos, contrahidos sem o menor intuito de provocarem surtos econômicos”.²¹⁸

Em meio à crise que o Estado vivenciou, os intelectuais tiveram atuações evidenciadas quase que exclusivamente na imprensa, seja denunciando a penúria financeira pela qual passava o Estado do Amazonas, seja apoiando os governos. Agnello Bittencourt, apontando as virtudes do professor Paulo Eleutério, destacava que este era

Jornalista combatente e destemido, fez tenaz oposição ao governo do Des. Rego Monteiro.

Por esse motivo, foi muito perseguido pela situação dominante, sofrendo até agressões por parte da polícia. De uma das vezes, atacaram-no quando atravessava a praça de S. Sebastião, deixando-o todo ensangüentado.²¹⁹

Contudo, os anos de penúria econômica e de conflito político vivenciados pelo Estado não foram suficientes para intelectuais como Paulo Eleutério e Álvaro Maia se

²¹⁶ Sobre este assunto ver: SANTOS, Eloína dos Santos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer, 2001.

²¹⁷ Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1919, pelo Sr. Pedro de Alcântara Bacellar, Presidente do Estado. Manaus-Amazonas, Imprensa Oficial do Estado.

²¹⁸ Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1921, pelo Sr. Cesar do Rego Monteiro, Presidente do Estado. Manaus-Amazonas, Imprensa Oficial do Estado.

²¹⁹ BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 392.

desvirtuarem de seus objetivos, ligados à manutenção de um *status* social de intelectuais. O primeiro refugiou-se em Belém e continuou a exercer a profissão de jornalista; o segundo, porém, desenhou para si uma trajetória que o levou à política, na qual se destacou como um mediador e pacificador dos conflitos sociais em que o Amazonas estava envolto, com sua postura intelectual, alicerçada em uma produção simbólica caracteristicamente voltada ao regionalismo, o que lhe permitia o trânsito no campo do poder ou no próprio campo da intelectualidade.

Dessa forma, para ambos, mais importantes que o recebimento de seus salários eram a imagem pública e a possibilidade de galgar cargos políticos em diferentes esferas da administração pública, usando como alicerce o trabalho intelectual, autorizado pela própria ação pedagógica que exerciam, ou seja, eles “falavam” de um lugar confortável e autorizado do ponto de vista do conhecimento.

2.2 A produção jornalística gymnasiana e suas escolhas

Estabelecer uma conexão entre a trajetória estudantil e o mundo letrado liga-se à observação do cotidiano da imprensa estudantil daqueles anos, considerando que esta marcou positivamente a trajetória estudantil no mundo das letras. Convém mencionar que, por meio da imprensa, é possível visualizar um pouco do cotidiano desses jovens em escolas públicas e particulares da capital do Amazonas. No entanto, esta pesquisa se ateve essencialmente ao *Gymnásio Amazonense*, que acolhia a clientela de estudantes de nível secundário, afeita a desenvolver suas matérias e a publicá-las no “jornalzinho” do *Gymnásio*, como afirmou o professor Paulo Eleutério Alves da Silva,²²⁰ professor de História Universal e do Brasil, que,

Ao examinar o tirocínio da mocidade gymnasial, em tanta forma empolgante, tive de determe, com o interesse do profissional do jornalismo, bem que modesto, na pesquisa da imprensa exercitada pelos rapazes quando ainda naturalmente indecisos, davam os primeiros passos de uma formação definitiva.

Vindo das oficinas da imprensa, o signatário destas linhas é o professor a quem a força do habito attrahiria certamente á observação desse aspecto de evolução acadêmica, como soe ser o jornal de estudante, onde primeiro terçam armas as revelações do futuro.²²¹

A produção dos estudantes esteve muito presente durante o *boom* da imprensa, mas de forma efêmera. Contudo, o professor Paulo Eleutério traça um importante perfil do surgimento dos periódicos estudantis desde os primórdios, o que chamou de fase “pré-gymnasiana” e que, segundo ele, compreendeu o período de 1882 a 1891, com mais de 14 títulos. Passado esse primeiro momento, a produção jornalística gymnasiana entra, de acordo com Eleutério, na primeira fase, que vai de 1894 a 1906, com pelo menos 13 títulos. Por fim, chega ao que ele chamou de “fase definitiva”, que compreende os anos de 1907 a 1912, com a revista *Aura*.²²² No entanto, de acordo com os jornais compulsados, verifica-se que outros jornais vão além desse período cronológico delimitado pelo intelectual. Por exemplo, os jornais *O Gymnasiano*, *O Estudante* e o *Correio Gymnasial* foram publicados em distintas fases durante toda a República Velha.

Observe-se que os períodos de 1882-1891, 1894-1906 e 1907-1912, divididos em fases pelo professor de História, constituem delicados momentos políticos, alguns dos quais sinalizados por conflitos armados que correspondiam, como mencionamos, à crise econômica, à corrupção política e, no extremo dessas disparidades, a conflitos armados, como o bombardeio de 1910 à cidade de Manaus.

Diante desse quadro de disputas políticas, no qual até se usou a força, crescia a quantidade de “falas” dissidentes no jornalismo das mais diferentes tendências. No jornalismo estudantil, o descontentamento era focado na instrução pública e muito mais voltado para o embate estudantil, com acusações de “pertencimento a algum grupo”, como veremos adiante. Os estudantes criaram também uma trajetória fantasiosa, de momentos de alienação, desproporcional às dificuldades pelas quais o Estado passava, postura combatida por meio de outros periódicos estudantis.

²²¹ *Anuario do Gymnásio Amazonense “Pedro II”*: comemorativo do primeiro centenário natalício do ex-Imperador. Manaus: [s.n.], 1925, p. 64.

²²² *Aura* (1907-1912). Subtítulo: Órgam de Alumnos do Gymnasio Amazonense/Crítico e Litterario. Período de publicação: 1907-1912. Número de exemplares encontrados: um (n. 20, de 19/11/1909). Lugar de publicação: Gymnasio Amazonense. Formato: 35cm x 25cm, 2 colunas, 8 páginas. Diretor: Abelardo Araújo e, nos últimos números, substituído por Demosthenes Carvalho. Colaboradores: Álvaro Maia, João de Assis Costa, Silva Cardoso, Aristides Ferreira, Nuno Cardoso, Guilherme e Romero Estellita, Antonio Krichanã, Augusto Pamplona, Elias Thomé de Souza Filho, Djalma Cavalcante, Clóvis Nogueira e outros (CAMPOS, 2003, p. 44-45).

É verdade que a litteratura não é uma sciencia inatingível.

A nossa famosa urbs está repleta de litteratus e jornalistas encachapados. Pretenciosos únicos, que levam o tempo agarrados aos livros e nada produzem.

Moços que se dizem talentosos e que não conhecem o preceito da modéstia.

Jovens, fallem e esclareçam o vosso verbo quente e eloqüente de que dizeis ser possuidor.

Não é com gabolices tolas e banaes que demonstraes o vosso valor moral e intellectual.

Sois intelligente? Provae.

Tantas reflexões e nada de execução ao que dizeis possuir!..

Jovens, isto é usar de muita superfluidade.

Devemos conhecer o lugar que a cada um é compatível. É preciso termos, como diz Pascal, acertado o nosso relógio e não fazer caso dos que regulam mal. 15/10/1925 – Raul Cyridião.²²³

Quando os estudantes faziam críticas à política vigente, as abordagens em alguns dos jornais eram substancialmente direcionadas para criar uma identidade própria, distanciando-se de “prováveis” intrigas que os envolvessem diretamente ou que porventura pudessem macular seus nomes. O discurso pomposo que os transforma em aprendizes de literatos é o que, de certa forma, ficou mais explícito.

Outra questão que envolvia os redatores dos jornais, principalmente de *O Gymnsiano*, *A Tribuna* e *O Estudante*, era a de fazer líderes estudantes do Gymnásio e explicitar tal ideia nas colunas dos jornais, com o objetivo de desautorizar o lugar e o discurso dos periódicos mais efêmeros: “Recebemos um abaixo assignado, firmado por 80 alumnos do Gymnasio Amazonense no qual nos reconhecem como seu verdadeiro orgam”.²²⁴ Contudo, posições dessa natureza não denotam o apoio da maioria, mas apenas a pretensão de grupos isolados, desejosos de receber o reconhecimento social no

²²³ *O Gymnsiano*, Manaus, ano 5, n. 21, 28 out. 1925.

²²⁴ *O Gymnsiano*, Manaus, ano 1, n. 4, 20 jul. 1910.

estabelecimento ao qual pertenciam, neste caso o *Gymnásio*, ou desejosos do reconhecimento simbólico para fixar-se diante da estrutura social à qual tinham acesso.

Dessa trajetória de essência intelectual, afloraram os interesses ligados à perpetuação de uma tradição disfarçada e imposta, considerando que “o tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas que creem ser literatos, filósofos, artistas – acreditam também ser os verdadeiros intelectuais” (GRAMSCI, 1982. p. 11). Relacionado a isso, o cerne, a essência e o caráter de nossas ponderações estão na fragilidade discursiva dos estudantes, por terem eles estado na defensiva de suas atuações como sujeitos sociais de sua realidade, evitando o confronto, mas fazendo parte das conformações políticas do momento.

Os discursos demonstram preocupação com as leis para o ensino, o analfabetismo, a República; são crônicas sobre a difícil adaptação dos estudantes ao universo cosmopolita da Europa, elogios aos professores e preocupações sociais das mais diversas. Entretanto, os discursos partiam de um “lugar social” confortável, proferidos por sujeitos que se julgavam representantes de seu grupo. Os *gymnasianos* discutiam, na maioria dos casos, questões de certa relevância, pois estavam envolvidos com as suas causas, mas estavam indiretamente ligados a problemas sociais pertinentes ao seu tempo.

A preocupação mais explícita do grupo era manter o nome de seus integrantes, o *status* social e político ou o próprio nome do órgão de imprensa longe das especulações e acusações de plágio divulgadas por jornais não pertencentes à atmosfera estudantil.

A campanha movida contra nós em linguagem sórdida e baixa por um órgão pequeno (intitulado “chicote”). Sem princípios, nem ideias, cujo programa único é desfazer o conceito que obteve o jornal do qual sou diretor.

Podíamos enumerar os rabiscadores desse jornal, maleáveis e servis que se prestam a joguete nas mãos de amos exigentes e mesquinhos, [...].

Somos imprensa, e como tal não nos faltaria o animo de enumerar-os se entrasse no nosso programa abandonar a face geral das questões sociais para encarar-as sob o ponto de vista individual.

Temos sim, bem o sabemos, inimigos gratuitos que procuram prejudicar-nos sendo até público e notório, [...].

Apelamos para os nossos condiscípulos, é eles que respondem se já faltamos a verdade ou fazemos injustiças quando escrevemos seja o que for, do alto destas columnas? [...]

Esse rabiscador de pseudonymo Aldo, apanhou a oportunidade de criticar um artigo de minha lavra aparecido no ultimo número do *Gymnasiano*, e procura mostrar que esse artigo da Educação das Mães de famílias é de Aimé Martins. Desafio ao rabiscador d’essa vil asseveração a mostrar no Gymnasio Amazonense aos meus distintos lentes e collegas o livro que citou e provar que plagiei-o, [...]. 25/02/1907. N F S.²²⁵

Quanto à historiografia, observamos que não existem trabalhos sobre o “mundo” dos estudantes, pois não é pela imprensa estudantil que os gymnasianos são lembrados; eles são lembrados pela sua trajetória individual de personalidades remanescentes daqueles primeiros anos do século 20, ou pelo simbolismo construído e divulgado pela grande imprensa sobre os eventos dos quais participaram, com destaque para os motins de 1915 e 1930.

Nessa mesma linha, salientamos que o pouco destaque da imprensa estudantil na posteridade deveu-se, também, a sua restrita divulgação, pois, essencialmente, o jornal era produzido para circular dentro do Gymnásio, salvo os casos em que se pretendia ganhar destaque na grande imprensa, quando o jornal era enviado aos órgãos de comunicação consolidados. Diante desses aspectos, não se pode negar que houve significativa incursão de profissionais²²⁶ nesse ramo de atividade, e que eles começaram sua carreira na imprensa de vanguarda e, posteriormente, migraram para a grande imprensa, fato que corrobora a ideia de que o objetivo explícito dos gymnasianos era, sem dúvida, galgar o caminho da imprensa profissional.²²⁷ Porém há mais que isso. Depois dessa incursão, faz-se necessário destacar que para realizá-la, foi, contudo, necessário fazer escolhas, e as escolhas, por seu turno, estavam na filiação aos professores e a personalidades influentes da “situação” ou da “oposição”, que, por sua vez, estavam ligadas a grupos políticos.

[...] destemido mestre, que tantas vezes tem sofrido injustiças dos invejosos de seu nome e de seu cultivo intelectual.

²²⁵ *O Gymnasiano*, Manaus, ano 1, n. 3, 1º mar. 1907.

²²⁶ Álvaro Maia, Carlos da Silva Mesquita, Paulo Eleutério, Mario Ypiranga Monteiro, Adriano Jorge e Coriolano Durand, entre outros.

²²⁷ Sobre a perspectiva de que a imprensa estudantil significava um “trampolim” para a vida jornalística e intelectual, ver: CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Educação e ação: a imprensa estudantil e a política estadual (1890-1930)*. Manaus: Pibic/CNPq/Ufam, 2003.

O Dr. Arthur Araújo, possuidor de um caráter que nunca se amalgamou com essa política de corrupção havia vivido de seu labor honesto, ora educando esta mocidade gymnasiana, que hoje se curva agradecida aos pés desse homem, dimanando a luz da *Sciencia mathematica*, [...].

[...] Jornal algum no Gymnasio, haja rendido um culto de admiração ao aniversariante de hoje, somente porque os seus redactores não tinham compreendido a figura robusta e boa desse homem severo e justiceiro.

O texto nos conduz à reflexão, pois, embora esteja cheio de adjetivos elogiosos ao professor de matemática, nos dá amparo para destacar a filiação política e ideológica dos estudantes àquela personalidade, bem como *insights* de críticas à política vigente. O texto do jornal coloca ambos, professor e estudantes, em extremos, afastando o intelectual de qualquer aproximação com a ambientação política do momento. O momento é marcado por profundas divergências entre as oligarquias Bittencourt e Sá Peixoto; este último era considerado, segundo Péricles Moraes, “o ás da política e a tal ponto amedrontava os seus adversários que, a uma simples escaramuça dos seus arraias, os fantoches da imprensa local se depilavam e fugiam espavoridos”.²²⁸ Ainda que tal comentário apresente um cenário de imposições oligárquicas, de certa forma, os jornais estudantis saíam ilesos em meio ao “empastelamento” de jornais de oposição, uma vez que os estudantes evitavam posicionamentos mais diretos contra a política vigente. Contudo, é inegável que havia críticas, mesmo que esparsas, assim como a colaboração indireta à renovação oligárquica, maquiada por um discurso pretensioso de formação intelectual, o que, de certa forma, mantinha os jornais estudantis distantes dos desmandos políticos em voga durante a Primeira República.

O Dr. Adriano é, portanto, o maior patrono das causas populares [...].

O seu passado político no Amazonas é fulgurante de heroicidade, foi cheio de perigos livrando-se milagrosamente do punhal assassino da capangada governamental e da bala homicida da jarizada força policial.

²²⁸ MORAES, Péricles de. *Confidências literárias*. Rio de Janeiro: Gráfica “O Cruzeiro” S.A., 1944, p. 128.

[..] É o Dr. Adriano Jorge exímio clínico, um literato profundo, um orador vibrante, de uma estética incomparável.²²⁹

Ao mesmo tempo que tecem elogios aos que eram simpáticos ao órgão de imprensa, não ficam explícitas as ações concretas a que se referem, como, por exemplo, a expressão “patrono das causas populares”. Quais causas populares eram essas, as quais poderiam ter sido o motivo para asseverar um possível crime, se não causas políticas ligada a grupos de oposição?

O que queremos com essas considerações é demonstrar que existem três linhas de questionamentos para a militância jornalística e intelectual ligada ao *Gymnásio*.

A primeira é muito clara: existia, de fato, a pretensão de galgar no espaço marginal da pequena imprensa estudantil perspectivas profissionais. Com isso, buscava-se a margem, chegar ao objetivo-fim de usá-la como “trampolim” para a militância jornalística profissional posteriormente.

Segundo, a juventude *gymnasiana*, influenciada pela autoridade pedagógica, auxiliava indiretamente a propaganda pró ou contra os governos oligárquicos da República Velha, uma vez que os estudantes filiavam-se às mais diversas posturas dos intelectuais à época, pela imprensa ou pela filiação ideológica.

Em terceiro, por mais que o *Gymnásio* carregasse consigo uma imponente imagem de arcabouço da intelectualidade manauara, tal imagem foi construída juntamente com a trajetória de abstenções vivenciadas na formação de um sistema educacional para o País e para o Amazonas, o que nos leva a crer que o sucesso na formação intelectual não se efetivou em massa por meio do *Gymnásio*, mas pelo esforço individual e pela afiliação desse esforço a grupos politicamente ativos e simbolicamente produtivos.

Dessa forma, por mais que o *Gymnásio* carregasse consigo o simbolismo da formação intelectual de gerações, há de se ressaltar a dificuldade que o estabelecimento enfrentou para que houvesse o seu reconhecimento e equiparação ao Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, fato que ocorreu somente cinco anos depois da Lei nº 11.530/1915.

Foram essas questões que nos deram a possibilidade de visualizar o perfil e a vida da classe média *gymnasiana* intelectualmente emergente.

Desse modo, considerando que a fonte histórica é o fio condutor que põe o historiador em contato com o seu problema, que neste caso é identificar que, por detrás da militância de docentes e discentes, estava o desejo de eles fazerem parte da estrutura social

²²⁹ *O Gymnasiano*, Manaus, n. 1, 5, 17 ago. 1910.

e política da Primeira República, o que foi determinante para a transitoriedade de ambos no campo cultural e intelectual, pudemos direcionar a pesquisa para o estudo da instrução pública e da produção simbólica, a fim de identificar como foi a atuação de professores e alunos do *Gymnásio* no período abordado, um momento de disputas políticas acirradas, cujas personalidades intelectuais e políticas emergiam fundamentalmente da instrução pública sob a égide da violência simbólica processada no velho *Gymnásio*.

Como mencionado, as críticas políticas nos jornais estudantis claramente demonstravam seu posicionamento político em momentos distintos, como, por exemplo, a rusga existente entre o *Correio Gymnasial*²³⁰ e *O Estudante*,²³¹ ambos órgãos dirigidos por alunos do *Gymnásio Amazonense*, rusga posta a debate por um comentário no jornal *O Liberal*, opositor da administração Jonathas de Freitas Pedrosa, cujo proprietário e jornalista era o Barão do Solimões.

Orientado ou dirigido pelo Sr. Dr. J. Lopes Pereira, para tomar a si a defesa dos crimes praticados pela polícia civil desta capital e conseqüente apoio a todos os actos vergonhosos commettidos pelo governador do Estado.

[..] Ensaios de tal natureza, só mesmo n'uma época de corrupção moral se os jovens escrevinhadores d'O Estudante, já começam a respirar, no âmbito infeccioso, que amortalha este Estado.²³²

²³⁰ *Correio Gymnasial* (1915). Subtítulo: Jornal Litterário e Noticioso. Ano de publicação: 1915. Número de exemplares encontrados: 8 – n. 1 (27/4/1915), n. 2 (3/5/1915), n. 3 (10/6/1915), n. 4 (17/6/1915), n. 6 (8/7/1915), n. 7 (16/7/1915), n. 8 (22/7/1915) e n. 9 (29/7/1915). Lugar de publicação: *Gymnasio Amazonense*. Periodicidade: geralmente quinzenal. Formato: 35cm x 23cm, 3 colunas; 4 páginas. Diretor: Aristóteles Cordeiro. Gerente: José Ribeiro. Redatores: Telesio Perdigão, Paulo Barreto, Raymundo Bezerra de Menezes, Lucio Magalhães, Waldemar Medeiros, Armando Amorim. Sobre o inventário da produção jornalística estudantil, ver: CAMPOS. Luciane Maria Dantas de. *Educação e ação: a imprensa estudantil e a política estadual (1890-1930)*. Manaus: Pibic/CNPq/Ufam. 2003.

²³¹ Referimo-nos ao jornal *O Estudante*. Subtítulo: Orgam de uma Sociedade de alumnos do *Gymnásio Amazonense*. Ano de publicação: 1915. Números de exemplares encontrados: 6 – n. 1 (10/7/1915), n. 2 (17/7/1915), n. 3 (24/7/1915), n. 4 (21/8/1915), n. 8 (22/9/1915), n. 9 (12/10/1915). Lugar de publicação: *Gymnásio Amazonense*. Periodicidade: no início, semanal, depois tornou-se mensal. Formato: 4 colunas, 28cm x 36 cm, 4 páginas. Redatores: Luiz de Castro e Costa (secretário), Theodoro G. Netto (chefe), Ormuz Miranda, Hamiltom Nelson, Ruy Vaz, Francisco Galvão e Fausto Lopes. Diretor: Jacy Zany dos Reis. Convém salientar que com este título, *O Estudante*, houve cinco distintos momentos de sua publicação: o primeiro, em 1882; o segundo, em 1907, pelo Instituto João de Deus; o terceiro, em 1911-1912; o quarto, em 1915, e o quinto, em 1929 (CAMPOS. Luciane Maria Dantas de. *Educação e ação: a imprensa estudantil e a política estadual (1890-1930)*. Pibic/CNPq/Ufam, 2003.

²³² Reprodução do artigo de *O Liberal* no jornal *O Estudante*, ano 1, n. 3, 24 jul. 1915.

Os comentários renderam o apoio do *Correio Gymnasial* ao jornal *O Liberal* (ambos de 1915) em detrimento de *O Estudante*

“O Liberal” tratando do aparecimento d’esse orgam [*O Estudante*] disse que o jornalsinho era claramente político e mais outra, que “*O Estudante*” sendo um jornal do Gymnasio apoiava a attitude do Governo fechando aquelle estabelecimento.

E sobre este ponto estamos de accordo com “*O Liberal*” porque esse jornal tem-se disposto a combater ao lado de nossa causa justa e gloriosa!

E porque os senhores do “Estudante” não se dirigiram ao “O Liberal” tão somente? Que praser acharam em ferir a susceptibilidade d’um honrado ancião?

Perguntaremos então quem são estes jornaleiros tão pesados que se dispõem a terçar armas contra um orgam de imprensa da opposição como “Liberal” que dispõe de boas pennas, e que para dar-lhes a honra da resposta encarregará simplesmente a um dos seus typographos?

Deixem de infância meninos!

Nós também não somos políticos, mas assim defendemo-nos e aos colegas, cumpre também defender-mos amigos que já nos defenderam como o Dr. Manuel Francisco Machado²³³; que honra com o seu nome as colunas do nosso jornal que, sem temer eventualidades que sobre defesa possam advir crer cumprir um dever.

Nós não vamos pensar que o Dr. João Lopes²³⁴ tenha alguma cousa com “O Estudante”, mas como nós estamos dizendo deviam dizer os senhores do “O Estudante” e lembre-se que fora dizer ao Governador do Estado que os redactores do “O Liberal” escreviam em nosso jornalzinho.

²³³ Comerciante do Solimões, natural de Óbidos, Pará. Envolvido na política, Manoel Francisco Machado, em 1913, em apoio ao coronel Antônio Guerreiro Antony, chefe do Partido Democrata, encampou opposição à administração de Jonathas de Freitas Pedrosa. “Numa casa que possuía 8 compartimentos. Nela alojam-se também as oficinas de *O Liberal*, órgão do partido e sede deste” (BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 341-342).

²³⁴ De acordo com as mensagens governamentais, João Lopes Pereira era chefe de Polícia na administração Jonathas de Freitas Pedrosa (1913-1917).

Seria para nós grande honra, mas confessamos, que nossos artigos são escritos somente pelos colegas de redacção, sem auxílios de terceiros, e por isto, notam-se alguns erros, que nos escapam, pois se já fôssemos sábios não estaríamos no Gymnasio.

Basta por hoje.²³⁵

As ponderações, que tentam delimitar o afastamento dos membros da imprensa estudantil das vertentes políticas da época, têm a ver com as várias categorias e posturas de intelectuais que sentem com

[..] “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua qualificação, eles consideram a si mesmos como autônomos e independentes do grupo dominante. Essa autocolocação não deixa de ter conseqüências de grande importância no campo ideológico e político: Toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com essa posição assumida pelo complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão dessa utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser “independentes” autônomos, revestidos de características próprias, etc.²³⁶

Por mais que os intelectuais emergentes buscassem em alguns momentos imparcialidade em seus artigos, é indubitável perceber que a independência “filosófica e idealista” não existia. Desse modo, o *Correio Gymnasial*, ainda que não admita, era também um jornal indiretamente oposicionista, buscando ora aproximação, ora afastamento da produção simbólica realizada pelos membros da oposição política, como, por exemplo, a oposição realizada pelo Barão do Solimões contra o governo de Jonathas Pedrosa. Quanto ao jornal *O Estudante*, o redator do *Correio Gymnasial* sutilmente aponta João Lopes Pereira, chefe de polícia, como mentor do citado jornal.

Dessa feita, a tentativa de desqualificar mutuamente a produção simbólica dos estudantes do Gymnásio ligados ao jornalismo estudantil está intimamente relacionada com a postura dos estudantes de se julgarem merecedores da barganha política e do capital intelectual que grupos consolidados poderiam oferecer àqueles jovens. E mais uma vez se poderá afirmar categoricamente que os gymnasianos participavam da renovação oligárquica do período, se considerarmos que os jornais, a exemplo do *Correio Gymnasial*, possuíam

²³⁵ *Correio Gymnasial*, Manaus, ano 1, n. 8. Manaus, 22 jul. 1915.

²³⁶ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1982, p. 9.

um posicionamento político compatível com o que era pregado pela oposição, neste caso, pelo Barão do Solimões, por meio do jornal *O Liberal* que, por sua vez, o órgão combatia ao lado do grupo Antony o situacionismo do grupo Jonathas Pedrosa.

Assim, pode-se constatar uma rede de produção simbólica, aliada para desestabilizar os que pertenciam ao situacionismo. De igual forma, *O Correio Gymnasial* acusava *O Estudante* de ser favorável às ações governamentais, mas este último se defendia dizendo que

[..] nunca aprovamos a attitude do governo , fechando o Gymnásio e isso já está escripto em nosso último editorial. [...] Dirigimo-nos ao Sr. Barão do Solimões, por ser elle o director d' *O Liberal*. Fizemos isso porque é a única pessoa idônea que há naquele jornal, pois Hugo Aranha está ausente e o que faz de redator no órgão do PRL é o typographo que dirige a composição daquele collega.

[..]

Outra coisa: Não precisava que o Correio declarasse que se tocassem na gente do d'O Liberal, coletivamente, teríamos a resposta dada por um graphico.

Isso não é novidade, pois O Tempo tantas vezes tem sido victma do literato Zaranza que até pediu já ao Sr. Do Solimões que prendessem o cão danado. Foi esse o motivo único por que nos dirigimos ao Sr. Francisco Machado. Vimos a barba do visinho arder e botamos a nossa de molho.

[..] Não desejamos continuar no terreno para onde quer nos arrastar o nosso collega Correio Gymnasial mesmo porque não nos convém ao fim que collimamos.

Mesmo que para *O Liberal* e o *Correio Gymnasial*, *O Estudante* não passasse de veículo político de comunicação a favor do grupo Pedrosa, que estava na administração do Estado, tal situação resultou no confronto de forças dentro da própria concepção do que se compreendia por escolhas ideológicas e políticas.

Esse tipo de rusga com a imprensa consolidada proporcionou um certo amadurecimento ideológico, se considerarmos que a imprensa gymnasiana tinha um caráter restrito ao velho Gymnásio.

Com o tempo, o legado intelectual da juventude foi se perpetuando, à medida que os nomes de seus interlocutores foram migrando para funções liberais, funções públicas²³⁷ ou funções ligadas à intelectualidade, principalmente no final da Primeira República.

As pretensões intelectuais forjadas no *Gymnásio* ganharam destaque por serem fruto de um sistema de ensino público que começava a se consolidar com as políticas educacionais depois do fim da Primeira República, já no Governo Vargas, com um Ministério voltado especificamente para a Educação, o que proporcionou uma fiscalização que se delineou afastando-se das despadronizações do sistema educacional do período anterior. E de uma vez por todas, o *Gymnásio* começou a se firmar como lugar “comum” para formação da intelectualidade maunauara.

Sob esta perspectiva, o discurso homogeneizado e elitizado sobre o “bom moço”, ou melhor, sobre a “mocidade estudiosa”, a crítica ou os elogios à instrução pública, criou uma história de vencedores que foi divulgada pelos estudantes redatores e absorvida pelo

²³⁷ Vale ressaltar que o livro de Monteiro foi escrito em 1987 e somente publicado em 1996. No livro, o autor cita diversos nomes e suas profissões e cargos ocupados, depois da trajetória deles como *gymnasianos*: “General Nelsinho, vivo, residente no Rio; dr. João Nogueira da Mata, bacharel em Direito, escritor, ex-interventor e deputado estadual e federal; dr. Antonio Mourão Vieira, que deixou o *Gimnasio* em 1929, bacharel em Direito, vereador pelo antigo Estado da Guanabara e senador, etc.; dr. Cândido Pereira, médico residente no Rio de Janeiro; dr. Edmundo Fernandes Levy, bacharel em Direito, deputado federal e senador pelo Amazonas, poeta editado, residente em Brasília; dr. Carlos Soares de Melo, médico; dr. José Amazonas Palhano, médico; dr. José de Meneses, médico legista da Polícia Civil do Rio de Janeiro, poeta editado e caricaturista emérito; dr. Ney Oscar de Lima Rayol, bacharel em Direito, deputado, político influente, jornalista, residente em Brasília; dr. José Francisco da Gama e Silva; dr. Danilo Correa, médico e deputado estadual; professor Pedro Madeira Júnior, funcionário público estadual e virtuose do violino; dr. Carlos Durand, médico veterinário e funcionário da Prefeitura Municipal de Manaus; dr. Paulo Durand, médico radicado no Rio de Janeiro; dr. Heirotecerice Pessoa, bacharel em Direito, advogado residente no Rio de Janeiro, e com uma bela vocação de historiador, infelizmente interrompida; Milton Cantanhede, bacharel em Direito e alto funcionário da Delegacia Fiscal; dr. José Tavares da Rocha, jurista, residente no Rio de Janeiro. E mais: os irmãos Adeelmo e Arsonval Muniz; Aluísio de Hugo e Silva; Ivã de Hugo e Silva; Abdul Sayol de Sá Peixoto, professor de Direito e seu mano, Átila Sayol de Sá Peixoto, que chegou a promotor público no Rio de Janeiro; dr. David Fortunato Benarrosh; dr. Edgar Guerreiro Bentes, formado perito contador; Gerásio de Barbosa da Fonseca; dr. Joel Marques Braga, médico ainda na ativa no Rio de Janeiro e que fazia comigo, na sua velha máquina de escrever, o *jornalzinho O Arco-Iris*, de que alguns exemplares doei ao Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, onde ainda se encontram; dr. Mário de Melo Bittencourt, bacharel em Direito e juiz; dr. Moisés Benoliel, médico; dr. Roosevelt Pereira de Melo, bacharel em Direito e desembargador. A lista seria longa, mas pretendemos apenas demonstrar que, se não todos os nomeados tomaram parte na agostada *ginasiana* de 1930 (alguns se foram em 1929), pelo menos honraram a sociedade com títulos adquiridos pelo esforço intelectual. Alguns daquela época acabaram gerais, como Milton da Silva Queirós, Ubirajara Turi, Harrison Padilha, Ernesto Montenegro, um dos irmãos Muniz, residente em São Paulo. Havia colegas nossos que, mais adiantados, privaram da nossa companhia e dos nossos ideais: Joaquim de Paula Gonçalves, o famoso Babaçu, e Afonso Listerri Borba, não, porém, em 30, pois saíram antes, mas foram nossos contemporâneos. [...] mas não devemos deixar esquecidos outros colegas: Laerte Chaves; Edmundo Eduíno e Viterbo Storry; Mario Figueiredo; Virgílio Ramos, um guri arpoado; Benjamin Lobo de Faria; Homero Cardoso de Sá e irmão, Milton Cardoso de Sá; Isac Benseman; Jones Tapajós; Lauro Zany; Oder Pogi; Francisco Fernandes e Alzir Câmara, sacrificando a saúde para alcançar um diploma, e aqueles a quem já elencamos várias e barulhentas vezes. Porventura essa lista de nomes é incompleta no que respeita ao assunto estritamente posição socioprofissional após 1930” (MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Mocidade Viril 1930, o motim ginasiânico*. Manaus, Nheenquatinga, 1996, p. 94).

imaginário da comunidade estudantil, e que, posteriormente, na fase adulta, levou os remanescentes do período a criarem uma relação de forças quanto às reivindicações sobre o evento ocorrido em 1930, o que veremos no Capítulo III deste trabalho.

O discurso estudantil na imprensa, o próprio fortalecimento do ensino secundário, a proliferação de escolas particulares e a subvenção financeira para os jovens cursarem o ensino gymnasial e superior, em meados da Primeira República, davam, contudo, a falsa impressão de que o ensino havia melhorado. Não obstante, é indubitável reconhecer que, mesmo com todas as dificuldades para consolidar a instrução no regime republicano, o *Gymnásio* permaneceu, ao longo do tempo, poupado pela historiografia²³⁸ quanto a críticas sobre sua capacidade técnica e pedagógica: “*Gymnásio Amazonense* ocupa uma posição singular [...]. Embora seja um instituto estadual, porque é pelas leis do Estado que se regem as questões concernentes ao Patrimônio, taxas, vencimentos, licenças e aposentadorias, elle obedece, contudo, á legislação federal em relação á parte didactica”.²³⁹

Essa discrepância entre o discurso e a real capacidade daquele estabelecimento, de certa forma, nos conduz para questionamentos que interligam formação intelectual, produção simbólica, associados à política vigente, como explicitado. Deve-se acrescentar que a imprensa estudantil era concomitantemente muito ligada a duas vertentes: a primeira, à questão literária e à formação dos primeiros estudantes dedicados ao jornalismo, como sujeitos sociais que almejavam “dar certo” no mundo das letras, e a segunda diz respeito à relação de forças construída nas colunas dos jornais, sempre buscando, por meio de embates e elogios, a filiação a determinados professores e grupos oligárquicos ligados a grupos políticos; de toda forma, o jornal estudantil era concebido como um espaço comum, do qual a intelectualidade “obrigatoriamente” fazia parte.

O jornal *O Gymnasiano* concebia o jornal como

[...] o mensageiro da ordem publica; é elle que em simples caracteres mostra os nossos ideaes e pensamentos, é elle ainda que nos ensina a distribuir todas as emoções do espírito, tornando claro o que era escuro e reciprocamente. É por meio d'elle que nós podemos

²³⁸ CASTRO, Carmélia Esteves de. *Colégio Amazonense D. Pedro II*. (Série Memória, 1). Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/08_colegiopedro.php>. Acesso em: 18 jan. 2011; AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002.

²³⁹ Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1921, pelo Sr. Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado. Manaus-Amazonas, Imprensa Official do Estado.

defender dos ataques de outrem atirados á nossa dignidade, é o propugnador pela ordem e bem estar de todos. Sissa.²⁴⁰

As dificuldades econômicas do Estado apenas contribuíram para que as sucessões governamentais ficassem cada vez mais envoltas em conturbadas relações, com isso, tornando o círculo do poder cada vez mais restrito na administração de Jonathas de Freitas Pedrosa (1913-1917), Pedro de Alcântara Bacellar (1917-1921) e Rego Monteiro (1921-1924). Contudo, a problemática questão econômica do Estado degingolou perdas substanciais a todos os segmentos da administração pública, que, despojados e vilipendiados de seus direitos, passaram a ter retratadas em jornais suas angústias. Tanto na imprensa estudantil como na grande imprensa foi elaborada uma produção simbólica muito tensa, diante da retração econômica e das controvérsias das classes dirigentes. Por seu turno, a classe estudantil com o seu vanguardismo encampou disfarçadamente e indiretamente a crítica aos grupos dirigentes.

Apresentar o perfil e a produção simbólica dos estudantes, diante de um quadro político que os atingiu indiretamente, é, contudo, identificar que o fenômeno da intelectualidade emergente era parte da construção de sua identidade intelectual, que grupos seletos se fechavam para produzir, não como auxílio para a modificação da realidade social das classes desfavorecidas, mas como mecanismos de violência simbólica por eles encampada e de ascensão pública de seus grupos sociais. Fazendo isso, de um modo ou de outro, indiretamente, acabavam por auxiliar no fortalecimento da classe média urbana e, conseqüentemente, apoiar as oligarquias do período.

As escolas públicas e particulares se transformaram em espaços nos quais os alunos travavam relações de forças por meio da imprensa e, no caso do *Gymnásio*, com vistas sempre a desautorizar órgãos que se diziam representantes dos estudantes do *Gymnásio Amazonenses*. A disputa geralmente ficava no âmbito estudantil, mas certamente também ia para o campo da imprensa consolidada. Não se percebem críticas diretas ao corpo docente, com exceção do impasse vivido no ano de 1915, quando o *Gymnásio* foi fechado. Ainda assim, o simples elogio despendido a alguns professores denota as filiações a determinadas “autoridades pedagógicas”, com as quais os estudantes se identificavam. Era uma atitude própria de uma clientela intelectual emergente, afeita a se lançar no mundo letrado, associada à intelectualidade que se consolidava, o que, por sua vez, destacava a ausência de

²⁴⁰ *O Gymnasiano*, Manaus, ano 2, n. 8, p. 3, 1911.

uniformidade dos perfis, como relação de força simbólica existente no âmbito do forjamento da intelectualidade juvenil, ou seja, cada um ou cada grupo desejava ser reconhecido por um programa individual, longe da associação com grupos políticos e de pessoas mais experientes.

Quizemo-nos fazer por nosso próprio esforço. Preferimos errar, apalpando as trevas, cometendo faltas absurdas, soltando obstáculos, enveredando-nos, ora por um caminho, ora por um precipício, sem um rumo certo, que sujeitar-nos aos decretos desfrutáveis da consciência alheia.²⁴¹

Os embates do “pequeno mundo” estudantil, muitas vezes, fugiam ao programa estabelecido para o órgão de imprensa “A” ou para o órgão de imprensa “B”, quase sempre alicerçados na ideia de divulgar seus trabalhos em prol da formação da intelectualidade do grupo, que compunha a redação dos jornais de vanguarda, sempre unanimemente voltados à preocupação com a instrução.

Havemos de ao lado daqueles que trabalham pelo engrandecimento do Amazonas traçar o nosso plano de batalha contra a mais repelente de todas as hydras do mundo, aquela que mais concorre para o atraso da humanidade e o baque da sociedade futura: – a ignorância.

[..]

O nosso programa é conciso. Somos estudantes agarrados ao lusco-fusco das trevas e jogados impiedosamente á luz asphyxiante do jornalismo.²⁴²

As manifestações periodicamente destacavam situações de resistência à imposição de ideias de grupos, por motivos que, seguramente, estão ligados não só à escolha por carreiras de inteligência, mas à perspectiva dos professores como sujeitos que estendiam seus papéis para fora dos limites das salas de aula; daí, em alguns casos, a preocupação dos estudantes em citar professores como exemplo, apoiados, muitas vezes, em causas sociais, com o objetivo, provavelmente, de se mostrarem afeitos à filiação a determinadas lideranças que ora combatiam, ora se aliavam às classes dirigentes.

²⁴¹ *O Gymnasiano*, Manaus, ano 2, n. 8, 30 maio 1911.

²⁴² *O Gymnasiano*, Manaus, ano 1, n. 1, 4 maio 1910.

CAPÍTULO III

O MOTIM GYMNASIANO DE 1930, SEUS ANTECEDENTES E DESDOBRAMENTOS

3.1. Visões do Motim Gymnasiano de 1930 em Manaus

A vitória tem mais de uma centena de pais; a derrota,
por outro lado, essa é órfã.

Napoleão Bonaparte

Analisar as interpretações da historiografia local sobre o que se convencionou chamar de “Revolução Gymnasiana de 1930” e, de igual modo, analisar as versões dos gymnasianos remanescentes do período estudado é o objetivo deste capítulo. Os historiadores analisados são: José Vicente de Souza Aguiar e Carmélia Esteves de Castro e o escritor Lenilson Melo Coelho.²⁴³ Os gymnasianos analisados, partícipes do evento, são Mario Ypiranga Monteiro,²⁴⁴ Armando Sevalho Segadilha²⁴⁵ e Ney Oscar de Lima Rayol.²⁴⁶

“Revolução Gymnasiana”, “motim gymnasiano” ou simplesmente “agostada gymnasiana” foram denominações empregadas para exemplificar as representações da

²⁴³ COELHO, Lenilson Melo. *Uma síntese da história da Amazônia*. Manaus: Livraria Mens Sana, 2002.

²⁴⁴ O historiador Mário Ypiranga Monteiro nasceu em Manaus em 23/01/1909 e faleceu na mesma cidade em 8/7/2004. Durante sua vida exerceu várias funções, como advogado; escritor e professor, conhecido por sua grande contribuição pelo estudo da História do Amazonas. Em 1925, ingressou no Gymnásio Amazonense e lá concluiu o curso Gymnasial em 1930. No Gymnásio teve a oportunidade de participar ativamente na redação de jornais: como o *Arco-Iris*, *A' Brolhos*, editou ainda o jornal *O Estudante*, e nos dois últimos anos do Gymnásio começou a colaborar em revistas como: *Fon-Fon* e *O Malho*, onde publicou contos regionais ilustrados. Trabalhou nos jornais *Correio de Manaus*, *Voz do Operário* e a revista *Vitória Régia*, em sociedade com o gymnasiano Francisco Coriolano Benfica. Foi revisor e redator dos jornais *A Nação*, *Jornal do Comércio*, *O Jornal*, *A Luta Social*, além do *Diário Oficial*. Professor titular da cadeira de Geografia Geral, no Colégio Estadual, a partir de 1964. Em 1955, quando instalado o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), fez parte do referido instituto como pesquisador. Professor de Literatura Amazonense da Universidade do Amazonas. Participou de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, Academia Amazonense de Letras, Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e a National Geographic Society (USA). No livro *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginásiano*, intitulou-se o “líder espiritual da Revolução Estudantil, que deu margem a transformações no plano político do Estado”. Adaptado do sítio: <<http://jmartinsrocha.blogspot.com/2010/09>>. e do livro *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginásiano*.

²⁴⁵ Apesar de não termos encontrado dados biográficos de Armando Sevalho Segadilha, sabemos que ele foi funcionário da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, após a sua aposentadoria mudou-se para o antigo estado da Guanabara.

²⁴⁶ Ney Oscar de Lima Rayol foi Deputado Estadual pelo Amazonas em 1947; Presidente do Nacional Futebol Clube de Manaus em 1957.

historiografia²⁴⁷ e dos gymnasianos sobre os dias 11²⁴⁸ e 12 de agosto de 1930, em que estudantes do Gymnásio Amazonense D. Pedro II foram presos por “distúrbios e resistência”, de acordo com o delegado João Cruz Camarão, autoridade policial à época. Tratou-se de um desentendimento, seguido de resistência à prisão, ocorrido no dia 12 de agosto de 1930, causado por um grupo de gymnasianos, formado por Francisco Paes Barreto da Silveira, Raymundo Nonato de Souza, Francisco Coriolano Benfica, Milton Cantanhede, Agenor Coelho Cintra, Milton Sá, Eduardo Guerreiro, João Silva Costa, José Gama e Silva, Arthtur Coriolano, Francisco das Chagas e Mario Figueiredo²⁴⁹.

Quanto ao dia 11 de agosto, o *Jornal do Comércio* noticiou que,

No sábado à tarde foi espalhado pela cidade um boletim convidando o povo, em nome dos alumnos do Gymnasio, para um comício de protesto contra o assassinato do presidente João Pessoa, devendo realizar-se na avenida Eduardo Ribeiro, às dezessete horas de hontem.

Havíamos resolvido não noticiar este projectado concião, porque tratando-se de menores, não víamos quem pudesse assumir a responsabilidade desta reunião de carácter político.

O jornal revelou ainda a mudança do local da Av. Eduardo Ribeiro para Praça da Saudade, visto que “á noite, o dr. Chefe de Polícia por duas vezes, pediu que declarássemos que houvera localisado esse comício dos gymnasianos para a Praça da Saudade. Quebrando o nosso propósito, diante disso, tivemos de dar curso ao facto que não pensávamos em divulgar”.²⁵⁰

²⁴⁷ AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002; CASTRO, Carmélia Esteves de. *Colégio Amazonense D. Pedro II*. (Série Memória). Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/08_colegiopedro.php>. Acesso em: 18 jan. 2011.

²⁴⁸ Tratou-se de manifestação organizada por estudantes de Manaus, em 11 de agosto de 1930, para protestar contra o assassinato de João Pessoa, Governador da Paraíba e vice na chapa de Getúlio Vargas à presidência da República, ocorrido em 26 de julho do mesmo ano.

²⁴⁹ *Jornal do Comercio*, 13 de agosto de 1930.

²⁵⁰ *Jornal do Comercio*, 12 de agosto de 1930.



Fonte: *A Crítica*, 11 de agosto de 1980. Acervo Biblioteca Pública de Manaus.

Figura 4 – Alunos do Gymnásio Amazonense

Essas informações nos obrigam a confrontar as diferentes versões sobre o evento, não com o intuito de encontrar a verdade em torno das ações da juventude gymnasiana, embora não seja possível nos distanciarmos dos motivos que levaram a resistência desse grupo contra a força policial. Há o propósito de demonstrar que a denominação do evento como “Revolução” foi usada por todos aqueles que se debruçaram sobre o ocorrido, tomando por princípio a construção elaborada pelos que a vivenciaram, como Monteiro, Segadilha e Rayol, a qual foi reproduzida pela historiografia com o fim de exaltar um passado hipoteticamente de glórias do Gymnásio Amazonense e de alicerçar a carreira intelectual de um dos seus prováveis partícipes, Mário Ypiranga Monteiro.

Por fim, faz parte desse apanhado, identificar os motivos da associação do evento estudantil com a Revolução de 1930, perspectiva que envolveu o desenvolvimento de uma construção que partiu essencialmente de Mario Ypiranga, o qual tomou para si a função de “líder espiritual do motim”.

O eixo centro-sul do País vivenciava, no final dos anos 1920, o rompimento das oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, quanto ao revezamento na indicação de candidato do Partido Republicano à presidência da República. Esse quadro resultou na consequente aliança composta pelas oligarquias dissidentes dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais, que apoiaram Getúlio Vargas, contra o candidato do Partido Republicano, Júlio Prestes.

Os fatos mencionados são elementos essenciais para compreender a filiação dos remanescentes e a associação feita pela historiografia com a Revolução de 24 de outubro de

1930, quando usado o termo “Revolução” para definir o efêmero motim dos alunos do Ginásio Amazonense no dia 12 de agosto de 1930.

Seja como for, diante das versões, identificamos que o motim foi associado a um discurso glorificador, oriundo daqueles que “venceram a luta”. A “Revolução de 1930”, segundo a crítica de Tronca, alija a luta de classes existente no período e reduz o embate a apenas dois grupos: oligarquias *versus* “tenentes”; essa redução significa, contudo, um processo construído de acordo com a visão dos vencedores²⁵¹ (Cf. TRONCA, 1995, p. 60), visão essa associada ao motim estudantil, da qual procuramos nos distanciar.

No final dos anos 1920, os segmentos (tenentes e classes médias urbanas) contrários ao modo de se governar na Primeira República não exerciam representatividade e autonomia para derrocar o estado de corrupção e beneficiamento das oligarquias do Centro-Oeste e do Sudeste.

A insurreição de 1924 não significou o fim do beneficiamento das facções agrárias, também não significou modificações estruturais, nem tampouco houve a substituição a contento da classe dirigente que exercia pressão no campo do poder, uma vez que as oligarquias agrárias não foram derrotadas completamente. O que entrou em ascensão foram as perspectivas hegemônicas da elite industrial de São Paulo, em detrimento dessas oligarquias agrárias.

A relevância do momento vivenciado em 1929-1930, segundo Boris Fausto, está centrada no poder político desenvolvido pelas classes emergentes, ou seja, a classe média, que saiu mais fortalecida das rebeliões tenentistas da década de 1920 e produziu em seu meio um inconformismo generalizado, com conflitos que os grupos dirigentes no final da década tiveram de enfrentar.

²⁵¹ Ítalo Tronca em seu livro, *Revolução de 1930, a dominação oculta*, evoca a importância que o ano de 1928 representou para o processo revolucionário, apresentando as ponderações de Edgar de Decca no livro *1930, o silêncio dos vencidos*, sobre algumas propostas revolucionárias que expressavam a luta de classes existente naquele momento entre o PCB e os anarquistas. A chamada Revolução de 1930 é, contudo, o resultado de um conjunto de manifestações envolvendo o PCB e os anarquistas. A historiografia, entretanto, resumiu como atores do feito revolucionário apenas a oligarquia e os tenentes, dessa forma ofuscando o conflito de classes que antecedeu e sucedeu a revolução democrático-burguesa: “Os vencedores de 1930 não só se apropriaram da linguagem revolucionária dos comunistas, como desqualificaram a ação autônoma do operariado no Brasil, proibindo sua organização partidária e sua independência sindical. De um só golpe, os vencedores liquidaram as duas vertentes mais atuantes do movimento operário: os comunistas, porque o espaço de presença partidária lhes foi negado, e os anarquistas, porque tinham na independência sindical o eixo de suas ações”. DECCA, Edgar de. (título do artigo). *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1995. Comunistas e Comunismo. Editores: Angela Maria Carneiro Araujo e Claudio Henrique de Moraes Batalha. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br>>. Acesso em: 17 set. 2011.

Entretanto, o cenário político do Amazonas foi em parte diferente do cenário descrito por Tronca com relação às oligarquias. No Estado, o Partido Republicano contava com Efigênio Ferreira de Sales, Leopoldo Tavares da Cunha Melo, Antonio de Souza, Alcides Bahia, João Huscar de Figueiredo, Franklin Washington de Araújo Lima, Caio de Campos Valadares, Linhares de Albuquerque, Lobato Farias, Silvério José Nery, Turiano Meira, Leopoldo Peres, Raimundo Moraes, Aristides Rocha, José Francisco de Araújo Lima, Waldemar Pedrosa, Antônio Palhano e José Victor estavam direta ou indiretamente ligados ao partido e ao governo do Estado. O governador era Dorval Pires Porto, fruto de uma aliança que se iniciou em 12 de março de 1925, na gestão do interventor Alfredo Sá, que coligou as facções Nery, Guerreiro Antony, Dorval Porto, Efigênio Salles e Monteiro de Souza.

O que acabou com a harmonia do cenário das oligarquias no eixo centro-sul foi a divergência entre as oligarquias cafeeiras e industriais, agravada pela crise americana de 1929 e pela queda da bolsa de Nova Iorque, causadas pela recuperação da economia dos países europeus envolvidos na Segunda Guerra Mundial, os quais antes importavam produtos dos Estados Unidos; pela industrialização, que causou um excedente nível de desemprego; e, finalmente, por uma superprodução agrária que não acompanhava a ritmo de procura pelos produtos. Nessa ambiência, as personagens que sobressaíram foram os trabalhadores urbanos, as classes médias, a pequena-burguesia urbana e a burguesia industrial (FAUSTO, 1997), o que implica afirmar que foi sob a égide da classe média que foi “testada” uma nova estrutura do sistema, posta como suporte para legitimar o “novo governo” que se ergueu sobre antigas estruturas. Ao mesmo tempo, forças oligárquicas eram ofuscadas e afastadas das funções dirigentes que haviam exercido durante a Primeira República, dividindo o cenário com os novos protagonistas; no caso do eixo centro-sul, os novos protagonistas eram ligados à indústria.

No caso do Amazonas, o Estado não sentiu a questão econômica da mesma forma que os Estados das outras regiões, até porque sua economia há muito vinha sentindo os problemas da desvalorização da borracha, pois sempre se norteou pelo extrativismo.

Se voltarmos nosso olhar para o evento estudantil, vemos que as interpretações sobre o motim recaíram no lugar-comum, sem demonstrar a associação dos estudantes com os dois citados grupos, oligarquias e tenentes.

Sobre o conceito de “tenentes”, é prudente acrescentar a reavaliação feita por Vavy Pacheco:

A partir de um ligeiro contato com a documentação dos anos 20, algo se torna bem claro: o “tenentismo”, então não existia, pois nunca é mencionado. Não existiam também os sujeitos históricos conhecidos como “tenentes”: o que existia eram “militares revolucionários”, “revoltosos” ou “rebeldes”, “revoltados”, conforme se fosse a favor ou contra os levantes. [...] A designação de “tenentes” surge no primeiro semestre de 31, no momento da ferrenha luta pelo controle do poder. Em meados de 31, o termo “tenentismo se generaliza” referindo-se a uma “corrente” um “partido dos tenentes”, que é visto como muito forte na cena política.²⁵²

Nossa perspectiva em analisar a reprodução do evento pelos historiadores José Vicente de Souza Aguiar, Carmélia Esteves de Castro e pelo escritor Lenilson Coelho, sobre a versão idealizada por Mario Ypiranga, Armando Segadilha e Ney Rayol, teve início quando nos deparamos com a incidência do termo “revolução” para definir o dia 12 de agosto de 1930. Nesse dia, um grupo de gymnasianos pretendia realizar o “enterro simbólico” do chefe de polícia, João Cruz Camarão, que havia determinado o cancelamento do comício²⁵³ na Praça da Saudade, que deveria ter ocorrido no dia anterior.

Apesar do sigilo, para que o “enterro” pudesse se concretizar, um delator avisou a polícia sobre a pretensão dos estudantes e, logo, o botequim *A Sereia* foi cercado por alguns policiais, e lá estava escondido no reservado um caixão e dentro dele um urubu, simbolizando a “alma do delegado”.

O fato mais relevante, porém, foi que a forma irreverente usada para criticar a ação policial na Praça da Saudade se transformou num ato de resistência contra a polícia local, devido à agressividade com que os gymnasianos foram abordados tanto no dia 11 de agosto, na frustrada manifestação, quanto no dia 12, em frente ao referido botequim.

Vendo-se ato contínuo, uma discussão, seguida de luta entre os alumnos e os guardas civis. O investigador Lindolpho, de bengala em punho, avançou para os gymnasianos, espancando-os cegamente. Puxaram então os guardas os seus revolvers, com gesto de atirar, tendo o guarda civil número cem alvejado infrutiferamente os gymnasianos.

²⁵² BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 20-21, apud JANOTTI, Maria de Lourdes. *Sociedade e política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1999, p. 112.

²⁵³ Comício de Repúdio ao Assassinato do Governador do Estado da Paraíba, convocado pelos estudantes gymnasianos, que seria realizado no dia 11 de outubro de 1930.

Estabeleceu-se, então, o pânico, efetuando os guardas a prisão dos gymnasianos Milton Cantanhede, Agenor Coelho Cintra, Milton Sá, Eduardo Guerreiro e João Silva Costa. Os outros conseguiram escapar, indo refugiar-se no edifício do Gymnásio.²⁵⁴

É necessário mencionar que o termo “Revolução Gymnasiana,” foi empregado em relação ao evento estudantil posteriormente, por ocasião da Revolução de 1930; antes, porém, o dia 12 de agosto era divulgado pela imprensa como um embate entre guardas civis e gymnasianos. Entretanto, por Mario Ypiranga, foi divulgado no jornal *A Luta Social*²⁵⁵ que se tratava de uma epopeia, “uma sublime epopeia”. Assim ele concebeu o evento depois da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder:

Agora que a mordança do silêncio deprimente nos foi afrouxada pela visão célica da Liberdade; que a reivindicação da pátria dá-nos o direito de livre pensar, e de contar, a verdade que antanho não se podia fazer, dada a situação em que se achavam os sentidos em face aos regulos; agora que a nação marcha para um novo regime, lanço mão da pena, como gládio e descrevo a epopéa que se desenrolou ao flavo sol amazônico na tarde de 12 de agosto.²⁵⁶

O termo “epopeia” não foi tão divulgado quanto o termo “revolução”, dado justamente ao histórico de cunho revolucionário que envolveu toda a década de 1920. Posteriormente, o evento passou a ser comemorado pelos remanescentes em todas as décadas.

Victória-Régia

Gloria Victis!

A' mocidade idealista de minha terra, como lembrança fragílisma dos arrancos
deslumbradores de heroísmos..

São Rebeldes, oh! Sim, mas tem no peito, a flamma a verberar sublime um ideal! – E o
ideal é glória!..

Se a Pátria os proscreever á condição que infama,
Deixáe, pois amanhã fará justiça – a Historia..

²⁵⁴ *Jornal do Comércio*, 13 de agosto de 1930.

²⁵⁵ *A Luta Social*, Manaus, n. 15, de 14 de novembro de 1930.

²⁵⁶ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginasiario*. Manaus: Nheenquatiara, 1996.

Maldito, o crocitar dantesco da metralha..
Em cima – o céu azul, e sob os pés – a ruína!..
E aos lampos do canhão que estúpido gargalha,
– tripudia a chacina!..

Rebramdtesco, o painel! Kaleidoscópio rubro,
– phantasmas transumptando eróticos na dança..
Levanta-se-se, do káos, aos brados, – um delubro – ao gênio a vingança!..

Não vades despertar os leviathans futuros com os insultos mais vis, no seu somno de paz!
Deixáe que alli no abysmo em túmulos obscuros
– modorrem o nunca-mais!..

Se a pátria os repudia, há corações que os choram,
Há inconsoláveis mães que os seus filhos soluçam..
É a noite, sobre o algo onde as saudades moram,
– os manes se debruçam..

Forem heróis!.. Um pugillo apenas, sem que a morte,
Nos cambiantes do horror os detessem á escuta!
Evocaram sorrindo os desoito do forte
– nessa tragédia abrupta!..

E vós, oh! Paladins da Patria brasileira,
Não mancheis vosso brio e o albo panno da espada,
Cuspindo da memória augusta e sobranceira
– dessa horda revoltada!..

Deixáe que lá no pego horrendo da avalanche a lembrar saudosa os destemidos feitos,
Durmam os broncos heróis, – sem que esse traço manche os seus ideaes esfeitos!..

Sois soldados também! Sabeis que importa a gloria áquele que, vencido, ainda a gladiar se atreve!
O soldado que tomba em meio á lucta, – a história – com a própria espada escreve..!

Silencio! a Patria chora os destemidos filhos que rolaram sorrindo aos beijos da metralha!
E enquanto a Patria carpe esses fanados brilhos, – o estrangeiro gargalha!

São rebeldes, oh! Sim, mas ai! Não são bandidos!..
Pária não foi Ratcliffs, nem Ayuricaba, – o heróe!
Não o foram esses desoito heracios desteminos,
Nem Tiradentes louco, em face á força, – o foi!..
Não confundáes portanto, já na morte,
Em respeito ao Brazil, – o dyscolo e o bandido!..
Aquelle que se bate em prol de um Ideal, é forte,
– mesmo morto e vencido!..

Não há que os condenar! Esperanças viveram
Nos hartos peitos seus a pruir de mocidade!..
Deve chorar a Pátria aquelles que morrem,
– deve carpir saudade..

Não vades profanar o pagos dos tombados:
– precisam de orações:
– precisam de oração para ilição das almas..
Eram vossos irmãos, nobrestambem..– Soldados!,
– lançae-lhes verdes palmas!..

Deixáe que sobre a campa humilde dos vencidos somente o Solimões, que ao bojo
turvo acolhe
De patria em patria a flôr dos prantos mais queridos,
– as saudades desfolhe..

Ouvido a mesma verde orchastração das ramas,
Fitando, como vôs, o mesmo ceu de anil,
Sentiram-se também arder as flavas chammas
– de amor, – pelo Brazil!

As basphemias guardae para o Brasileo imigo
que a Patria a prostituir não se avergonha e esguarda!
Respeitáe o valor, que ao derradeiro abrigo
– um sonho moço guarda!..

-Bandeira do Brazil! Teus refegos que contem,
Ao perpassar da brisa em suaves murmurejos,
Se á frente varonil desses rebeldes de hontem,
-não palpitarã beijos!..

Mario Ypiranga Monteiro
(Do Instituto Geographico e Histórico do Amazonas e da Amazonia Intellectual)
Manáos, – Agosto, – 1932)

No livro *Café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*, José Vicente de Souza Aguiar desconsiderou qualquer análise sobre o contexto político vivenciado pelo País, concebendo o evento estudantil como um fato isolado, desconexo com a insatisfação da classe média do período e desconexo com o novo quadro político que se realocava no poder.

Os alunos do Ginásio Amazonense D. Pedro II, acompanhando a comoção nacional em decorrência do assassinato do Candidato à Presidência da República, João Pessoa, Presidente do Estado da Paraíba, resolveram solicitar ao chefe de polícia, Dr. Martins Palhano, a permissão para a realização do comício que seria realizado na Praça da Saudade.²⁵⁷

²⁵⁷ AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002.

O historiador apenas mencionou que a “Revolução Ginásiana” estava ligada ao impedimento da realização do referido comício. Observe que Aguiar equivocou-se ao mencionar o cargo pleiteado por João Pessoa, que, na realidade, era candidato a vice-presidente da República na chapa de Getúlio Vargas.

Registre-se que um empecilho verificado para esta pesquisa são as fontes documentais, muito escassas no que diz respeito ao ponto de vista estudantil quanto ao poderio oligárquico, aliado a uma historiografia que, mesmo recente, parece muito próxima de visões factuais que não esclarecem as associações do evento com a política vigente naquele momento. Tal postura se dá pelas características sociais dos autores e dos remanescentes do movimento, que inseriram, obviamente, sua visão de mundo em suas interpretações e versões. Segundo Lucien Goldmann, isso é o que torna

[..] um ponto de vista coerente e unitário sobre o conjunto da realidade. Ora, o pensamento dos indivíduos com pequenas exceções é raramente coerente e unitário [...] o pensamento e o modo de sentir dos indivíduos se aproximam sempre mais ou menos de uma certa coerência, mas não a atingem senão excepcionalmente.²⁵⁸

Optar pelo caminho da identificação dessas “falas” e da relação de forças entre Mário Ypiranga Monteiro e Armando Segadilha, que se julgavam autorizados a apresentar a “verdadeira” versão dos fatos, nos instigou a manter um considerável afastamento do que Mario Ypiranga definiu como “agostada ou Revolução Gymnasiana”, pois ele não sustenta apenas a posição de partícipe de um evento estudantil, mas se coloca, e a seus colegas também, como responsáveis diretos pela Revolução de 1930.

Nós ginásianos, que fizemos a Revolução de Outubro no Amazonas, não deixamos no peristilo do edifício crivado de balas uma plaquinha de mármore assinalando o feito. Deveria ter sido posta:

NESTE LOCAL, JOVENS ESTUDANTES DO GINÁSIO RESISTIRAM DURANTE QUASE QUATRO HORAS À PREPOTÊNCIA DO GOVERNO, NA TARDE DE 12 DE AGOSTO DE 1930.

²⁵⁸ GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 73.

Ao contrário, o que viria a acontecer foi a proibição de festejar a data, como se vinha fazendo a partir do primeiro ano de aniversário. E quem proibiria? A partir do terceiro ano a proibição partiria de quem interessado em obscurecer os fatos. Mais tarde a mocidade ginasiana, que nada teria a ver com a agostada tomaria o peito reivindicar um direito que lhe assistia, passando a festejá-la com mais entusiasmo e ruído. Depois tudo voltou ao silêncio.²⁵⁹

Neste mesmo sentido de exaltação das qualidades e do papel do estudante ginasiano de 1930, Armando Segadilha relevou que, por ocasião da Revolução,

O exército se encontrava fora de Manaus, a Polícia Militar tinha sido dissolvida e nós os alunos do Ginásio tomamos conta da cidade e posso garantir sem medo de errar que nunca Manaus viveu dias de tanta tranqüilidade, disciplina, e paz, como naqueles 30 dias que fizemos o seu policiamento, participamos ainda da entrega do Governo do Amazonas para o interventor Federal Tenente Floriano Machado por sinal amazonense, com Floriano Machado, como seu chefe de polícia veio o senhor Francisco Távora e em companhia deste o celebre cabo Lustosa, Chico Távora foi um grande amigo dos estudantes Amazonenses.²⁶⁰

Esses discursos dos remanescentes revelam que os ginasianos foram importantes para salvaguardar a ordem da cidade, uma vez que os estudantes recebiam treinamento militar; no entanto, não detectamos, em momento algum, que eles estavam munidos de armamento para realizar tal tarefa.

Com base em versões como essas, nossa perspectiva é que o evento estudantil de 12 de agosto não foi um motim programado, muito menos uma revolução, em seu aspecto estudantil, mas uma construção que serviu sobretudo para a divulgação do nome de Mario Ypiranga Monteiro, a fim de ele ostentar uma postura de liderança, com o objetivo de dar suporte a sua carreira intelectual, procedimento que o literato conduziu muito bem, a partir da editoração do Jornal *12 de agosto*, principalmente, rebatendo todas as possíveis versões para o evento, seja na imprensa, seja 66 anos depois, no livro de memórias, *Mocidade Viril 1930: O Motim Ginasiano de acordo com Paiva*:

²⁵⁹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginasiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996.

²⁶⁰ SEGADILHA, Armando. A Revolução Ginasiana completa 50 anos. *A Crítica*, Manaus, 11 de agosto de 1980.

A partir da rememoração desses fatos, conforme esclarece o próprio Mário Ypiranga, tudo o que estivesse relacionado com a rebelião “ginasiana” ficaria definitivamente esclarecido e livre de qualquer deturpação. A motivação do autor ao relatar e sistematizar os quiproquós ocorridos, e isso depois de mais de cinquenta anos, parece estar estribada na necessidade de confrontar as versões de todos aqueles que, na tentativa de tirar algum proveito após vários anos, distorciam a verdade.²⁶¹

Outra estratégia empreendida por Monteiro foi a de criar um ar místico e revolucionário para o evento, com celebrações, cerimônias religiosas e solenidades em homenagem àqueles que de alguma forma auxiliaram os gymnasianos, seja nas negociações com a Polícia Civil no dia 12, seja pela formação escolar que obtiveram no Gymnásio.



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública de Manaus.

Figura 5 – A Crítica. Manaus, 11 agosto 1980

A partir deste breve avanço contextual e da demonstração de alguns indícios sobre a construção da “agostada gymnasiana” por Monteiro, passamos a fazer um recuo para compreender as nuances de nossas afirmações.

Sobre o assassinato do presidente da Paraíba, havia muitas especulações e o interesse de criar uma comoção em torno do fato. Tal comoção, de certa forma, seria proveitosa para o momento político. Como ainda não se tinham as imbricações políticas e/ou passionais que teriam levado ao assassinato do vice da chapa do então candidato à presidência da República, Getúlio Vargas, manifestações foram tomando corpo pelo País, e em Manaus não foi diferente. Assim, pelos relatos de remanescentes do período e pelos

²⁶¹ PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Entre o branco e o negro: política e cultura no início da trajetória intelectual de Mário Ypiranga Monteiro. Manaus, p. 1-14, 2006. Disponível em: <http://ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/038_ENTRE%20O%20BRANCO%20E%20O%20NEGRO.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2011.

registros na imprensa, sabe-se que alguns estudantes de Manaus pretendiam realizar uma manifestação (comício) em repúdio ao ato que tirou a vida do líder político.

Mario Ypiranga refuta as especulações quanto às causas para a deflagração do “Motim Gymnasiano”. Supunha-se, segundo ele, que a causa era porque os estudantes estavam passando sabão no trilho da Manaós Tramways; outros, de que se tratava de arruaça no botequim *A Sereia* (Cf. MONTEIRO, 1996).



Figura 6 – Jornal União Portuguesa

Fonte:Acervo do Laboratório do Centro Universitário do Norte (Uninorte)

Por mais que esses motivos denotem uma ação corriqueira, tanto os remanescentes do evento quanto a historiografia²⁶² do Amazonas estiveram centradas, seja como for, numa “ação heróica de moços politicamente engajados”.

Contudo, a pouca produção historiográfica existente não tem associado o motim ao momento histórico que antecedeu os eventos e que, posteriormente, teve seu desfecho em 1930; portanto, as versões mostram-se alheias ao jogo de poder que determinou, pelo menos teoricamente, o marco para o fim da Primeira República, considerando que, mesmo

²⁶² AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002; CASTRO, Carmélia Esteves de. *Colégio Amazonense D. Pedro II*. (Série Memória). Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/08_collegiodpedro.php>. Acesso em: 18 jan. 2011.

decorridas algumas mudanças, as influências das velhas oligarquias permaneceram no mesmo cenário, mas sob outra “roupagem”.²⁶³

Diante disso, apresentaremos alguns textos que tratam do evento, com o intuito de identificar a falácia do que se convencionou chamar de “Revolução Gymnasiana”, com o fim óbvio de tirar algum proveito da proximidade dos acontecimentos políticos deflagrados no país em outubro de 1930.

Faz-se importante mencionar a visão construída pelo *Jornal do Comércio*, de 13 de agosto, com o título sensacionalista de “As deploráveis ocorrências de que foi teatro ontem esta cidade”. O jornal informava que as causas do motim estavam na ação de guardas-civis, os quais abordaram alguns gymnasianos em frente ao botequim *A Sereia*. O grupo se dividiu em dois, o primeiro foi imediatamente preso e recolhido e o segundo correu e conseguiu abrigar-se dentro do Gymnásio Amazonense.

Mais ou menos às quatorze horas de ontem (12/08/30) apareceu nas proximidades do Gymnasio uma turma de guardas civis [...] que dirigiram-se a esses alunmos, intimando-os a dispersarem e, juntando a palavra a ação, agarraram os jovens Mario Ypiranga Monteiro, Francisco Paes Barreto da Silva e Francisco Benfica levando-os para a chefatura de polícia, onde foram imediatamente recolhidos ao xadrez.

[..]

Os Estudantes correram e conseguiram entrar no gymnásio. Vendo os guardas de revolver em punho tentar invadir o edifício, arrombaram a arrecadação e se apoderaram de algumas carabinas para assegurar a sua defeza.

Nesse momento, ouviu-se um disparo, seguido de mais três.²⁶⁴

A versão do *Jornal do Comércio* é curiosa, pois tira da cena, no primeiro instante, o estudante Mario Ypiranga Monteiro, reforçando o entendimento de que Monteiro constrói sua participação no evento, que parece ter sido apenas momentânea, visto que, se ele foi preso no primeiro instante e levado à carceragem da chefatura de polícia, não poderia narrar a sua própria participação com o grupo que ficou amotinado dentro do Gymnásio. A constatação, relativamente óbvia, de que Monteiro, de alguma forma, participou do motim,

²⁶³ Sobre essa perspectiva, ver JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, 1984.

²⁶⁴ *Jornal do Comércio*, 13 de agosto de 1930.

não é fundamental; essencial é a forma como ele utilizou o evento a seu favor. Segadilha, no jornal *A Crítica*, de 11 de agosto de 1980, contradisse a versão do *Jornal do Comércio* e “colocou” Mario Ypiranga na cena dos acontecimentos dentro do Gymnásio “Mário Ypiranga Monteiro e Francisco Benfica foram os primeiros ginásianos que foram agredidos no dia 12 de agosto, [...] revidaram e conseguiram entrar no estabelecimento, fechando os portões da frente”.²⁶⁵

Por conseguinte, a informação contida no livro *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*, extraída de *O Jornal*, de 4 de agosto de 1966, sobre a origem do motim estudantil de 1930, diz que a realização do comício no dia 11 de agosto foi frustrada, visto que,

Concedida a permissão, convites foram espalhados nos quatro cantos da cidade, extensivos a toda a classe estudantil e ao povo em geral, para o grandioso comício, que seria efetuado às 16:00 horas do dia 11 de agosto na praça acima mencionada. [...] a praça da Saudade foi cercada pelo célebre “piquete de cavalaria”, guardas-civis e agentes de Polícia Civil, comandados pelo investigador Lindolfo Marques. Ali foram travadas as primeiras lutas, a cavalaria invadiu a praça, dispersando o povo a patadas de cavalos. Então o pau comeu de rijo, mas, em desvantagem, estudantes e o povo em geral dispersaram-se, não se realizando o comício.²⁶⁶

Note-se que quem divulgou a história no jornal confere ao ocorrido uma dimensão extraordinária às ações daquela tarde de agosto, como se pode ver, por exemplo, pelo emprego das palavras “grandioso”, “célebre”, “primeiras lutas”, “povo”, tudo isso, porém, para reforçar e aproximar tais ações a uma perspectiva heroicizada. Assim, “o narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colori-lo com as suas entonações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento e desprezo”.²⁶⁷ O texto, mesmo divulgado no ano de 1966, acompanha uma linha tênue da herança muito comum aplicada ao contexto da Primeira República, de criação de uma identidade nacional, o que nos remete a uma visão de perfeição construída para as personagens da história nacional, assim como para os heróis militares, idealizados com uma aura “santificada”,

²⁶⁵ *A Crítica*, 11 de agosto de 1980.

²⁶⁶ Apud AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002, p. 106.

²⁶⁷ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 150.

desprendida de ambição e da materialidade, em prol de uma causa maior, ou em prol da coletividade (Cf. BARROSO, 1938, p. 129).

Isso nos remete ao entendimento de que os enunciados idealizados no jornalismo estão inseridos em um processo social articulado a partir da relação de interesses e expectativas. Ressalte-se que, neste caso, o jornal tem como objetivo atingir a coletividade, um determinado público receptível a esse tipo de notícia.

De acordo com os registros do mesmo jornal, Aguiar ressalta, ainda, que, seguidamente ao frustrado “comício,” houve outra tentativa de manifestação no dia 12 de agosto, não mais em repúdio ao assassinato do governador da Paraíba, mas pela ojeriza da força policial contra os estudantes no dia anterior, 11 de agosto.

Em protesto ao ato de violência, resolveram fazer o “enterro” do Chefe de Polícia, às 15 horas, o que gerou novamente conflitos com a polícia e a Guarda Civil. Avisados, cercaram o Ginásio para impedir a realização do protesto, tendo os alunos usado, inclusive, de “Tiro de Guerra” do Colégio Estadual. A intervenção dos professores Álvaro Botelho Maia, Plácido Serrano e Vicente Telles, diretor da Escola Normal, que estavam no Ginásio no momento do episódio, e também de um oficial do Exército, tenente Plínio, foi decisiva para evitar que uma tragédia se consolidasse. Aos apelos dos professores, os alunos revoltosos entregaram as armas e foram conduzidos à Central de Polícia. Foram soltos às 21 horas, como no dia anterior, por interferência de um *ultimatum* enviado pelo Exército à Polícia.²⁶⁸

José Vicente de Souza Aguiar reproduziu o evento de acordo com o relato de *O Jornal*, do dia 4 de agosto de 1966, e, de igual modo, o narra sob a perspectiva apenas de rerepresentar a memória dos “grande feitos”, sem ligar o evento aos problemas políticos vigentes; expôs somente que “O Colégio Estadual viveu também seus períodos de conflitos sociais, de ‘rebeldia’ estudantil”, e a narrativa se constitui apenas pela representação do jornal: “em 1930, aconteceu a ‘Revolução Ginasiana’”.²⁶⁹

O historiador não esboçou novo dado ou outra versão sobre o que já se conhecia sobre o evento e sobre o que poderia estar por detrás do que mencionou como “conflitos sociais e rebeldia estudantil”. É muito provável que ele não tivesse a intenção de contestar o passado “idílico” que as memórias que compõem o livro apresentam sobre os distintos

²⁶⁸ AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002, p. 107.

²⁶⁹ AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002, p. 106.

momentos do Colégio Estadual e as formas de sociabilidade em que o colégio estava envolvido.

A profissionalização do Exército instigou as Forças Armadas a atuarem como significativos atores políticos (Cf. MURILO, 2005), diante das sucessivas crises institucionais que se processaram na República.

Em um retrospecto, muito embora o Exército tivesse passado por um momento de reestruturação e, conseqüentemente, de avaliação do seu potencial mobilizador diante dos movimentos tenentistas que marcaram a década de 1920, como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e Movimento Tenentista de 1924, fica claro o poder de coerção que ele exercia sobre os civis, quando, segundo o relato, enviou um *ultimatum* à Chefatura de Polícia, o que demonstrou o quão *gymnasianos* e militares eram próximos, dado o treinamento que recebiam no *Gymnásio* e o contexto vigente, com a proeminência das Forças Armadas no cenário político contra a constante tentativa de controle civil dos militares, iniciativa de controle sempre repudiada pelo próprio Exército.

Ainda que, de forma precária, o Ginásio oferecesse treinamento militar a seus alunos, tratava-se de uma fração importante como “Tiro de Guerra” a continuar respaldada:

A Escola de Instrução Militar nº 184, anexa ao Ginásio Amazonense oferecia aos alunos a possibilidade de aquisição da carteira de reservista de segunda categoria após exame rigoroso de tiro real [...] De sorte que o aluno-reservista possuía obrigações tão importantes como as do soldado regular no capítulo instrução e disciplina: aprendia a manejar o fuzil, a metralhadora; treinava desmontamento e montagem rápida de armas automáticas [...] Aos domingos, feriados ou quando entendesse o instrutor, fazia-se regularmente, a toque de caixa ou a passo-de-estrada 24 quilômetros com equipamento completo às costas [...]. Possuía, além do mais, a simpatia e o apoio da população de Manaus, que deu provas disso na tarde de 12 de agosto de 1930, quando se postou na frente da Polícia Civil para protestar contra nossa prisão, ameaçando invadi-la não fosse a cavalaria presente e policiais armados. Esta última referencia não sai aqui por vaidade, mas para refutar a insolente e capciosa tentativa feita posteriormente, de denegrir a moral dos estudantes por quem não teve nunca a moral como espelho e pior, não teve infância.

O ideal de todo garoto era ser *ginasiano* e arrotar presunção dentro daquela farda respeitada e adorada, inclusive pelo elemento feminino.

O Ginásio Amazonense possuía no meu tempo, e depois nunca mais, uma dependência atrás da portaria, chamada Arrecadação, onde havia oito cabides para fuzis modelo brasileiro 1908, alguns descalibrados, dez caixotins de balas de aço pontiagudas nos respectivos pentes, poucos cunhetes de festim para exercício nos igarapés do Quarenta e Raiz ou no stand de tiro do 27° BC no Bosque Municipal antigo.²⁷⁰

O “motim gymnasiano” de agosto e a “Revolução” de outubro daquele mesmo ano situam-se num momento em que a classe média, composta essencialmente por funcionários públicos e comerciantes, almejava a “redenção”, aviltada pela coligação montada pelo interventor federal Alfredo Sá, que uniu novos e velhos oligarcas em 1925 num processo que, teoricamente, teve seu “final” em 1930, levando-se em conta que a década de 1920 serviu para maturar o processo de revolução, que, de uma forma ou de outra, já inspirava a possibilidade de mudanças estruturais naquela realidade. Essa possibilidade, porém, não se concretizou, e a oligarquia Nery posicionou-se receptiva às duas propostas, tanto a dos militares sediciosos de 1924 quanto a do interventor federal Alfredo Sá, uma vez que, segundo a historiadora Eloína Monteiro dos Santos (2001, p. 115),

A ação dos militares, em Manaus, destruiu a força do grupo Rego Monteiro. Com a vitória dos militares, mesmo após a repressão ao movimento realizada pelas forças do Destacamento do Norte, esse grupo não retornou ao poder. Em contrapartida, beneficiou a facção Nery, que procurou congregar em torno de si facções de menor prestígio local (Bittencourt, Guerreiro Antony, Dorval Porto, Monteiro de Souza e Efigênio Salles).

O comportamento da facção Nery, apesar de solidário aos militares, foi ambíguo, tendo em vista que seus interesses imediatos estavam voltados para o controle do poder, isto é, à ocupação dos postos do governo.

O clamor de um processo revolucionário divulgado pela imprensa oposicionista não se deu repentinamente (Cf. TRONCA, 1982, p. 14). No entanto, no Amazonas, a imprensa com maior representatividade, que comungava e apoiava a derrocada da facção Rego Monteiro, em 1924, a favor dos militares, pertencia à facção Nery; era o jornal *A Liberdade*, que despendeu “franco apoio ao Governo Militar do Estado e combate sem trégua aos

²⁷⁰ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginasio*. Manaus: Nheenquatiara, 1996, p. 85-86.

ladrões que a Revolução de 23 de julho de 1924 destronou para a salvação do Amazonas”.²⁷¹

Outro jornal significativo era o do movimento revolucionário, o *Jornal do Povo*, um periódico que circulou enquanto os militares estiveram no poder, de 24 de julho a 28 de agosto de 1924. Outro jornal, *Amazônida*, de propriedade de Carlos da Silva Mesquita, que era ligado à oligarquia Nery, apoiou o movimento revolucionário de 1924. Ambos, *A Liberdade* e *Amazônida*, não representavam o povo, mas os próprios interesses de seus dirigentes pelos cargos que viriam a desfrutar, como Carlos da Silva Mesquita, que foi designado para a direção do *Gymnásio Amazonense* em 1924.

Por sua vez, a atuação dos jovens *gymnasianos*, ao lado desses grupos nos eventos políticos da Primeira República, proporcionou a construção de um perfil redencionista para a juventude, pois, realizada a “Revolução em 1930”, esses grupos foram parcialmente depostos do poder, e os *gymnasianos*²⁷² se viram como responsáveis também por essa deposição, o que fica explícito na “fala” de Monteiro e Segadilha, que veremos no tópico 3.2 deste capítulo. Posteriormente, a historiografia amazonense, representada especialmente por José Vicente de Souza Aguiar e Carmélia Esteves de Castro e pelo escritor Lenilson Coelho, tendeu a legitimar tal perspectiva, quando afirma, sem o devido aprofundamento, que houve uma “Revolução *Gymnasiana*” e, dessa forma, colabora para a idealização de um passado heroico e vitorioso, situando aquela geração de jovens ao lado dos que venceram o embate político dos últimos anos da Primeira República.

Assim, o escritor Lenilson Coelho apresenta em seu livro versão factual e estática da história do *Gymnásio*. Com os poucos dados apresentados, estabelece mínima conexão entre os acontecimentos e sua relevância.

O edifício do *Gymnasio Amazonense* foi inaugurado no dia 5 de setembro de 1886, pelo Presidente da Província, Ernesto Adolpho de Vasconcelos Chaves. Sempre à frente do seu tempo, o velho *Gymnasio* ensinou a cidade a cantar a “Canção de Fé e Esperança”, que o professor Álvaro Maia compôs em 1923, e guarda ainda as emoções da Revolução *Ginasiana* de 12 de agosto de 1930 – símbolo da resistência e do protesto de estudantes e professores contra a arbitrariedade e o abuso de poder.²⁷³

²⁷¹ SANTOS, Eloína dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer. 2001, p. 121.

²⁷² Trata-se de Armando Sevalho Segadilha, Mario Ypiranga Monteiro e Ney Oscar de Lima Rayol.

²⁷³ COELHO, Lenilson Melo. *Uma síntese da História da Amazônia*: Manaus: Livraria Mens Sana, 2002, p. 138

Em verdade, a revolta estudantil foi um reflexo dos acontecimentos políticos nacionais, assim como a política local do governador Dorval Porto.²⁷⁴

A nosso ver, o estabelecimento educacional não estava à frente de seu tempo, mas “tipicamente” situado em seu tempo, pois iguais ao *Gymnásio* outros foram erguidos no mesmo período, como os das cidades de Curitiba e Rio de Janeiro, visando alcançar uma homogeneidade para o ensino secundário.

No texto, não há, contudo, problematização que nos leve a crer que existia algo de extraordinário que diferenciasse o *Gymnásio* de outros estabelecimentos.

Ao citar a “Canção de Fé e Esperança”, Coelho divaga sobre a “criação” de um líder, Álvaro Maia, que buscou neste “discurso/poema” alertar a juventude para os compromissos sociais que deveriam ser selados para o fortalecimento da sociedade, o que era parte da inculcação ideológica de uma autoridade pedagógica e do perfil de mediador, que se alternava ora com o de educador, ora com o de administrador e político.

Tal discurso rendeu a Álvaro Maia a visibilidade de sua atuação como intelectual e político, atuação que, posteriormente, o conduziu ao campo do poder. O que justamente marca o professor de Educação Moral e Cívica do *Gymnásio Amazonense* é o caráter de liderança que exercia sobre os intelectuais emergentes, neste caso, os *gymnasianos*. Sempre lembrado pelo ar pitoresco de seus ensinamentos, “criou” para si uma personagem pública com um caráter, de certa forma, místico, vestido sempre de branco, o que nos levou a refletir que ele buscava transparecer a “virginal pureza” de sua atuação política. Álvaro Maia foi se transformando, de fato, em uma liderança,²⁷⁵ que começou a despontar com o refinamento de sua intelectualidade dentro de uma atmosfera social favorável. O auge da aproximação de seu capital intelectual e a inclinação ou “reconversão” deste ao capital político teve seu ápice, em 1930, quando assumidamente possuía o *status* de mediador entre os seguimentos da sociedade, o que foi possível diante de sua produção simbólica consolidada e diante do *status* de educador e líder que havia adquirido no Estado do

²⁷⁴ *Idem*, p. 160.

²⁷⁵ SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

Amazonas, fato que pode ter impulsionado a sua nomeação como interventor do Estado do Amazonas por Getúlio Vargas.²⁷⁶

Por fim, Lenilson Coelho também reproduziu minimamente a versão que foi difundida pelos remanescentes do evento e não buscou implementar em seu texto o problemático contexto que poderia estar por trás do que ele definiu como “Revolução Ginásiana de 12 de agosto de 1930 – símbolo da resistência e do protesto de estudantes e professores contra a arbitrariedade e abuso de poder”.²⁷⁷ Tal explanação tem um caráter essencialmente factual, pois não aponta contra o quê e contra quem era o protesto. O fato de mencionar que o *Gymnásio “guarda”* “as emoções da Revolução Ginásiana de 12 de agosto de 1930” transmite a ideia de que o educandário é para ele um “panteão”, um lugar onde os fatos continuam a fazer parte da memória, sem, no entanto, nenhuma interpretação, alheios às interferências de fatores sociopolíticos.

A professora de História Carmélia Esteves de Castro, por sua vez, abordou assim o evento:

Um outro movimento estudantil de maior vulto e digno de destaque é a famosa Revolução Ginásiana de 30, quando todo o país encontrava-se num estado de agitação e alerta em decorrência dos acontecimentos político-econômico que conturbavam a nação. Aqui em Manaus, a Polícia, imbuída de grandes poderes, perseguia, prendia e espancava os estudantes que faziam comícios e praticavam, muitas vezes, arruaças nos bares, praças e ruas da cidade. Aproveitando-se da situação instável que atravessava o país, estes estudantes iniciaram um movimento contra a Polícia, que culminou com o envolvimento do Exército, finalizando com a rendição desta mesma Polícia e a ocupação do seu prédio pelos jovens revolucionários. O Governador Dorval Porto foi deposto e esses mesmos jovens o escoltaram do Palácio até as dependências do Grande Hotel, onde ficaria hospedado. Foram momentos de glória para a juventude Ginásiana que briosamente tornou parte neste movimento.²⁷⁸

²⁷⁶ Ver RAMOS, Paula Mirana de Sousa. *Da poesia à política: a trajetória inicial de Álvaro Maia*. Manaus: Ufam, 2010. Ver SANTOS, Eloína Monteiro dos. *Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

²⁷⁷ COELHO, Lenilson Melo. *Uma síntese da história da Amazônia*: Manaus: Livraria Mens Sana, 2002.

²⁷⁸ CASTRO, Carmélia Esteves de. *Colégio Amazonense D. Pedro II*. (Série Memória). Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/porta/conteudo/serie_memoria/08_colegiopedro.php>. Acesso em: 18 jan. 2011.

Castro, com um tom mais aberto e atento, parcialmente, ao contexto nacional e regional, não deixa de apresentar o evento como “Revolução”, fazendo alusão ao que foi divulgado até então sobre o motim; no entanto, é necessário compreender que a professora era vista como uma pessoa autorizada por sua própria carreira profissional, por fazer parte do corpo docente do Colégio Estadual como professora de história e por ser uma personalidade experiente e com considerável acúmulo de conhecimentos tanto sobre os acontecimentos relevantes para a cidade quanto sobre os eventos que envolveram, em distintos momentos, o *Gymnásio Amazonense* e seus alunos.

Com relação ao que a historiadora diz sobre os fatos “políticos e econômicos”, tudo se liga à crise que se instalou entre as oligarquias agrárias do eixo Centro-Sul, com o excedente da produção de café, prejudicada pela queda da bolsa de Nova Iorque e o fim do pacto entre Minas Gerais e São Paulo no que concerne ao revezamento de candidaturas à presidência da República pelo Partido Republicano dos dois Estados.

A historiadora Carmélia Castro não apresenta os elementos para se compreender os fatores que desencadearam, com a crise financeira e o fim do acordo político entre Minas Gerais e São Paulo, a chamada Revolução de 1930. Também não mencionou que, no caso do Estado do Amazonas, o colapso da economia da borracha há muito já fazia parte do contexto amazônico, uma vez que a economia girava em torno essencialmente do extrativismo.

Sendo assim, o novo quadro político composto por novas e velhas oligarquias a partir de 1925 não promoveu ações eficazes que inibissem a retração econômica em curso desde 1908.

[..] para solucionar as lutas locais, Alfredo Sá apresentou uma proposta de unificação partidária, que foi consolidada a 12 de março de 1925. Assim, a Intervenção Federal no Amazonas deu lugar à recomposição das forças políticas estaduais, com a aliança das facções Nery, Guerreiro Antony, Dorval Porto, Efigênio Salles e Monteiro de Souza, o que significava um novo pacto entre antigos oligarcas e outros que, a partir desse momento, com aqueles dividiriam o poder.²⁷⁹

Para se compreender o envolvimento dos *gymnasianos*, é necessário lembrar que estes compunham essencialmente a classe média, e que foram vilipendiados com os desmandos das oligarquias, principalmente com relação ao poder que estas demandavam

²⁷⁹ SANTOS, Eloína dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer. 2011, p. 133.

diante da força policial e, nessa perspectiva de oligarquização de instituições do Estado, os estudantes também eram prejudicados pela crise que a classe dirigente não havia sido capaz de contornar e que atingia o funcionalismo público e, conseqüentemente, a instrução pública.

A perfeição do perfil juvenil, a qual procuramos refutar, tratou-se, na realidade, de uma “feliz” associação das atitudes juvenis ao contexto político, contexto que, de certo modo, suscitava uma ação enérgica da sociedade. Monteiro sustenta que “Nós da geração de trinta (para falarmos num modo geral) criamos o conceito novo do estudante varonil, destemeroso, cavalheiro, respeitador, altivo, prestimoso, contemporizador, aplicado, ordeiro [...]”.²⁸⁰

Tal construção, com relação ao perfil dos estudantes, situava-se num momento de fragilidade dos mecanismos de repressão do Estado, uma vez que, desmantelado o antigo aparelhamento em 1930, e por há muito existir uma problemática relação de força entre os estudantes e a Policial Civil, ela favoreceu, de certa forma, a idealização da postura de uns sobre os outros, quando, na derrocada das antigas estruturas, os estudantes ficaram responsáveis pelo policiamento da capital do Amazonas por um mês.

Buscar uma ligação mais estreita entre as intervenções dos militares na vida civil do País a partir de 1920 é, contudo, relacionar o treinamento recebido pelos jovens às suas atitudes nos eventos de 11 e 12 de agosto, lugar-comum da visão ligada aos grupos que venceram em 1930, pois se tratava de aspirações e atitudes que se fortaleceram a partir dos movimentos militares de expressão política, como os ocorridos em 1922 e 1924. Esses movimentos foram realizados por grupos militares constituídos, em sua maioria, por oficiais inferiores, pertencentes à classe média, o que colaborou para vir à tona a assimilação implementada no Exército, há muito, do ideário do “Soldado Cidadão”, ideário que foi principalmente assumido pelos tenentes e que serviu de base ideológica para esse grupo particular do exército, que reclamava maior participação na vida política, sem os óbices instaurados pelo poder civil”.²⁸¹

A explanação de Carmélia Castro dá a falsa impressão de que foi por meio da chamada “Revolução Gymnasiana” que se deram as modificações na estrutura administrativa do Estado e, principalmente, na Polícia. No entanto, tal entendimento faz

²⁸⁰ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginásiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996.

²⁸¹ SANTOS, Eloína dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer. 2001, p. 113.

parte das representações criadas em torno dos dois acontecimentos, que foram muito próximos temporalmente.

Mario Ypiranga preferiu amalgamar os eventos em suas memórias, ou seja, tornou o evento estudantil e a “Revolução de 1930” indissociáveis, como forma de agregar valor ao movimento estudantil, transformando os gymnasianos em expoentes do heroísmo e da redenção de uma época.

De certa forma, a conjuntura educacional, a participação dos jovens de classe média na arena jornalística de vanguarda e o treinamento militar transformavam a juventude do período em ícone detentor de particularidades essenciais e criavam, em tese, mecanismos para os estudantes fazerem parte, a contento, da atmosfera intelectual e da realidade política, uma vez que eles pertenciam, na maioria, à classe média urbana, como mencionado. Portanto, eles estavam do lado da parcela da população que se via prejudicada com o modo de administrar das classes dirigentes.

O envolvimento estudantil em questões políticas e as efetivas aspirações intelectuais implicam apresentar, adiante, o legado da vaidade dos gymnasianos por terem pertencido a um momento singular da história, pela via do ensino secundário oferecido no *Gymnásio Amazonense*; pela imprensa estudantil, como laboratório para as letras e, conseqüentemente, para uma pretensa vida intelectual; ou, ainda, pela postura militarizada em um contexto nacional e local propício a essas articulações, com o intuito de alcançar reconhecimento e, por fim, se estabelecer intelectualmente na “República das Letras”.

Mario Ypiranga, ao tecer comentários, em seu livro, a respeito da formação de “seus conhecidos”, ligados a profissões liberais, nos forneceu a dimensão da mobilidade social que as famílias de classe média experimentavam para se aproximar das relações sociais e políticas vigentes naquela sociedade. Sérgio Miceli expôs que a formação e, conseqüentemente, a alocação dos “parentes pobres” das oligarquias está, contudo, ligada a um “momento determinado de expansão de mercado de postos disponíveis”.²⁸²

Primeiro, o momento era favorável à ascensão de profissionais da classe média, pela própria formação intelectual e pelas recomposições políticas daquele momento, além das pressões e do declínio do capital material das classes dirigentes; segundo, o ensino naquele contexto estava destinado a implementar no jovem o ideário e a suposta credibilidade do “Soldado-Cidadão”; e terceiro, esses dois pontos convergem como pano de fundo para o reconhecimento intelectual e a perspectiva de ocupação de posições políticas quase sempre

²⁸² MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 23.

ligadas à ideia de promoção de mudanças que viessem a alterar as relações de poder vigentes.

Na década de 1920, era fomentada pelas famílias dirigentes uma espécie de migração do capital material para o capital intelectual, uma vez que elas viram seu patrimônio dilapidado, provocando, dessa forma, seu enfraquecimento político, o que, no entanto, favoreceu certa reconversão da intelectualidade, com o fim fortalecê-la na arena política.

O declínio material das famílias as instigava a buscar como subterfúgio as relações sociais, como meio para se sustentar numa posição limítrofe e, com isso, evitar sua dilapidação social, e como perspectiva de continuar a manter uma posição social condizente. Ainda que o capital material não mais existisse ou estivesse sensivelmente comprometido, elas continuariam na esfera do poder pela via das relações sociais.

Pela grei de estudantes de classe média daqueles anos, foram apropriados laços sociais alicerçados pelo ensino, com a escolha de profissões liberais, para então eles manobrem sua locação em cargos da esfera pública. De igual forma, os filhos dos mais afortunados, mas em franca decadência, direcionados à intelectualidade, desempenharam papel importante na realocação de suas famílias no campo do poder. Contudo, de acordo com Sergio Miceli, por mais que esses grupos executassem essas manobras de sobrevivência social, “tais estratégias não conseguem devolver a essas famílias sua posição social anterior.”²⁸³

Vê-se que a “mocidade manauara” pertencente à classe média adquiriu papel importante na reformulação das relações sociais mediante a fragilidade das oligarquias, com poder potencial para tomar para si as aspirações de uma classe dominante decadente, mas que lutava pela posição social por ela antes ocupada. Todavia, como se mencionou, os grupos estudantis deram valiosa contribuição por meio da imprensa, para o exercício de sua formação intelectual, mantendo-se ligados à área das letras. Em suma, a participação desses jovens no cenário da Primeira República é inegável e, de fato, ainda que não se denominassem como classe estudantil, mas como “mocidade estudiosa”, e nem possuíssem um núcleo ou instituição²⁸⁴ que os agregassem e os representassem em âmbito nacional, eles não deixaram de atuar e de se posicionar em momentos distintos, como em 11 e 12 de

²⁸³ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 23.

²⁸⁴ A partir de 1930, a politização do ambiente nacional levou os estudantes a atuarem em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista; no entanto, somente em 1937, foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), a partir do I Congresso Nacional dos Estudantes daquele ano. Disponível em: <<http://www.une.org.br>>. Acesso em: 17 set. 2011.

agosto de 1930, mesmo que tais momentos não estivessem planejados como um todo, o que lhes rendeu a possibilidade de se tornarem conhecidos e aceitos dentro e fora do mundo intelectual.

Faz-se importante também mencionar que o militarismo exerceu forte influência na classe média, mas que o poder civil buscou alijá-lo das decisões políticas. Todavia, as Forças Armadas procuraram demonstrar, durante o período republicano, que eram capazes de contornar os problemas de ordem política, econômica e social que os civis não conseguiam resolver.²⁸⁵

Nosso entendimento a respeito do que a historiografia reproduziu como Revolução Gymnasiana tem duas vertentes: a primeira está ligada à falta de interesse da historiografia em lidar com temas que parecem ter “menos” relevância. Pesquisar a juventude gymnasiana pode parecer trabalho infrutífero para alguns, pois se trata de estudar jovens que ainda não dispunham de um capital intelectual formado, por isso passíveis de destemperos e efemeridades próprios da juventude. No entanto, trata-se de investigar um processo de construção de uma intelectualidade emergente e que desejava se posicionar de alguma forma.

O motim do dia 12 de agosto ocorreu em decorrência dos abusos repetidos de autoridade, a partir das agressões aos gymnasianos, das prisões e do impedimento de uma manifestação no dia 11 de agosto, que, de certo modo, tinha cunho político, pois exaltaria a memória de um político opositor ao partido republicano.

No dia seguinte, como mencionado, os alunos cogitaram realizar uma manifestação irreverente, cujo objetivo seria fazer o “enterro” simbólico do chefe de polícia por ter proibido o comício do dia anterior, o que demonstra que os gymnasianos desejavam, sim, se posicionar diante dos fatos políticos nacionais e locais. O primeiro dia de manifestação dizia respeito ao assassinato de João Pessoa, mas o segundo dia dizia respeito à repressão exercida pela polícia local, que impediu a primeira manifestação.

Nosso questionamento, então, se volta para a construção posterior dos fatos de 11 e 12 de agosto de 1930. O que a historiografia apresentou tratou apenas da versão de três remanescentes, que se julgaram autorizados para tecer a versão dos fatos.

Essa discussão remete à ideia de que a historiografia e o trio de gymnasianos criaram essa versão dos fatos intencionalmente, de modo a colocar os estudantes entre os dois “grandes grupos” responsáveis pela versão dos vencedores, os militares e os oligarcas.

²⁸⁵ SANTOS, Eloína dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer. 2001.

Quanto à historiografia amazonense, sentimos falta de seu parecer, pois ela manteve a reprodução elaborada pelos próprios atores sociais do período, e não se debruçou no sentido de buscar qualquer distanciamento do discurso glorificador apresentado.

Propusemo-nos a identificar a versão dos remanescentes e a reprodução da historiografia como construções que sustentam um tripé: primeiro, a busca de Mario Ypiranga para o “lançamento” de sua carreira intelectual; segundo, a relação de força entre ele e Armando Segadilha; e terceiro, uma historiografia que incorporou o discurso dos dois remanescentes, sem associar o contexto político às ações dos dias 11 e 12 de agosto de 1930: o primeiro dia foi de fato planejado, mas o segundo não passou de uma ação acalorada, associada ao acesso dos jovens às armas que serviam para seu treinamento no Tiro de Guerra 184.

Por fim, esses fatos, associados às aspirações da classe média à qual os gymnasianos pertenciam, à diferença de apenas dois meses entre a Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e às incongruências entre os estudantes e a polícia civil no Amazonas, foram questões que instigaram o imaginário daqueles que, de alguma forma, se dedicaram, minimamente, sobre os eventos de meados de 1930.

A parcialidade e a falta de compromisso com o estudo do contexto da época nos inspiraram a cada vez mais buscar novas informações. No final desta pesquisa, tivemos acesso a um pequeno texto, que reforça o quanto ainda precisa ser estudado pela historiografia para se compreenderem as nuances do período, que não podem ser postas descabidamente sem a análise adequada.

Manaus, por exemplo, assistiu em agosto de 1930 à famosa “Revolução Ginásiana”, quando uma série de distúrbios secundaristas levaram a Polícia da época a cercar o Ginásio D. Pedro II e se envolver em escaramuças de tiros com estudantes fortemente armados, que defendiam o quê? A legitimidade de posse do candidato Getúlio Vargas, e por consequência a deposição do governador local – Dorval Porto – antigetulista. Pobres estudantes, nem sabiam que lutaram pela instalação da pior ditadura que o país passou.

Ao menos o conflito não resultou em mortes. Menos mau para nossos nobres, porém desinformados estudantes. Ou ainda há quem ache que algum deles conhecia profundamente a trajetória política de Getúlio e seus aliados? [sic]²⁸⁶

²⁸⁶ Amaury Pio Jr. *Revoluções ginásianas*. Disponível em: <http://www.click21.mypage.com.br/myblog/visualiza_blog.asp?site=amaurypio.myblog.com.br>. Acesso em: 19 set. 2011.

3.2 Conflitos de vaidades: o legado de Monteiro, as lembranças de Rayol e a contestação de Segadilha

Com a apresentação de alguns textos sobre o que se convencionou chamar de motim ginasiano, a temática nos instigou a entrar numa esfera muito particular, como se pôde perceber, sobre um grupo de gymnasianos do final da década de 1920, em Manaus, que nos fornece informações importantes quanto às dimensões da vida cotidiana e das perspectivas da juventude e quanto à representação de uma época de participação da classe média, em sua tentativa da resolução de problemas estruturais da sociedade, diante dos eventos políticos ocorridos no final da Primeira República, dos quais a juventude do período, a seu modo, fez parte.

A minuciosidade da escrita de Mário Ypiranga Monteiro compõe muito bem as representações que ele pretendeu legitimar sobre sua geração, as quais buscamos confrontar com as lembranças de outros dois gymnasianos, Ney Oscar de Lima Rayol²⁸⁷ e Armando Sevalho Segadilha.²⁸⁸ Essas lembranças se encontram registradas em livro e artigos de jornais pelo primeiro, em artigo publicado na grande imprensa pelo segundo, e em artigo e entrevista para a imprensa diária pelo terceiro.

Note-se, porém, que o que tivemos para nos basearmos foram relatos realizados em décadas distintas. No entanto, em se tratando de Mário Ypiranga Monteiro, há que se destacar que, por conta de sua própria formação intelectual, ele foi sempre muito atento à coleta de dados factuais e expressou em livro a memória idealizada de sua participação e da participação de alguns colegas que julgou necessário mencionar, ligando-os ao que denominou de a “agostada gymnasiana,” buscando com isso dar ao evento uma conotação heroicizada da presença dos estudantes na vida política do Estado.

O discurso construído por Mário Ypiranga Monteiro sobre a participação dos gymnasianos no livro *Mocidade Viril* 1930: O Motim Ginasiano só foi possível por causa do contexto político do final dos anos 1920.

Além disso, o autor, por possuir uma grande produção simbólica, que começou nos tempos da imprensa estudantil e se intensificou depois de 1930, nos pareceu ter assumido o papel de escritor autorizado pela sua vasta produção cultural, para relatar os fatos ocorridos em 11 e 12 de agosto de 1930.

²⁸⁷ A Revolução Ginasiana completa 50 anos. *A Crítica*, Manaus, 11 de agosto de 1980.

²⁸⁸ *A Notícia*, 14 ago. 1971; *A Crítica*, 11 ago. 1980.

Monteiro confortavelmente aparece na condição de partícipe do motim de 1930, intitulado-se representante oficial da elaboração das representações que foram divulgadas sobre o envolvimento estudantil naquele período, buscando refutar as outras versões que surgiram por meio de outros gymnasianos, sobre o perfil daqueles jovens, como, por exemplo, o perfil do gymnasiano traçado por Ney Rayol e a ordem e os motivos dos eventos apresentados por Armando Segadilha.

A obra de Mário Ypiranga Monteiro, segundo o sociólogo Marco Aurélio, tem, contudo, na “diversidade e multiplicidade de seus textos e estudos a predominância de uma temática localista e a adoção de um enfoque analítico pouco pretensioso em termos de abordagem dos objetos investigados e dos recursos metodológicos então manejados”.²⁸⁹ Diante disso, é forçoso acrescentar que Monteiro nos pareceu sempre muito atento a possibilidade de associar sua produção cultural a sua pretensa liderança estudantil e, posteriormente, intelectual no jornalismo, como forma de facilitar seu trânsito no contexto cultural como um intelectual nativo.

Com um posicionamento irreduzível frente a outras versões sobre o “motim”, que ao longo dos anos foram divulgados, Monteiro promoveu uma relação de força contra outros prováveis partícipes, procurando sempre se impor como responsável direto pela construção dos fatos que ligam toda uma geração a um passado heroico e glorificador.

Monteiro iniciou essa “criação” quando ainda jovem. É notório que o autor soube associar a sua passagem de uma esfera amadora no jornalismo estudantil a uma esfera profissional na grande imprensa, o que lhe proporcionou, gradativamente, a ampliação do seu campo cultural de atuação e, conseqüentemente, de sua produção simbólica.

Entretanto, a versão divulgada por Monteiro, que o colocava sempre como mentor do evento, não foi aceita por unanimidade e houve contestação. Armando Segadilha informou em entrevista que “os gymnasianos não tinham nenhum líder no movimento, porque cada um era líder de si próprio”.²⁹⁰ Contestações iguais a essa, divulgadas pelo menos duas vezes por Armando Segadilha nos jornais, despertou no autor de *Mocidade Viril* 1930: O Motim Ginasião a possibilidade de registrar as suas memórias daqueles anos em livro, impingindo os dados factuais colecionados no decorrer de sua vida.

²⁸⁹ PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Entre o branco e o negro: política e cultura no início da trajetória intelectual de Mário Ypiranga Monteiro. Manaus, p. 1-14, 2006. Disponível em: <http://ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/038_ENTRE%20O%20BRANCO%20E%20O%20NEGRO.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2011, p. 2.

²⁹⁰ A *Notícia*, 15 de agosto de 1971.

Dessa feita, por ser o único partícipe vivo à época da editoração do livro, pôde ser outorgada a ele a oficialidade do discurso, a palavra final da ordem dos fatos e a determinação de sua importância, uma vez que o livro é o único no gênero a tratar especificamente do evento.

Monteiro contestou todas as versões que tentaram se sobrepôr à representação do motim por ele construída; sua versão era por ele mesmo julgada como irrefutável. Assim, a escrita do autor sobre a interação dos estudantes com as oligarquias é disposta de maneira a buscar separar ambos, para que os “créditos” estudantis não fossem associados às disparidades políticas do período. Monteiro representa os estudantes como autônomos em relação ao poder ideológico da classe dirigente, representação que ganhou crédito pela distância cronologicamente disposta entre a vivência do autor naquela ambiência e a divulgação de suas memórias, construídas e lapidadas no decorrer do tempo, transformando os estudantes em tenazes opositores daquela realidade, no que diz respeito às benesses direcionadas à classe dirigente.

A nota mais deselegante dessa história de moços idealistas é a que após trinta anos de silêncio comprometedor, veio trombetear vitórias quem justamente havia recusado solidariedade ao movimento. Quando entrei de professor no Ginásio, supreendeu-me certa homenagem que alunos deveriam prestar aos “cabecinhas” e heróis da Revolução Ginásiana. Naturalmente eu figurava na lista, em compensação elementos que jamais foram partícipes e eram conhecidos pela aversão à farda (pintaram de branco no diário) foram diplomados. A autoria daquela liberal consagração partia da filha de conhecido traidor e fujão que se faria, com o andar do tempo, herói de uma causa que por não saber como começara, andou desvirtuando somente uma ou mais vezes nos jornais locais. [...], não comento abertamente, mas publico as notícias estampadas na imprensa local.²⁹¹

Monteiro, à medida que afirma o caráter oficial de seu discurso, apresenta-se também como o único detentor da verdade e como intelectual não mais emergente, que exerceu no decorrer da Primeira República, mas que tem uma carreira intelectual consolidada, com vasta produção simbólica e de “cunho localista”, o que, por seu turno, lhe rendeu a propriedade do discurso sobre os mais diversos assuntos do cotidiano de Manaus, em diferentes momentos de sua história, principalmente depois de 1930, momento propício ao crescimento do campo cultural e da indústria da produção de bens simbólicos.

²⁹¹ MONTEIRO, 1996, p. 97.

Mario Ypiranga apresenta sua versão de uma posição privilegiada, a qual galgou por meio da assimilação, da inculcação e da aproximação com intelectuais do seu tempo, como foi o caso da proximidade de suas perspectivas políticas e culturais com as ideias que eram difundidas por Álvaro Maia, quando Monteiro ainda se configurava como pretense intelectual.²⁹²

O objetivo de Mário Ypiranga ao desqualificar a entrevista dada por Armando Segadilha ao Jornal *A Notícia*, de 1971, foi manter a unanimidade do seu próprio discurso, visto que o divulgava, desde a adolescência, sempre a seu favor, pois, como homem de imprensa, durante décadas, suscitou e valorizou sem outras contestações sua liderança, criou para seus relatos uma atmosfera de verdade absoluta e se colocou como porta-voz dos demais estudantes. A representatividade de Monteiro somente foi contestada anos depois, a partir da visita de Segadilha a Manaus, o qual, há muito, se encontrava aposentado e morando no antigo estado da Guanabara.

Todos estavam unidos em torno de um ideal comum, que era a vitória do movimento, simbolizando um protesto contra as arbitrariedades cometidas pela polícia, sob o comando do delegado João Cruz Camarão. O assassinato de João Pessoa foi a centelha que acendeu o estopim. Quanto aos alunos serem getulistas, diz Segadilha que isto não corresponde à verdade, pois os estudantes não tinham partido. E o apoio dado a Getúlio Vargas somente veio depois, em outubro, com a vitória do líder gaúcho, quando em Manaus os ginásianos ajudaram a depor o governador Dorval Porto. Referentemente ao orador do grupo, Segadilha esclareceu que era o estudante Francisco Benfica e que Mario Ypiranga era o compositor e o poeta da revolução. A respeito dos entendimentos com a polícia, Segadilha esclareceu que eles não foram feitos por Álvaro Maia e sim por um oficial do exército, o tenente Plínio, que entrou pelo portão dos fundos do Ginásio, muito embora Álvaro Maia tivesse estado sempre ao lado dos estudantes, assim como o dr. Plácido Serrano, diretor do Ginásio, e o professor Vicente Teles, diretor da Escola Normal, que funcionava no mesmo prédio²⁹³.

Posteriormente, no jornal *A Crítica*, de 1980, Segadilha acrescentou, referindo-se ao dia 11 de agosto, que

²⁹² PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Entre o branco e o negro: política e cultura no início da trajetória intelectual de Mário Ypiranga Monteiro. Manaus, p. 1-14, 2006. Disponível em: <http://ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/038_ENTRE%20O%20BRANCO%20E%20O%20NEGRO.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2011.

²⁹³ *A Notícia*, de 15 de agosto de 1971, apud Monteiro, 1996, p. 336.

A cavalaria dispersou o povo a patas de cavalo e chanfalho, começou ali a nossa luta. Fui o primeiro aluno do ginásio a ser preso na esquina do Palácio da Justiça com a Rua Dez de Julho, no dia 11 de agosto, por ordem do Delegado João Cruz Camarão, [...] fui escolhido por ser considerado cabeça de motim, conduzido por uma brigada de guardas civis.²⁹⁴

De fato, o *Jornal do Comércio*, de 12 de agosto de 1930, registrou que:

As autoridades, uma vez vazia a praça, desceram tomando a rua da avenida Eduardo Ribeiro; ao desembocar na rua Dez de Julho, na avenida ao lado do Palácio da justiça, divisaram uns gymnasianos que, em um grupo, palestravam. O delegado auxiliar, de dentro do auto, bradou-lhes que dispersassem. Um dos jovens, de nome Armando Segadilha, um dos que haviam nos declarado pela manhã estar alheio ao comício, virou-se e indagou se era a elle que a autoridade se dirigia. Isso foi o sufficiente para que a referida autoridade mandasse um guarda conduzi-lo preso.²⁹⁵

Entre os partícipes daqueles anos, Monteiro e Francisco Benfica figuraram como representantes dos acontecimentos estudantis de 1930. Com o tempo, à medida que a produção simbólica de Monteiro ia se desenvolvendo e ganhando publicidade, sua força e intelectualidade ganhavam ares veracidade, como mencionado. A escrita de Monteiro vai de encontro às contestações feitas por Amando Segadilha no jornal *A Notícia*. A visita deste à redação do jornal foi instigada por uma matéria publicada nele anteriormente sobre o dito “motim”, com informações de Mario Ypiranga Monteiro.

Depois da publicação da matéria com Armando Segadilha, Monteiro retorna à redação do jornal para reafirmar suas posições anteriores e rebater as argumentações de Segadilha.

A propósito da matéria publicada em nossa edição de domingo, sobre a revolução ginásiana de 1930, em que o Sr. Armando Segadilha contesta fatos deste movimento, compareceu ontem em nossa redação o professor Mario Ypiranga Monteiro, autor da fonte noticiosa que gerou a primeira publicação (edição de 13/8/1971), intitulada “Revolução Ginásiana festeja hoje 41 anos”. O referido professor mostrou um exemplar do jornal “Correio de Manaus”, de 23 de janeiro de 1931, n. 15, onde se lê:

²⁹⁴ *A Crítica*, 11 de agosto de 1980.

²⁹⁵ *Jornal do Comércio*, 12 de agosto de 1930.

“A passagem de Mario Ypiranga Monteiro, pelo Ginásio, é cheia de peripécias. A tarde de 12 de agosto de 1930, a sua prisão como cabecilha de todo o movimento rebelde, prova suficiente de gênio liberal de moço estudante.”

Depois de sair do Ginásio – prossegue Mário Ypiranga – “eu e Francisco Benfica continuamos lutando, pela imprensa, em favor de nossos ideais”.

Mário mostrou-nos também um exemplar do jornal “Doze de Agosto”, como também uma revista da Academia Amazonense de Letras, número 14, publicada em Dezembro de 1969.²⁹⁶

No livro, em formato de memórias, são incrementadas novas e inéditas versões que aproximam os gymnasianos da política local, colocando-os não em segundo plano, mas como jovens engajados e participantes nas modificações políticas.

Sobre o jornal *Correio de Manaus*, citado por Monteiro, datado de 1931, trata-se, a nosso ver, de uma constatação dos mecanismos utilizados por Mario Ypiranga para lançar e associar seu nome, como líder de um movimento menor, ligando-o, por sua vez, a um movimento político maior, como a Revolução de 1930. Como fonte para refutar as opiniões de Segadilha, o dito jornal é, no mínimo, tendencioso, ao favorecer Monteiro, haja vista que a relação deste com o dito veículo de comunicação foi, segundo ele, de “redator-fundador do jornal *Correio de Manaus*, onde comecei a publicar artigos sobre a revolução ginásiana, artigos que nunca foram contestados pelos falsos revolucionários, senão depois de um silêncio comprometedor de trinta anos!”²⁹⁷

A verdade é que tão digna e santa causa não pode ser maculada por idéias, palavras e rumores que não autorizam invencionices nem muito menos deboche. Pretenderam, sem motivo de causa, transformar a comoção ginásiana em baderna, sem motivo nenhum justificado, sem origem dignificante. Ora diziam que a revolta partira do fato dos alunos estarem passando sabão no trilho do bonde, ora porque a Manaus Tramways não cedera um bonde para passeio costumeiro, ora por estarem alguns alunos fazendo arruaça no botequim *Sereia*. O mais fogoso desses pretensos revoltosos dizia num artigo que o QG dos revoltosos era o coreto da praça da Constituição! Ele nunca saberia onde os verdadeiros revoltosos se

²⁹⁶ A *Notícia*, de 15 de agosto de 1971, apud Monteiro, 1996, p. 339.

²⁹⁷ MONTEIRO, 1996, p. 90.

reuniam, por isso criava títulos de atuação duvidosa num ambiente exposto, saturado de impedimentos naturais como era o coreto referido, aberto a olhos e ouvidos estranhos. A maior fúria do articulista foi considerar um movimento armado sem cabecilhas porquanto nunca se viu estouro dessa ordem sem um mentor, um dirigente, ainda mais tratando-se de rapazes militarizados.²⁹⁸

Quem está autorizado a revelar a verdade? Se existe verdade a ser revelada, Monteiro se colocou mais uma vez como detentor dela, pois as fontes históricas catalogadas e produzidas pelo próprio literato sobre o evento favoreceram a outros historiadores a inculcação de seu entendimento particular sobre os eventos. Desse modo, sua versão, destina-se a manter seu *status* de líder, afastando a possibilidade de haver dúvidas sobre as causas e os partícipes de um movimento estudantil pioneiro no Estado.

O *Jornal do Comercio* do dia posterior à dita Revolução de 1930 estampou em sua primeira página a euforia da classe média, usando o termo “Povo” para dar conotação de que era um sentimento generalizado no País e no Estado:

O Povo soberano, usando do direito da revolução, confraterniza com as forças armadas e faz victoria a causa nacional.

A ira popular manifestou-se contra os remanescentes do ephigenismo que formava a *entourage*²⁹⁹ do governo decahído.³⁰⁰

Está claro que a intenção dos ginasianos, apesar de haver um ambiente propício à derrocada do poder vigente, não era fazer “uma Revolução”, mas, posteriormente, ficou mais atraente apresentar os fatos de maneira a associar um movimento isolado ao movimento político “vencedor”, suscitado na década de 1920 e posto a cabo em 1930, o que, de certa forma, instigou a batizar tal motim de “Revolução Ginásiana”. Isto é, agregar valor simbólico ao evento estudantil, que nem sempre figurou na imprensa como ato revolucionário.

É relevante notar que Segadilha buscou, também, por meio da imprensa, desqualificar a “fala” de Mario Ypiranga e afastar quaisquer relações dos estudantes com a

²⁹⁸ MONTEIRO, 1996, p. 97.

²⁹⁹ “Comitiva”, segundo o *Dicionário Bertrand* – Francês-Português. Portugal: Bertrand, 1989, p. 333.

³⁰⁰ *Jornal do Comercio*, Manaós, anno XXVII, n. 9.156, sábado, 25 de outubro de 1930.

Aliança Liberal, que apoiava a candidatura oposicionista ao Partido Republicano. Monteiro rebateu mais uma vez,

Naturalmente que o 12 de agosto de 1930 não foi programado. Mas foi consequência de um programa traçado antes e aplicado à conjuntura do assassinato do dr. João Pessoa. Armando Segadilha desmente isso, que foi inclusive repetido na imprensa por mim e Francisco Benfica.³⁰¹

As versões que apareceram depois dos eventos são, a nosso ver, de uma tendência comum, pois, com a divulgação do motim e a repercussão da “Revolução de 1930”, os contemporâneos dos eventos desejavam ser notados pela sociedade. Monteiro e Benfica cuidaram para que um jornal fosse criado, o *12 de Agosto*, uma alusão clara ao motim, com o objetivo de lançar um marco sobre um movimento que não foi planejado, uma vez que apenas o comício do dia 11 de agosto estava previsto e o evento do dia 12 tratou-se nada mais de que uma ação repentina, visto a rivalidade entre gymnasianos e policiais civis. Uma rusga que não se devia unicamente à ojeriza da polícia no dia anterior, mas, em termos gerais, à própria relação histórica que o Exército mantinha com a força repressora da sociedade civil daquele contexto e que, de certo modo, devido aqueles estudantes estarem próximos e envoltos em uma atmosfera de treinamentos militares, facilitava os destemperos, levando ambos a diversas situações vexatórias, inclusive a “lutas corporais”.

Ney Rayol, ao contrário de Mario Ypiranga e Armando Segadilha, relatou no jornal *A Crítica*, de 1980, que o motivo do motim foi porque os Gymnasianos estavam a colocar pedras nos trilhos do bonde. Revelou, ainda, nas entrelinhas de sua exposição, que os gymnasianos tinham como líder o estudante Artur Coriolano.

Voltamos para o ginásio às 13:30hs e tão logo chegamos, vimos que continuavam a colocar pedras nos trilhos e as vaias se sucedendo. Vários policiais aproximaram-se e foram recebidos a pedradas. As 14:00 hs todos os ginasianos que tinham aulas pela tarde já estavam dentro do ginásio. Aumentava o número de policiais do lado de fora. Nós estávamos descontrolados, pois o Artur Coriolano não estava conosco.

Às quatorze e quarenta minutos, ouvimos uma gritaria na escada de fora do ginásio, e alguns colegas subiam nas janelas para ver o que acontecia. Era um ato de coragem, pois

³⁰¹ MONTEIRO, 1996, p. 98.

desarmados poderíamos ser alvejados pela polícia que se encontrava na rua. Foi nessa altura que um colega gritou: “Prenderam o Artur Coriolano! Ele está sendo carregado para a chefatura de polícia”. De fato, Artur quis entrar no ginásio e sendo impedido, começou aplicar formidáveis murros nos policiais. Eram muitos contra um só. Ele acabou sendo carregado e perdemos a esperança de contar com ele junto a nós.

Preso o Artur, alguém lembrou que deveriam arrombar a arrecadação. [...] recebendo as armas estavam o Newton Aguiar (Calango Elétrico), Celso Ferreira de Lima (Pivide), Cícero de Barros Corrêa, Aureo Del Vequio Candeias Fontes, Silveira, Heyroceirice Pessoa e, para surpresa minha, o Reginal Xavier que embora não sendo do Gymnásio, era nosso companheiro de futebol e farras. Desde logo, vimos que havia uma vantagem com a presença do Reginaldo Xavier, pois era o único que já tinha pegado em armas, pois tinha deixado de ser soldado no 27º B.C. O que eu e nem os outros sabiam, era que os cunhetes continham balas de festim. Num confronto levaríamos a pior.

Ainda estava na sala de arrecadação quando a porta foi arrombada por um poderoso pontapé, desferido pelo José Gama e Silva, aluno da 5ª série e pertencente ao tiro de guerra. Ele entrou e foi logo apanhar num canto da sala um fuzil, que mais tarde soubemos ser um único calibrado que existia. E apanhou, ainda seus pentes de bala, essas sim, de tiro real, que estavam embrulhadas numa toalha, separadas da outra munição. Fuzil e balas se destinavam ao treinamento do Tiro de Guerra.

Saliente-se que, por mais insatisfeitos que estivessem com os últimos desentendimentos com a polícia civil, diante da “crise de moralidade” e da oligarquização das instituições com a administração duvidosa das classes dirigentes, principalmente as oligarquias Dorval Porto, Salles, Nery, Antony e Monteiro Souza no poder, os gymnasianos não conseguiriam realizar sozinhos quaisquer modificações a contento, mas ajudavam a insuflar descontentamentos.

Decerto as autoridades não viam nos gymnasianos potenciais opositores; entretanto, apontavam a influência de grupos opositores sobre os estudantes, conforme pode ser observado no telegrama de Efigênio Salles enviado ao Palácio Rio Negro, sede do Governo, que deixa claro o poder dos coronéis, com a divergência que houve entre o governo da Paraíba e o “coronel” José Pereira, do município de *Princeza*, visto que se desenvolvia naquele Estado um imbróglio político depois do Decreto nº 1, de 9 de junho de 1930, que estabeleceu a independência provisória do município de Princeza, separado-o do Estado da

Paraíba, fato que ilustra bem o poder e a frágil relação política entre os “coronéis” e as autoridades governamentais durante a República Velha.

RIO, 13 – Acabo de mostrar Presidente República ministro Interior despacho bom amigo comunicando ocorrências Ginasianos daí ambos apóiam aplaudem medidas prontas enérgicas tomadas governo não só sentindo manter acima tudo principio respeito autoridades constituídas, disciplina deve existir estabelecimentos ensino secundário, como Ginásio Amazonense Pedro Segundo, mas ainda ordem pública Estado que neste doloroso momento se debate com maior todas crises de que se tem notícia até hoje necessitando por isso mesmo de paz completa para poder seu esclarecido governo nortear negócios públicos de forma encontrar maneira solucionar imensas dificuldades. Com certeza mocidade inexperiente vitima exploradores elementos máos todos tempos. Ocorrências estudantes São Paulo sem maiores conseqüências já fora completamente ordem dia Princeza em poder força federal começa normalizar sua vida comum. Reina aqui como em todos demais pontos país inteira absoluta paz parecendo mesmo ter havido acordo tácito entre todos elementos discordantes para um patriótico armistício. Abraço, Efigênio.³⁰²

Sobre o caso do município de Princeza, no Estado da Paraíba, o *Jornal do Comércio* noticiou, em 15 de agosto de 1930, que “o vice-presidente em exercício no governo do estado comunicou às autoridades a ocupação de *Princeza* pela força federal”.³⁰³

Segundo Monteiro, os gymnasianos frequentaram as reuniões com lideranças ligadas à Aliança Liberal, justamente as lideranças que assumiram o poder provisoriamente, por ocasião da deposição de Dorval Pires Porto, como José Alves de Sousa Brasil e Francisco Pereira da Silva, ao lado do coronel José Cardoso Ramalho Júnior, que esteve à frente da junta governativa do Amazonas no período de 24 de outubro a 1º de novembro de 1930.

Antes da chamada Revolução de 1930, Dorval Pires Porto, governador do Estado do Amazonas, tentou demonstrar equilíbrio com a passagem das forças oposicionistas da Aliança Liberal pelo Estado, em fevereiro desse ano.

A intensa campanha política que acaba de atravessar a nação, repercutindo em todas as suas unidades federativas, inflando ânimos, determinando apprehensões de toda a ordem, processou-se, no Amazonas, calma e legalmente, asseguradas todas as liberdades. O Partido

³⁰² SALES, Efigênio. Telegrama 13 ago. 1930 apud MONTEIRO, Mario Ypiranga. *Mocidade Viril – 1930: O Motim Ginasião*. Manaus: Nheenquatiara, 1996, p. 317-318.

³⁰³ *Jornal do Comércio*, de 15 de agosto de 1930.

Republicano do Amazonas, agremiando expressivas e tradicionais da política local, desde o primeiro instante assumira atitude clara e definitiva. A caravana liberal, que aqui esteve e propagou na praça pública as suas idéias, sentiu que o culto povo de Manáos apoiava a causa contrária. Revelando-no, a evidencia, as urnas de 1º de março, com a eleição, por extraordinária maioria, dos eminentes compatriotas Srs. Júlio Prestes de Albuquerque e Vital Henriques Baptista Soares, para presidente e Vice-Presidente da República, no quadriênio que se iniciara em 15 de novembro vindouro.

A mesma data, eram eleitos senadores e deputados federaes, respectivamente, os nossos ilustres concidadãos Srs. Ephigenio Ferreira de Salles, Antonio Monteiro de Souza, Jorge de Moraes, J. F de Araújo Lima e Adalberto Pedreira.

Eleitos, foram reconhecidos os candidatos do Partido Republicano do Amazonas, integralizando-se assim, com os Senadores Silvério José Nery e Aristides Rocha, a representação federal do Estado.

Desaparecido o saudoso Coronel Raymundo da Costa Fernandes, eleitos deputados federaes os Srs. Monteiro de Souza e Adalberto Pedreira, nomeados Prefeitos Municipaes os Srs. Joaquim Tanajura e Francisco Laurentino do Bonfim, verificaram-se cinco vagas na Assembléia Legislativa, para cujo preenchimento por eleição e decreto nº 266, de 30 de abril, marcou o dia 1º de junho ultimo. Concorrido e tranquillo, o pleito confirmou a escolha do P.R. do A. eleitos uma vez, os seus candidatos.⁸²

Embora haja na escrita dos autores citados e dos remanescentes do evento gymnasiano, a compreensão implícita, e às vezes explícita, de que havia como pano de fundo o descontentamento da sociedade com a política nacional e local, as interpretações tenderam a manter a ideia equivocada de que o evento estudantil, de um modo ou de outro, estava programado e aliado às forças revolucionárias, e de que os estudantes tinham representatividade para tal feito. Pelo contrário, não foi uma ação planejada, tratou-se de um revide com a polícia. Do ponto de vista da posição política, pelo menos em parte, alguns poucos, segundo Monteiro, estavam a apoiar como “ala jovem” o partido dissidente, mas sem grande representatividade. A ligação estudantil com a Aliança Liberal, por mais que houvesse, não foi pontualmente planejada no dia 12 de agosto.

⁸² Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas em 14 de julho de 1930, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da Décima Quarta Legislatura. Acervo: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

Em fevereiro de 1930 a caravana Liberal – um ramo apenas chegou a Manaus [...]. O partido já funcionava na residência do dr. Souza Brasil [...]. Os prosélitos eram, na sua grande maioria, constituídos de meia-dúzia de gatos pingados da “ala” do povo, a grande “massa” que não tomava parte nas discussões e deliberações, atuava entretanto de claque e se fosse necessário para empurrar, dar algum transpescos. Entre os dessa bem sofrida dependência estavam os oradores populares Hemérito Cabrinha e Assunção Meneses. Os estudantes da faculdade de Direito e do Ginásio Amazonense D. Pedro II formavam a ala dos idealistas, quer dizer: dos tolos.³⁰⁴

Segadilha refutou que os gymnasianos fossem “getulistas,” antes mesmo da “Revolução”. Monteiro buscou provar o contrário, mesmo que, com o passar do tempo, tenha demonstrado repúdio pela “nova ordem” que havia se instaurado e, a partir disso, mostrou opinião distanciada e nada idealista, com visível oposição a sua atuação na ala moça da Aliança Liberal em um tempo pretérito; no entanto, demonstrou em suas memórias sua decepção com o campo político. Claro está que esse descompasso de suas perspectivas com aquela “nova” realidade, que de certa forma ele ajudou a construir, o aproximaram da esfera intelectual. Isso mostra que Mario Ypiranga se utilizou de todas as benesses por ter se colocado ao lado dos vencedores enquanto consolidava sua carreira.

Entretanto, em suas memórias, Ypiranga demonstra certa decepção com aquela realidade que compõe seu testemunho, como afirmação de que os gymnasianos apoiaram os grupos que subiram ao poder em 1930. Assim, para esclarecer essa posição, concordamos com o entendimento de Marco Aurélio Coelho de Paiva, pois, por mais que essa posição estudantil não seja atribuível a todos que vivenciaram aquele evento, no caso de Monteiro,

A memória e o testemunho pessoal servem como elemento de prova, [mas] só se tornam viáveis caso já esteja plenamente consolidado um consistente capital simbólico por parte do memorialista. Capital simbólico este que fora formado em função da atuação do autor no campo da cultura e legitimado pelas diferentes instâncias locais de consagração intelectual ao longo dos anos.³⁰⁵

³⁰⁴ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginasiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996, p. 60.

³⁰⁵ PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Entre o branco e o negro: política e cultura no início da trajetória intelectual de Mário Ypiranga Monteiro. Manaus, p. 1-14, 2006. Disponível em: <http://ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/038_ENTRE%20O%20BRANCO%20E%20O%20NEGRO.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2011.

Mario Ypiranga contestou uma versão, sem mencionar a fonte, de que houve quem dissesse que o início do motim teria se dado “porque a Manaus Tramways não cederá um bonde para passeio costumeiro dos alunos.”³⁰⁶ Dado o tempo e as diversas contradições que uma mesma história e suas mais diferentes versões podem oferecer, pode ser a explicação para que os eventos sejam associados equivocadamente, ou seja, um e outro não têm ligação alguma, são diferentes e cronologicamente incompatíveis.

Tal enfoque se deve aos documentos compulsados que, categoricamente, o sustentam. Assim, o *Inquérito administrativo sobre desordens praticadas por alunos do Gymnásio Amazonense Pedro II na tarde de 21 de junho de 1929*, baseado no Ofício nº 102, de 22 de junho do mesmo ano, enviado àquele estabelecimento de ensino pelo delegado João Marinho, da Delegacia Auxiliar de Polícia da Capital, relatava a depredação e a desordem causadas por um grupo de gymnasianos, logo após ter sido negado o pedido para a liberação de um bonde para o passeio dos gymnasianos,

Diante dessa negativa os alumnos voltaram para o centro da cidade, uns de Bond, outros a pé. Estes últimos, durante o trajeto, collocavam nos trilhos latas, paus pedras, tudo em fim, que podesse difficultar a passagem dos carros, e pediam nas mercearias, barras de sabão que ao chegarem em frente ao Gymnasio, começaram a passar nos trilhos, quando foram presos por guardas civis.³⁰⁷

A partir desses impropérios, é importante destacar dois pontos: o primeiro, a ausência de homogeneidade do perfil dos estudantes gymnasianos, que descaracteriza, em parte, o caráter de perfeição que Monteiro enfatiza, preferindo não discorrer sobre a existência de “desordeiros”; o segundo, para Monteiro, como intelectual, narrar atos transgressores desagregaria o valor simbólico ao qual ele se empenhou em construir, tornando-se, na posteridade, o retrato fiel descrito por Sergio Miceli,³⁰⁸ ao afirmar que os intelectuais buscavam se firmar em carreiras liberais. Com o autor de *Mocidade Viril 1930: O Motim Ginásiano* não foi diferente, e a multiplicidade de sua atuação colaborou para seu trânsito em vários órgãos de imprensa, seja no âmbito estudantil, nos jornais operários ou na

³⁰⁶ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginásiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996, p. 97.

³⁰⁷ Inquérito administrativo do Gymnásio Amazonense D. Pedro II, 1929.

³⁰⁸ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo. Cia. das Letras, 2001.

grande imprensa, buscando migrar de um *status* amador e emergente para uma esfera mais pontual e profissional no campo da produção simbólica.

O jornalzinho *O Estudante*, impresso, com larga aceitação exterior, asilava o produto, ainda tíbio, das nossas preocupações intelectuais, mas realmente já escrevíamos em periódicos de circulação diária e eu colaborava assiduamente nos *Alvorada*, *O Dia*, *A voz do Povo*, *A Luta Social*, *A Sereia*, *O Jornal do Comércio*, [...] Aquela atividade intelectual era uma forma de renunciar à poluição do espírito.³⁰⁹

A geração de trinta mamou na teta generosa da cultura³¹⁰

Sobre os muitos atributos para caracterizar o estudante gymnasiano, refutamos a heroicização e a ideia de que a maioria estava ligada às letras, uma vez que se tratava de jovens e, como quaisquer jovens, passíveis de realizar peripécias as mais diversas. O perfil do estudante varonil, a nosso ver, está ligado a duas perspectivas que aqui foram caracterizadas: a primeira é a do “soldado-cidadão” e a segunda refere-se ao caráter que Mario Ypiranga deu aos atores sociais do período. Ypiranga ressalta, porém, o uso da farda, o que lhes rendia, de certa forma, um *status* diferenciado perante a sociedade e, principalmente, perante os estudantes de outras escolas da capital, além da valorização de um comportamento irrepreensível, demonstrando, assim, uma suposta busca pelo reconhecimento social e, conseqüentemente, por um *status* de poder, ainda que esse poder (HARVEY, 2003) estivesse ligado à ambiência estudantil.

O nosso apego à alma mater, era tão forte que o uniforme só era substituído por traje civil em circunstâncias especiais [...]. O convencional era impor a presença da farda de qualquer maneira e em qualquer situação, por isso nas festas sociais, nas solenidades, a passeio nos dias grandes, havia sempre o contraste do brim amarelo ou branco entre as roupas de luxo ou as fantasias de carnaval. Nossa farda era olhada com respeito místico. Era respeitada como a garantia de ordem. Nós da geração de trinta (para falarmos de um modo geral), criamos o conceito novo do estudante varonil, destemeroso cavalheiro, respeitador, altivo, prestimoso, contemporizador, aplicado, ordeiro, folgazão e prudente até quando não fosse

³⁰⁹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginásiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996, p. 90.

³¹⁰ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginásiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996, p. 94.

posta à prova a valentia e a coragem [...] a reputação do ginasiano desordeiro era e é tão falsa que os clubes sociais dos arrabaldes da cidade expediam convites amáveis para nós.³¹¹

Os trechos de textos divulgados por remanescentes dos eventos de 11 e 12 de agosto de 1930 e a documentação compulsada confrontam a versão de Mario Ypiranga. Em tese, a historiografia,³¹² por falta de interesse pela temática ou por preferir não ofuscar a imagem do estudante “varonil” frente à imagem do estudante “desordeiro”, poupou-os de críticas. Sobre este último adjetivo, que Ypiranga afirmava ser falso, existem relatos que depõem contra a construção do perfil por esse autor:

O Gymnásio Amazonense transformou-se radicalmente, deixando de ser um centro de assuadas e motins para se transformar em estabelecimento de ensino moderadamente disciplinado.

[..]

Quem passa nas proximidades do edifício do Gymnásio às horas de aulas, não tem mais aquela impressão dolorosa de assistir aos espetáculos que tanto depunham contra a nossa cultura e disciplina social. Os alunos do Gymnásio são hoje rapazes pacatos e alegres, que respeitam os transeuntes, e se recolhem e se retiram do seu estabelecimento em atitude de compostura e de respeito.³¹³

Todavia, ao contrário do discurso proferido, em 1918, pelo governador do Estado, Pedro de Alcântara Bacellar, o Gymnásio, como é comum a qualquer educandário, continuava a registrar os impropérios dos estudantes dentro e fora do estabelecimento. Por exemplo, em agosto de 1921, o bibliotecário Manuel Machado da Silva, posicionando-se sobre um inquérito, mandado proceder pelo diretor Vivaldo Palma Lima, concluiu que ficou

³¹¹ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginasiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996, p. 91.

³¹² AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002; CASTRO, Carmélia Esteves de. *Colégio Amazonense D. Pedro II*. (Série Memória). Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/08_colegiopedro.php>. Acesso em: 18 jan. 2011.

³¹³ Conforme Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1918, pelo Exmo. Sr. Pedro de Alcântara Bacellar, Governador do Estado. Manáos, Imprensa Oficial do Estado, 1918.

“convencido de que os autores do desaparecimento de diversos objectos do Botequim do Vapor Acre foram os alunos deste estabelecimento [...]”.³¹⁴

A respeito de outro caso, registrado no mesmo mês, foi encaminhado ofício da The Manaós Tramways and Light Co. Ltd., denunciando, por sua vez, a postura de alguns gymnasianos, ao utilizarem os serviços da rede de bondes da dita empresa,

Levo ao conhecimento de V. E.xcia. que alguns alumnos do Gymnásio vão diariamente ao Bosque Municipal, tomar banho, e por essa ocasião se recusam a pagar a segunda secção da linha de Flôres, entre os Bilhares e o Bosque. E, quando o condutor lhes exige o pagamento da passagem, revoltam-se contra o mesmo e dirigem-lhe insultos. Outras vezes além de insultarem o condutor ainda lançam pedras nos trilhos com o propósito de descarillarem os carros.

E como a prática de tal abuso pode acarretar algum desastre, pedimos a V. Excia. a gentileza de tomar as necessárias providências, afim desses factos não se reproduzirem.³¹⁵

As ações dos gymnasianos pertencem a um tempo pretérito e, conseqüentemente, tende a ser mais conveniente saltar à lembrança perfis condizentes com a mais perfeita ordem, a fim de se efetuar a reconversão “aceitável” de memórias individuais em memórias coletivas.³¹⁶ Entretanto, outras versões são fundamentais para se extrair, de uma pretensa homogeneidade de perfis, ações transgressoras que passam quase imperceptíveis, quando se deseja criar personagens para ocupar o posto de heróis e, neste caso, para criar personagens em um contexto, com o fim de aquilatar e equiparar a “Revolução Gymnasiana” à Revolução de 1930.

³¹⁴ O Inquérito mandado proceder por meio de Portaria n. 66 de 17 de agosto de 1921, para apurar as possíveis irregularidades cometidas por alunos do Gymnásio Amazonense no interior do Navio Vapor Nacional Acre, que esteve ancorado no Porto de Manaus, onde supostamente os estudantes teriam subtraído objetos do botequim, tais como: piteiras e bananas passas.

³¹⁵ Ofício s/n da The Manaós Tramways and Light Co., Ltd., datado de 31 de agosto de 1921. Acervo histórico do Colégio Estadual D. Pedro II.

³¹⁶ HALBWADS, 2004.



Fonte: Acervo do Gymnásio Amazonense.

Figura 7 – Gymnásio Amazonense (1914)

Ney Rayol lembrou que em um dia,

Antes das oito horas; a nossa atenção foi alertada para algo que estava ocorrendo nas escadarias do ginásio. Começaram a ser ouvidas algumas vaias. Fomos lá ver o que era, e nos deparamos com muitos alunos das primeiras e segundas séries, que se aglomeravam no portão e passeio fronteiro ao estabelecimento. Eles tinham juntado vários paralelepípedos do calçamento, e de vez em quando, os colocavam nos trilhos dos bondes.

Como os paralelepípedos estavam bem visíveis, fácil era o motorista notá-los, o que os obrigava a retirá-los do caminho, para prosseguir a marcha do bonde. Nessa hora é que os “bichos” que estavam escondidos levantavam-se e pregavam uma vaia ensurdecadora.³¹⁷

Não queremos aqui reduzir a atuação da juventude a meras peripécias de jovens em um determinado contexto; prova de seu envolvimento, mesmo que indireto, na vida política do Estado foi apresentada no segundo capítulo deste trabalho, em que estavam claras as escolhas dos gymnasianos por determinados grupos. De igual modo, suas convicções políticas não podem ser reduzidas apenas aos interesses de acesso ao campo intelectual; contudo, os estudantes possuíam uma visão mais imediatista, talvez não tivessem um olhar amplo sobre o todo da situação política pela qual o país passava, mas uma coisa fica explícita: o descontentamento com a situação política local. Tal imediatismo recaiu sobre a

³¹⁷ A Revolução Ginasiana completa 50 anos. *A Crítica*, Manaus, 11 de agosto de 1980.

instituição repressora mais próxima de sua realidade, a qual produzia os maiores empecilhos à livre expressão dos estudantes.

De uma forma ou de outra, o motim ginasiano de 12 de agosto de 1930 acabou por desmoralizar o aparato burocrático e repressor do Estado.

O próprio “motim”, como as agressões de 11 e 12 de agosto de 1930, pode ser entendido como uma ação de intelectuais emergentes e dispostos a incorrer (a seu modo) contra um processo que já estava em marcha desde os primórdios da instauração do regime republicano, que era, segundo Daniel Pécaut,³¹⁸ a oligarquização das instituições, como já ocorria com a Polícia Civil do Estado, utilizada pelas oligarquias Nery, Bittencourt, Pedrosa, Bacellar e Rego Monteiro, para manutenção no poder dos grupos dirigentes por elas apoiados ou por elas compostos.

De acordo com Pécaut,

No Brasil dos anos 20 os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente [...] tanto a Igreja, quanto o Exército, tanto o Estado, quanto os estabelecimentos de ensino superior. A intervenção política dos intelectuais inseriu-se em um conjunto de recriação institucional.³¹⁹

É relevante mencionar que todos os pormenores da atitude estudantil no evento e seus antecedentes foram importantes para distinguir e impulsionar o engajamento intelectual do autor de *Mocidade Viril* 1930: O Motim Ginasiano. Para compreender a importância do campo intelectual à época, é necessário entender que naquele contexto, segundo Sergio Miceli, era por meio da imprensa e do funcionalismo público que se estabeleciam os melhores caminhos a serem traçados para o sucesso profissional, um caminho comum a ser trilhado na Primeira República.

³¹⁸ PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática. 1990, p. 21.

³¹⁹ PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática. 1990, p. 22.



Fonte: Acervo do Gymnásio Amazonense.

Figura 8 – Mario Ypiranga Monteiro quando estudante gymnasiano

Dessa forma, parte-se do princípio de que Mario Ypiranga era um aspirante a intelectual do seu tempo e que reunia as qualidades para ingressar no campo político, considerando que postos conquistados nesse campo não conflitam com a carreira intelectual; na realidade, se completam (MICELI, 2001).

Entre as situações rememoradas por Mario Ypiranga, ao que parece, depois de viver de perto um movimento político de seu tempo, demonstrou revolta ou incompreensão sobre o campo político:

[..] foi no Ginásio Amazonense que comecei a sentir o quanto de odiosidade havia sido depositada na alma da mocidade contra os ladrões do erário público. A quando da invenção da cadeira de Educação Moral e Cívica (1925) certas aulas proferidas pelo catedrático Álvaro Maia visavam a despertar em nós interesse pelas causas em que a pátria ou a sociedade dos homens estivessem empenhadas; visavam, também, e especialmente, a fixação de padrões de comportamento contrário a linha de conduta exigida pela disciplina.

Sonhos miríficos, ideal de visionário, discurso poético que a realidade mais tarde viria com a prática, transformar em utopia³²⁰

As disparidades vivenciadas por Ypiranga o lançaram definitivamente para a carreira intelectual, e ele aproveitava, pois, há algum tempo, já empreendia mecanismos de

³²⁰ MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o Motim Ginásiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996, p. 35.

atuação na imprensa estudantil. Tinha fascinação pelo ambiente militar e talvez tal ambiente o interessasse como segunda opção de carreira, haja vista o exemplo na própria família, com seu irmão, que compunha como voluntário as fileiras do 27º Batalhão de Caçadores, em 1922, e, provavelmente, pelo seu engajamento muito cedo, ainda criança, na Legião Amazonense de Escoteiros. Afora essas digressões, o que fica claro em suas memórias relatadas no livro é a cisão entre dois campos (o intelectual e o político), determinante para a escolha de sua carreira a partir de 1930, direcionando-a para o campo intelectual.³²¹

As versões que se seguiram sobre o dia 12 de agosto denotam, contudo, o lugar-comum em que as ações estudantis foram envolvidas ao serem lembradas, assumindo *status* redentor, sem fazer jus à participação efetiva em mudanças substanciais que se processaram e processariam na sociedade. Seus remanescentes e a historiografia deram créditos às ações estudantis, colocando os gymnasianos no cenário ao lado dos vencedores, entre os tenentes e contra as oligarquias.

Mesmo emergente, essa intelectualidade (entenda-se Mario Ypiranga Monteiro), quando partiu para a construção de seu papel, em busca da consolidação de sua carreira, logo associou sua participação no evento micro a uma ação político macro.

³²¹ PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. Entre o branco e o negro: política e cultura no início da trajetória intelectual de Mário Ypiranga Monteiro. Manaus, p. 1-14, 2006. Disponível em: <http://ppgsocio.ufam.edu.br/attachments/038_ENTRE%20O%20BRANCO%20E%20O%20NEGRO.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2011.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, permaneceu a certeza de que não podemos restringir a participação gymnasiana a meros impropérios característicos da juventude ou a uma produção cultural ausente de posicionamento político. Fica a lição, porém, de que participação política gymnasiana não foi a de mártires abnegados em prol da derrubada do poderio oligárquico e não se resumiu ao romantismo de sua iniciação na vida literária daqueles anos.

A única certeza que temos é de que muitos questionamentos perduraram. Nossa leitura das folhas estudantis não se esgotou e ainda há arquivos a serem visitados, sem contar a necessidade premente de se fazer um inventário pormenorizado dessas folhas ou, pelo menos, das que restaram em coleções públicas e particulares. É comum encontrarmos citações referentes a jornais estudantis que de fato existiram, mas que não são encontrados nos espaços arquivísticos locais. Não obstante, há registro de sua circulação em periódicos, tanto nas pequenas folhas como nas de circulação diária. Não existem, também, informações mais precisas sobre os jornais nos catálogos até então elaborados.

Para exemplificar o quanto ainda precisa ser feito para o mapeamento da imprensa gymnasiana, citamos apenas a impossibilidade de acesso ao jornal *12 de agosto*, produzido sob o impacto do motim estudantil de 1930, que, por se encontrar em acervos particulares, não foi possível consultá-lo.

Nosso trabalho foi uma teimosa convicção sobre a relevância do papel dos gymnasianos, mesmo diante de suas limitações sociais, transparecendo com isso a ideia de que há muito a ser pesquisado. Dessa forma, este trabalho chega ao seu termo devido às limitações da documentação encontrada e aos prazos acadêmico-institucionais a serem cumpridos. Porém continuamos instigados a percorrer a trajetória bibliográfica e a vasculhar arquivos e fontes que documentem as diferentes formas pelas quais a intelectualidade emergente no século 20 se manifestou. Isso nos conduziu a diferentes questões, bem como aos diversos lugares de atuação dos remanescentes do evento, uma vez que a crise dos anos 1920 levou uma gama de intelectuais para fora do Estado, os quais viviam no Amazonas nas primeiras décadas republicanas.

Este trabalho foi pensado com o objetivo de apresentar a trajetória dos estudantes gymnasianos na Primeira República, especialmente sua atuação intelectual e política, além

da repercussão e das interpretações do seu legado. Para tanto, apresentamos como objeto de investigação o papel social dos ginasios e ocupamo-nos de reflexões que recusam a opinião de que eles tiveram acesso a um ensino de qualidade e que foram heróis de seu tempo. A partir dessa recusa, é que discorreremos sobre o que denominamos de *Dimensões da República das Letras: a intelectualidade ginasiana em Manaus (1900-1930)*.

Buscando apoio em perspectivas intelectuais e políticas, conformamos a discussão mediante a hipótese de que houve a apreensão de uma realidade cultural estrangeira e inadequada para a realidade local e para a resolução de problemas ligados à institucionalização educacional no Amazonas; a investigação focou também a ausência de um mercado de bens simbólicos e, diante disso, a expansão e a efemeridade da imprensa ginasiana, conduzida por uma classe média estudantil ligada às oligarquias locais; por fim, questionamos a recorrência à visão historiográfica edificadora de heróis para designar os estudantes e a chamada “Revolução Ginasiana” de 1930.

Como consequência importante, em que pese a análise empreendida nos jornais e documentos escolares aos quais tivemos acesso, é legítimo considerar que uma parte da classe estudantil esteve profusamente envolvida nas questões intelectuais e políticas de Manaus, levando a pesquisa a centrar-se na participação intensa dos ginasianos na vida pública da cidade, possibilitando-nos interpretar que houve a participação dos estudantes do Ginásio Amazonense na “renovação oligárquica” da cidade, diga-se: participação ainda que entusiasmada, mas indireta.

Amalgamada com as forças sociais do período, a questão educacional esteve presente mediante sua difícil aplicação, e o debate educacional perpassou todo o estudo, visando discutir desde a infraestrutura até às dificuldades para o ingresso no ensino institucionalizado no Amazonas, especialmente para o ensino ginasial. Isso ocorreu em meio ao caos educacional burocrático herdado do período imperial, caos que o regime republicano não foi capaz de organizar, preferindo seus legisladores manterem o aspecto liberal e descentralizador disposto em leis que não atendiam aos princípios essenciais para a sistematização da instrução pública nos seus diferentes níveis de ensino.

Diante da exaustiva análise sobre a montagem do ensino no Amazonas, cabe considerar os mecanismos institucionais falhos, vindos “de cima para baixo”, responsáveis pela ausência de aplicação e de controle de um sistema educacional abrangente para o País, e a difícil implantação de órgãos, leis e formação de profissionais responsáveis pelo controle normativo do ensino, principalmente para suprir a demanda que as dimensões do Amazonas naturalmente impunham. Foi verificado na pesquisa que, enquanto o resto do

País buscava seguir a Lei Rivadávia Correa, de 1911, o *Gymnásio Amazonense* ilegitimamente ainda funcionava sob as perspectivas da Lei Epitácio, de 1901, porém sua aplicação girava em torno de conveniências, aplicação dúbia, apontando para a falta de unidade no ensino brasileiro.

A infraestrutura escolar e as perspectivas didáticas durante a Primeira República estiveram malbaratadas sob a égide do liberalismo de suas leis, transparecendo com isso uma conivente abstenção de responsabilidade do poder federal, que subjugava todos os níveis de ensino, principalmente o secundário, cujas normas centralizadoras o tornavam ao mesmo tempo um nível de ensino parcelado, favorecendo a passagem dos *gymnasianos* para um ensino tradicional e bacharelesco, procedimento vicioso advindo do Império.

A facilitação da aquisição de diplomas era uma manobra que “contemplava” a classe média, a qual não dispunha de recursos para o acesso às escolas e às universidades do “velho mundo”, e que segregava pontualmente os menos favorecidos.

Diante de um quadro educacional extremamente deficitário e de um quadro econômico preocupante, a militância de alguns estudantes na imprensa estudantil foi fundamental para sua própria formação, haja vista que na Primeira República Manauara a escrita e o acesso ao livro não constituíam uma prática consolidada.

O estudo também reavalia, por meio da historiografia, a visão ideológica sobre a trajetória do estudante *gymnasiano* e a nostalgia romântica sobre o ensino no Amazonas, e constata que os historiadores se apegaram à rejeição do cenário de conflitos locais, utilizando, particularmente, o recurso saudosista e, às vezes, glorificador, ligando-se a dados factuais e levando à evocação de percepções presentes no senso comum, ficando indiferentes às contradições sociais e políticas do período.

Na segunda década da República, o fator econômico foi fundamental para acirrar os ânimos das oligarquias prejudicadas com a retração econômica vivenciada no Estado do Amazonas, o qual foi deixado meio de lado pelo poder central, frente aos problemas apresentados pela economia cafeeira no eixo centro-sul do País, ficando o Amazonas entregue às decisões do capital estrangeiro e à dominação e à sanha das oligarquias locais, principalmente a dos Rego Monteiro.

A intelectualidade emergente viu-se chamada à defesa da classe média à qual pertencia, usando como artifício a aproximação com autoridades pedagógicas teoricamente autorizadas a reger a crítica e a conduzir os futuros intelectuais no universo da escrita, mediante uma dominação disfarçada (CASANOVA, 2002), além da própria postura que essas autoridades assumiam diante da política local – uma postura tênue, que visava, a

posteriori, à ascensão a cargos públicos como tábua de salvação, uma vez que muitas das profissões absorvidas pelo Estado eram caracteristicamente liberais.

Dessa forma, o até então hipotético envolvimento estudantil para a manutenção oligárquica e a visão imaculada do *gymnasiano* foram apresentados mediante padrões que incidiam sobre a vida familiar, as relações escolares e o lazer no cotidiano estudantil, por meio de “signos do progresso”, como a própria imprensa *gymnasiana*, ou subjugados pela perspectiva pedagógica, por meio de mecanismos de repressão e de controle, como os inquéritos administrativos escolares.

Em meio à crise econômica que se abateu sob a economia gomífera, a intelectualidade *gymnasiana* passou dos inocentes versos e crônicas à crítica, pois a crise atingiu diretamente a qualidade do ensino.

A Rebelião dos Militares Tenentes, no ano de 1924, e o ideário do “soldado cidadão” instigaram a juventude de classe média por modificações sociais, porém a representatividade dos jovens intelectuais não era de grande abrangência; no entanto, é legítimo opinar que a colaboração para a manutenção ou a crítica de pactos oligárquicos também emergia das folhas estudantis.

Em outro momento histórico, uma manifestação programada para o dia 11 de agosto de 1930 compunha aspirações de cunho político, pois havia o propósito de alguns políticos locais apoiarem as oligarquias dissidentes, unidas em torno da Aliança Liberal, no final dos anos 1920. A não realização do evento naquela data, pela ação repressora da polícia, “acendeu o estopim” para uma irreverente manifestação no dia 12 de agosto, a qual não ocorreu.

A respeito das manifestações, a do dia 11 de agosto somente teve repercussão depois dos acontecimentos que se desencadearam no dia 12 de agosto, representando uma continuação da repressão policial em torno da crescente insatisfação com os membros dos grupos oligárquicos ligados ao Partido Republicano que representavam um retrocesso, marginalizando grupos rivais; no entanto, a relação conflituosa entre os *gymnasianos* e a polícia era instigada pelas peripécias dos estudantes e pela truculência da força policial nas suas abordagens em outras ocasiões, enfatizando o poder que era dado ao segmento policial, mediante a oligarquização da pasta da segurança pública.

Por fim, a pesquisa aponta que a expressão empregada para designar o motim – “Revolução *Gymnasiana* de 1930” – foi instituída pelos remanescentes que dele participaram, com o intuito de associar o evento estudantil à chamada “Revolução de 1930”,

que utilizaram a proximidade e as perspectivas que a visão dos vencedores deste acontecimento suscitava naquele momento.

Decerto as ações estudantis não podem ser dissociadas dos embates de uma época, na qual um país inteiro viveu sob as articulações de grupos oligarcas rurais e urbanos. Contudo, os estudantes também não podem e não devem ser tomados como redentores de seu tempo, uma vez que o acontecimento abarcou um conjunto de manifestações que vieram a debate por interesses de grupos regionais dissidentes, que se viram prejudicados política e economicamente. No caso do Amazonas, depois da interventoria de Alfredo Sá, em 1925, o grupo Rego Monteiro não mais voltou ao poder; contudo, os grupos de Efigênio Sales, Silvério Nery e Dorval Porto se realocaram, não oferecendo à classe média saída administrativa para a crise iniciada com o fim do interesse estrangeiro pelo cultivo do látex na região.

Pelos aspectos apresentados, a atuação por meio da crítica na imprensa estudantil e o direcionamento dado a ela fizeram parte de uma proposta intelectual amadora, no que concerne ao apoio indireto que a comunidade estudantil deu às recomposições oligárquicas do período.

Colocar os estudantes entre os principais responsáveis pelas modificações políticas de 1930, tornando-os heróis, mesmo sendo eles parte da produção e da militância intelectual das perspectivas sociais da Primeira República, é enfatizar uma falácia repetida, sem analisar as tensões sociais que envolviam os integrantes da intelectualidade gymnasiana em Manaus.

5 FONTES

Fontes Oficiais

Decreto nº 914, de 23 de outubro de 1890. *Publica a Constituição dos Estados Unidos do Brazil, submettida pelo Governo Provisorio ao Congresso Constituinte*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=52147&norma=67976>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890. *Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal*. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm>. Acesso em: 25 ago. 2011.

Decreto nº 3.890, de 1 de janeiro de 1901. *Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores*. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911. *Publica Lei Orgânica Superior e do Ensino Fundamental na República*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>>. Acesso em: 28 ago. 2011.

Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/index.jsp>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931: Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-83133-pe.html>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

Decreto nº 20.158, de 30 de julho de 1931, organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37550>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo Presidente (da Província do Pará) Augusto de Aguiar, em 9 de dezembro de 1851. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/73/000002.html>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Amazonas em 14 de julho de 1930, pelo Presidente Dorval Pires Porto, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da Décima Quarta Legislatura. Acervo: Arquivo Público do Estado do Amazonas.

Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas pelo Sr. Jonathas de Freitas Pedrosa, em 10 de julho de 1915. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

Mensagem apresentada ao Congresso dos Senhores Representantes, em 1º de março de 1896, pelo Exmo. Sr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado, Manáos-Amazonas: Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 28 jan. 2011

Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1920, pelo Sr. Pedro de Alcântara Bacellar, Governador do Estado”. Manáos: Imprensa Oficial do Estado, 1920. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 28 jan. 2011.

Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1911, pelo Sr. Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, governador do Estado. Manáos-Amazonas,

Imprensa Oficial do Estado, f. 118. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1906, pelo Sr. Antonio Constantino Nery, Presidente do Estado. Manáos-Amazonas, Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1919, pelo Sr. Pedro de Alcantara Bacellar, Presidente do Estado. Manáos-Amazonas, Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1921, pelo Sr. Cesar do Rego Monteiro, Presidente do Estado. Manáos-Amazonas, Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 6 fev. 2011.

Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1921, pelo Sr. Cesar do Rego Monteiro, Governador do Estado. Manáos-Amazonas, Imprensa Oficial do Estado. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 10 de julho de 1918, pelo Exmo. Sr. Pedro de Alcântara Bacellar, Governador do Estado. Manáos, Imprensa Oficial do Estado, 1918. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

Mensagem lida perante o Congresso dos Senhores Representantes, em 1º de março de 1896, pelo Exmo. Sr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, Governador do Estado. *Diário Oficial*, Manáos: Imprensa Oficial do Estado, 1896. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Amazonas na Sessão Ordinária de 1º de outubro de 1864, pelo Sr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Província. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

Relatórios da Província do Amazonas de 1852. Registra-se que, no seminário criado em 1848, até aquela data, existia cadeira de francês e, em 1853, foram criadas três cadeiras: latim, música e canto. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/59/000037.html>>. Acesso em: 28 ago. 2011

Relatório dos Presidentes à época do Império (1866-1873). Os originais microfilmados, correspondentes aos anos de 1852 a 1877 foram reeditados por ordem do coronel Antonio Constantino Nery em 1906. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/amazonas>>. Acesso em: 2 fev. 2011.

Diario Oficial do Amazonas, de 18 de fevereiro de 1894.

Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 18 mar. 1915. Seção 1, p. 2977.

Diário Oficial, Manaus 2 de março de 1894.

Inquérito administrativo do Gymnásio Amazonense D. Pedro II, 1929.

Inquérito mandado proceder por meio de Portaria n. 66 de 17 de agosto de 1921, para apurar as possíveis irregularidades cometidas por alunos do Gymnásio Amazonense no interior do Navio Vapor Nacional Acre.

Lista geral dos estudantes reprovados nos exames de preparatórios, na primeira época de 1921. Lyceu Parahybano. Acervo do Gymnásio Amazonense.

Ofício s/n da The ManaósTramuaysand Light Co., Ltd., datado de 31 de agosto de 1921. Acervo histórico do Colégio Estadual D. Pedro II.

Ofício/Dossiê elaborado para o governador César do Rego Monteiro, sobre greve ocorrida no mês de maio de 1920, ainda no governo de Pedro de Alcântara Bacellar, f. 1-15. Acervo do Gymnásio Amazonense.

Processo do concurso para provimento da cadeira de Inglês do Gymnásio Amazonense, 1920. Acervo do Gymnásio Amazonense.

Repertório Estatístico do Brasil: Quadros Retrospectivos, n. 1 (Separata do *Anuário Estatístico do Brasil*, ano V, 1939/1940). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jul. 2011.

Jornais estudantis³²²

A Crítica, 1980.

A Notícia, 1971.

A Tribuna Acadêmica, 1911.

A tribuna, 1911.

Aura, 1909.

Correio Gymnasial, 1915.

Correio Gymnasial, 1915.

Jornal do Comercio, 1930.

O Estentor, 1909.

O Estudante, 1911.

O Estudante, 1915.

O Gymnasiano, 1907

O Gymnasiano, 1910.

O Gymnasiano, 1911.

O Gymnasiano, 1925.

O Pirralho, 1916.

Revista de Educação Data Vênia, 1931.

Revista Estudantina, 1912.

³²² O número de periódicos pesquisados foi maior do que o citado, porém relacionamos apenas os mais significativos para a pesquisa.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Valer, 2002.

Amaury Pio Jr. *Revoluções ginásianas*. Disponível em: <http://www.click21.mypage.com.br/myblog/visualiza_blog.asp?site=amaurypio.myblog.com.br>. Acesso em: 19 set. 2011.

ANNUÁRIO do Gymnásio “Pedro II”: Comemorativo do primeiro centenário natalício do Imperador. Manaus: [s.n], 1925.

ANNUARIO de Manaus (1913-1914). Lisboa: Typographia da Editora Limitada.

AZEVEDO, F. de. *A transmissão da cultura*. Parte 3. São Paulo: Melhoramentos; INL, 1976.

BATES, Henry Walter. *Um naturalista no Rio Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1979.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Valer, 1999.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra na Amazônia: sécs. XVII-XIX*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. Casas de bê-á-bá e colégios jesuíticos no Brasil do século 16. Educação jesuítica no mundo colonial ibérico (1549-1768). *Em Aberto*, Brasília, v. 21, n. 78, 2007.

BITTENCOURT, Agnello. *Corografia do Estado do Amazonas*. Manaus: Fundo Editorial, 1985.

- BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias, vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- BOBBIO, Noberto. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2002.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*. Elementos para uma teoria de sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRAGA, Genesino. *Fastígio e sensibilidade do Amazonas de ontem*. Manaus: Imprensa Oficial, 1983.
- BRAGA, Genesino. *Nascença e vivença da Biblioteca do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1989.
- BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- BRESCIANNI, Stella (Org.). *Imagens da cidade – Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Educação e ação: a imprensa estudantil e a política estadual (1890-1930)*. Manaus: Pibic/CNPq/Ufam, 2003.
- CARVAJAL, Gaspar de. *Descobrimento do Rio de Orellana*. São Paulo: Nacional, 1941.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Os bestializados*. Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras. 1987.
- CARVALHO, Marta M. C. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Tudo é História, 127).

CARVAJAL, Gaspar de. *Descobrimento do Rio de Orellana*. São Paulo: Nacional, 1941.

CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CASTRO, Carmélia Esteves de. *Colégio Amazonense D. Pedro II*. (Série Memória).

Disponível em:

<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/serie_memoria/08_colegiopedro.php>.

Acesso em: 18 jan. 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Ed. Unicamp, 2001.

COELHO, Lenilson Melo. *Uma síntese da história da Amazônia*: Manaus: Livraria Mens Sana, 2002.

COLOMBO, Cristóvão. *Diário da descoberta da América*. As quatro viagens e o testamento. Porto Alegre: L&PM, 1984.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1986.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 2001.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão – 1755-1778*. V. 2. Belém: UFPA, 1970.

DECCA, Edgar de. *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 2, n. 2, 1995. Comunistas e Comunismo. Editores: Angela Maria Carneiro Araujo e Claudio Henrique de Moraes Batalha. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br>>. Acesso em: 17 set. 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. *Universidade brasileira em busca de sua identidade*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1977.

FEITOSA, Orange de M. *Sob o império da nova lei: o amanhecer da República no Amazonas (1892-1893)*. Manaus: Laureate/Uninorte/Fundação Encontro das Águas, 2008.

FERRARI, Nadir. In: GOLDFARD, José Luiz; FERRAZ, Márcia H. M. III Reunião da Rede de Intercâmbios para a História e a Epistemologia das Ciências Químicas e Biológicas. São Paulo, 1999.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Valer, 2007.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. *Materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, V. 2: Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Difel, 1985.

- HORTA, J. S. B. *A educação na Itália fascista: as Reformas Gentile (1922-1923)*. Pelotas-RS: UFPel, 2008. (História da Educação).
- JANOTTI, Maria de Lourdes. *Sociedade e política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1999.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. *Síntese da História do Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1978.
- _____. *Tempos de esperança – Amazonas (1917-1945)*. Manaus: Sérgio Cardoso, 1994.
- _____. *A grande crise*. 2. ed. Manaus: Valer, 2008.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica – Uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras, 2001.
- MANNHEIM, K. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MESQUITA, Otoni M. *La belle vitrine: Manaus entre dois tempos – 1890-1900*. V. 1. Manaus: Edua, 2009.
- MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Mocidade viril – 1930: o motim Ginásiano*. Manaus: Nheenquatiara, 1996.
- MOTA, Assilene Barros da. *A Escola Normal da Província do Amazonas – 1880-1890*. Manaus: Valer, 2010.
- MORAES, Péricles de. *Confidências literárias*. Rio de Janeiro: Gráfica “O Cruzeiro” S.A., 1944.

- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC, 1976.
- OCTÁVIO, José. *João Pessoa perante a história*. João Pessoa: A União Cia. Editora. 1978.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920-1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Valer; Ed. Univ. da Amazônia, 2003.
- PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. *A conquista intelectual do Amazonas (1900-1930)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), 2000.
- PALMA FILHO, J. C. (Org.). *Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da educação*. 3. ed. São Paulo: Prograd/Unesp; Santa Clara, 2005.
- PECHMAN, Robert Moses. Os excluídos da rua: ordem urbana e cultura popular. In: BRESCIANNI, Stella (Org.). *Imagens da cidade – Séculos XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- PERIS, Alfredo Fonseca. *Estratégia de Desenvolvimento Regional*. Região Oeste do Paraná. Organização, Evolução, Característica Regional e Caracterização do Sistema Educacional. 2ª impressão. Cascavel-PR, 2008. Disponível em: <http://www.unioeste.br/editora/pdf/livro_estrategias_desenvolvimento_regional_ed_unioeste_completo.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.
- _____. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2001.
- POLO, Marco. *As viagens de Marco Polo*. Rota seguida por Nicolló Matteo e Marco Polo, na viagem para Cathay (China), de 1271 a 1295. São Paulo: Clube do Livro, 1950.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1960.

_____. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

_____. *O seringal e o seringueiro*. 2. ed. Manaus: Ed. Universidade do Amazonas, 1997.

RAMOS, Paula Mirana de Sousa. *Da poesia à política: a trajetória inicial de Álvaro Maia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

ROUANET, Sérgio Paulo. *O mal-estar da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SANTOS, Eloína dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 3. ed. Manaus: Valer. 2001.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação: conceito, papel histórico e obstáculos para sua construção no Brasil. Trabalho preparado por solicitação do GT-5: Estado e Política Educacional. 31ª Reunião da ANPED, Caxambu-MG, 19-22 de outubro de 2008.

_____. História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela Universidade Nove de Julho (Uninove) e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf>. Acesso em: 2 out. 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SILVA, Rosana Nogueira da. *O movimento educacional escolanovista e a geografia como disciplina escolar permanências e mudanças*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

TRONCA, Ítalo. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expressão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Experiência de pesquisa em uma região periférica: a Amazônia. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos-RJ, v. 2, n. 9, p. 261-272, maio/ago. 2002.

WILLIAMS. Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar. 1979.